

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Reinaldo José de Oliveira

**Segregação Urbana e Racial na Cidade de São Paulo: as periferias de
Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Reinaldo José de Oliveira

Segregação Urbana e Racial na Cidade de São Paulo: as periferias de
Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial
para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação
da Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras.

SÃO PAULO

2008

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

À Regina Marques de Souza Oliveira, esposa, companheira e doutoranda em Psicologia Social pela PUC SP. Nos últimos quatro anos, nossas vidas restringiram-se aos trabalhos no Estado do Paraná, depois o retorno para São Paulo e, no ano passado, nossa estadia em Lisboa-Portugal e Paris-França.

Eu não estive sozinho durante toda a minha produção da tese de doutorado em Ciências Sociais, tive o prazer de ter você ao meu lado; de forma amorosa, carinhosa, reflexiva e toda sensibilidade da partilha social e humana. Majoritariamente, nossas temporalidades se concentraram nos estudos e pesquisas a fim de concluir mais uma fase da carreira acadêmica e profissional.

Nosso desenvolvimento foi gratificante, como por exemplo, as experiências vividas em Paris e Lisboa, através da apreensão do conhecimento cultural, científico e humanístico frente às diferenças culturais, o universo da pós-graduação e os momentos de entretenimento e realizações pessoais.

Iniciamos e concluímos os nossos trabalhos de doutorado na PUC SP, todo esse percurso tem a sua participação e o nosso comprometimento.

Estou muito feliz por estas duas grandes conquistas realizadas. Foi muito difícil chegar até aqui, isto só foi possível com a participação de pessoas que julgo serem importantes perante o percurso do meu desenvolvimento. Você é uma destas pessoas, que participou e presenciou, gradativamente, de minhas conquistas que são pessoais e coletivas.

Meus sinceros votos de amor, carinho e admiração.

Aos meus sobrinhos e afilhados, Bruno, Vitor Augusto, Mateus, Vinícius, Camila, Geovana e Dandara, pelas minhas ausências nas comemorações, festas e nos momentos particulares de cada um de vocês. Que eu possa participar, acompanhar o crescimento e colaborar para a formação de cidadãos plenos em uma nova sociedade.

À minha esposa e às crianças.

AGRADECIMENTOS

Quero registrar que este trabalho é uma elaboração coletiva, que reuniu inúmeras pessoas que participaram com histórias de vida, contribuições, apoios e referências conceituais.

Agradeço aos interlocutores da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, toda atenção recebida para a realização das entrevistas e dos recíprocos sentimentos de superação e admiração. À Associação de Moradores do Jardim Icaraí, entre os representantes; Ailton, Pâmela, Cida, Rodrigo e Brasília. Ao MOCUT – Movimento Cultural Cidade Tiradentes, agradeço as contribuições de Ana Rita, Walter, Paulo Rafael e Milton. Na zona Sul também obtive colaborações das lideranças locais, Zilda, Herculano, Cícero, Maíra, Paola e Renata.

Ao Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas, agradeço por todo o apoio recebido para a formação no Doutorado em Ciências Sociais na PUC SP, como as atividades de aperfeiçoamento profissional que possibilitaram o meu desenvolvimento social, cultural e profissional. Aos funcionários do Programa Bolsa/Fundação Carlos Chagas; Ida, Maria Luisa, Leandro, Luís Antonio, Rosangela, Márcia, Raquel, Meire e Marli. À coordenação do Programa, Maria Malta, Regina Pahin e Fúlvia Rosemberg. À Fúlvia, pelos momentos de apoio e incentivo para a realização das atividades do doutorado e da bolsa sanduíche em Lisboa.

Aos bolsistas e ex-bolsistas do Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas, as oportunidades compartilhadas em relacionamentos, apoios e os incentivos na pós-graduação.

Em Lisboa (Portugal), obtive a contribuição do Professor Catedrático Vitor Matias Ferreira, pesquisador do Centro de Estudos Territoriais, que me orientou sobre os estudos da cidade e do urbano.

Brevemente, minha passagem por Paris recebeu contribuições do Professor Michel Wieviorka e dos pesquisadores do CADIS – Centro de Análise e de Intervenção Sociológica.

Aos Professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC SP. Aos Professores Doutores Teresinha Bernardo, Maria Nilza da Silva, Walter Silvério e Hédio Silva Junior, por terem me apoiado durante o meu desenvolvimento no doutorado.

À banca examinadora deste trabalho, agradeço pelas contribuições e críticas construtivas.

À minha mãe, Natalina de Oliveira e meu Pai, Carmelito José de Oliveira (in memória) por todo trabalho, dedicação e amor. Aos meus irmãos, Rute, Rildo, Regina e Roseli (in memoriam), agradeço-lhes pelo apoio em minha formação e em minha vida.

Aos meus recentes pais, Antonio Marques de Souza e Maria de Lourdes Ramos de Souza, por me receberem na família e o carinho transmitido. Às colaborações de minhas cunhadas e cunhados, Adriana, Cláudia, Vanderlei e Paulo.

Agradeço ao amigo José Roberto, pelo apoio e as informações sobre a cidade de Lisboa.

Ao Marco Bin, com quem compartilhei reflexões sobre a cidade, o espaço e a produção da cultura.

Aos Professor José Pires Laranjeira, docente e pesquisador da Universidade de Coimbra, que colaborou durante minha estadia em Portugal.

À Jóice, Sandra e, em especial, Edna Cordeiro, que acompanharam este trabalho durante minhas inúmeras orientações na Reitoria. Agradeço-lhes pelo carinho e atenção.

À minha professora orientadora, Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras, um carinho e admiração especial, pois acumulando suas difíceis atividades como reitora, não descansou um só momento em seus trabalhos dedicados à minha orientação para que eu atingisse melhores desenvolvimentos. Meu respeito e minha estima. Fico-lhe grato por ter contribuído em minha formação acadêmica, profissional e humana.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é desvendar a territorialidade negra e a segregação racial, presentes na principal metrópole do país, no percurso histórico do século XX.

Compreende-se como território negro a organização espacial, cultural e política em torno do legado cultural e da sociabilidade afro-brasileira na cidade de São Paulo (Rolnik, 1998; Oliveira, 2002). Neste trabalho a análise do território negro e da segregação racial centra-se nos olhares de três “pedaços” da cidade que estão localizados em diferentes direções: na zona leste, Cidade Tiradentes (46% de negros), na zona norte, Brasilândia (38% de negros) e, na zona sul, Jardim Ângela (49% de negros).

Conceitualmente, território e segregação são aqui analisados através da literatura das Ciências Sociais, recorrendo às áreas do conhecimento que lidam e atuam em torno do espaço (Santos, 1998).

A opção metodológica de fontes constitui-se em quatro momentos: a primeira, a consulta bibliográfica sobre o negro, o território e a segregação; a segunda, os dados secundários, correspondentes às informações dos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, posteriormente, a terceira, as entrevistas do trabalho de campo com os moradores dos respectivos distritos e, a quarta, a cartografia (mapas), que são as territorialidades distribuídas ou centralizadas no corpo da cidade de São Paulo, servindo-nos dos critérios de Vêras (1998).

Finalmente, nossas considerações estão centradas entre a intermediação do território negro e a segregação racial, cuja superação só pode ser pensada, do ponto de vista teórico e prático, através de políticas públicas focadas (particulares) e universais.

Palavras Chaves: cidade, relações raciais, memória, segregação e território.

ABSTRACT

The objective of this research is to unmask the black territoriality and the racial segregation, gifts in the main metropolis of the parents, in the historical passage of century XX.

It is understood as black territory the space, cultural organization and politics around the cultural legacy and of the sociability afro-Brazilian in the city of São Paulo (Rolnik, 1998; Oliveira, 2002). In this work the analysis of the black territory and the racial segregation is centered in the looks of three “pieces” of the city that are located in different directions: in the zone east, Tiradentes City (46% of blacks), in the zone north, Brasilândia (38% of blacks) e, in the south zone, Ângela Garden (49% of blacks).

Conceptually, territory and segregation here are analyzed through the literature of Social Sciences, appealing to the areas of the knowledge that they deal and they act around the space (Santos, 1998).

The metodológica option of sources consists at four moments: the first one, the bibliographical consultation on the black, the territory and the segregation; second, the secondary, corresponding data to the information of the demographic censuses of 1980, 1991 and 2000, later, third, the interviews of the work of field with the inhabitants of the respective districts and, fourth, the cartography (maps), that they are the territorialities distributed or centered in the body of the city of São Paulo, serving us of the criteria of Vêras (1998).

Finally, our considerer are centered between the intermediation of the black territory and the racial segregation, whose overcoming alone can be thought, of the theoretical and practical point of view, through particulares public politics (particular) and universal.

Keywords: city, race relations, memory, segregation and territory.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette recherche est démasquer la territorialité noire et la ségrégation raciale, présentes à principale métropole des parents, dans le parcours historique du siècle XX.

Se comprend comme territoire noir l'organisation spatiale, culturelle et politique autour du legs culturel et de la sociabilité afro-brasileira dans la ville de São Paulo (Rolnik, 1998 ; Oliveira, 2002). Dans ce travail l'analyse du territoire noir et de la ségrégation raciale se centre dans les regards de trois différentes directions qui sont: dans la zone est, Ville Tiradentes (46% de noirs), dans la zone norde, Brasilândia (38% de noirs) et, à la zone sud, Jardim Ângela (49% de noirs).

Conceptuellement, territoire et ségrégation ici sont analysés à travers la littérature des Sciences Sociales, en faisant appel aux secteurs de la connaissance ils lesquels traitent et agissent autour de l'espace (Santos, 1998).

L'option méthodologique de sources se constitue au quatre moments : première, la consultation bibliographique sur le noir, le territoire et la ségrégation ; seconde, les données secondaires, correspondantes aux informations des recensements démographiques de 1980, de 1991 et 2000, ultérieurement, la troisième, les entrevues du travail de champ avec les habitants des respectifs districts et, quatrième, la cartographie (cartes), elles que sont les territorialités distribuées ou centralisées dans le corps de la ville de São Paulo, en nous servant des critères de Vêras (1998).

Finalement, nos considérations sont centrées entre l'intermédiation du territoire noir et la ségrégation raciale, dont le surpassement seulement peut être pensé, du point de vue théorique et pratique, à travers des politiques publiques focalisées (particuliers) et universelles.

Mots Clés: ville, relations ethniques, mémoire, ségrégation et territoire.

SUMÁRIO

Introdução _____	09
Metodologia _____	14
1. Habitação e Trabalho no Ambiente Construído: A Cidade _____	15
1.2. Território e Diáspora _____	69
1.3. Raça, Etnia e Racismo _____	78
1.4. Conceitos de Segregação _____	86
2. Segregação Racial no Brasil: a cidade de São Paulo _____	94
2.1. Memória Coletiva e História Oral _____	111
2.2. Movimentos Sociais Negros _____	127
2.3. Produção social do Espaço da cidade de São Paulo e das Periferias _____	140
3. Um Século do Negro em São Paulo: Quilombos Urbanos, Territorialidades Negras e Segregação _____	153
3.1. A Pós-Abolição: Territorialidade Negra em São Paulo (1890-1940) _____	153
3.2. A República Nova e a Sociedade Urbano-Industrial (1940-1970) _____	180
3.3. Expansão Urbana e Globalização (1970-2000) _____	191
3.3.1. Trabalhadores Negros, Desigualdades e Segregação Ocupacional _____	191
3.3.2. A produção da habitação e da família: aspectos sociais e subjetivos _____	225
3.3.3. “Viver em Risco” na periferia paulistana _____	272
3.3.4. Protagonismo Negro na Cidade e nos “pedaços” _____	282
4. Negros em Movimento: o direito à cidade _____	302
Considerações Finais _____	307
Referências Bibliográficas _____	310

ANEXO

Introdução

O presente estudo verifica o processo histórico das territorialidades negras e da segregação racial no decorrer do século XX, na cidade de São Paulo. A partir da origem e posteriores deslocamentos populacionais dos grupos negros nos “pedaços” da cidade, verificam-se gradativos movimentos territoriais e segregacionistas, demarcando lugares de enraizamento, de referências históricas e identitárias das manifestações culturais e religiosas. É nesse percurso que o estudo procura responder aos ininterruptos deslocamentos, territorialidades, desterritorialidades e reterritorialidades, juntamente com a segregação racial.

Território negro e segregação racial, conforme a dinâmica do capitalismo brasileiro em solo paulistano, formam uma simbiose e imbricam-se em contextos territoriais, ora defendendo-se das forças do capital e da exclusão através de sociabilidade, dos movimentos sociais negros, ora, arcando com os prejuízos do confinamento e da separação.

O objetivo deste trabalho é verificar o papel do território negro frente às diversas faces da segregação racial. Inicialmente, desenham-se cenários sobre o território como lugar de proteção, pertencimento, memória coletiva e constituição da identidade negra.

Nos diversos meios da sociedade brasileira não se encontram informações sobre a segregação. Não há divulgação nos meios de comunicação (impresso, digital, TV e rádio), referentes aos mecanismos sociais e políticos que separam e privam grupos sociais e raciais.

A segregação é, portanto, uma forma de “exclusão” social que contextualiza uma dimensão espacial. Nos Estados Unidos ou na África do Sul, os negros eram obrigados a ocupar somente os últimos assentos nos bondes ou ônibus. Havia banheiros, bairros e escolas separados para negros e brancos. Esses locais eram as dimensões espaciais da segregação.

No Brasil, banheiros, escolas, bairros e transportes coletivos não sofreram as mesmas sanções. Porém, desde os primeiros anos do século XX (Rolnik, 1998), a segregação urbana e racial foi sendo elaborada paulatinamente, de forma informal ou ilegal.

Neste estudo vamos nos ocupar da segregação urbana e racial e das territorialidades negras, por intermédio da verificação e análise dos aspectos sociais, como trabalho, renda e habitação. Estes são valores materiais e simbólicos essenciais para diagnosticar a história da segregação e do território na capital paulistana.

Kowarick (2004) destaca um diferencial do quadro da segregação, a ser compreendido a partir das faces sobre a diversidade e da raça/etnia.

“Sem dúvida nenhuma, as razões sócio-econômicas parecem constituir o elemento básico das formas diferentes de apropriações do espaço. Ou seja, o triângulo ocupação/renda/trabalho, elementos que andam muito juntos, é a forma básica que leva à proporção do espaço. Eu tenho dúvidas e aí eu volto à pergunta: é claro há mais população afro-descendente em certas regiões do que em outras porque é a mais pobre, menos qualificada profissionalmente, com menos instrução escolar e sobre a qual despencam os mais fortes preconceitos: penso que não dá para entender a questão da desigualdade de acesso, sem entender a questão do preconceito e discriminação relacionados à questão social. Não sei como este processo se espelha no espaço. Gostaria de ter dados da questão racial nas nossas cidades, sobre os espaços em que há concentração racial” (Kowarick, 2004).

A informalidade ou ilegalidade da segregação racial, mesmo nos principais centros de estudo e pesquisa de São Paulo, compreende-se que a segregação precisa ser observada e analisada além das questões sobre classe social e espaço.

Fernandes (1964; 1989) já apontava, em seu trabalho inicial, as principais dificuldades da população negra frente ao contexto pós-abolição e, principalmente no cenário da sociedade do trabalho livre e urbano industrial.

Nos primeiros anos do século XX, a habitação predominante da população negra concentrou-se nas habitações subnormais, que são os cortiços e porões nos territórios fora da lei (Rolnik, 1998), a força de trabalho mal remunerada, informal e forçada às ocupações de menor prestígio social.

Informalmente, a legislação social e política separou a população negra e pobre dos pedaços mais ricos da cidade e confinando-a aos lugares da pobreza, ou seja, as periferias. Passo a passo, os lugares da cidade foram se definindo, como os territórios da riqueza e os territórios da pobreza (Rolnik, 1998), e os grupos de alto e médio poder aquisitivos, gradativamente, foram delimitando o quadrante sudoeste para a elaboração de espaços de moradia, trabalho, cultura e bens culturais.

De forma detalhada, Villaça (2003) descreve a fase inicial da segregação e da constituição do pedaço mais rico da cidade de São Paulo:

“Desde o final do século XIX, quando teve início o explosivo crescimento da cidade, as classes mais ricas de São Paulo começaram a se segregar e, em seu crescimento, a caminhar sempre no quadrante sudoeste. Para o leigo, visualizar os quadrantes da cidade, basta imaginar as linha Norte/Sul (Tucuruvi – Jabaquara) e

Leste/Oeste (Corinthians/Itaquera – Barra Funda) do metrô. Partindo de Campos Elíseos e Higienópolis, os primeiros bairros aristocráticos de São Paulo, passaram a ocupar a Avenida Paulista. Depois (juntamente com os bairros de classe média), o Jardim América, Jardins Europa e Paulista, Vila Mariana, Itaim, Moema, Sumaré e Pacaembu, Alto de Pinheiros e Lapa, City Butantã, Cidade Jardim, Morumbi, Jardim Guedala, Brooklins, Granja Julieta, Chácara Flora etc. Depois pularam para Granja Viana, Alphaville, Aldeia da Serra etc. A ordem cronológica é aproximada, mas uma coisa é certa: a classe média e acima da média cresceram sempre na mesma direção e jamais abandonaram o quadrante sudoeste. (...) Paralelamente, os mais pobres se espalhavam pelo restante da cidade e na sua periferia”.

De maneira ainda simplificada, a segregação da riqueza refletiu diretamente em toda a produção da cidade. Os pobres e negros foram expulsos das áreas mais valorizadas e, posteriormente, foram compor as extensas periferias; pobres e precárias no ambiente construído.

Em nossa atualidade parte desse cenário encontra-se nos distritos que este trabalho propôs investigar; Brasilândia (norte), Cidade (leste) e Jardim Ângela (sul). Os distritos que compõem este trabalho não foram escolhidos por acaso, definem-se segundo parâmetros, em primeiro lugar, os resultados da investigação sobre o negro em São Paulo¹, apontaram o extremo da zona norte, ou seja, a Brasilândia, como um dos exemplos do padrão periférico de crescimento urbano. Em segundo lugar, em razão da experiência prática e teórica da zona leste e da Cidade Tiradentes (por intermédio da experiência de vida, participação em movimentos sociais e amigos que habitam o distrito de referência) e, por último, o Jardim Ângela, por ser o distrito da zona sul com maior percentual de negros na região.

Dos primeiros anos do século XX até os nossos dias, a segregação racial e a territorialidade, dialeticamente, constituem-se em lugares, espacialidades e posições sociais consideradas de segundo plano ou secundárias frente ao desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Em determinados espaços do quadrante sudoeste, como os shopping centers, parques cinemas e teatros (como o Ibirapuera e o Masp), a população negra está proporcionalmente presente abaixo da média da cidade, que corresponde a 30% de negros. Mesmo nos espaços públicos e privados, a composição do negro é inferior a sua representação na cidade. Sendo assim, percebe-se que o acesso aos espaços e bens culturais que a cidade oferece acaba

¹ Reinaldo José de OLIVEIRA. A Presença do Negro na Cidade: Memória e Território da Casa Verde em São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC SP, 2002.

pesando no orçamento individual e familiar dos grupos negros.

A mobilidade sócio-espacial da população negra diminui conforme a renda, do orçamento individual e familiar de baixa renda que são consumidos, geralmente, com as necessidades básicas, como alimentação, vestuário e as despesas com a habitação (água, luz e telefone).

Renda, habitação e trabalho são as categorias analíticas/sociais que compõe o cenário das territorialidades e da segregação racial na cidade de São Paulo, a partir dessas referências que o trabalho está estruturado: o percurso epistemológico do negro na cidade de São Paulo.

Milton Santos (1993) assinala que o território é uma das principais referências para a elaboração do processo civilizatório, ou seja, das manifestações do trabalho social, cultural e político e, de forma mais abrangente, a cidadania. Este trabalho tem essa intenção mais profunda: a busca de cidadania para todos que vivem na cidade (rural e urbana).

O presente estudo está organizado em quatro capítulos que reúnem os materiais conceituais, empíricos, qualitativos e quantitativos.

Na primeira parte, ampla consideração referencial:

- conceituou-se a questão da cidade e o ambiente construído, bem como seus componentes sociais, como o trabalho, habitação e suas principais particularidades que dão forma e funcionamento às engrenagens da capital paulistana;
- posteriormente, também conceitualmente, analisou-se do ponto de vista sociológico e antropológico a questão da raça, etnia e racismo, tendo em vista elaborar e verificar como se reproduzem na prática social dos ambientes negros na cidade de São Paulo;
- a seguir, através da contribuição de autores alinhados a escolas sociológicas como a teoria marxista, elaboramos referências que explicam a segregação, como as causas e as consequências da separação e exclusão social;
- em seguida, para compreender a realidade brasileira, analisou-se as faces da segregação no Brasil, tendo como referência o final do século XIX e as primeiras décadas do século passado;
- ainda na penúltima construção desse capítulo, trabalhou-se com os conceitos teóricos de Maurice Halbwachs, Michel Pollak, Ecléa Bosi, Teresinha Bernardo e outros autores, para compreender a memória coletiva e a história oral das territorialidades negras e segregadas;
- por último, os movimentos sociais negros compõem o capítulo de abertura da tese, como atores sociais presentes na cidade e nos pedaços da urbe paulistana.

Inicia-se o segundo capítulo com breves comentários sobre o contexto histórico, político e social da cidade de São Paulo e dos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e

Jardim Ângela, suas características socioeconômicas e urbanas.

No terceiro capítulo, apresentam-se as fases e períodos das territorialidades negras e da segregação urbana e racial na cidade de São Paulo. A primeira fase corresponde ao final do século XIX e início do XX, ou seja, a presença negra na sociedade de classes no período pós abolição.

Posteriormente, na segunda fase, de 1930 até 1970, aborda-se a territorialidade negra da Casa Verde, como uma das primeiras periferias em direção à Zona Norte da cidade, pós Rio Tietê.

Em seguida, o estudo empírico e conceitual dos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, compõem a terceira fase deste trabalho. Analisa-se a questão da habitação, do mercado de trabalho e da renda, conforme o material empírico e os dados secundários, censo IBGE, 2000.

Por último, o capítulo sobre movimentos sociais negros, em que apontamos as contribuições do território e as possibilidades de enfrentamento para a eliminação da segregação e do racismo.

Nas considerações finais, apresenta-se a contribuição deste estudo para pensar, do ponto de vista teórico e prático, o quadro de desigualdades e segregação racial na cidade de São Paulo.

Metodologia

Este estudo, que aborda as territorialidades negras e a segregação racial, está estruturado em quatro concepções teórico-metodológicas.

A primeira diz respeito ao repertório conceitual reunido para explicar diversas análises como a cidade, o urbano, o território e a segregação. Procurou-se compor, do ponto de vista epistemológico, o cenário conceitual que corresponda aos estudos sobre a cidade e aos estudos sociológicos e antropológicos sobre o negro.

A literatura desenvolvida está centrada na área de Ciências Sociais (Antropologia, Política e Sociologia), História, Geografia, Psicologia e as Ciências Humanas que abordam o tema da cidade e do negro.

Na seqüência, a segunda, refere-se ao trabalho de campo desenvolvido nos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela.

O trabalho de campo teve a duração de um ano e seis meses, proporcionalmente distribuídos nos três bairros selecionados.

Foram realizadas 60 entrevistas, ao todo, com homens e mulheres negros dos três distritos que compõem a territorialidade de estudo deste trabalho.

Dentre os entrevistados, tem-se o seguinte recorte: os moradores que se deslocaram de seu local de origem para uma nova territorialidade e os moradores que cresceram (mais jovens) e acompanharam o desenvolvimento dos bairros.

A terceira, referente às fontes demográficas e estatísticas oficiais (censos demográficos do IBGE² de 1980, 1991 e 2000 e informações quantitativas da Fundação SEADE), possibilitaram a compreensão da cidade como um todo e dos bairros pesquisados.

A quarta etapa, interpretativa proporcionou abordar a questão do território enquanto recurso teórico metodológico e prático. O território é essencial para compreender os “pedaços”, a história e suas particularidades, ou seja, a história dos moradores do local e sua relação com o todo da cidade. Através do território é possível um melhor delineamento dos espaços, espacialidades e locais dos grupos negros na cidade e suas múltiplas vivências e situações em torno da habitação, do trabalho e da renda.

² Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico - IBGE.
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Habitação e Trabalho no Ambiente Construído: A Cidade

A questão da cidade, vista inicialmente pelos marxistas dos meados do século XX, apontava-se primeiro a moradia como um dos principais problemas. Lefebvre afirma que no tempo de Marx, o único problema que se apresentou foi o da moradia, que foi estudada por Engels (1991: 80), mas que as difíceis soluções da cidade e do urbano superaram a questão da moradia.

Lefebvre (1999: 150) expõe diversas críticas sobre a forma de produção social do espaço no capitalismo, que torna o espaço natural em espaço artificial, apenas visando o lucro, exploração e a transformação tendo em vista a mercadoria (1999: 150). O capitalismo dilapidou a natureza, paulatinamente, a natureza foi sendo brutalmente violentada pelos mecanismos da força, do poder e da destruição imposta pelo capital. O que era natural ontem, hoje é pura artificialidade. O que há de espaço natural nas cidades do mundo? Nada e tudo. Apenas o processo de urbanização.

O que é o urbanismo? Uma superestrutura da sociedade neocapitalista, noutras palavras, do capitalismo de organização, o que significa capitalismo organizado. Noutros termos ainda: da sociedade burocrática de consumo dirigido. O urbanismo organiza um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado. Ele dirige o consumo do espaço e do habitat. Enquanto superestrutura, ele se distingue, e é preciso distingui-lo fortemente, da prática, das relações sociais, da própria sociedade. Não existem aqueles que confundem o urbanismo com o urbano, a saber, a prática urbana e o fenômeno urbano? Toda confusão explicaria a tese pseudomarxista, vigorosa e regularmente crítica na aparência, segundo a qual o fenômeno urbano não passa de uma superestrutura. Essas ideologias confundem a prática com a ideologia, as relações sociais com o institucional. É apenas por ter esse duplo aspecto, ideológico com o institucional, que o urbanismo revela à análise crítica as ilusões nele contidas e que permitem suas aplicações. O urbanismo aparece, assim, como o veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa a qual o espaço, ilusoriamente neutro e não-político, constituem o objeto (Lefebvre, 1999: 150).

O autor está preocupado, dentre seus objetivos, em propor uma rigorosa leitura sobre o processo. Lefebvre (1999) descreve as fases da cidade política, da cidade comercial, da cidade industrial e a fase crítica, que é o presente e o que poderá vir a ser amanhã.

Na primeira fase, o centro das relações humanas destaca-se no espaço da natureza.

Com a inflexão do mundo agrário para o mundo urbano, a natureza é superada pela artificialidade produzida pelo homem, dando forma, através da força de trabalho, da tecnologia, do conhecimento científico e das ferramentas dos meios de produção. Todo esse movimento resulta em espaços artificializados que se tornam únicos e exclusivos ao mundo urbano. O mundo urbano entra em cena na história da humanidade com a entrada e permanência da cidade industrial no cenário mundial. Hoje, só é possível o urbano e o urbanismo com o espaço industrial, que com as tecnologias da informação, possibilita pensar uma nova fase ou propriamente zona crítica, descrita por Lefebvre (1999). A zona crítica é ao mesmo tempo implosão-explosão da realidade urbana e da cidade. O que somos e para onde caminhamos? Sabemos que a realidade é 100% artificial, fonte e força motriz capaz de gerar tudo o que está em sua volta, no espaço social e político, nos homens, no trabalho social e na vida que caminha em direção à destruição a um novo horizonte.

Segundo Castells (1983:42), dentre a diversidade de definições do que é o urbano elaborado pelos sociólogos, pode-se defini-lo a partir de dois significados:

- concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade;
- difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado cultura urbana;

O urbano difere do rural, porque é o local onde se concentram as forças sociais que lutam pelo ambiente construído. A desterritorialização do mundo rural propiciou, com o advento do capitalismo, tornar o urbano, em força potencial para concentrar, distribuir e controlar as forças produtivas e difundir sistemas de valores no comportamento cultural de uma nova realidade.

A cidade contemporânea é onde se desenvolve e se instala todos os instrumentos do mundo urbano. Esta transformação do espaço, do natural para o artificial, fez com que a cidade se tornasse a sede da produção da mercadoria intermediada pela industrialização.

A conseqüência da urbanização, que em princípio transformou o espaço da cidade, teve como direção os interesses individuais. Os interesses coletivos, segundo Castells (1983), não fazem parte deste processo da urbanização, apenas é encontrado no momento que o Estado e as classes sociais entrarem em conflito pelo espaço urbano. Abaixo, temos duas proposições que contribuíram para a consolidação do mundo urbano:

- a decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para centros já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização.
- a passagem de uma economia doméstica para uma economia de manufatura, e depois para

uma economia de fábrica o que quer dizer, ao mesmo tempo concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial.

Nas sociedades conhecidas como desenvolvidas, a urbanização, a cidade e a industrialização, incorporaram os valores do capital para transformar o espaço e impor o seu domínio, ora pelo poder econômico e político dos donos dos meios de produção interferindo no espaço urbano e definindo os investimentos privados, e, ora pelo Estado, definindo a direção e o lugar dos investimentos públicos.

No caso da urbanização latino-americana, esta não nasceu com esse corpo e com estas características. Nossa urbanização, latino-americana e brasileira é recente, datam do final dos anos 1930-1940 e sua implantação foi rápida e sem planejamento. Maricato (1996) afirma que a urbanização, a cidade e as diferenças, são decorrentes da herança e do processo histórico de 500 anos. O Urbano no Brasil, já nasceu errado, primeiro pela forma que a terra foi privatizada e, em segundo, a mão-de-obra escrava que do dia para a noite, se viu na condição de reserva industrial do mercado urbano dos grandes centros do país.

A visão de Castells sobre a urbanização latino-americana não se aproxima do que foi feito nos principais países cuja industrialização se desenvolveu. Abaixo, algumas palavras do autor sobre a nossa urbanização:

“A urbanização latino-americana caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo” (Castells, 1983: 99).

Castells está certo em afirmar que a urbanização latino-americana produz a segregação, ou seja, a separação dos grupos sociais (residencial, ocupacional e educacional) (Torres, 2004), dependendo do grau de homogeneidade e também uma tendência de agrupamento no espaço de grupos sociais homogêneos (Pasternack, 2004). A urbanização brasileira, em seu início, viveu esse traço descrito pelo autor, mas Castells não ampliou e não investigou o leque de significados que antecederam a urbanização no Brasil.

Maricato (1996), afirma que entre o período 1930-1940 é caracterizado por intenso processo de industrialização e urbanização, com forte intervenção estatal na vida econômica e política. Sabe-se que a urbanização dos grandes centros provocou a construção clandestina

das periferias sem proteção ambiental e localizada nas áreas mais pobres, mas não em áreas nobres.

Pode-se concluir que os espaços de habitação em mais de 70% foram construídos pela classe que vive do trabalho. A urbanização, caótica no país, como as periferias, as favelas e os bairros de baixa renda é fruto de todo o processo, com diversas características culturais e políticas que a antecederam e se acumularam com o período urbano.

Castells (1983) define o espaço, resultado da ação humana, aprofundando-se na leitura marxista. Ele acrescenta em sua definição sobre o espaço três sistemas de configuração que são interdependentes e se relacionam no processo de produção, consumo, troca e circulação; político, econômico e ideológico, que também se articulam e se inter-relacionam, está diretamente conectado com o movimento da Produção, do Consumo, da Troca e da Gestão.

Entendemos por sistema econômico a ação das forças produtivas e os meios de produção que concretizam no momento da produção social do espaço suas funções. Estas forças, geralmente, convivem de forma antagônica em torno do ambiente construído e no decorrer do processo de produção social.

Quanto ao sistema econômico, ele se organiza em torno de conexões entre a força de trabalho, os meios de produção e o não-trabalho, que se combinam segundo duas relações principais: a relação de propriedade (apropriação do produto) e a relação de apropriação real (processo técnico do trabalho).

O sistema ideológico, segundo Castells (1983: 193), organiza o espaço inscrevendo uma rede de signos, cujos significantes são constituídos das formas espaciais e os significados, de conteúdos ideológicos.

Para completar o raciocínio, Castells introduz os seguintes elementos das formas espaciais:

- Por cada um dos elementos das três Instâncias (econômica, político-jurídica, ideológica). Estes elementos são sempre combinados com outros elementos de sua própria instância.
- Pela combinação das três instâncias.
- Pela persistência de formas espaciais ecológicas, suscitadas pelas estruturas sociais anteriores. Estas formas articulam-se às novas, produzem então situações concretas sempre específicas.
- Pela ação diferencial dos indivíduos e dos grupos sociais sobre seu quadro: esta ação está determinada pela filiação social e espacial destes grupos, mas pode produzir efeitos novos, devido à especificidade do sistema de interações (1983: 195).

Em Lojkine (1977), a teoria do espaço é resultado do movimento produção, consumo, distribuição e troca. O principal argumento do autor, referente ao espaço, é a questão do consumo coletivo.

“O que a nosso ver, vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos meios de consumo coletivos que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais - chegou-se a falar de uma civilização urbana, de outro, o modo de aglomeração específica dos conjuntos, dos meios de produção (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico” (Lojkine, 1997: 146).

O consumo coletivo, de acordo com este autor, movido pela necessidade material e subjetiva que a força de trabalho necessita para sobreviver, mas respondida de forma coletiva. É através do consumo coletivo que a classe que vive do trabalho repõe suas energias para produzir e reproduzir o espaço social. Para retomar suas atividades no ambiente urbano, o trabalhador precisa do consumo coletivo como a habitação, a alimentação individual e familiar, a escola para os filhos, o transporte e os momentos de festa e de criação. Sem estes elementos que compõem o consumo coletivo, força de trabalho e meios de produção não produzem o espaço social e as engrenagens da mercadoria no mundo capitalista.

Segundo Lojkine (1983), o consumo do trabalhador é duplo: o resultado do primeiro é a vida do capital, o resultado do segundo é a vida do próprio operário. O consumo coletivo, assim como toda a produção social do espaço, é feito de forma dialética, não existe produção que seja feita apenas de forma individual ou pertencente a um único segmento sócio-econômico no mundo capitalista.

O consumo diferencial reflete em todos os espaços da vida coletiva, a partir da realidade das estratificações sociais, força de trabalho e meios de produção, enfim, são ilimitadas condições do consumo coletivo nos espaços das cidades. Nos grandes centros do país, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Curitiba, os valores no/do espaço interferem em toda atividade da produção, do consumo, da distribuição e da troca. O consumo coletivo só pode ser acessível para os grupos de menor renda quando estes são produzidos e distribuídos conforme o seu poder de compra.

A respeito do ambiente construído, Harvey (1982) assinala que pode ser dividido em elementos de capital fixo a serem utilizados na produção (sistema bancário, empresas, rede de

transportes, etc..) e em elementos de fundo de consumo, a serem utilizados no consumo ou reposição da força de trabalho (casas, espaços de entretenimento e lazer, hospitais e unidades de saúde, teatro, cinema e espaços culturais, entre outros). O ambiente construído é essencial para a vida da cidade e de seus habitantes, diante da produção e reprodução do espaço social, dos fixos e dos fluxos. A cidade, os “pedaços”, os territórios de produção social do espaço e as espacialidades contemporâneas necessitam do ambiente construído para as necessidades básicas e elementares do meio-técnico-científico informacional.

David Harvey (1980) descreve que o solo e suas benfeitorias são imprescindíveis para a reprodução social do espaço, do ambiente construído e, também o processo dialético do jogo do valor de uso e do valor de troca. Conforme as palavras do autor, o solo e as benfeitorias reúnem seis elementos/instrumentos de produção, são eles:

- a localização fixa;
- o espaço e o lugar;
- a mercadoria;
- o espaço permanente (acumulação de riqueza)
- o solo (tempo)
- - propriedade privada da terra, seus usos e funções.

Chega-se a conclusão de que a questão da terra e as benfeitorias, paulatinamente, em momentos de crise os conflitos sociais tendem a se acirrar. A luta pelo espaço se dá em torno do ambiente construído e das riquezas que são produzidas, porém, conforme a história do capitalismo, a produção e os valores de uso são distribuídos de forma desigual.

Véras (2000) evidencia que se pode ver a cidade como ambiente construído, através das relações sociais que se concretizam no todo e no “pedaço”. A produção do ambiente construído depende de inúmeros fatores, dentre eles, o processo relacional entre o Estado, o capital privado e os diversos segmentos sociais que integram a sociedade. O poder do Estado, frente à política do ambiente construído, é preponderante para dotar a cidade e os pedaços de valores de uso e de valores de troca, essenciais para a necessidade coletiva e o funcionamento da própria totalidade do espaço. As intenções do Estado no ambiente construído são desnudadas de forma a fazer emergir o que realmente se expressa no espaço: uma nova modalidade do conflito de classes (Véras, 2000).

Na sociedade contemporânea, pautada pelo meio-técnico-científico informacional, o ambiente construído se diferencia pelos fixos e fluxos que são produzidos, segundo regiões e lugares. São Paulo pode ser vista através de territórios de tecnologia, informação, ciência e espaços de produção do capital local e global; concentrada, dispersa ou ausente dos lugares,

como por exemplo, o contexto sócio-espacial centro e periferia (Santos, 1998).

Henri Lefebvre também é da opinião de que a política no espaço ou o espaço político é resultado do conflito da produção do espaço social de forma desigual ou exploratória.

A produção do ambiente construído ocorre através dos processos pelos quais todo o conjunto das estruturas econômicas, políticas e ideológicas se articulam com essa unidade espacial (Gottdiener, 1993).

Harvey (1982) afirma que a obrigação em oferecer condições para que os produtores do espaço satisfaçam suas necessidades humanas e materiais, é obrigação do Estado. O Estado, frente às perspectivas das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, intervêm no espaço urbano para dotar e edificar condições para as classes sociais, diante de exigências do mundo do trabalho e do local de viver (habitação, bairro e benfeitorias).

O Estado participa da construção do ambiente construído, ele tem função e poder para intervir e intermediar na produção social do espaço. Além do Estado, os proprietários dos meios de produção são também responsáveis com a distribuição e produção dos fixos e fluxos.

A luta entre o capital e o trabalho não deixará de acontecer, porque o capital sempre procurou disciplinar a força de trabalho. Esse conflito torna-se mais acirrado quando o capital aumenta ou amplia as distâncias (geográficas) entre o espaço de produzir e o espaço de reposição da força de trabalho. Como consequência, a luta entre o capital e a força de trabalho continuará sendo um dos principais espetáculos do cenário urbano.

Nesse contínuo processo de luta social, Harvey (1980) considera que o rico pode dominar o espaço enquanto que o pobre está aprisionado nele. O autor está de certa forma correto, mas não é um estado absoluto, porque é uma luta e um exercício dialético e o cenário não será conquistado ou perdido em uma única batalha. Os aprisionados no espaço podem vencer o jogo e transformar as paisagens, as espacialidades e o ambiente construído; a conquista da liberdade poderá libertar e democratizar o espaço e tudo o que está ao seu redor.

Mark Gottdiener (1993), lendo Castells e Lefebvre, diz que o Estado está aliado não só contra a classe trabalhadora ou mesmo contra frações do capital, ele é o inimigo da própria vida cotidiana, pois produz o espaço abstrato que nega o espaço social que suporta a vida cotidiana.

Milton Santos (2003: 138) também aborda espaço e poder, como por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção que podem mudar o ritmo do capital. A mudança brusca e violenta promove a divisão social, assim como a divisão geográfica do trabalho, que separa o homem dos meios de produção. As forças que separaram

o homem do trabalho social concentram para si o conhecimento formal e prático, separando-o cada vez mais de sua arte produtora.

O território compreende o sistema de fluxos e fixos, de sistema de objetos e sistema de ações, ou seja, constitui o arcabouço econômico, político, institucional e sociocultural de um país. A rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços, junto a um conjunto que dá forma ao ambiente construído e com os fluxos que, por meio desses instrumentos de intercâmbios que circulam entre as aglomerações (Santos, 2003: 68).

Nos anos de 1980 até os seus últimos escritos, Milton Santos fez questão de problematizar a questão do território, para ele a questão do meio-técnico-científico informacional é a real paisagem das cidades no mundo.

História e tempo são inseparáveis, são como os seres da natureza (sol, água, terra e fogo) que não podem viver separados. No decorrer da vida social, a natureza, paulatinamente, foi perdendo força, porque o homem, responsável pela produção do espaço artificial, metamorfoseou o seu entorno, por intermédio do trabalho do mundo capitalista, transformou tudo em mercadoria. A natureza que vivemos hoje não é pura, ela é fabricada no laboratório da vida social.

O homem, por intermédio do trabalho, produtor das coisas e das realizações, a partir da Revolução Industrial, alia ao processo de produção a questão da técnica. A industrialização traz consigo o aprofundamento da divisão do trabalho que separa o homem do local de produção e do viver, que separa e transforma a terra, o habitat, o fruto da vida em papel moeda, em valor para ser trocado e mercantilizado, em outrora nas praças e ruas, nos dias de hoje, nos grandes mercados, nas corporações do mundo e de forma on-line. A técnica foi integrada ao movimento de produção e reprodução do espaço social, fazendo da cidade, do urbano e do espaço, local de conflito e de disputa espacial, geográfica e política.

Posterior à questão técnica, a ciência foi inserida nesse movimento para produzir rapidamente e alcançar vastos territórios do mundo, unificando e aproximando as distâncias geográficas. Para completar, o meio informacional é a micro-célula que faltava para compor a estrutura. O meio-técnico científico informacional é a história da produção social do espaço e de tudo o que a cidade e o território presenciaram na relação entre o homem e a natureza.

Nos últimos anos do século XX, ocorreram mudanças com as novas tecnologias, as informações, a rapidez com o instrumento técnico e o agravante reflexo de todas estas mudanças no corpo das cidades, do mundo do trabalho, da vida social, do conhecimento e da vida cultural. Hoje, faltando alguns anos para completar a primeira década do século XXI, talvez fique conhecida como a Era Informacional. Já há no mercado, rádio e TV digital,

aparelhos de comunicação e fonte de dados que mais se parecem com um minicomputador que pode ser guardado facilmente no bolso, enfim, o meio-técnico científico informacional está presente no cotidiano de todas as classes sociais, na produção social do espaço, no centro e na periferia, nas escolas e universidades.

A configuração do território e do espaço se dará, conforme Santos (2003: 120), com o conteúdo técnico e científico no local e no global.

O local e o global são formas do espaço territorial que ganharam conotações econômicas, geográficas, políticas e sociais, utilizadas para a ampliação e implantação do capital no mundo, superando barreiras governamentais, fronteiras políticas e aproximando o mundo para a formatação de uma cultura dita global.

Santos (2001) revela que a globalização, a forma que ela foi sendo implantada e desenvolvida no mundo, tende a desterritorializar e tornar homens e mulheres, cultura e espaço, como seres dependentes da estrutura econômica. A escravidão em escala global, submetida às leis e normas do capital e da cultura de consumo, fragmenta e cronologicamente, transforma o natural em artificial.

Para superar o poder global e suas artimanhas hegemônicas de produzir o espaço violentamente, Santos (2001) evidencia que há alternativas para mudar a realidade e que a transformação só pode acontecer pela ação prática na vida social, ou seja, o homem intervir no espaço social para superar e derrotar os valores de troca e a economia global. A política no espaço é essencial para que os cidadãos do mundo defendam o território de vida, local e global.

O debate sobre o espaço nos chama atenção para a questão da cidade. Se a cidade é a totalidade espacial produzida pelo homem e seu trabalho social, a produção acontece no espaço e em determinadas configurações espaciais.

O bairro ou pedaço, segundo Vêras (1991), é a dimensão espacial que revela o processo dialético do particular e da totalidade. O bairro é uma forma, uma micro-célula da organização política, social e econômica da cidade. A cidade é reunião dos bairros e suas partes que a compõem, organiza e distribui suas funções, identidades, o ambiente construído, a força de trabalho e os proprietários dos meios de produção. Através da leitura do bairro ou do pedaço, ainda podemos identificar onde estão localizados os espaços para as festas, para a diversão das crianças, jovens e adolescentes, para ocupar os parques, praças e ruas, tendo em vista produzir e romper com as formas mecânicas e virtuais da cultura global ou do meio técnico científico informacional. A ação humana no pedaço e nos bairros é fundamental para a escrita de uma história da totalidade e das partes. A ação territorial, a luta política, o conflito

entre as classes sociais também se realizam na dimensão local.

Segundo Sposati (2001), descobrem-se através do pedaço as múltiplas faces da cidade. Por meio do pedaço podemos desvendar as identidades culturais, a concentração econômica, a localização da pobreza, a concentração de jovens e idosos, o tempo médio de escolaridade de homens e mulheres, enfim, o pedaço é uma dimensão complexa que dá forma e revela a totalidade.

A luta por moradia, a violência urbana, os homicídios que acometem os jovens da periferia, os movimentos sociais urbanos, todos estes fenômenos sociais realizam-se no pedaço e no todo. A política no espaço, gradativamente, segue esta relação centro e periferia, o lugar do conflito político não é fixo, é um movimento dos fluxos nos territórios da cidade.

Gaston Bachelard (2003) revela-nos as intimidades produzidas no espaço social, principalmente o lugar de reposição da força de trabalho. Bachelard questiona que os lugares são preenchidos de histórias que se encontram, entrelaçam-se intimamente e organizam a micro-célula na vida societária. Nesses territórios subjetivos, o papel do interior e do exterior é importante na relação homem e natureza/sociedade.

O interior pode ser um pequeno fóssil de nossa história encravada no local de viver (material e humano) e que em nosso cotidiano, nos transmite uma referência identitária, relacional e histórica (Auge, 1994 ; Magnani, 1998).

Os objetos, a materialização das pedras, o ferro e o concreto em forma de habitação, nas palavras de Bachelard (2003), se tornam poéticos e de grande valor de uso, quando expõe, revela e aflora as dimensões espaciais da identidade humana, de “pedaços” e formas de civilização humana e do substantivo próprio da vida; a produção para viver, cultivar a arte, a poesia e a cultura e não o contrário, como a produção para sobreviver.

Frente ao cenário, local e global, Henri Lefebvre (1991: 107) e Milton Santos (1999), priorizam ações e pensamentos para enfrentar o jogo. O jogo que torna toda a produção humana em mercadoria, para os autores, só pode ser mudado através do processo de humanização da vida social e da práxis, territorial e espacial.

A Produção do Trabalho

O trabalho, do ponto de vista histórico, pode ser visto na história das sociedades como fonte produtora e reprodutora das necessidades humanas, sociais, políticas e culturais. O trabalho exerce, conforme as transformações empreendidas pelo homem, mudanças internas e externas nas configurações sociais e territoriais.

As transformações e as metamorfoses interferem no próprio ser social, produtor de

espaço e de necessidades humanas. O homem, através do trabalho e do empreendimento material e intelectual, é o principal ator e força motriz da sociedade contemporânea.

A questão das desigualdades raciais no mercado de trabalho no Brasil e, principalmente em São Paulo, está conectada diretamente aos diversos processos históricos, políticos e ideológicos do cenário nacional e internacional.

O trabalhador negro, durante a transição e após a instituição do trabalho livre, deparou-se com o quadro social de estar na cidade, exercendo as diversas atividades do trabalho social, porém, sem o direito de participar de fato da cidadania e da cidade (Fernandes, 1965). A condição de estar à margem da urbe paulistana o relegou a situação da segregação; social, racial e ocupacional.

O quadro social e político sobre o trabalho e a questão racial serão classificados em quatro momentos: o pré-abolição, a sociedade do trabalho livre, a sociedade urbano-industrial e a atualidade, a sociedade informacional e do setor de serviços.

Para a instalação do capitalismo brasileiro, assim como em outros territórios, a produção, a distribuição, o consumo e a troca são imprescindíveis para constituir o jogo da produção e dos meios de produção. O funcionamento do capitalismo só tem sentido em uma sociedade que necessite a auto-reprodução das mercadorias, dos valores de uso e dos valores de troca. Os meios de produção necessitam da mão-de-obra livre, ou seja, dos trabalhadores livres para a exploração no mercado de trabalho, para a dilapidação no exército industrial de reserva, enfim, para ser um instrumento dependente e direto da produção social do espaço.

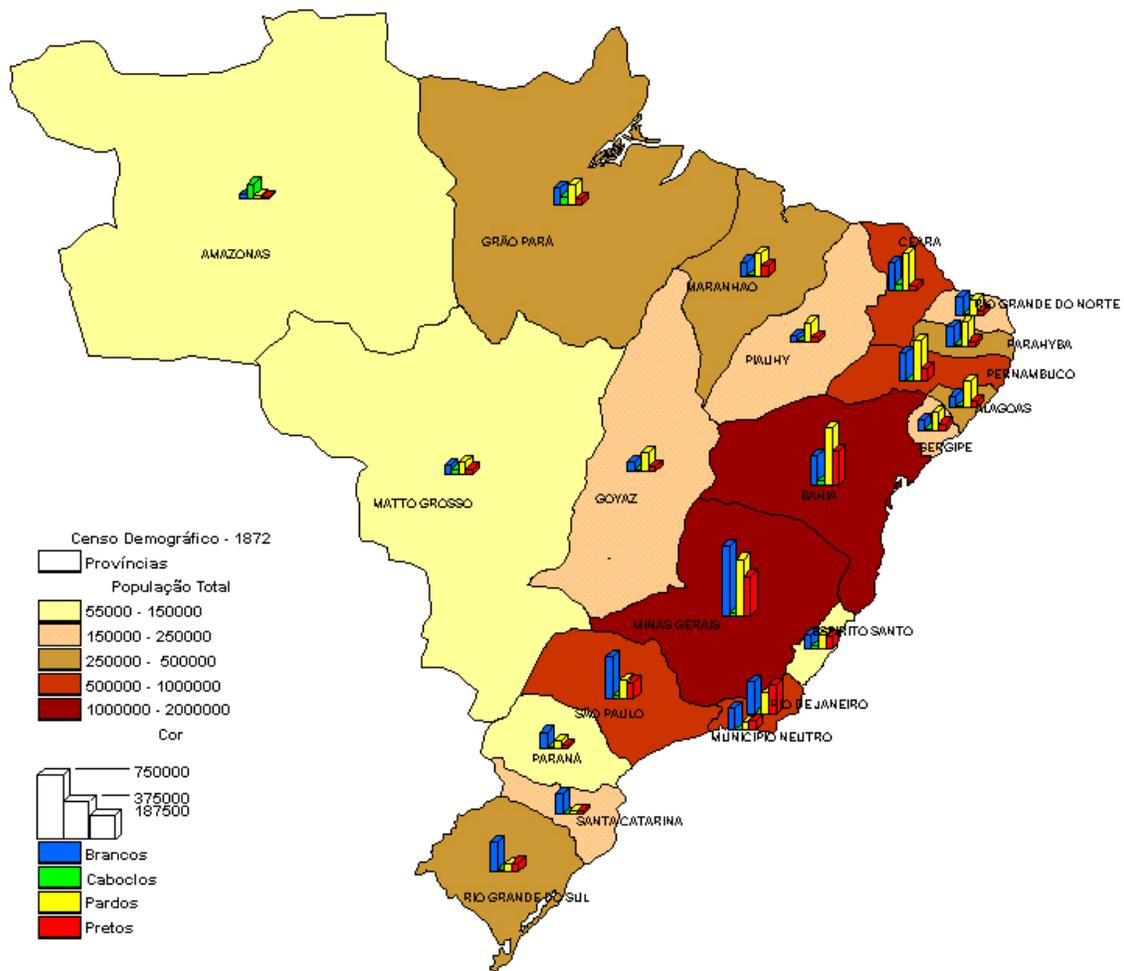
Antes da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, estava se organizando as estruturas políticas e econômicas para a constituição do poder na cidade de São Paulo e do país. Uma destas estruturas, segundo Moura (1994) e Kowarick (1994), por intermédio da política e da lei, tornou-se legal a Lei de Terras (1850). Essa lei inviabilizou que negros e pobres, no caminho para a abolição, que eles adquirissem meios de produção e se tornassem independentes das funcionalidades e das territorialidades do capitalismo nacional.

A Lei de Terras bloqueou e impediu a organização de trabalhadores negros e pobres no que tange à produção social do espaço, à democratização da terra e a socialização dos meios de produção. Escrita em 1850, antes da sociedade do trabalho livre, teve suas intenções e proposições.

Hoje, o quadro histórico e sociológico contribui para afirmar que o processo não foi algo natural. A Lei de Terras teve o objetivo de impedir que negros e pobres se tornassem donos dos meios de produção, que possibilitaria outras posições sociais e econômicas na sociedade brasileira.

“Não foi ocasional que a Lei de Terras tenha coincidido com o término do tráfico negreiro, época em que os fazendeiros utilizaram pela primeira vez de forma mais abrangente, mão-de-obra estrangeira pelo sistema de parceria. Ela indica de maneira cristalina o intento de obstaculizar o acesso à propriedade da terra, forçando o trabalhador livre a permanecer na fazenda (...)” (Kowarick, 1994:75).

Mapa N° 1 - População Brasileira em 1872, conforme classificação étnico/racial.



Fonte: Cebrap - Recenseamentos Gerais do Brasil no século XIX, 1872 a 1890.

De acordo com as informações do Mapa N° 1 - População Brasileira em 1872 - conforme classificação étnico/racial se destaca o nordeste e o sudeste; os estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Pernambuco. Estes territórios, conforme a

cartografia concentra a população nacional do final do trabalho escravo e nos últimos anos do século XIX.

Em algumas cidades, como São Paulo, deve-se considerar que a dinâmica do capital deslocou-se em direção aos novos territórios, formas de escoamento e circulação da produção, haja vista a região do Vale do Paraíba, a região de Campinas e o porto de Santos. A história oficial, como lei e norma, conta no presente e no passado, que o ano de 1888 foi o marco fundador da sociedade do trabalho livre e o fim do trabalho escravo.

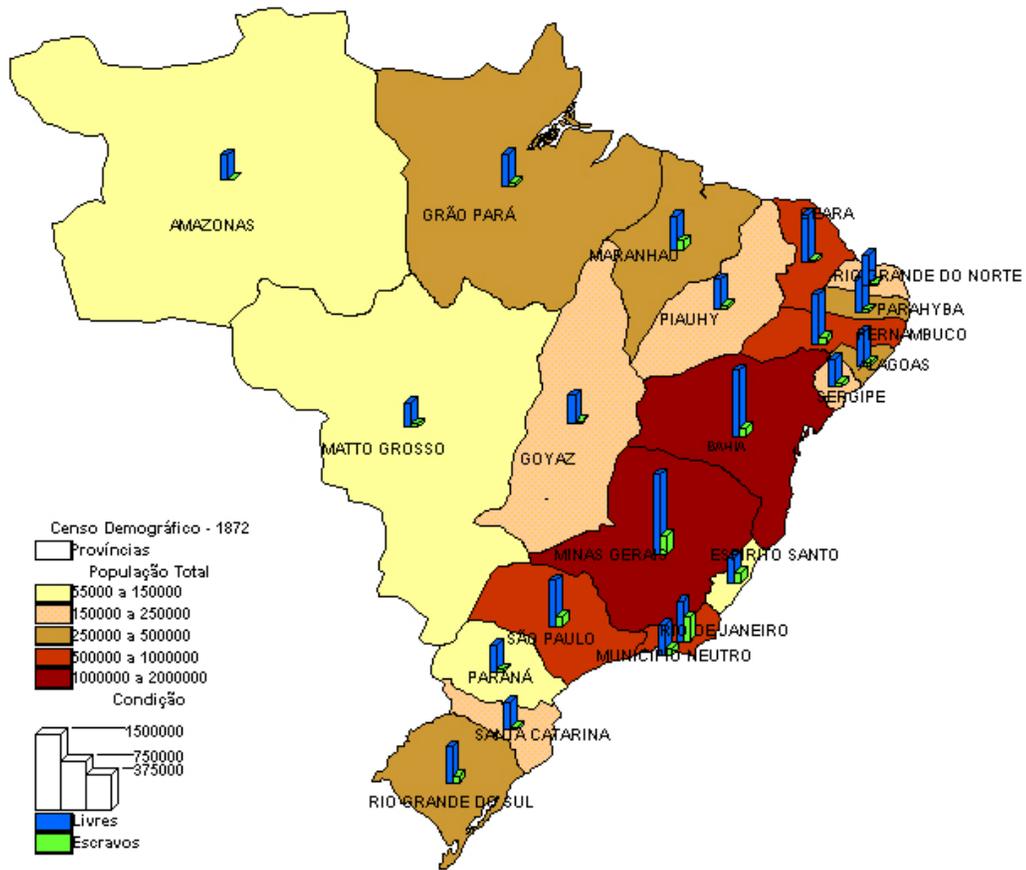
Décadas antes da abolição, estava prestes a se concretizar, através das revoltas quilombolas, o desmantelamento da estrutura escravista que vigorou durante quatro séculos no Brasil.

O trabalho africano e de seus descendentes, é o primeiro registro histórico referente à produção e reprodução do território.

A terra brasileira é o lugar onde está inscrita a herança africana e afro-brasileira de mais de quatro séculos da civilização humana.

Conforme cartografia abaixo, antes da abolição já estava se processando o fim do trabalho escravo em todo território nacional. As revoltas, rebeliões e conquistas dos territórios quilombolas, passo a passo, derrubariam as estruturas da sociedade escravista.

Mapa Nº 2 - População no Brasil em 1872 - Livres e Escravos



Fonte: Cebrap - Recenseamentos Gerais do Brasil no século XIX, 1872 a 1890.

“A evolução do estoque de escravos após 1850, é, nesse sentido, reveladora. No conjunto do país, o número decresce rapidamente: em 1864 era 1.717.000; dez anos após, 1.540.000; em 1884 de 1.240.000; e no ano anterior à Abolição, de 720.000. Tendo os mesmos anos como referência, o Nordeste apresenta uma tendência de queda ainda mais acentuada, pois lá saem os fluxos que abastecem o café: de 774.000 no início do período considerado, reduz-se para 436.000, 300.000 e 172.000” (Kowarick, 1994).

A abolição regulamentada em 1888, conforme os dados acima, não é um instrumento político de grande envergadura que enalteça a história de africanos e seus descendentes. Os poucos documentos e a memória oral que foi preservada (instituições de matriz africana e a simbologia material e subjetiva afro-brasileira) corroboram e atestam que o principal ator, em constante busca pela liberdade, foram as organizações negras dos quilombos, das confrarias e

das irmandades religiosas.

Se a terra e os elementos que são produzidos por ela foram negados para a maioria da população no século XIX, a entrada para a sociedade de classes e ao mercado de trabalho, tornar-se-ia mais difícil para os negros. A participação no mercado de trabalho, conforme Moura (1988), não se realizou em condições semelhantes entre os trabalhadores. O legado da escravidão e as condições sócio-econômicas do período tornaram-o o primeiro desempregado e sua inserção foi definida com os piores lugares no mercado de trabalho.

O principal produto econômico do final do século XIX e início do século XX foi o café, que assumiu o carro chefe da economia agro-exportadora; o país produzia para os países de economia avançada e moderna, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e a França (Pochamnn, 2001).

De acordo com o censo de 1872, a cidade de São Paulo possuía 31.400 habitantes, número inferior a muitas cidades brasileiras. Nessa época, a urbe paulistana detinha nove vezes menos - população - que o Rio de Janeiro, o centro mais habitado na época. No mesmo período, registrava menos habitantes que cidades como Recife, Salvador, Belém, Niterói, Porto Alegre, Fortaleza, Cuiabá e São Luiz.

Tabela Nº 1 - População da cidade de São Paulo em 1872

Cor	Livre	Escravo	Total
Branca	18.834	-	18.834
Parda	5.761	950	6.711
Negra	2.090	2.878	4.968
Cabocla	872	-	872
Total	27.557	3.828	31.385

Fonte: Fernandes, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, 1964.

Aproximando-nos da abolição, a população branca, em decorrência da imigração estrangeira, já se constituía em maioria populacional.

À medida que se processava a desintegração do trabalho escravo, processava-se a transferência de ocupações rendosas, de status e de melhor prestígio sócio-econômico para a população branca, alcançando maior expressão para os imigrantes e seus descendentes.

As desigualdades raciais, conforme apontamentos de Hasembalg (1979), após a abolição, podem ser vistas e compreendidas pelo recorte geográfico e político do território nacional. Na região nordeste e no estado de Minas Gerais, os trabalhadores negros foram incorporados ao contexto do mundo do trabalho, em condições superiores às regiões mais

desenvolvidas.

Na região Sudeste, a mão-de-obra negra iniciou o mundo do trabalho em condições precárias e inferiores aos trabalhadores brancos. A mão-de-obra negra tem significativa importância no cenário brasileiro, em suas diversas esferas, como social, econômica, cultural, política e religiosa.

Parcelas culturais de africanidade(s) que “migraram” para o Brasil inscreveram símbolos e valores no contexto popular e nacional. Parte deste contexto é visto no processo civilizatório da constituição do povo brasileiro.

O trabalhador africano e seus descendentes, durante os últimos anos do trabalho escravo, não só foram os principais atores da mão-de-obra nacional no setor econômico agro-exportador, como também a força de trabalho para a construção das cidades, igrejas, pontes e viadutos, das estruturas e dos equipamentos, como a estrada de ferro Santos - Jundiaí, São Paulo Railway e Sorocabana (Kowarick, 1994).

O primeiro momento da história do trabalho no Brasil, o trabalho escravo é a principal força do quadro sócio-econômico do contexto nacional em mais de cinco séculos. O trabalho escravo vigorou por quatro séculos e a principal força motriz - o trabalhador negro - após a abolição, não foi incorporado às principais instituições da sociedade do trabalho livre.

Fernandes (1965), Ianni (1987) e Hasenbalg (1979) assinalam que o Estado brasileiro, a Igreja e os fazendeiros eximiram-se da responsabilidade, diante das condições do negro na sociedade de classes.

Depois da abolição, a condição de cidadão limitou-se apenas na teoria (Fernandes, 1965). A população negra deparou-se com diversos obstáculos, dentre eles, a ausência de instrumentos legais para o aprendizado, competição e a mobilidade social no cenário de São Paulo.

Tabela Nº 2 - População do Estado e do município de São Paulo - 1890

População	Estado de SP	Município de SP
Branco	873.423 (63%)	53.204 (81,9%)
Pretos	179.526 (12,9%)	4.446 (6,8%)
Caboclos	114.199 (8,1%)	888 (1,3%)
Mestiços	217.605 (15,7%)	6.396 (9,8%)
TOTAL	1.384.753 (100%)	64.945 (100%)

Fonte: Florestan Fernandes, A Integração do Negro na Sociedade de Classes.

Nas últimas décadas do século XIX, o fluxo de imigrantes (italiano, espanhóis, portugueses, alemães e outros), tornou-se intenso. O volume de mão- de- obra estrangeira, em

princípio, foi trazido para ser inserida no trabalho decorrente da produção do café. As primeiras levas de imigrantes foram distribuídas para os principais pólos econômicos do Estado de São Paulo. Somente nas últimas levas, a mão-de-obra estrangeira migrou para a cidade de São Paulo, que ainda estava em processo de despontar a urbanização e a industrialização.

Para melhor delineamento das questões apresentadas por Fernandes (1965), apresentamos abaixo, cinco elementos apontados pelo autor: a desagregação do regime escravocrata tratou a situação como se ela não existisse ou de forma silenciosa, deixada de lado; modernização do contexto urbano-industrial, principalmente nas relações sociais; inserção do trabalhador imigrante nos principais postos no mercado de trabalho urbano; delimitação das atividades e do lugar do negro na sociedade paulistana.

As desigualdades centram-se no espaço da produção e reprodução da força de trabalho e na herança do trabalho escravo; eis a questão do racismo e das desigualdades na cidade (Fernandes, 1965).

O projeto de tornar São Paulo moderna, nas primeiras décadas do século XX, tem como objetivo a ideologia moral e cultural das representações sociais opondo o antigo e o novo, ou seja, a valorização das transformações urbanas e sociais e a negação do passado, do antigo e das lembranças do mundo rural.

Conforme quadro abaixo, a presença dos imigrantes na capital paulistana cresceu de forma rápida, em razão da economia cafeeira, do trabalho industrial e da política interna, que favoreceu a vinda dos estrangeiros.

Tabela Nº 3 - Proporção de população nacional e estrangeira no final do século XIX

Anos	Nacional	Estrangeiro
1872	93,6%	6,4%
1886	74,2%	25,8%
1890	77,9%	22,1%
1893	44,4%	55,6%

Fonte: Florestan Fernandes, A Integração do Negro na Sociedade de Classes.

O aumento demográfico do imigrante deve-se ao apoio governamental do Estado brasileiro, através da subvenção (financeira) das despesas, dos custos e dos transportes para deslocar a população imigrante de seus lugares de origem para o estado de São Paulo e a capital paulistana (Fernandes, 1965).

O mundo urbano industrial concentrou e distribuiu os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, conforme as divisões geográficas, sociais e culturais. Parte desta classificação encontra-se na composição do trabalhador urbano industrial.

Diante do quadro social, Fernandes (1965; 1971) e Bastide (1971) certificam que 71,2% dos trabalhadores da cidade eram estrangeiros e que dentre eles, 82% dos trabalhadores estrangeiros estavam representados na expansão urbana e industrial.

A preferência pelo imigrante foi uma escolha feita pelos empregadores, o resultado repercutiu no contexto dos trabalhadores negros que saíram como os mais prejudicados na sociedade paulistana.

O prejuízo para o negro foi ocupar os quadros mais degradantes da força de trabalho e se ver destituído da competição com os imigrantes. O ônus de sua condição sócio-econômica, principalmente no mundo do trabalho, traria para si, a família e seu grupo de pertencimento, as posições mais baixas no mercado de trabalho, a segregação nos lugares distantes, escuros e insalubres da cidade de São Paulo (Rolnik, 1997).

No quadro individual e coletivo, é a mulher negra a principal responsável pela manutenção da família e pela sobrevivência, social e econômica.

Diante do estado de desemprego, amargura e sofrimento dos homens negros na sociedade paulistana, a mulher negra, segundo Fernandes (1965), Bastide (1971) e Bernardo (1998), assumiu o posto de chefe de família.

Na São Paulo do começo do século XX, segundo Santos (1998), “nem tudo era italiano”, ou seja, nem tudo era espaço estrangeiro. Este autor comenta que e os bairros centrais, ruas, avenidas, praças, habitações coletivas e os espaços públicos, todos faziam parte do repertório dos trabalhadores nacionais, para o exercício do trabalho, do encontro e das festas.

As atividades que homens e mulheres negros exerceram e ocuparam, no começo do século passado, restringem as seguintes funções: para os homens, os serviço de extrema força física, de maior expressão corporal, sem qualificação, as atividades mais informais, as tarefas de entregador, carregador, pintor, auxiliar e pedreiro, serviços de limpeza urbana e da cidade, e das mulheres, os serviços de doméstica, cozinheira, pajem, costureira e as atividades na indústria.

“A cidade, que confinava o negro e o mulato às ocupações ingratas, penosas e sem futuro, abria perspectivas sombrias tanto para as gerações ascendentes, quanto para as gerações descendentes da população de cor. Enquanto se perpetuavam as condições anômicas de existência, nem a família podia

preencher construtivamente suas funções sociais normais, no amparo do menor, do velho e do doente crônico ou inválido, nem as inconsistências do meio negro” (Fernandes, 1965).

A afirmação de Fernandes (1965), a respeito da condição da população negra nas primeiras décadas do século XX, nos alerta para uma questão: as desigualdades, o racismo e parte da estrutura sócio-econômica herdada da escravidão, seria superada, através de sua participação no contexto urbano industrial da cidade.

A herança do arcaico e as desigualdades seriam transformadas em novas perspectivas, como o cenário da cidade e das ocupações. A industrialização, no dia-a-dia do trabalhador e da família negra, poderia proporcionar igualdade na competição ocupacional, na renda e nos locais públicos. As desigualdades entre brancos e negros seriam eliminadas ou reduzidas, conforme o grau de participação na sociedade urbano-industrial.

Após 1930, a sociedade urbano-industrial transforma a mão-de-obra; branca, negra, cabocla, mestiça e imigrante em mercadoria. O capitalismo brasileiro, em princípio, metamorfoseia a classe trabalhadora em valor de troca no mercado capitalista. A mercantilização da força de trabalho tende a escravizar os trabalhadores, desterritorializá-los e artificializar a produção social do espaço.

Até o final da década de 1930 a mudança não se concretizou, o negro teve que conviver na cidade e estar circunscrito à situação de marginal, de exclusão e segregação, ocupacional, racial e espacial.

O Governo de Getúlio Vargas, de prática populista, é visto na história brasileira como o pai dos pobres e a mãe dos ricos. Essa associação refere-se às formas em que o governo arregimentava os diversos setores sociais a seu favor; entre os pobres, destacam-se a questão dos sindicatos, o setor da habitação e os direitos sociais, como a previdência social e a carteira de trabalho.

A memória política de homens e mulheres negros da cidade de São Paulo, que viveram a política nacional com Getúlio Vargas a frente da Presidência do Brasil, sobressai a política universal e particular, para os trabalhadores nacionais.

“Nós negros, devemos de um modo geral, muito ao Presidente Vargas, porque até então nós não tínhamos tido nenhuma possibilidade, nenhuma oportunidade. Então o Getúlio, que possam pensar dele o que quiserem os demais, mas na minha consideração e convicção, ele foi um grande protetor, um benfeitor da raça negra aqui em São Paulo. Pois ele atendeu a todas as reivindicações e

justamente porque essa reivindicação foi feita pela FNB (...)” (Depoimento de Marcelo Orlando Ribeiro) (Barbosa, 1998).

O Governo Vargas, dentre algumas medidas, exigiu a participação de 40% de trabalhadores nacionais no serviço urbano industrial e também a contratação no funcionalismo público, como o de guarda civil.

Após 1940, Fernandes (1977) afirma que a industrialização proporcionou algumas vantagens no mercado de trabalho e na sociedade para os trabalhadores negros, como o acesso a funções de prestígio social e econômico na força de trabalho da urbe paulistana.

A cidade de São Paulo, no início do século passado, gradativamente se transforma a partir das referências do urbano e da indústria na sociedade paulistana. Os atores do espaço e dos territórios, negros e brancos, dividiam os mesmos espaços da urbe, no entanto, segundo considerações de Bernardo (1988), há quatro formas de ver a cidade dessa época, a particularidade de gênero e de raça. A primeira, a cidade do progresso, pertence aos olhares das mulheres italianas e descendentes. A segunda, a cidade do trabalho, vista e percebida pelo homem italiano e seus descendentes. A terceira, conforme a forma de perceber e viver o cenário, a cidade escura e, por último, a percepção dos homens negros, a cidade desconhecida.

É emblemática a percepção das situações sociais e econômicas entre homens e mulheres, negros e brancos, de estar, viver e se perceber na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século passado. O sentimento de diferença foi transmitido oralmente e através do trabalho da memória coletiva, a constituição de diferentes cidades foi sendo elaborada.

Para os homens e mulheres italianos e descendentes, o mundo urbano e industrial que estava despontando, trazia-lhes progresso, sucesso e condições materiais de existência.

Segundo Bernardo (1998), para os homens e mulheres negros, o progresso e o sucesso ausentaram-se no percurso geográfico, social e econômico em São Paulo. A escuridão e o desconhecimento reportam-se a situações de desemprego, marginalidade e a difícil condição de vida nos bairros e habitações precárias em que viveram, apesar da segregação e preconceitos também presentes contra eles.

Abaixo, o quadro sobre a população da cidade e do Estado de São Paulo, em 1940, ajuda-nos a tornar mais evidente o grande salto que São Paulo alcançou com a urbanização e a industrialização.

Tabela Nº 4 - População da Cidade e do Estado de São Paulo em 1940

Grupos de Cor	Capital	Estado
Branco	1.203.111	6.104.968
Pretos	63.546	525.423
Pardos	45.136	291.665
Amarelos	14.074	215.389
Não declarada	394	52.048
TOTAL	1.326.761	7.179.495

Fonte: Florestan Fernandes, A Integração do Negro na Sociedade de Classes, 1964.

De acordo com os resultados do censo de 1940, os trabalhadores negros exerceram suas atividades em empresas que abrangem todas as esferas da vida econômica, como os serviços que absorvem a mão-de-obra, predominantemente, as atividades domésticas e as tarefas que exigem força física e braçal (Fernandes, 1971).

O período que vai do final dos anos de 1930 e o início de 1940, segundo Veras (2002) e Martins (2004), é o momento de menor entrada de imigrantes no país e o início da migração das regiões do norte e nordeste para o sudeste. A cidade de São Paulo é o principal centro receptor da migração interna em toda a região desenvolvida (Martins, 2004).

São Paulo arregimentou a mão-de-obra, nacional e estrangeira para compor a massa de trabalhadores para a sociedade urbano-industrial.

Pochmann (2001) argumenta que a industrialização e a economia do país, que teve elevada transformações internas e externas, por não realizar as reformas importantes no cenário brasileiro, tornaram o cenário das desigualdades sociais e raciais, mais profundas nas regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

“Tudo isso esteve associado à incapacidade de o país realizar pelo menos três reformas clássicas do capitalismo contemporâneo. Industrializou-se sem realizar a reforma agrária, gerando um mercado flexível e com enorme excedente de mão-de-obra para as necessidades do capital, ao mesmo tempo em que não alterou o padrão distributivo da renda. A não realização das reformas tributárias, capaz de estabelecer uma base fiscal progressista e direta sobre a renda dos ricos, e social, que permitisse generalizar um padrão adequado de serviços de saúde, educação, habitação, lazer, de garantia de renda” (...) (Pochmann, 2001).

Em 1950, de acordo com as informações do IBGE, a população brasileira representava 51.944.397 habitantes. Desse total, 18.782.891, foram classificados fazendo parte do contexto urbano, enquanto que no espaço rural, foram classificados 33.161.506 habitantes. Em valores relativos, o urbano, ainda de pouca expressão, alcançava no território nacional, 36,15%, o rural, de grande expressão econômica e populacional desde o início do século XX, o valor corresponde ao dobro do espaço urbano, 63,85%.

Andrews (1998), Fernandes e Bastide (1971) e Ianni (1987), apontam que após o auge da imigração estrangeira em São Paulo, inicia-se o movimento migratório interno e externo para o espaço urbano-industrial que estava prestes a se consolidar nas décadas seguintes.

Conforme as informações da Tabela N° 5 - Distribuição da população brasileira por cor/raça, podemos interpretar o cenário social e econômico. A posição da população negra é majoritária no segmento da classe trabalhadora, mediante a força de trabalho disponível para o mercado. Conforme a classificação de cada representante na ocupação, os negros ocupam 52% das vagas, os brancos 48,7% e os amarelos 23,25%.

Em 1950, os empregadores brancos são maiorias no mercado de trabalho nacional. Conforme o quadro abaixo, os brancos e amarelos, detêm os postos de empregadores no país e nas principais cidades. Em São Paulo, o quadro sócio-econômico da mão-de-obra negra é mais explícito; a condição de proletariado.

Tabela Nº 5 - Distribuição da população brasileira por cor/raça e posição na ocupação, censo de 1950.

Cor	Empregados	Empregador	Conta própria	Membro Família	S/Declaração
Branços	48,75	5,11	28,30	17,63	0,18
Mulatos	44,90	1,84	34,22	18,80	
Pretos	60,91	0,95	24,51	13,40	0,16
Amarelos	23,35	10,29	31,79	34,30	0,25

Fonte: IBGE, 1950

Tabela Nº 6 - Distribuição Percentual da Posição na Ocupação de Pessoas Economicamente Ativas - Estado de São Paulo - 1950

Cor	Empregados	Empregador	Conta própria	Membro Família
Branços	65,2	5,2	16,3	13,4
Mulatos	75,5	1,3	11,4	11,8
Negros	79,4	0,9	9,1	10,6
Amarelos	23,3	10,1	31,7	34,8
Total	65,7	4,8	15,9	13,6

Fonte: IBGE, 1950.

Tabela Nº 7 - Distribuição percentual dos homens e mulheres de 10 anos e mais, segundo a posição na Ocupação e a Cor - Município de São Paulo - 1940.

Ocupação	Branços	Pretos	Pardos	Amarelos	Totais
Empregador	3,6	0,3	0,6	7	3,4
Empregado	77,6	85,6	84,2	47,8	76,9
Autônomo	17,6	11,6	12,3	32,5	17,4
Membro Família	1,1	0,5	0,4	11,7	1,2
Posição Ignorada	1,0	2,0	2,5	0,9	1,1
Totais	100	100	100	100	100

Fonte: Florestan Fernandes, A Integração do Negro na Sociedade de Classes, 1965.

As informações das tabelas de nº 5, 6 e 7 representam parte do cenário local e nacional, referente aos anos de 1940 e 1950.

É predominante a classificação dos brancos na ocupação de empregador. Em todos os ramos de atuação, as diferenças funcionais, econômicas e sociais são superiores e os trabalhadores brancos levam vantagem na renda, na ocupação e na condição de empregador (Henriques, 2001).

Os negros, conforme os dois censos citados acima, estão sobre-representados, de acordo com a classificação, com forte concentração deles na posição de empregados.

Face a esses dados e segundo alguns autores, Fernandes (1989), Pinto (1998) e Andrews (1998), não há dúvidas de que a única mobilidade realizada foi a passagem de escravo a proletário percorrida pela grande massa de homens e mulheres negros das cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e outras.

Florestan declara que após 1930 o trabalhador negro na sociedade urbano-industrial participaria em condições mais vantajosas que os períodos anteriores. Na condição de proletariado da sociedade urbano-industrial, sua inserção lhe garantiria condições materiais para prover a família, os filhos e as necessidades do cotidiano.

A condição do proletariado negro é uma dupla condição; de classe e de raça. Esta situação é inseparável, porque é impossível pensar a questão racial desvinculada da classe social (Fernandes, 1989).

Após a abolição não houve ausência de braços para o trabalho, na agricultura e depois para a industrialização (Kowarick, 1994). Posterior ao trabalho escravo, a mão-de-obra nacional não foi incorporada no desenvolvimento da capital paulistana.

Até o final dos anos 1950 e início de 1960, percebe-se que a incorporação do negro no proletariado industrial, também significou incorporá-lo ao tradicional trabalho braçal, físico, precário e de menor remuneração (Fernandes, 1989).

A cidade do café e as heranças do passado, conjuntamente, são alguns elementos que sustentaram, parcialmente, a grandeza, o poderio político e econômico do capitalismo brasileiro na urbe paulistana.

As transformações, nos idos de 1970, são notadas no cenário urbano e metropolitano através das territorialidades de empregos, da riqueza e do capital que se expandem, de forma horizontal e vertical.

O crescimento e o protagonismo nacional, que São Paulo exerce, podem ser explicados com a participação da diversidade? Esta questão, em particular, procura entender em que medida a população negra e pobre é incorporada e participa do desenvolvimento de São Paulo.

Os apontamentos de Fernandes (1977) vão nessa direção, verificando se o

desenvolvimento político e econômico incluía o ex-agente do trabalho escravo na sociedade paulistana.

“Nos últimos 25 anos a industrialização maciça e a convulsão metropolitana se alimentaram de braços nacionais: as migrações internas desenbocaram na cidade e delas saíram os contingentes de trabalhadores menos qualificados ou desqualificados. Os setores pobres e dependentes da cidade participam por aí do crescimento econômico (...) Com o emprego, o negro pode conquistar mais facilmente à base materiais para a participação institucional, de que estava quase completamente excluído e pode manter novos projetos de vida”.

(Fernandes, 1977)

As décadas de 1960 e 1970 registram a forte presença do capital nacional e internacional na produção da economia. A distribuição da riqueza não se distribuiu conforme os territórios da pobreza. Predominou a concentração econômica nos territórios da riqueza.

O trabalhador negro, frente a esta conjuntura de metamorfoses, é contratado para os postos de proletariado industrial. Os filhos e netos da população negra dos idos de 1920 e 1930 são empregados nos setores da indústria e do comércio e, atualmente, no trabalho informal.

O que Fernandes (1965) afirma é que a época atual, da modernidade e do desenvolvimento, possibilitaria melhores condições para sobreviver e participar do mercado, de forma limitada e regulada, apenas das necessidades básicas. No final dos anos de 1980, Florestan (1989) examina a produção inicial e o cenário político daquele momento, tendo em vista, apontar que as desigualdades só podem ser combatidas através da relação classe social e raça.

Enfim, a luta racial tem de caminhar junto com a luta de classes. Separá-las, numa sociedade multirracial é incorreto (1989).

Concordamos com o argumento, é um grande erro propor a separação entre classe social e raça.

Quando um trabalhador negro consegue superar as barreiras sociais e econômicas, ocupando uma posição de prestígio social e econômico, precisará lidar no cotidiano do local de trabalho com a posição de classe e de raça. As barreiras, dificuldades e o preconceito estão no caminho dos percursos da mobilidade sócio-econômica de homens e mulheres negros, geralmente, eles precisam provar diversas vezes as suas condições.

Porcaro (1981) aborda as diferenças ocupacionais entre brancos e negros no mercado de trabalho brasileiro a partir da leitura dos dados da PNAD referente ao ano de 1976. Conforme a autora, a estrutura ocupacional da força de trabalho apresenta grande concentração nas ocupações manuais, que absorvem mais de 80% do total das pessoas ocupadas em 1976. Nas ocupações manuais, os trabalhadores pretos são 44,5%, os pardos 42,8% e os brancos, 30%. No outro quadro, as ocupações não-manuais, os pretos são 4,7%, os pardos 9,9% e os brancos 23,1%. Há maior participação da população negra nas ocupações manuais e diminuta presença nas atividades não-manuais. Para os brancos, ocorre o inverso, nas atividades não-manuais eles estão mais representados e em menor número no trabalho manual (Porcaro, 1981).

De acordo com os dados do PNAD, IBGE 1976, as desigualdades no mercado de trabalho estão distribuídas de diversas formas; nas ocupações, nos rendimentos, na contratação, o nível de instrução, as classes sociais e a raça.

As desigualdades raciais entre brancos e negros no mercado de trabalho, tem sua origem na herança do trabalho escravo. No momento presente, o racismo e o preconceito (Guimarães, 1999), geram fatores cumulativos pressionando a força de trabalho negra para as mais baixas posições na divisão social do trabalho.

Porcaro (1981), brevemente, apresenta o seguinte quadro:

“a. em todas as categorias estudadas os negros possuem rendimento médio significativamente inferior ao dos brancos.

b. é a categoria “ocupação de nível superior, empresários e administradores” que apresenta o maior diferencial quanto ao rendimento médio com os pretos e pardos auferindo somente 36,9% e 49,6%, respectivamente, do rendimento médio dos brancos.

c. a categoria que apresenta menor diferencial é a de empregados em ocupações dos transportes, que como visto anteriormente é a das menos heterogêneas internamente.

d. para o total das categorias sócio-ocupacionais podemos verificar que a relação encontrada entre os diferenciais para os anos médios de estudo entre brancos e negros é sempre menor que a relação encontrada para os rendimentos médios. Isto vai indicar que, algumas vezes para o mesmo (ou maior) nível de instrução, a força de trabalho negra está sendo mal remunerada, às vezes, a mesma relação proporcionais com o nível de instrução para brancos e negros.

d. esses indicadores mostram que os brancos ricos são muito mais ricos que os negros ricos. “Além disso, como discutido anteriormente, é muito elevado o número de brancos nas camadas mais ricas da população” (Porcaro, 1981).

O fordismo e o toyotismo imprimiram drásticas transformações no mundo do trabalho brasileiro, principalmente para a classe-que-vive-do trabalho. O proletariado da Região Metropolitana de São Paulo sofre com as grandes metamorfoses e com o aumento do desemprego em massa.

O fordismo, passo a passo, implantou nos setores da indústria, do comércio e financeiro, um conjunto de tecnologias, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o mundo da produção, principalmente o fabril.

Entendemos por fordismo a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século passado, cujos elementos básicos eram dados pela produção em massa, por intermédio da linha de montagem e de produtos homogêneos; através do controle do tempo e do movimento pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista. As mudanças no corpo da força de trabalho, tende a fragmentar as funções, a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo (Antunes, 2006).

Antunes afirma que o toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 1970. As metamorfoses, segundo o autor, refletem diretamente no operariado fabril, ao invés de trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Implanta-se a linha em equipe, que proporciona o profissional que faz tudo e que participa de todas as etapas da montagem de um automóvel.

O Toyotismo, seus traços básicos podem ser assim resumidos: ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção muda, segue o ritmo do consumo, que é quem determina o que será produzido, e não como era feito em série (Antunes, 2006).

Nos idos de 1980 e final de 1990, assistiu-se a grande crise nacional e internacional. Nos países do terceiro mundo e em toda a América Latina, foi impossível conter a crise do trabalho, que levou para o desemprego milhares de homens e mulheres, chefes de família, jovens e trabalhadores com idade acima de 40 anos.

No Brasil, grandes empresas que participavam dos territórios de empregos, da riqueza e da concentração do capital nacional na cidade de São Paulo, foram se desterritorializando e se reterritorializando para regiões não industrializadas; sem tradição na ação sindical, aumento do trabalho feminino, flexibilização das condições sociais, terceirização da rede de produção, exigência de trabalho qualificado e exploração da mão-de-obra sem qualificação.

O fosso da precarização, do desemprego e da pobreza se tornou mais expressivo e alarmante (Antunes, 2006), a partir da década de 1970, com a mudança do sistema ideológico e político, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a privatização do Estado e a desregulamentação dos direitos do trabalho, da qual políticos alinhados ao pensamento neoliberal, da era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte.

Na década de 1990, o modelo neoliberal, gradativamente, privatizou os setores estratégicos da produção brasileira (Antunes, 2005). O patrimônio nacional, nas principais cidades do país, foi privatizado e transferido para o capital globalizado, como os setores de telecomunicações, bancos, energia e minerais, transportes e vias de acesso de um território a outro (rodovias), entre outras.

A ocorrência de mudanças políticas no corpo do Estado, também ocorreu nas áreas que tratam da questão social. Setores de interesse social, como a saúde, habitação, transporte, bem estar social, criança e adolescente, mulheres e a terceira idade, são algumas das áreas de atuação em que as políticas públicas foram paulatinamente minimizadas.

O neoliberalismo e a globalização trouxeram muitas dificuldades, principalmente para os trabalhadores que sobrevivem do salário e que não têm o mercado a sua disposição para consumir as necessidades essenciais.

No mercado de trabalho brasileiro e da região de São Paulo, o desemprego aumentou para homens e mulheres e o recorte comporta, além de gênero, a questão racial.

As desigualdades, nos dias de hoje, são decorrentes dos fatores ligados à raça e ao gênero. Homens e mulheres, negros e brancos, no mercado de trabalho do país e da cidade de São Paulo, recebem, mesmo estando em situações semelhantes, rendimentos diferentes, ora por sua origem e ora por sua posição social na sociedade (Santos, 1993).

O proletariado, dos dias de hoje, não é o tradicional que vendeu sua força de trabalho nos anos de 1960 e 1970. Hoje, a classe trabalhadora é múltipla em seus aspectos sociais e culturais, porque a metamorfose do mundo do trabalho modificou a sua forma de ser, material e subjetiva.

“Portanto, uma noção ampliada, abrangente e contemporânea da classe trabalhadora, hoje, a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles e aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, fabris e de serviços (...) pelo trabalho precarizado (...) o proletariado rural, desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva” (Antunes, 2005).

Castro, Bairros, Barreto (1998: 188) e Guimarães (1993), em estudo sobre desigualdades no mercado de trabalho, referente as cidade de Salvador e São Paulo, afirmam que a tônica política e social dos anos 1980, é o quadro sócio-racial; os negros persistem nas posições ocupacionais mais subordinados e que estão mais sujeitos as condições desiguais de acesso e ocupação.

Chaia (1988: 89), em estudo sobre a mão-de-obra negra no mercado de trabalho da RMS, afirma que a situação dos negros continua estruturada pela discriminação e a marginalização. Há três situações básicas ligadas as atividades de trabalho que permitem avaliar esta situação limite da população negra: o desemprego, a ocupação e a renda do trabalho.

É necessário urdir os significados das desigualdades raciais no mercado de trabalho nacional, porque somente a categoria analítica sobre classe, não aprofunda e não tematiza a complexidade que o assunto requer.

Nas três primeiras décadas do século passado, Fernandes (1965) conclui que a desigualdade é fruto da herança da escravidão e, posteriormente, com a industrialização, a transformação e a inserção da população negra promoveria a eliminação das desigualdades. Posteriormente, em outros estudos (Fernandes, 1977; 1989), ao examinar o quadro social e político da população negra nos anos de 1960, 1970 e 1980, conclui que a única mobilidade alcançada, diz respeito ao percurso de proletariado e lumpem proletariado. Portanto, décadas após as primeiras considerações sociológicas, Fernandes contextualiza que a herança social, a pobreza e a marginalidade seriam as principais características das desigualdades.

Fernandes (1964), Moura (1988: 46), Chaia (1988:89) e Hasenbalg (2005: 221), conforme descrição abaixo, contribuem para o delineamento do quadro sobre as desigualdades raciais no Brasil:

- a segregação espacial e racial em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas com forte impacto na população negra e branca;
- até 1930, a maioria da população negra, principalmente na região mais desenvolvida, como a cidade de São Paulo, foi obrigada a realizar o trabalho precário e marginal;
- a concentração da população negra no grupo de menor poder aquisitivo e majoritariamente no lumpem proletariado;
- a discriminação e o racismo, que de forma ideológica e política, bloqueou, impediu e inviabilizou a mobilidade;
- a pouca experiência teórica e prática da população negra no ensino formal em relação aos brancos da mesma origem social;

- a política da boa aparência para eliminar os negros na disputa por um posto de trabalho;
- a tradição em contratar mão-de-obra negra para os trabalhos domésticos e a dificuldade do negro em ascender são fatos em plena ocorrência nos dias de hoje;
- o negro acessa o mercado de trabalho com a menor qualificação educacional;
- os efeitos da discriminação racial na admissão e promoção de pessoas dentro da estrutura ocupacional;

Chaia (1988: 89), ao analisar os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE e DIEESE, referente aos anos de 1980, assinala o quadro de desigualdades econômicas e sociais da mão-de-obra negra na RMSP. De acordo com o autor, os dados da pesquisa denunciam que os negros recebem rendimentos de trabalho bem inferiores àqueles recebidos pelos brancos.

“A distribuição dos ocupados negros e brancos segundo setor de atividade econômica, mostra que, assim como os brancos, os negros estão localizados, principalmente, nos setores de serviços (35,1%) e da indústria de transformação (33,6%). Neste último setor, a proporção de brancos e negros quase se iguala; porém, a diferença torna-se significativa no setor de serviços, onde a presença branca (41,31%) é a maior do que a negra (35,1), neste setor a “boa aparência pode ser uma exigência”. A participação dos negros é bem maior do que a dos brancos na construção civil (6,0% contra 3,5%) e nos serviços domésticos (12,4% contra 5,3%)” (Chaia, 1988: 92).

A distribuição dos negros no mercado de trabalho permite constatar que os setores de atividades qualificado e não-qualificado, ora tendem a assimilar a mão-de-obra negra e ora contratar o trabalhador branco.

Moura (1988: 45) assinala que o mercado de trabalho na cidade de São Paulo e na RMSP na década de 1980, através de mecanismos repressivos e reguladores, estabeleceram que em certos ramos, os brancos predominassem, e em outros, os negros e os seus descendentes fossem maioria, sem igualdade material e simbólica.

Porcaro e Araújo (1988: 50) investigam o cenário do mercado de trabalho para verificar e medir as desigualdades raciais entre brancos e negros. O estudo procura investigar em que medida, a partir da dinâmica e da potencialidade econômica, urbana e industrial da cidade de São Paulo, a mão-de-obra negra, inseriu-se em condições competitivas e de retorno material. Observou-se que a hipótese não se concretizou nem na teoria nem na prática, conforme o contexto nacional e local.

As transformações do mundo do trabalho pós-1980, global e local, refletem nos países da Europa, da América, da África e da Ásia, expandindo gradativamente o desemprego estrutural, o trabalho informal, o trabalho precário e a exploração da classe-que-vive-do-trabalho que se encontra desterritorializada dos valores e símbolos do lugar no mundo, o ser subjetivo e material.

Atualmente, no contexto brasileiro, qual é o perfil do desemprego? A taxa de desemprego concentra-se, conforme os valores do mercado, na população branca ou negra, masculina ou feminina, qualificado ou não-qualificado?

Nos dizeres de Pochman (2001: 134), o perfil atual do desempregado encontra-se:

“(...) com mais de oito anos de escolaridade; com idade mais avançada (mais de 49 anos); do sexo feminino; que são chefes de família; brancas e que buscam o reemprego. Nos dias de hoje, a situação tornou-se relativamente menos acentuada para aqueles: com menor grau de escolaridade; com a menor faixa etária; do sexo masculino; não-chefes de família; não-brancos e que buscam o primeiro emprego” (Pochamn, 2001: 134).

Concordamos com as palavras do autor, o “novo” desemprego estrutural, inclina-se para o grupo de trabalhadores mais qualificados, do sexo feminino e de maior escolaridade.

Durante as últimas três décadas do século XX, a taxa de desemprego progrediu em toda a RMSP.

O trabalho, do ponto de vista histórico, pode ser visto como fonte produtora e reprodutora das necessidades humanas, sociais, políticas e culturais. O trabalho exerce, conforme as transformações empreendidas pelo homem, mudanças internas e externas nas configurações sociais e territoriais.

A história do trabalho no século XX, de acordo com leitura marxista, é o sucessivo quadro sócio-econômico da produção das mercadorias, que se apresenta entre os valores de uso e os valores de troca, o segundo sobrepondo-se ao primeiro. O trabalho, por intermédio dos investimentos e transformações do meio-técnico-científico informacional (Santos, 1999), hoje, reflete em diversas escalas da cidade e dos territórios.

Do ano de 1985 até 2007, são 22 anos da coleta e análise de dados sobre o emprego e desemprego no Brasil (SEADE e DIEESE). Nas últimas décadas, o Brasil experimentou muitas transformações, como a mudança da moeda nacional, industrialização, crises internas e externas, mercado internacional e local, metamorfoses do capital, crise do mundo do trabalho, enfim, as transformações foram inevitáveis para alterar o território, a força de trabalho, a

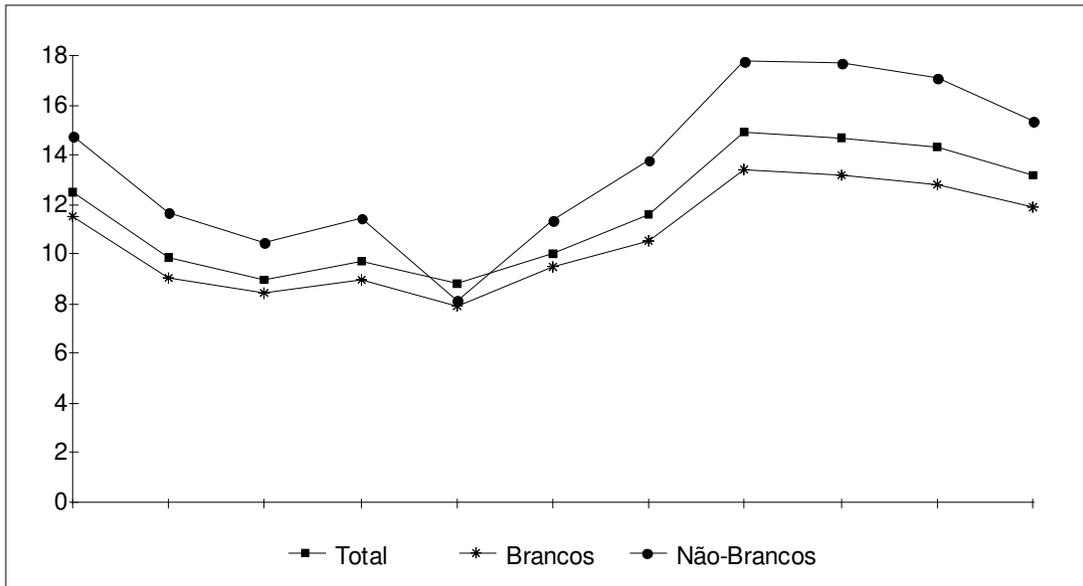
cultura e a cidade de São Paulo

A territorialidade humana, progressivamente, tem perdido o seu verdadeiro sentido, tornar o espaço social de utilidade como direito e a garantia de todos que participam e (re) produzem o espaço social. A superficialidade tem desterritorializado o território do homem, o seu lugar de viver na terra.

Conforme os dados dos gráficos, a força de trabalho negra está sobre-representada na realidade social, referente ao desemprego na RMSP. Em todos os períodos, a taxa de desemprego dos não-brancos é superior à taxa de desemprego dos brancos.

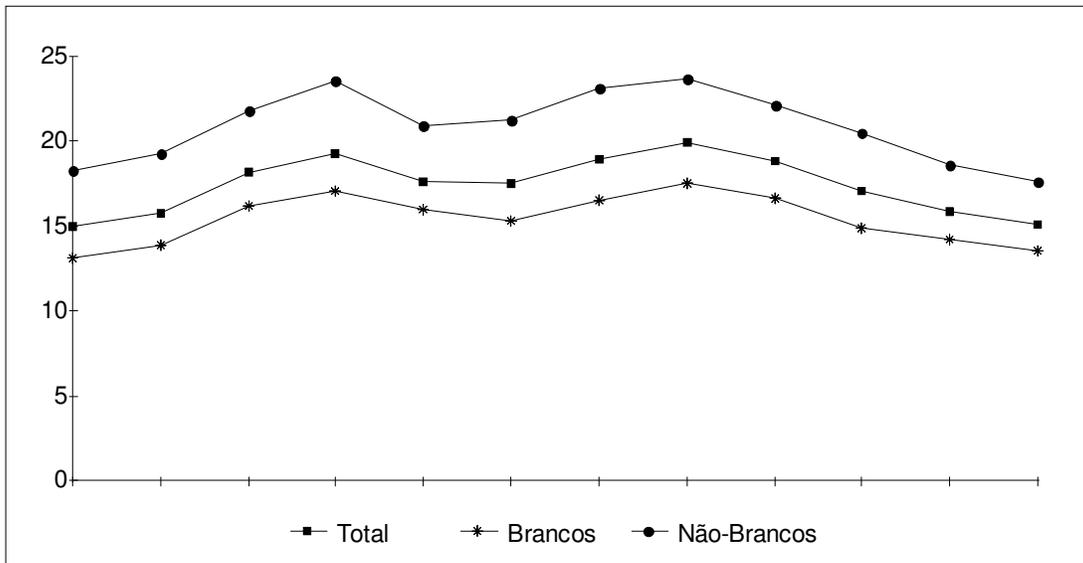
Veja a seguir, os gráficos de N° 1 e 2, que expõe, historicamente, a taxa de desemprego na RMSP, a partir das três clivagens.

Gráfico de Nº 1 - Desempregados Brancos e Não-Brancos da RMSP 1985/1995



Fonte: SEADE e DIEESE

Gráfico Nº2 - Desempregados Brancos e Não-Brancos da RMSP 1996/2007



Fonte: DIEESE e SEADE

Somente no ano de 1989, a aproximação das taxas de desemprego de brancos e não-brancos quase se encontraram. Apenas esse período aproximou brancos e não-brancos na mesma posição no exército industrial de reserva.

A vulnerabilidade social, conforme Kowarick (2004) alcança os grupos mais despreparados, material e simbolicamente, excluindo-os do mundo do trabalho, da cidade, dos direitos, deixando-os mais expostos à violência, ao crime, às desigualdades e à desterritorialização.

As razões do maior desemprego da força de trabalho dos não-brancos na RMSP, correspondem aos elementos das políticas econômicas do país e do contexto internacional. No cenário local e global, parte destes elementos foram se aprofundando no corpo dos desempregados brasileiros a partir da desconfiguração do papel do Estado, da privatização das estatais, do neoliberalismo e da globalização perversa (Antunes, 2005: 103).

Quanto aos elementos intrínsecos a força de trabalho negra, conforme o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho (INSPIR), ‘o trabalhador negro é o último a ser empregado e o primeiro a ser demitido’. A herança social, o racismo e a discriminação e, atualmente, o cumulativo das desigualdades, são as principais razões da maior incidência do desemprego na população negra.

O desemprego da população negra é uma questão social e racial. O movimento negro, conforme o INSPIR, através de ações relacionais no movimento sindical, de mulheres, ambiental, cultural, enfim, a questão racial e a questão do trabalhador (Antunes, 2004) em sua forma disciplinar, é universal e particular. Sua superação só pode ocorrer a partir da ação dos seus principais atores sociais.

Bento (1988: 54) também defende a mesma opinião, que o racismo e as desigualdades no trabalho não devem ser combatidos apenas pelos negros, mas, sobretudo, através dos instrumentos de luta dos trabalhadores.

Os últimos relatórios do SEADE e do DIEESE (do ano de 2001 até 2007) denunciam as desigualdades ocupacionais entre brancos e negros no mercado de trabalho e as maiores taxas de desemprego concentradas na força de trabalho negra.

Em 2004, ocorreu uma pequena redução das desigualdades entre negros e não-negros no mercado de trabalho da região metropolitana das regiões norte, nordeste, sul e sudeste. Conforme os dados da pesquisa, a aproximação foi motivada devido a um quadro geral de precarização do mercado para todos os trabalhadores. (SEADE/DIEESE, 2004: 32)

Nelson do Valle Silva (1980) defende um conceito importante a ser debatido nos dias de hoje, trata-se do capital humano. O capital humano é a qualificação, o talento e o conhecimento que constituem a condição de um indivíduo para o exercício no mundo do trabalho e as diversas funções na sociedade contemporânea.

O capital humano é visto como resultado do investimento instrumentalizado pelo

indivíduo e sua família, que no exercício do mundo teórico e prático, poderá proporcionar sucesso na vida social, cultural e profissional.

Pensando o Brasil desenvolvido e o subdesenvolvido, o investimento em capital humano pode mudar a realidade do patrimônio nacional; potencializar as crianças, os adolescentes e os jovens, como fonte de recursos dos direitos e da cidadania.

Ianni (2004: 211) e Fernandes (1989) acusam que a Revolução Burguesa no Brasil beneficiou os grupos e segmentos sociais que representam o topo da hierarquia social e econômica. O ato “revolucionário” iniciou a construção de privilégios que se tornou de “direito” para os mesmos segmentos que foram beneficiados na revolução burguesa.

O retrato de homens e mulheres negros na sociedade e principalmente no mercado de trabalho, nos faz pensar a respeito do investimento humano. É na escola, e não no mercado de trabalho que o futuro de muitos negros será selado (Soares, 2000: 23). A juventude negra definirá o seu presente e o seu futuro nos bancos escolares? Esta é uma resposta difícil de ser confirmada, porque a estrutura, os equipamentos, os bens materiais e subjetivos que os jovens negros e pobres necessitam para enriquecer o capital cultural requer investimento e potencial, humano e técnico. Atualmente, o ensino público (fundamental e médio) não habilita os estudantes negros e pobres a alcançarem as mesmas condições dos grupos pertencentes aos estratos sócio-econômicos médio e alto, como por exemplo, o ensino superior, público e de qualidade.

Ricardo Henriques, em “*Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 1990*” (2001: 5), expõe a intensa desigualdade racial brasileira, geralmente, conectada a formas de discriminação, que impede o desenvolvimento das potencialidades e o progresso social da população negra.

A partir da desigualdade espacial, constatam-se outros fenômenos das desigualdades. No sudeste desenvolvido estão 64% dos brancos e 34% dos negros, no norte e nordeste, 30% de brancos e 70% de negros e na região centro-oeste, 46% de brancos e 53% de negros. A distribuição espacial e o fator raça/etnia, parcialmente, formam o cenário das desigualdades no Brasil. O eixo central do texto de Henriques é a composição racial da pobreza e da indigência. Será que pobreza e indigência estão distribuídas, conforme a diversidade social e racial no país?

Conforme Henriques (2001: 10), a pobreza e a indigência estão distribuídas da seguinte forma: a população pobre é representada por 64% de negros e 36% de brancos, a população indigente, os negros são 69% e os brancos 31%. Confirma-se que a pobreza e a indigência, nas últimas décadas do século passado é negra.

Em síntese, o resultado do século passado, é que a mão-de-obra negra está concentrada no proletariado e lumpem proletariado, com pequenas variações para a estrutura sócio-econômica e a estratificação social.

Abaixo, conforme os comentários e as tabelas temos um delineamento das desigualdades na cidade de São Paulo, das décadas de 1991 e 2000.

Em 1991, a classificação ocupacional na cidade de São Paulo, apresenta-se conforme o retrato das cores que compõem a força de trabalho e os donos dos meios de produção. Através dos dados do censo do IBGE, pode-se constatar a participação de brancos e negros nos setores ocupacionais, como os empregados e empregadores.

Tabela Nº 8 - Classificação das categorias ocupacionais por cor/raça - Censo IBGE, 1991.

População	Brancos	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados
Doméstico c/carteira	147.901 3,40%	145.862 7,50%	715 0,50%	318 8,9%	3.501 10,20%
Doméstico s/carteira	38.949 0,90%	39.713 2%	287 0,20%	31 0,90%	313 0,90%
Empregado c/carteira	2.720.348 63,20%	1.288.214 65,90%	66.492 49%	2.012 56,40%	21.063 61,50%
Empregado Setor Público	364.955 8,50%	118.141 6%	11.654 8,60%	178 5,0%	2.258 6,60%
Empregado Estatal	97.226 2,30%	31.470 1,60%	5.073 3,70%	111 3,10%	895 2,60%
Por Conta	661.004 15,40%	284.170 14,50%	28.210 20,80%	694 19,50%	4.601 13,40%
Empregador	226.985 5,30%	28.528 1,50%	19.657 14,50%	129 3,60%	1.026 3,0%
Sem remuneração	11.389 0,30%	2.135 0,10%	1.803 1,30%	11 0,30%	115 0,3%
TOTAL	4.302.044 100%	1.954.056 100%	135.327 100%	3.565 100%	34.236 100%

Fonte: IBGE, 1991.

A primeira categoria, doméstico com carteira assinada, os brancos e negros, respectivamente, são 3,40% e 7,50%.

A seguinte, doméstico sem carteira assinada, 0,90% da participação de brancos e, 2%, referente aos negros.

Os empregados do setor público, os brancos estão mais presentes. Acreditamos que a

presença negra esteja mais concentrada nas atividades de menor tempo de escolaridade e a dos brancos, distribuídas nas ocupações que exigem maior tempo de escolaridade.

No que diz respeito à categoria empregador, há uma grande diferença entre brancos e negros na condição de patrão. Os negros representam apenas 1,50%, enquanto que os brancos, 5,30%, e os empregadores amarelos superam, de forma relativa, eles são 14,50%. A população amarela é muito pequena, conforme comparação com a população negra, mas os papéis se invertem, os amarelos são mais expressivos na estrutura ocupacional dos empregadores e os negros estão em maioria na condição de empregados.

Em 2000, conforme dados abaixo, a classificação ocupacional recebeu os reflexos da economia nacional e internacional que causou grande impacto na estrutura funcional brasileira.

No quadro correspondente aos trabalhadores domésticos, o primeiro, os brancos que em 1991 representavam 3,40%, passam a ser 1,90%. Para os negros, que eram 7,50%, atingem o percentual de 5,0%, ocorrendo um decréscimo relativo de 2%.

Tabela N° 9 - Classificação das categorias ocupacionais por cor/raça - 2000

População	Doméstico c/carteira	Doméstico s/carteira	Emp.c/carteira	Emp.s/carteira	Empregador	P/Conta
Branco	57.157 1,90%	85.230 2,90%	1.402.448 47,60%	599.321 20,30%	148.901 5,10%	622.676 21,10%
Negro	64.192 5,0%	88.650 6,90%	604.786 46,90%	284.697 22,10%	11.997 0,90%	226.230 17,60%
Amarelo	159 0,20%	354 0,30%	40913 39,30%	17354 16,70%	12516 12%	30174 29%
Indígena	551 6,50%	466 5,50%	3291 38,80%	1995 23,50%	123 1,40%	2.014 23,70%
Ignorados	1.148	1.493	13.483	5.363	685	5.247
Total	123.207 2,80	176.193 4%	2.064.921 47,20%	908.730 20,80%	174.222 4%	886.341 20,30%

Fonte: IBGE, 2000

A categoria seguinte, os trabalhadores domésticos sem carteira eram 0,90% e no último censo, 2,90%. O trabalhador doméstico negro sem carteira, em 1991, alcançou o percentual de 2%, no último censo, 6,90%. Para os trabalhadores domésticos, nas últimas duas décadas, brancos e negros, acompanharam a redução em suas atividades formais e o

aumento das atividades sem registro em carteira. Mesmo com a redução geral, o doméstico negro prossegue ocupando a atividade “tradicional” no mercado de trabalho em São Paulo.

Entre os empregados com carteira assinada, eles são 47,60%, para os brancos e 46,90%, para os negros. Os profissionais do mesmo segmento, mas com as menores garantias sociais e trabalhistas, os percentuais correspondem a 20,30%, representando os empregados brancos sem carteira de trabalho e 22,10%, os empregados negros sem carteira de trabalho assinada. Comparando os dados de 1991 e 2000, a redução é visível para todos os segmentos étnico-raciais do grupo de trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada.

O empregador branco comparece com 5,10%, o negro com 0,90% e o amarelo, com 12%. A diminuição, conforme as tabelas acima, é resultado do quadro econômico de profunda crise no cenário brasileiro na década de 1990. O quadro dos empregadores sofre alteração, conforme os valores absolutos e relativos. A posição dos grupos étnico-raciais se mantém, com os amarelos em primeiro, os brancos em segundo e por último, os negros. Os negros, que eram em 1991, 28.528 empregadores, declinaram para 11.997 em 2000, ou seja, mais da metade dos empregadores negros, não suportando os reflexos da economia nacional e internacional, deixaram a estrutura sócio-econômica de proprietários dos meios de produção.

Tabela Nº 10 - Classificação das categorias ocupacionais por cor/raça – 1991.

Faixa de Renda	Branco	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados
Sem Renda	2143655	1084404	60109	6121	34631
	36,60%	41,80%	31,20%	36,80%	50,10%
Menos de 1 sm.	1618836	1000539	34592	6690	19736
	27,60%	38,60%	17,90%	40,30%	28,80%
De 1 a 3 sm.	1294635	1294635	44690	2995	10043
	22,10%	22,10%	23,20%	18%	14,60%
De 3 a 5 sm.	247609	347609	21778	440	2124
	5,90%	5,90%	11,30%	2,60%	3,10%
De 5 a 10 sm.	304502	21863	23010	343	1727
	5,20%	0,80%	11,90%	2,10%	2,50%
De 10 a 20 sm.	112449	4512	7132	19	484
	1,90%	0,20%	3,70%	0,10%	0,70%
Acima de 20 .	35053	885	1599	8	93
	0,60%	0,00%	0,80%	0,00%	0,10%
Total	5856739	2592149	192910	16616	68568
	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, 2000.

Conforme os dados da Tabela Nº 10, a faixa dos rendimentos sem renda até a terceira situação - de 1 a 3 salários mínimos - apresenta-se na seguinte ordem para o grupo branco: 36,60%, 27,60% e 22,10%. Para os negros, a mesma classificação se distribui: 41,80%, 38,60% e 16,60%. Prevalece o comparecimento do grupo negro, em maior proporção, nas

faixas sem rendimento e menos de um salário mínimo e, na terceira, o branco está acima do grupo negro, referente aos rendimentos de 1 a 3 salários mínimos.

No grupo intermediário, de 3 a 5 salários mínimos, os brancos são 5,90% e os negros, 2%. Neste setor, identifica-se o início, ainda pequeno, do distanciamento do rendimento dos negros, do médio para o alto.

Em seqüência, nas faixas de 5 a 10, de 10 a 20 e acima de 20 salários mínimos, os brancos estão distribuídos: 5,20%, 1,90% e 0,60%. O rendimento dos negros na mesma faixa de renda são os seguintes percentuais: 0,80%, 0,20% e 0%. Na faixa acima do grupo intermediário, os negros comparecem com mínima participação.

Henriques (2001) já havia afirmado que a pobreza e a indigência estão proporcionalmente concentradas nas desigualdades raciais no Brasil. Na cidade de São Paulo, conforme os dados acima analisados, entre brancos e negros, os negros estão mais concentrados na faixa sem rendimentos. No comparecimento do grupo negro, destacam-se os maiores percentuais nas menores faixas de renda.

Em São Paulo, a força de trabalho negra ocupa as posições de menor remuneração e as ocupações de menor prestígio social.

No Brasil e na principal cidade da economia nacional, o rico branco é mais rico do que o rico negro (em números absolutos e quantitativos). O proletariado e o subproletariado negro vêm “enegrecendo” o cenário dos trabalhadores de menor renda e das posições ocupacionais (precárias, informais e manuais), parece visível a existência e formas de segregação ocupacional (Nádia Guimarães, 2004:18).

Os únicos instrumentos para mudar o quadro ocupacional brasileiro e da cidade de São Paulo, compõem-se na redução e eliminação das desigualdades raciais entre brancos e negros. A educação é um dos espaços políticos que permite esta mudança.

Abaixo, descreveremos a classificação de brancos e negros, conforme as faixas de tempo de escolaridade na cidade de São Paulo.

Em 1991, o tempo de escolaridade é classificado de acordo com a seguinte ordem: para os brancos e negros, a faixa sem instrução, 13,40% e 16,30%; posteriormente, de 1 a 4 anos de estudos, 35,50% e 43,60%; o grupo intermediário, 26,80% e 27,60%; na seqüência, 16,60% e 7,70%; em penúltimo, 7,40% e 1,20%; a última, 0% e 0,10%. Assim como a faixa de renda, as diferenças entre brancos e negros está concentrada, para os negros nas primeiras faixas e para os brancos, nas faixas intermediárias em diante. O tempo de escolaridade dos negros não está distribuído em todas as faixas de anos de estudo, é perceptível a concentração nas menores faixas de escolaridade e os menores percentuais nas mais altas faixas de tempo

de escolaridade.

Em 2000, a classificação da faixa de escolaridade entre brancos e negros, segue a ordem: o grupo sem instrução, 16,30% e 19,60%; de 1 a 4 anos de estudos, 22,60% e 29,60%; o grupo intermediário, 25,50% e 32,70%; posteriormente, 24,90% e 15,90%; o grupo de 12 a 15 anos, 10,40% e 1,70% e, por último, 0,30% e 0,40% .

No cômputo geral, o tempo de escolaridade do branco é superior ao tempo de escolaridade do negro. Nos últimos dois censos, o negro avançou, apresentando-se e conquistando mais espaço na estrutura socioeconômica do recorte da escolaridade. As diferenças entre os dois censos, conforme as faixas de renda, a primeira não houve redução do percentual de pessoas brancas e negras sem instrução, configura-se um péssimo cenário de analfabetismo, negro e pobre.

Na segunda faixa, o percentual entre brancos e negros é próximo e o decréscimo ocorre de um censo para outro. O setor intermediário é a faixa de escolaridade que mais cresce para a população negra, de 27,60% até atingir 32,70%. Na faixa posterior também ocorre o crescimento do tempo de escolaridade do grupo negro e a mesma permanência do branco.

Nas duas últimas faixas, o tempo de escolaridade dos negros é mínimo o crescimento, mas em geral, constata-se uma ligeira melhora do tempo de escolaridade durante a transição do censo de 1991 para o de 2000.

A escolaridade é um quesito fundamental para conseguir um lugar de destaque no mercado de trabalho. Para o negro que se encontra na posição semelhante ou acima da faixa de renda de 9 a 11 anos de escolaridade, a competição com uma pessoa branca com o mesmo tempo de estudo torna-se mais difícil. Mesmo estando no mesmo patamar, o trabalhador negro terá mais dificuldades de ser selecionado e se posicionar no mercado de trabalho.

Na teoria, a democratização das ocupações por intermédio do tempo de escolaridade, parece que pode mudar e transformar o cenário das desigualdades.

Na experiência prática, vendo a atualidade, parece difícil, mesmo que uma pessoa negra se apresente com capital humano - talento, conhecimento e formação - solicitado para o preenchimento de um cargo de status sócio-econômico na competição com um branco nas mesmas condições, a dificuldade será maior para o candidato negro.

Tabela Nº 11 - Distribuição da Faixa de Anos de Estudos por cor/raça da cidade de São Paulo, 1991.

	Branços	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados
Sem instrução	1.269.170 13,40%	791.605 19,50%	24.860 9,10%	1797 24,50%	74159
De 1 a 4 anos	3.352.892 35,50%	1.769.104 43,60%	67.919 19,40%	2.844 38,70%	31.975
De 5 a 8 anos	2.529.801 26,80%	1.122.205 27,60%	53.309 27,80%	1.889 25,70%	20.097
De 9 a 11 anos	1.570.275 16,60%	310.713 7,70%	76.379 27,80%	632 8,60%	11.127
De 12 a 15 anos	698.439 7,40%	49.630 1,20%	51.616 18,80%	136 1,90%	5.409
Acima de 16 anos	4.235 0%	2.755 0,10%	47 0%	0	50

Fonte dos Dados: IBGE, 1991.**Tabela Nº 12 - Distribuição da Faixa de Anos de Estudos e cor/raça da cidade de São Paulo, 2000.**

	Branços	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados
Sem Instrução	1.140.898 16,30%	615.162 29,60%	18.504 8,90%	3.241 17,30%	21.280
De 1 a 4 anos	1.581.535 22,60%	926.711 29,60%	33.204 15,90%	5.397 28,90%	20.262
De 5 a 8 anos	1.7780.041 25,50%	1.023.458 32,70%	33.448 16,0%	6.194 33,10%	25.159
De 9 a 11 anos	1.738.231 24,90%	498.536 15,90%	67.415 32,30%	3.087 16,50%	14.628
De 12 a 15 anos	723.786 10,40%	54.405 1,70%	55.322 26,50%	567 3,0%	4.158
Acima de 16 anos	19.728 0,30%	12.021 0,40%	544 0,40%	129 0,70%	340

Fonte: IBGE, 2000.

Tabela Nº 13 - Distribuição da faixa de renda da Cidade de São Paulo por cor/raça, 1991.

	Branços	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados	Total
Sem renda	3.310.493 67,70%	1.400.952 28,60%	96.546 2,0%	2.487 0,10%	83.502 1,70%	4.893.980 100,00%
Menos de 1 SM.	794.789 62,00%	461.804 36%	17.902 1,40%	974 0,10%	6.331 0,50%	1.281.800 100,00%
De 1 a 3 SM.	1.935.332 62,80%	1.095.484 35,60%	32.403 1,10%	1.823 0,10%	15.331 0,50%	3.080.373
De 3 a 5 SM.	976.181 71,30%	355.838 26,0%	29.845 2,20%	761 0,10%	6.531 0,50%	1.369.156 100,00%
De 5 a 10 SM.	729.900 79,30%	150.873 16,40%	35.633 3,90%	311 0,0%	4.009 0,40%	920.726 100,00%
De 10 a 20 SM.	355.151 85,50%	33.041 8%	24.938 6,0%	135 0,0%	1.954 0,50%	415.219 100,00%
Acima de 20 SM.	172.336 89,00%	8.351 4,30%	11.760 6,10%	44 0,0%	1.101 0,60%	193.592 100,00%
Total	8.274.182 68,10%	3.506.343 28,80%	249.027 2,0%	6.535 0,10%	118.759 1,0%	12.154.846 100,00%

Fonte: IBGE, 1991**Tabela N 14 - Distribuição da Faixa de Renda da cidade de São Paulo por cor/raça, 2000.**

	Branços	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados	Total
Sem renda	2.143.655 64,40%	1.084.404 32,60%	60.109 1,80%	6.121 0,10%	34.361 1,0%	3.328.650 10,00%
Menos de 1 SM.	1.618.836 60,40%	1.000.539 37,30%	34.592 1,30%	6.690 0,20%	19.736 0,70%	2.680.393 100,00%
De 1 a 3 SM.	1.294.635 72,70%	429.157 24,10%	44.690 2,50%	2.995 0,20%	10.043 0,60%	1.781.520 100,00%
De 3 a 5 SM.	347.609 82,20%	50.789 12,0%	21.778 5,20%	440 0,10%	2.124 0,50%	422.740 100,00%
De 5 a 10 SM.	304.502 86,60%	21.863 6,20%	23.010 6,50%	343 0,10%	1.727 0,50%	351.445 10,00%
De 10 a 20 SM.	112.449 90,30%	4.512 3,60%	7.132 5,70%	19 0,0%	484 0,40%	124.596 100,00%
Acima de 20 SM.	35.053 93,10%	885 2,40%	1.599 4,20%	8 0,0%	93 0,20%	37.638 100,00%
Total	5.856.739 67,10%	2.592.149 29,70%	192.910 2,20%	16.616 0,20%	68.568 0,80%	8.726.982 100,00%

Fonte: IBGE, 2000

O trabalhador contemporâneo, homens e mulheres, brancos e negros, precisam, além da habitação, de todo um arsenal social e cultural - ambiente construído - para contemplar a sua condição de cidadão.

Verifica-se que a força de trabalho negra, de acordo com os dizeres de Henriques (2001), é a mão-de-obra mais barata no mercado de trabalho. Em síntese, o resultado do século passado, é que a mão-de-obra negra está concentrada no proletariado e lupem proletariado, com pequenas variações para a estrutura sócio-econômica e a estratificação social.

Habitação

A habitação, na história da civilização humana, está intrinsecamente sedimentada em todo o processo de humanização do ser social.

Inicialmente, a habitação é vista enquanto lugar de proteção, referente aos processos de transformações do tempo e do espaço, natural e artificial. Nela, o homem e a sociedade, no decurso histórico e social, constituiu-se como a sede das relações sociais, da sociabilidade, da religião, da vida e da morte.

O espaço da habitação é o lugar onde predomina a herança individual e coletiva. Onde os registros sociais estão depositados e ali se identifica como pertencentes ao grupo identitário.

O valor no/do espaço (Santos, 1999), contido na habitação, é de base material e não-material.

A base antropológica, histórica, social e geográfica, auxilia a compreender e delinear a contribuição do espaço da habitação; é o lugar em que somos primeiramente inseridos na sociedade, todos localizamos o local em que mais vivemos durante nossas vidas. As referências da edificação da habitação é outra característica fundamental, porque toda a construção, por mais simples ou impressionante que ela seja, diante do investimento material e não-material, é um dos maiores símbolos, é o sonho de começar a vida, das trocas, das festas, do acolhimento e da realização da família. Nas memória coletiva dos interlocutores deste trabalho, encontram-se os registros da casa de família, dos avós, dos tios e das pessoas queridas que fizeram parte dos quadros sociais que somente o grupo de pertencimento participou.

Em outrora, antes das metamorfoses do capital na vida social, a habitação era, fundamentalmente, o centro da produção dos valores de uso e das necessidades humanas.

Posteriormente, com as transformações exteriores ao espaço da habitação, a sociedade complexa e de extrema divisão do trabalho, metamorfoseia o lugar de viver e passo a passo, os laços sociais da sociabilidade, da intimidade dos valores simbólicos, são afetados pelos sentidos dos valores de troca e da produção da mercadoria.

Em termos conceituais, a habitação deve ser entendida segundo seu amplo significado, não apenas como abrigo, mas como inserção na cidade (Véras, 2003: 325). A habitação é a ocupação do espaço urbano com seus complementos, como a infra-estrutura, os serviços, o transporte, os equipamentos sociais e a paisagem. Para a força de trabalho que necessita de um lugar para viver e repor suas energias, a habitação deve envolver inúmeras necessidades; de habitar, de localização, de descanso, de serviços e outros atributos sociais e culturais, enfim, da utilidade enquanto valor, onde predomina a legislação social e não a lei do mercado.

Com a implementação e o cenário do capitalismo, a terra e a habitação, que em outrora o uso era voltado para a coletividade, passam a ser trocadas como moeda no mercado imobiliário da terra e da habitação na sociedade capitalista.

A habitação é uma utilidade fixa que está ligada ao solo (Singer, 1979: 21 e Villaça, 1986: 16) e ao ser incorporada pelo capitalismo, seu uso passa a valer pelo valor de troca, enquanto mercadoria. A habitação e a terra são transformadas em propriedade privada pelos meios de produção, geralmente, pelos mesmos proprietários dos principais espaços e estruturas urbanas que são construídas nas cidades, os atores produtores, reprodutores e as forças do capital especulativo que compram e vendem os melhores espaços nos territórios das cidades.

A habitação, que atualmente aparece como problema social, surge com o homem livre, produzido pelo capitalismo e com as configurações históricas engendradas pelo modo de produção da superação do valor de uso pelo valor de troca (Villaça, 1986: 11).

No século XX, a habitação é apontada como um direito dos cidadãos, a ponto de, em 1945, ser incluída na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na prática, principalmente nos países subdesenvolvidos, os direitos universais e locais, não são exercidos no cotidiano social da força de trabalho que mais necessita para se proteger e cuidar da família.

Na sociedade contemporânea de quem é a responsabilidade por oferecer moradia digna para a população?

O papel por oferecer condições dignas de moradia - o morar e o entorno -, na sociedade capitalista, passa a ser de responsabilidade do Estado. O Estado, enquanto protagonista da produção e reprodução do espaço social, frente ao cenário das cidades

brasileiras, não concretizou a construção de moradias para os principais atores sociais que dependem do local de viver para a reposição da força de trabalho e das necessidades pontuais do dia-a-dia.

O Estado, por força do neoliberalismo, não se coloca à frente das questões sociais, assim como, não apresenta condições em implementar políticas públicas, urbana e habitacional, para transformar o retrato brasileiro; vêem-se nos grandes centros, territórios de habitações subnormais³ que se expandem nos espaços mais longínquos das grandes cidades.

O quadro da habitação no mundo capitalista enfraquece os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho para os donos dos meios de produção. Os proprietários dos meios de produção podem participar do mercado capitalista, através da compra e venda da terra e da habitação enquanto mercadorias, ou seja, os donos dos meios de produção podem exercer os cargos no mundo do trabalho (a indústria, o comércio, os serviços etc.) e do viver (a moradia).

O problema da habitação no Brasil é encontrado em toda cidade brasileira, pequena, média e grande. A questão social da habitação, em determinados momentos da história brasileira é tratada como caso de polícia do que uma preocupação dos direitos e da cidadania.

A habitação é um problema social que é de interesse da sociedade como um todo e as políticas públicas, de âmbito federal, estadual e municipal, comprovadas nas últimas décadas do século XX, pouco interferiu no quadro da pobreza e da segregação social.

O quadro é impressionante, na região sudeste do país, encontra-se a regra e não a exceção como referência para a questão da habitação, são as territorialidades de desigualdade sócio-espacial. Nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, a ilegalidade é a regra e a legalidade, é um artifício utilizado pelos setores de melhor renda, status e influência política, para segregar os pobres e definir os melhores lugares na cidade.

No século passado, o problema da habitação surgiu com a sociedade do trabalho livre. Após 1888, a população brasileira e estrangeira - negros e brancos - deparou-se com um dos primeiros problemas da sociedade, o lugar para morar e repor a força de trabalho.

No Rio de Janeiro, conforme Lícia Valladares (2005), no final do século XIX e início do XX, a questão da habitação emergiu como um dos principais problemas para o poder municipal. Na metrópole carioca, a população negra e pobre, após a intervenção municipal para remodelamento da área central (Rolnik, 1989: 29), teve que seguir em direção aos morros para edificar/verticalizar a favela. O nascimento da favela no Rio de Janeiro é resultado direto do problema da habitação. O quadro social repercutiu na cidade através do

³ Favelas, cortiços e habitações autoconstruídas nas cidades brasileiras constituem o significado de habitação subnormal.

deslocamento geográfico da população de baixa renda em direção aos morros para constituir a arquitetura das favelas.

Em São Paulo, encontram-se semelhanças com o espaço carioca. Não há o surgimento da favela logo nos primeiros anos do século XX, mas predominou o tipo de habitação precária e insalubre: o cortiço e os porões.

A influência haussmanniana no Brasil, foi motivo de transformações em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na capital paulistana, o reflexo veio à tona com a desapropriação da área central para remodelação urbana e a construção/valorização da modernidade. No Rio de Janeiro, como se percebeu acima, os espaços centrais foram desapropriados para a construção de praças, boulevards e os espaços de representação e valorização da arquitetura moderna (Rolnik, 1989).

A estratégia para desterritorializar o antigo e sobrepor o moderno se fez com a legislação municipal. Segundo Rolnik, a legislação modificou o espaço físico e social, segue abaixo:

“Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação de um código de posturas municipal em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros das cidades: as quituteiras devem sair porque ‘atrapalham o trânsito’; os mercados devem ser transferidos porque ‘afrontam a cultura e conspurcam a cidade’; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são ‘embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural’.”

(...) a população negra que ocupava o chamado Centro Velho de São Paulo acabou por ser desalojada pelos chamados ‘trabalhos de melhoramentos da capital’, grandes operações de renovação urbana que se iniciam durante a administração de Antônio Prado (1899-1911): alargamento de ruas, transferência e demolição de mercados, construção de praças e boulevards.

(...) A operação limpeza foi implacável: para a construção da Praça da Sé e remodelação do Largo Municipal, os cortiços, hotéis e pensões das imediações foram demolidos. Está ligado a esse processo de limpeza do centro a expansão e consolidação do Bexiga como território negro em São Paulo.” (1989:33).

Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as “reformas urbanísticas” e os “planos de embelezamento”, desterritorializaram antigos territórios negros nos espaços da cidade. Em São Paulo, os bairros da Sé, Sul da Sé, Lavapés e Liberdade, paulatinamente, através de ações do legislativo e dos poderes econômicos e políticos, foram desterritorializando os núcleos

negros. O Bexiga, em razão do quilombo semi-rural e do plano urbanístico do governo municipal, reterritorializou a população que foi excluída do centro.

Através da contribuição de Henriques (2001), os apontamentos são importantes para refletirmos a questão da habitação social. Será que a pobreza racial também tem forte incidência no aspecto do espaço da habitação?

São fortes os indícios, quando associamos a questão da pobreza racial com a questão da habitação.

Como resolver a questão da habitação no Brasil? No passado, está pergunta já fora elaborada e, atualmente, sabendo do cenário da segregação racial, da exclusão e da condição de não-cidadãos (Santos, 1993: 73) da população negra, urge a necessidade de políticas, universalistas, territoriais, locais, focalizadas e de ações afirmativas para homens e mulheres, negros, brancos e pobres.

A elaboração de políticas públicas no campo da habitação pode ser um espaço importante para a eliminação das barreiras materiais. A reflexão de ações afirmativas no campo da habitação e do espaço urbano voltada para a população negra e pobre, exigirá do Movimento Negro, das Organizações Não-Governamentais, dos Sindicatos, dos Movimentos de Moradia Popular - sociedade civil organizada - e dos poderes públicos, um debate mais sério, tendo em vista a elaboração prática de políticas sociais.

Segundo Bonduki (1998: 98), durante a Primeira República (1889-1930), diversas questões, sociais, políticas e econômicas, contribuíram para o agravamento da habitação no Brasil e nas principais cidades. Para a ciência do assunto, três questões serão abordadas: o controle sanitário e a política higienista que tiveram o objetivo de afastar a pobreza dos territórios da riqueza e a imposição de barreiras para evitar a aproximação e o contágio social; o Estado, nos primeiros anos da sociedade do trabalho livre, tendo em vista a produção de habitação para os trabalhadores e a produção privada da habitação, para ambos os setores, ricos e pobres, brancos e negros, caracterizada pelo aspecto social dos casarões, dos cortiços e dos porões. Até o final dos anos de 1930, 70% da população morava em habitações alugadas (Bonduki, 1998: 100).

Rolnik (1997), em estudo sobre a legislação e a cidade de São Paulo, referente às primeiras décadas do século XX, retrata o cenário contraditório, entre pobreza e riqueza. Segundo a autora, a lei definia os territórios da riqueza e os territórios da pobreza. Em princípio, os territórios fora lei, enquadravam os bairros negros e, posteriormente, os espaços populares dos imigrantes.

Quanto ao território da riqueza, para exemplificação, a autora identificou os primeiros

loteamentos que foram incorporados ao espaço da cidade do final do século XIX, de proprietários de origem anglo-saxão; Campos Elíseos, o primeiro marco, foi um empreendimento de dois alemães, em Higienópolis, o segundo marco, os ianques entram em cena (Rolnik, 1997:111).

Em 1912, o Jardim América, foi o primeiro loteamento aberto voltado para o seguimento sócio-econômico de alta renda na cidade de São Paulo.

No centro urbano em efervescência, inaugurava-se em 1929, o prédio mais alto de toda a América Latina, o Edifício Martinelli, de 25 andares e 72,5 metros de altura.

Nas primeiras décadas do século XX, o poder e a lei, paulatinamente, definiam os lugares sociais e políticos, por intermédio da legislação urbana, ora com a aprovação de novos loteamentos e ora com a definição dos lugares, como o zoneamento urbano.

O zoneamento urbano em São Paulo e nas cidades brasileiras datam do início do século passado. Podem-se encontrar dois sentidos: o primeiro, do ponto de vista teórico para defender os interesses da cidade e o segundo, do ponto de vista prático, o zoneamento, por intermédio da lei quis proteger os bairros residenciais de alta renda. (Rolnik, 1997: 174).

O que se escreveu a respeito de São Paulo no século passado associada à questão da legislação, reflete-se em questões pontuais, do passado e do presente, que é a divisão entre centro e periferia. Em todo o século XX, assistiu-se à produção social desenfreada da cidade clandestina e da cidade legal; a luta pelo espaço entre trabalhadores e os donos dos meios de produção (Rolnik, 1997: 184).

Na década de 1940 do século passado em São Paulo e nas principais cidades brasileiras, assiste-se, ao mesmo tempo, faces de crise e de progresso (Bonduki, 1998: 249). Enquanto a crise da habitação se instala na urbe paulistana, observa-se a renovação da cidade por novas avenidas e o embelezamento, em um contexto de opulência, especulação e industrialização.

Posterior à Primeira República, Villaça (1986: 48) afirma que é o marco inaugural da casa própria no contexto brasileiro.

Segundo Maricato (1996), Bonduki (1998), Rolnik (1997) e Kowarick (1988), a partir de 1940, nas cidades brasileiras iniciam-se a construção da casa própria. A forma de construção adotada entre os setores de menor renda, concentrou-se na autoconstrução: que é a construção da moradia nos finais de semana, com a ajuda de familiares e amigos, e, a produção social do espaço das periferias paulistanas.

A favela paulistana, reitera-se por mais uma vez, não é semelhante à história da favela carioca. Um ponto há em comum, ela entra em cena pelo mesmo motivo, a crise da habitação

social. Em São Paulo, a favela é inserida no território da cidade no momento que a crise social toma conta da força de trabalho.

No período do governo Vargas, a habitação ocupa posição de destaque no cenário nacional e político. Ela se destaca por diversas questões, a primeira, a ideologia da casa própria que alterou o modo de ser da classe trabalhadora, a segunda, o crescimento da cidade em direção às periferias e, em terceiro, a separação entre os grupos sociais e econômicos.

A ideologia da casa própria busca a ordem e a disciplina, ou seja, introjetar na força de trabalho sentidos do mundo burguês, isto é, as percepções da propriedade e do bem material.

Nos dizeres de Bonduki (1988: 89), duas possibilidades de barateamento se destacam: a primeira alternativa técnica, para produzir os custos da construção, do terreno e da urbanização, a segunda alternativa de localização urbana viabilizara a ocupação da chamada zona rural, com o rebaixamento das condições urbanas.

Dentre os interesses políticos e sociais, a burguesia quis eliminar os cortiços do centro e segregar o trabalhador na periferia. Através da ordem e da disciplina no mundo moderno, a burguesia paulistana determinou a forma de crescimento horizontal, os lugares sociais e os atores responsáveis pela produção da periferia paulistana (Bonduki, 1988: 180).

Em 1946, o Estado assume o compromisso com a habitação social, a partir da criação da Fundação da Casa Popular (FCP). De 1946 até o ano de 1964 (18 anos), a FCP não produziu mais de 16.100 unidades habitacionais. Dentre os investimentos, a FCP é acusada de priorizar os estratos sócio-econômicos de melhor renda, deixando à margem a população de origem popular que habitava nas habitações precárias, insalubres e destituídas do ambiente construído (Bonduki, 1988: 105).

A FCP fracassou, porque as prioridades, no que tange aos investimentos nos estratos de menor poder aquisitivo não se realizaram com intensidade. O objetivo da FCP não se realizou; oferecer habitação social para a classe trabalhadora, fez-se o oposto, investimentos urbanos e sociais para os grupos de melhor prestígio sócio-econômico.

Outra característica, após o reconhecimento do fracasso estatal no setor da habitação, sobressai a abertura do capital privado para a produção da habitação e do ambiente construído.

Durante os anos de 1940, 1950 e 1960, o crescimento da periferia foi ditado, primeiramente, pelo investimento da força de trabalho com a autoconstrução (Maricato, 1986 ; Kowarick, 1993), em seguida, pela especulação imobiliária com a valorização progressiva (Bonduki, 1988), em terceiro, com a participação dos atores sociais responsáveis pela circulação, ou seja, o transporte (Maricato, 1986: 12) como via de realização do percurso casa

- trabalho.

No final dos anos de 1960 e 1970, o crescimento demográfico nos grandes centros, de acordo com Bonduki (1998), foi de 5,5%. O crescimento demográfico na cidade, sobretudo em maior proporção nas periferias paulistanas, ocorreu em razão dos ritmos e ciclos da cidade e do capitalismo nacional: a sociedade urbano industrial e o crescimento do exército industrial de reserva.

Na sociedade urbano-industrial, a questão da habitação é imprescindível. Porque o trabalhador precisa de um lugar para repor suas energias após o espaço do mundo do trabalho. O trabalhador e a sua família precisam de um micro-universo para a produção subjetiva, da arte, do conhecimento e para a realização das relações sociais, da sociabilidade e para a percepção do espaço/tempo.

Paulatinamente, a cidade clandestina ou ilegal, ocupa a cidade através da autoconstrução e da produção das periferias paulistanas.

Com a extinção da FCP, em 1964, no mesmo ano, é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). O BNH foi mais uma experiência frustrante para as políticas públicas da Habitação no Brasil.

No Brasil, após 1964, o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação foram os carros chefe da política habitacional (Véras, 2003:328). Nos dias de hoje, o debate está além do campo político e científico, os atores sociais entram em cena para reivindicar e conquistar os espaços de direitos.

São Paulo exhibe lugares da riqueza, da ostentação, dos lindos parques e jardins, dos lugares dos negócios, do centro econômico, da verticalização de alta renda, da Avenida Paulista e o centro em expansão, enfim, a capital paulistana consolida-se como a referência da produção brasileira no setor industrial, científico e tecnológico.

De outro lado, percebe-se o retrato do espraiamento da pobreza, da cidade precária e fora da lei. Nas periferias paulistanas, avista-se um mar de habitações autoconstruídas, de espaços destituídos de equipamentos públicos, sociais e urbanos. Nas periferias brasileiras predominam a força de trabalho e a pobreza.

No final dos anos 1970 e 1980, São Paulo e a região metropolitana sentem os reflexos da crise do capital nacional e internacional. Os problemas urbanos e ambientais ocupam o território da cidade de São Paulo, em razão da forma desenfreada da ocupação em zonas rurais e ambientais. A força de trabalho, de baixa renda e negra, ocupa os territórios de menor valor (localização, ambiente construído, funcionalidade e condição física).

Rolnik, Kowarick e Somekh apontam (1992) que os anos de 1980 é uma fase

específica, onde se dissemina a pobreza e não a riqueza. As áreas que foram ocupadas pela população de baixa renda, considerada como parte da cidade ilegal, todas estão localizadas nas regiões de menor valorização, impressionante que não ocorreu à ocupação dos territórios da riqueza. Conseqüentemente, a cidade ilegal também se ocupou dos territórios ambientais - natural e artificial - localizados em toda a cidade de São Paulo (1988).

A década de 1980 marca o fim de uma era, a produção da habitação por conta do trabalhador. A casa própria, construída no final de semana em loteamentos da periferia chega ao seu fim. São Paulo cresceu até o seu limite, de forma horizontal até os últimos limites do território. A periferia se tornou cada vez mais longe, e o longe-perto tem significados diferentes quando a cidade tem ampla malha de transportes interligados.

São Paulo é a cidade brasileira que tem um dos maiores problemas com a questão do transporte, e a força de trabalho que precisa do transporte coletivo para chegar aos espaços de produção e reprodução, é quem mais se prejudica com a precariedade da locomoção. O efeito de estar próximo ou longe, quando não se tem transporte de qualidade é um grande problema para todos; moradores e trabalhadores.

Recentemente, o Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, afirma que a questão da habitação é um problema social de extrema envergadura no contexto de políticas públicas, particulares e universalistas.

“Segundo declarações da atual Secretária Executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato, há um déficit habitacional na cidade de São Paulo de mais de 380 mil domicílios, enquanto cerca de 420 mil imóveis estão vagos na capital (IBGE), denunciando a necessidade de reforma urbana (FSP, Direito de Morar, 14 de agosto, 2003, p.2). A mesma fonte aponta que o déficit de moradias para o restante do país é de 6,6 milhões de habitações e 85% desse montante é formada por famílias que ganham menos de 5 salários mínimos e continuam sem atendimento” (Véras, 2003: 330).

A tabela N° 15 - Classificação de Indivíduos por tipo de Habitação e cor/raça, compreende dois tipos de setor, o comum e o subnormal, o primeiro é a categoria de habitação construída conforme as regras e a formalidade, a segunda, é o setor habitacional fora da lei urbanística e das regras municipais.

O setor subnormal compreende o cenário da cidade ilegal (Rolnik, 1997) que não se enquadra nas regras da legislação urbanística. Os indivíduos que estão na categoria subnormal habitam as periferias, as favelas e os cortiços da cidade.

A classificação da tabela abaixo, permite a leitura da realidade habitacional: os

brancos são 93,80% no setor comum e os negros, 84,80%; na área subnormal, 6,10%, para os brancos e, 15,10% para os negros.

No primeiro setor, a população branca ocupa maior proporção, enquanto a população negra está presente de forma inferior.

O setor subnormal, que cresceu nas últimas décadas teve o quadro invertido entre os dois segmentos. Nesta situação, o negro sobressai mais do que o branco nas habitações subnormais. A condição de raça e classe concentra as condições mais precárias de habitação, de pobreza e de ilegalidade na população negra e pobre.

Tabela Nº 15 - Classificação de Indivíduos por Tipo de Habitação e cor/raça - 2000.

Cor/Raça	Setor Comum	Setor Subnormal
Branco	6.556.210 - 93,80%	427.877 - 6,10%
Negro	2.658.321 - 84,80%	472.198 - 15,10%
Amarelo	207.267 - 99,30%	1.387 - 0,70%
Indígenas	15.800 - 84,50%	2.645 - 14,10%
Ignorados	69.809 - 81,20%	8.871 - 10,30%
Total	9.507.407 - 91,10%	912.978 - 8,70%

Fonte: IBGE, 2000

Em relação ao tipo de domicílio, conforme informações abaixo, predominam as casas isoladas no território da cidade. Em seguida, a verticalização, uma tendência crescente desde os anos de 1980, tem alcançado novos territórios na urbe paulistana. Em 2000, o percentual de verticalização na cidade foi de 21,30%. A categoria “cômodo”, de menor prestígio sócio-econômico, representava 1,30%.

É relevante a classificação dos domicílios por cor/raça, porque permite saber e refletir o tipo predominante entre brancos e negros.

As casas e os apartamentos, entre os brancos, estão mais representados. A população branca está inclinada para a casa isolada, porém, o crescimento da verticalização tem atraído os estratos sócio-econômicos de alta e média rendas para este tipo de habitação na cidade de São Paulo.

Entre os negros pode-se afirmar que eles estão ocupando os bairros da periferia paulistana, onde a horizontalidade é de praxe; consolidando com a casa própria autoconstruída.

Quanto à verticalização, os negros estão menos representados nestas áreas, isto é, nos distritos e localizações pertencentes ao quadrante sudoeste ou nas proximidades do centro

velho e expandido. A presença nos domicílios verticais também comporta a verticalização de baixa renda, que são os prédios da Cohab e do CDHU, de responsabilidade do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal.

Tabela Nº 16 - Classificação de Tipo de Domicílio por cor/raça - 2000.

Cor/Raça	Casa	Apartamento	Cômodo	Total
Branços	5.162.609 74,40%	1.710.051 24,70%	63.735	6.936.845 100%
Negros	2.635.235 85%	395.363 12,80%	68.780 2,20%	3.099.378 100%
Amarelos	130.517 62,80%	77.181 37,10%	241 0,10%	207.939 100%
Indígenas	15.142 82,70%	2.758 15,10%	402 2,20%	18.302 100%
Ignorados	63.135 81,40%	13.467 17,40%	981 1,30%	77.583 100%
Total	8.006.638 77,40%	2.199.270 21,30%	134.139 1,30%	10.340.047 100%

Fonte: IBGE, 2000

Nas últimas três décadas do século passado, a questão da habitação nas cidades brasileiras se tornou mais evidente. Em São Paulo, ao verificarmos os dados do censo IBGE, 1980, 1991 e 2000, vemos que a habitação precária e ilegal - favelas e cortiços- cresceu em todo o território da cidade. O crescimento se concentra na periferia e cada vez mais a favela alcança proporções - relativas e absolutas - desanimadoras, porque ela é resultado da crise da habitação, da questão social, dos problemas econômicos e políticos do cenário brasileiro.

Tabela Nº 17 - Quadro da Favelização na São Paulo, 1980-2000.

Condição	1980	1991	1996	2000
Favelas	188	629	574	612
Domicílios	71.258	146.891	176.905	-
População	333.354	711.032	747.322	909.628
% da pop. Municipal	3,95%	7,46%	7,60%	8,72%

Fonte: IBGE/Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000. Contagem da população de 1996.

Segundo Bógus e Pasternak (2004), o percentual da população paulistana morando em favelas é crescente. Nas últimas duas décadas, a população favelada cresceu a uma taxa de

5,12% anuais, enquanto que a população municipal, para o mesmo período, cresceu a taxa de 1,07% ao ano. A população favelada cresceu, sobretudo na periferia, na cidade ilegal e clandestina. O crescimento da favela sobressai nos territórios fora da lei. Por que não se encontra maior proporção de favelas nas áreas mais valorizadas da cidade? Porque as áreas mais valorizadas estão protegidas pela legislação, pela política e pelo poder econômico que estão sujeitas ao mercado da propriedade privada da terra.

Ainda veremos, em capítulo específico sobre a habitação nos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, as particularidades da habitação na cidade e no local, associada às questões de cor/raça, renda e escolaridade.

Véras (2002), ao analisar o problema da habitação do século passado, chega a seguinte consideração:

“O problema habitacional entre nós não tem solução rápida, nem simples, necessitando de um conjunto de medidas que demonstre maior sensibilidade aos anseios da maioria.” Enquanto persistirem atuações de caráter paliativo ou oportunista ficará ao desabrigo parcela consideráveis de trabalhadores. Na verdade, toda a atuação do Estado coexistiu com os deslocamentos espaciais da população: migrantes, favelados, encortiçados, inquilinos, ocupantes clandestinos. Em pleno raio do século XXI, continuamos a observar nômades urbanos (Véras, 2002: 362).

Posteriormente, será apresentada a questão do território, da desterritorialização e da reterritorialização no cenário brasileiro e paulistano, assim como a diáspora.

O território é o lugar de produção material, subjetiva e simbólica do homem e das coletividades nas cidades no contexto global e local. Enfim, o território, em nossa atualidade, é o lugar da técnica e da natureza, que de forma contraditória, entra na luta em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas contemporâneas.

1.2. Território e Diáspora

O território, uma realização teórica e prática, vêm sendo muito trabalhado, além da Geografia, por outras ciências. As Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Política), a História, a Economia, o Direito, a Educação, o Meio Ambiente, as Ciências Exatas e Biológicas, enfim, a sociedade contemporânea, articula o local e o global por intermédio da produção das territorialidades.

Para a definição de território, temos breves comentários; conforme o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a compreensão de território é a extensão considerável da terra, ou seja, é a própria terra, berço, sede e local de trabalho da ação humana. Outra fonte, o dicionário de Ciências Sociais, o território é multidisciplinar, ele é político, social, cultural, administrativo e geográfico.

De acordo com o dicionário de Ciências Sociais, o território reúne a questão dos poderes, individual e coletivo, das organizações governamentais e não-governamentais, das associações e dos movimentos sociais. O caráter administrativo está articulado com o político, quando tratamos da divisão administrativa de um Estado, de um local ou de uma territorialidade política para definir a sua posição na totalidade de um país, de um estado ou de uma cidade. O social é o exercício dos sentidos e expressões, que definem as classes sociais e suas inter-relações no cenário da cidade e das espacialidades.

No cenário do reino animal, os animais demarcam seus territórios por vários motivos; o instinto, a sobrevivência, o local de viver e reproduzir e o espaço natural, o lugar é o componente para a realização do território juntamente com particularidades e diferenças para cada espécie do mundo animal.

No quadro social das sociedades, o homem realiza a produção e reprodução do território de diversas formas, vejamos como o território ocupa o centro, a cidade, o trabalho e os processos culturais dos homens e mulheres na sociedade contemporânea.

Santos (1996) argumenta que durante o processo de produção social do espaço, por intermédio do trabalho, os meios de produção realizam a configuração do território.

A divisão territorial do trabalho, paulatinamente, transformando tudo ao seu redor, também transforma o espaço e produz a divisão territorial do trabalho, que são as atividades do mundo do trabalho distribuídas nos espaços das cidades, conforme o ambiente construído, os fixos e os fluxos, incorporados ao poderio do capital para prover o fluxo da produção, do capital e das forças produtivas.

A divisão territorial do trabalho, na história do capitalismo brasileiro, não é um

elemento novo, de ontem ou de hoje, é um processo histórico de mudanças rápidas e assimilações, é a própria herança que recebemos dos sistemas anteriores que se acoplou à sociedade capitalista. A territorialidade, da produção, do capital e das forças dos meios de produção, participa da produção do espaço e das geografias de poder que são essenciais para a configuração do território.

Santos (1998) defende outras definições, de caráter abrangente e diversificado. Na sociedade brasileira e global, a questão da tecnoesfera e da psicoesfera, são as forças, as organizações e o poder que demanda o território e as territorialidades. A tecnoesfera, desde o advento do capitalismo, ocupa-se cada vez mais do espaço de produção social das sociedades, artificializando o meio-ambiente, o trabalho, o conhecimento e a produção subjetiva. A psicoesfera é o movimento contrário, através dela ainda sobrevive e se produz o resultado natural, das crenças, realizações, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos.

A psicoesfera e a tecnoesfera, nos dizeres de Santos (1998), é o principal jogo político dos atores sociais que lutam no mundo contemporâneo; de um lado, os donos do capital internacional, de outro lado, as classes sociais, homens, mulheres, negros; movimentos sociais e múltiplos atores sociais e políticos que defendem uma sociedade e uma globalização democrática.

O desequilíbrio entre os dois componentes no jogo para a configuração do espaço e do território, favorece a ampliação e o predomínio do meio-técnico-científico-informacional, que é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação (Santos, 1996: 53).

Nos primeiros anos do século XXI, vivenciam-se infindáveis transformações da produção do espaço social que se distribui em todas as partes do mundo. Na cidade de São Paulo, encontram-se territórios do mundo global de forma mais expressiva que se concentram em um pedaço da urbe paulistana.

Nota-se que vendo a cidade como um mapa, a globalização está localizada no quadrante sudoeste e nos lugares mais desenvolvidos, do ponto de vista tecnológico, econômico e político. Hoje, a região da Avenida Paulista, a Luis Carlos Berrini, a Faria Lima e adjacências, são os lugares onde o papel da globalização se exerce, comprando e vendendo produtos via on-line, localizam-se os bancos nacionais e internacionais, empresas de capital internacional, setores de serviços, a malha de transportes rápidos e de melhor qualidade (metrô) e a mão-de-obra que participa da divisão social e territorial do trabalho na cidade de São Paulo.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos tratando a denominação de sistema de engenharia (Santos, 2003). O ambiente construído nas cidades brasileiras, segundo Santos (1998), necessita para a própria divisão social e espacial do trabalho, do uso do território e do sistema de engenharia para a circulação dos fixos e dos fluxos no cotidiano social da cidade.

Nos meios formais, informais e na sociedade, percebe-se o caráter perverso do meio-técnico-científico informacional. A globalização tem um lado altamente perverso, geralmente vista, nas desigualdades sociais, espaciais, econômicas e culturais.

A estrutura de poder da globalização alcança ilimitadas territorialidades, material e não-material. O poder é um instrumento essencial para as forças que ditam o capital e também para os que lutam para uma sociedade mais justa, de caráter mais humanística e igualitária.

O território, da perversidade ou da transformação para a vida, pode ser delineado com a contribuição da teoria foucaultiana. Em Michel Foucault (1979 ; 1987), a questão do poder é essencial para o controle, a vigilância, a punição e a preservação de um sistema dominante em forma societária. Nos territórios, concretos e subjetivos, as características da microfísica do poder e do poder panoptico, permeiam a configuração tendo em vista a manutenção da força, da ordem, da lei e dos poderes.

Conforme Foucault, o território pode compreender:

Em primeiro lugar, um policiamento espacial estrito: fechamento claro da cidade e da terra, proibição de sair sob pena de morte, fim de todos os animais errantes: divisão da cidade em quarteirões diversos onde estabelece o poder de um intendente. (1987: 162)

O poder bio-psico-social territorializa a relação entre dominantes e dominados. Assistem-se, atualmente, às formas do poder bio-psico-social na sociedade brasileira, no sistema de controle social nos mais diversos lugares (shoppings centers, elevadores, habitações verticais e horizontais de alto poder aquisitivo, nos espaços públicos, no sistema de ensino e produção de conhecimento), enfim, estamos caminhando em direção à sociedade técnica e de privações da produção natural do espaço.

O meio-técnico-científico-informacional produz territórios de subjetividades que estão associados ao jogo do mercado, eles estão localizados e distribuídos nos espaços do mercado ou da compra e venda das mercadorias.

Felix Guatarri (1996: 16) salienta que a sociedade contemporânea, extensamente, trabalha a técnica no mundo do trabalho e em todos os setores da vida social, e o resultado

de tudo isso é a produção em massa de subjetividades maquínicas, que se aprofundam e atravessam cenários sociais e territorialidades, locais e globais.

“Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência, extrínseca em relação os objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita” (Guatarri, 1992).

A subjetivação, extrínseca e intrínseca, está ligada ao território e ao espaço, e as duas formas podem, conforme o cotidiano social, se trocar mutuamente e alterar os sentidos externos e internos.

Pode-se pensar a configuração do território por intermédio do ambiente construído, dos fluxos e dos fixos, presentes ou ausentes nos pedaços das cidades. Em São Paulo, percebem-se dois cenários da territorialidade subjetiva, em relação aos pedaços do extremo das periferias e do quadrante sudoeste, de um lado, a produção em massa promovida pela concentração da técnica, da informação, do conhecimento e da ciência, de outro lado, a ausência destes elementos, reflete nos atores das territorialidades.

Os movimentos sociais, de mulheres, da juventude, dos sem-teto e sem-terra, dos negros e as mais diversas formas de organização - defesa dos direitos e da cidadania -, em momentos de pobreza acentuada, de revolta e organização, produzem territórios de subjetividades, não estão ligados a uma configuração espacial concreta e fixa, mas sim por territorialidades em movimento. Geralmente, a produção de subjetividades territoriais espalha-se pelos sentimentos daqueles que produzem e sentem, inscrevendo células, espacialidades e lugares dotados de lugar antropológico (Augé, 1994), e de referências do pedaço – histórico, relacional e identitário - (Magnani, 1998).

A teoria de Santos (1998; 1993) é fundamental para compreender a dinâmica contemporânea, que torna a relação homem, ambiente e sociedade, meros objetos da artificialização, da especulação e do processo de desumanização social do homem (Santos, 1993). Predominam nos grandes centros do Brasil e do mundo, territórios de consumidores, de indivíduos que participam do jogo do mercado por intermédio da compra e venda de mercadorias.

Ser cidadão, nos dias de hoje, passa diretamente pela capacidade dos direitos, do usufruto da cidade, dos espaços e territórios que a urbe oferece, da formação cultural para a

vida e, principalmente, do poder de decisão, referente ao passado, ao presente e ao futuro da sociedade.

Milton Santos (1993: 73) assinala que a sociedade vivencia a produção de territórios sem-cidadãos, que são definidos conforme a herança social e a localização espacial que cada um ocupa em sociedade.

Insistimos que a subjetividade e a cultura são instrumentos sociais e políticos, no contexto das territorialidades, importantes e essenciais para a ação prática e teórica. O laboratório de subjetividades e de cidadania pode ser mediado pelo território, reunindo e produzindo as forças materiais e não-materiais, na luta pelo espaço urbano, pela cidadania, para a eliminação das desigualdades e da segregação.

Dirce Koga (2003: 34) que cita Guy Di Méo, afirma que a questão do território refere-se aos espaços de vida e aos espaços vividos, ou seja, as espacialidades cristalizam-se no processo histórico, da construção do espaço e dos relacionamentos.

A geografia francesa, contribuí com o debate em torno do território e da identidade. Oliven (2006: 304) faz a seguinte pergunta: Os territórios constroem as identidades ou as identidades constroem os territórios?

Presume-se que eles devem ser analisados como uma relação. Os territórios são importantes para a construção de identidades sociais e as identidades sociais são importantes para a construção de territórios.

Nos mais diferentes contextos geográficos, sociais e políticos no mundo, os territórios tem assumido dimensões identitárias e as identidades dimensões geográficas. Nas cidades do mundo: brasileiras, norte-americanas, sul-americanas, francesas e européias, nos territórios dos grandes centros, assiste-se a presença de nativos e estrangeiros relacionando-se, como por exemplo, em Paris, os múltiplos territórios; de magrebins, de africanos, de indianos, de juventudes, turístico e do capital mundializado.

Véras (1999: 233), em estudo sobre a territorialidade estrangeira em São Paulo, analisa a contribuição dos imigrantes para a construção da cidade. No passado e no presente, a presença dos imigrantes está associada ao fluxo de capital, nacional e internacional. No decorrer do século XX os estrangeiros contribuíram para a consolidação da cidade de São Paulo enquanto “Metrópole do Trabalho”.

A autora prossegue descrevendo as territorialidades, no princípio de estrangeiros, posteriormente, de migrantes, devem ser associadas aos sentidos de multiculturalidade, de alteridade e de cidadania. Véras (1999: 236) afirma que a nossa cultura barroca, de fachada, não tem dado conta da igualdade de direito à maioria e no reconhecimento da alteridade para

os excluídos do campo, da floresta e da cidade.

Belbahri (2006: 101) participa com outra visão a respeito do território, que se compõe com três diferentes campos identitários: o território como espaço de exclusão, o território como instituição e o território como região de significados.

Na Paris contemporânea, segundo Belbahri, as três características são encenadas nas “banlieues”, nos “quartiers difficiles” (periferias e bairros difíceis) e nos bairros ricos. A riqueza e a opulência, concreta e subjetiva, estão instaladas nos bairros ricos, nos centros financeiros e nos espaços turísticos, do local e do global. As “banlieues” e os bairros pobres são os espaços subjetivos e materiais, onde predominam os imigrantes, geralmente, discriminados no mercado formal e pela origem social e cultural.

O território é uma região de significados: história e memória, que se cristalizam e agem no constructo da identidade social (Belbahri, 2006: 102).

Castel (1998: 550) que cita Michel Autés, colabora, conforme a perspectiva política, distinguindo território e política. Segundo o autor: a distinção de políticas territoriais de políticas territorializadas.

Em certo sentido, sobretudo depois da descentralização, qualquer política é territorializada, porque deve ser aplicada localmente a um território. Uma política territorial, ao contrário, mobiliza, essencialmente, recursos locais para tratar um problema” (Castel, 1998:550).

Guy Di Méo (2007) ao analisar identidade e território, salienta a importância das noções de espaço de vida, de espaço vivido e de territorialidade, para a formação identitária, individual e coletiva, e na perspectiva histórica do ser humano.

A segregação ocupacional, racial e sócio-espacial estrutura, de forma frágil a formação identitária no espaço. Já o território, quando é preenchido e potencializado pelos espaços de vida, vivido e através da cultura e da identidade, permite a constituição da identidade social nas territorialidades.

Internamente, nos espaços de territorialidade, subjetiva, material e cultural, a comunidade é o corpo social mais emblemático de produção de identidades.

Max Weber (1973: 140) constrói o conceito sobre comunidade, segundo as concepções de ação e relação sociais. Para o autor: chamamos comunidade a uma relação social quando a atitude nas ações tradicionais - no caso particular, em termos médio ou no tipo puro - inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos participantes da constituição de um todo.

Seguindo o percurso conceitual diferente, Louis Wirth, analisa da seguinte maneira a comunidade:

“Comunidade passou a referir-se à vida grupal quando encarada do ponto de vista de simbiose, sociedade quando encarada do ponto de vista de consenso. Uma base territorial, distribuição de homens, instituições e atividades, no espaço, uma vida em conjunto fundada no parentesco e interdependência econômica, e uma vida econômica baseada em mútua correspondência de interesses tendem a caracterizar uma comunidade”. (Wirth, 1973: 83).

Ferdinand Tonnies difere de Weber e Wirth, mas ainda prevalece o sentido comunitário referente ao sentido subjetivo. Tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade (Tonnies, 1973: 97).

Objetivando um breve diagnóstico das territorialidades negras, de exclusão social, de políticas dos movimentos sociais de mulheres, jovens e adolescentes, enfim, a territorialidade múltipla, pode-se afirmar que o cenário das organizações sociais negras se constitui em tipos comunitários, que é uma das características e elementos importantes para a cristalização do território e das identidades.

Os geógrafos, Rogério Haesbaert e Antonio Robert de Moraes, percorreram literaturas diversas e de acordo com as afirmações, a Geografia vai buscar em outras ciências, como a Antropologia, a História, a Sociologia, a Ciência Política conceituações para definir o território. Além da questão da territorialidade, temas correlatos são analisados, como por exemplo, a questão da diáspora.

A diáspora é resultado da dispersão, do espalhar as sementes de migrantes e imigrantes no extenso território da terra. A diáspora é o resultado de um movimento que produz a desterritorialização, em consequência, o encontro das sementes, da cultura e das diferenças, liga os atores a reterritorialização.

Stuart Hall (2003), em estudo sobre a diáspora, afirma que no processo de espalhamento, as identidades se tornam múltiplas.

Os olhares, referentes aos territórios da diáspora africana, como na América, na Europa e em todo mundo, representam territorialidades múltiplas de legados, patrimônios sociais e históricos do contexto africano que foram dispersos no mundo. As subjetividades afro-americanas e afro-brasileiras são diferentes e iguais, na medida em que cada uma participa e contribui para a formação dos Estados-Nação e de identidades nacionais.

A globalização não é um fenômeno novo e atual, durante o processo de dispersão de seres humanos, matérias, culturas e conhecimentos, novos territórios no mundo, passo a

passo, foram formando novas identidades, territórios e diversidades.

Hall também concorda que a globalização produz efeitos de fragmentação na sociedade e na cultura.

“Portanto, é importante ver essa perspectiva diaspórica da cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação. Como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos. Suas compressões espaços-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o lugar” (2003: 36).

A memória, elemento vital dos territórios vividos quando foi espalhada no mundo, como a diáspora africana, parte do seu componente mítico religioso e humano, se perdeu em razão do contexto da desterritorialização, da violência, da aculturação e de particularidades não-ditas de cada território frente à diáspora.

A memória do patrimônio cultural e subjetivo afro-brasileiro foi transmitida e contada, por intermédio da música, da gastronomia, das crenças, da oralidade e das instituições que preservaram suas raízes, ora integrando suas faces e ora imbricando com outros valores.

Muniz Sodré participou no ano de 2007 do Programa da TV Cultura “*Diálogos do Contemporâneo: Ignorância da Diversidade*”, parcialmente, suas palavras vão de encontro da questão do território e da diáspora africana no Brasil. O autor contextualiza a contribuição dos africanos e dos afro-brasileiros no processo de formação do Estado Nação e da identidade nacional. A civilização brasileira experimentou e se formou, conforme a constituição de territórios múltiplos da cultura afro-brasileira. O negro, em mais de quatro séculos de trabalho, de produção cultural e social, intermediou o processo civilizatório, assim como o patrimônio histórico, o social e o político das territorialidades e das identidades no país.

Sodré reitera esta face da diáspora africana e afro-brasileira em dois momentos, o primeiro em “*O Terreiro e a Cidade*” (1988), em que descreve a produção do arquétipo mítico-religioso, produtor e reproduzidor de axé nos espaços das cidades, caracterizando territórios negros a partir de suas inscrições simbólicas, culturais e antropológicas. O segundo, em “*Diversidade e Diferença*” (2006), o autor reitera o papel civilizatório negro-africano.

“Neste último caso, é fundamental a memória da contribuição africana em termos de estética, música, culinária e religiosidade para formas de vida atuantes entre as classes subalternas no país. Não foi uma contribuição aleatória e anárquica, mas um verdadeiro processo civilizatório, que comporta mesmo a categoria elite a propósito das movimentações sociais dos africanos e seus descendentes. (...)” (Sodré, 2006: 8).

Paul Gilroy (2001) enaltece que o “Atlântico Negro” é, ao mesmo tempo, um processo diaspórico dos africanos no mundo, principalmente no novo mundo, que foram espalhados e depois reunidos. A reterritorialização dos povos africanos no novo mundo, como por exemplo, nos Estados Unidos, no Brasil e no Continente Americano como um todo, se apresenta enquanto um vasto movimento multiterritorial, de culturas, sentimentos, comunicações, musicalidades, expressões corporais, a gastronomia e as múltiplas manifestações da memória e do conhecimento.

A passagem do Atlântico Negro inaugura o movimento de patrimônios culturais e civilizações para a sedimentação de novos territórios.

“(…) a história do Atlântico Negro, constantemente ziguezague anda pelos movimentos de povos negros, não só como mercadorias, mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania, propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica” (Gilroy, 2001: 59).

A história do Atlântico Negro transcende a questão da territorialidade, ou seja, é a territorialidade, mas sua composição e representação vão além do espaço, das espacialidades e do lugar.

Até o momento, o debate sobre o território destacou inúmeras características sociais, políticas, econômicas, culturais e simbólicas. O movimento que produz o território, também pode, conforme as forças e as ações, desterritorializar e reterritorializar. Assim foi no processo histórico da diáspora africana, sul-americana, europeia e asiática. Nos dias de hoje, a globalização é considerada um movimento desterritorializante, não é novo, já aconteceu no passado e continua ocorrendo, promovendo a hibridização do mundo, das culturas e das identidades.

No corpo das cidades, o território está sempre em movimento, dificilmente permanece por muito tempo, fixando-se em um único lugar na história do pedaço.

Rolnik (1997), Bernardo (1998) e Oliveira (2002) localizaram na história de São Paulo os movimentos dos territórios negros nos espaços vividos, em geral, constantemente nos embates entre os atores que participam da produção social do espaço. O movimento dos negros na cidade de São Paulo, referente ao início do século XX é o retrato da fixação, do movimento, da migração e de constantes relações entre território e identidade.

1.3. Raça, Etnia e Racismo

Atualmente, a questão racial é central nos diversos países do mundo, como o Brasil, Estados Unidos, África do Sul, França, Alemanha, Inglaterra, ou seja, os territórios que reúnem a diversidade cultural e as experiências políticas em torno da igualdade e da desigualdade.

A história do Brasil, a respeito da raça e do racismo, ocupa todo o percurso do século passado. Os últimos 120 anos retratam marcas semânticas das desigualdades entre brancos e negros, principalmente com a falácia do mito da democracia racial, constituído por Gilberto Freyre (2001) no início do século XX.

A ideologia da democracia racial substituiu a segregação legal; a separação entre brancos e negros, os espaços sociais como a habitação, mercado de trabalho e a sociabilidade nos lugares públicos e privados. O mito da democracia racial, gradativamente, incorporou-se às formas sociais, classes e nas relações entre brancos e negros.

Nas primeiras décadas do século XX e, em particular, no período das duas grandes guerras, o país é visto como o paraíso da democracia racial. No exterior e interior, setores da sociedade brasileira divulgavam a experiência racial, a respeito da convivência entre brancos e negros com a ausência de conflitos, revoltas e manifestações de racismo.

O balanço social e político do passado e do presente e, principalmente, as lutas políticas travadas pelas organizações negras denunciam a farsa do mito da democracia racial (Florestan, 1977).

A falácia do mito da democracia racial começou a perder força a partir dos primeiros resultados das pesquisas que envolveram os pesquisadores nacionais, estrangeiros e militantes do movimento social negro, organizados no projeto UNESCO. Gradativamente, por intermédio dos trabalhos desenvolvidos nas cidades brasileiras, constataram que o racismo e as desigualdades separam negros e brancos, no que tange à produção e consumo dos bens materiais, sociais e culturais.

Florestan Fernandes (1965), reuniu dados da realidade do negro paulistano denunciando a farsa que se construiu em torno da democracia racial. Na cidade de São Paulo a diversidade cultural só funciona no papel, porque na prática, os negros ficaram circunscritos até o final dos anos de 1930, nos lugares e ocupações de menor mobilidade sócio-espacial.

A respeito do mito da democracia racial, Fernandes destaca:

“Em síntese, não se esboçou nenhuma modalidade de resistência aberta, consciente e organizada, que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta”.

(...) Durante quase meio século, permaneceu soberana e intocável uma ideologia racial que colidia com as bases econômicas, ecológicas, psicológicas, sociais, culturais, jurídicas, de estrutura secularizada (...) Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da democracia racial brasileira.

Admitia-se de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo muito pouco fel e sendo suave, doce e cristãmente humano (Fernandes, 1965: 228).

Fernandes (1965) afirma que o mito atribuiu à população negra todas as categorias em que se encontrava: a incapacidade ou a irresponsabilidade dos dramas da desigualdade política, econômica e social; isentou o branco de qualquer obrigação e outras atitudes perante o processo de exclusão do negro na sociedade de classes urbano-industrial e elucidou a consciência falsa da realidade racial.

No que diz respeito às estruturas sociais e políticas, os setores que se beneficiaram continuaram mantendo seus privilégios.

“Na medida em que contribuía para resguardar as velhas elites da obrigação de introduzir inovações efetivamente radicais e liberalizadoras nas relações dos brancos com os negros, ele auxiliou-as a manter intacto o arcabouço em que se assentava a dominação tradicionalista e patrimonialista, base social da hegemonia da camada senhoria, da autonomia, da raça branca e da heteronomia da raça negra (...)” (Fernandes, 1965: 237).

O estudo de Fernandes (1965) “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, apontou que as transformações sociais e raciais, seriam alteradas a partir do período urbano-industrial com a maior incorporação do negro nas atividades do mundo moderno e competitivo.

Os trabalhos de Costa Pinto (1998) e Octavio Ianni (1988) também vão de encontro às idéias de Fernandes, a respeito de classe social e raça. Para os autores, a condição de classe social e raça são elementos que se imbricam e inter-relacionam no contexto do Brasil moderno. Ser pobre e negro, nos dizeres destes autores, são as referências de classe social, hierarquia social, status e, em geral, o confronto social e racial na sociedade urbano-industrial.

Os estudos de Fernandes (1965), Ianni (1988) e Costa Pinto (1998), não são específicos e particulares sobre a questão da raça, enquanto categoria sociológica e

antropológica para explicar os antagonismos. As referências do autores retratam os cenários em constante transformação, tendo em vista a sociedade urbano-industrial e o ajustamento, inserção e posicionamento do negro na sociedade.

O Projeto UNESCO, que tinha como objetivo visualizar o Brasil como democracia para o mundo, teve efeito contrário, propiciou derrubar as bases do mito da democracia racial.

Neste trabalho, a concepção sociológica sobre raça merece ser analisada mediante as referências teóricas e práticas.

Ianni (1988: 161) define que a noção sociológica de raça nos coloca diante de relações políticas, na medida em que as diferenças e atributos, traços, marcas ou outros elementos fenotípicos e físicos, são organizados e definidos pelas relações sociais de apropriação econômica e de dominação política.

Nogueira (1998) declara que o preconceito racial no Brasil tem duas faces: o de origem e o de marca. Predomina nas relações sociais entre brancos e negros, o preconceito de marca, conforme a gradação da linha de cor. O indivíduo com traços mais acentuados da herança africana tende a sentir, conforme a sua posição social e o status que representa os níveis do preconceito e do racismo com mais intensidade. Em situação contrária, um indivíduo com leves traços africanos, dependendo do lugar, da posição que ocupa e de sua origem social, pode embranquecer socialmente, como por exemplo, a realização do casamento inter-racial nos segmentos econômicos de alta e média renda. .

Fora do âmbito acadêmico, Nascimento (1978) emprega ações mais duras e radicais para contra-atacar o mito da democracia racial. Segundo o autor, a questão racial não tem gradações, é a defesa da origem social que reforça a política identitária.

(...) Um brasileiro é designado negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra, ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um homem-de-cor, isto é, aquele assim chamado descendente de escravos africanos. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação de cor da sua pele (...) (Nascimento, 1978: 42).

Guimarães (2003) salienta como trabalhar com o conceito de “raça” em sociologia e nos trabalhos que envolvem a temática sobre o negro. Sabe-se que raça, para as Ciências Sociais e, em particular, a Sociologia, a fundamentação merece duas conceituações: a analítica, de base sociológica e a categoria nativa, que pertence aos cenários e interpretações da realidade que produzem o simbólico, o social e o cultural.

Os estudos de base biológica comprovam que raça não existe, há mais culturas do que raça. Na história da humanidade, o que se pode comprovar é a existência da raça humana.

A interpretação sociológica leva em conta a realidade social e a categoria analítica, ou seja:

(...) as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da Sociologia ou das Ciências Sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. Podemos dizer que as raças são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem. (Guimarães, 2003: 96)

A interpretação sociológica sobre raça, do ponto de vista analítico e nativo, também possibilita a conexão com outras categorias, como cor, etnia, religião, classe, nação, povo, estado (Guimarães, 2003).

Nossos interlocutores, homens e mulheres negros assumem a categoria raça da seguinte forma:

“Tem pessoas, por exemplo, os filhos mais clarinhos, a pessoa não fala que ele é negro, fala que ele é amarelo. Aqui a minha nora é a mais clarinha, então ela tem cabelo mais suave, só o cabelo nervoso, mas é negro. Então o meu neto mais velho foi à escola, chegou lá, falaram pra ele:

- Mas você não é negro.

- Você não conhece a minha avó, minha avó diz que passou da meia noite é negro (risos).

Nós somos negros, aí você que tem que falar, aqui ninguém chama de pretinho. Eles não chamam as primas que são mais pretas, não tem isso aqui não, nós somos todos pretos, a minha neta fala que a única branca é a sua mãe, sua mãe é branca e seu pai é negrão, filho de negrão é negrinho. É você que ensina, é você que faz a pessoa assumir a negritude. Só tem preto, só tem negrão” (Aparecida, Brasilândia, 65 anos).

As informações da interlocutora são importantes para retratar a categoria analítica e a categoria nativa. Para melhor delineamento, algumas informações sobre a depoente dão mais lucidez à conceituação sobre o assunto. A Aparecida é negra, pobre e favelada, categorias sociais e analíticas que nos ajudam a definir e conceituar raça e também classe social.

A perspectiva sobre raça para a interlocutora concentra-se em elementos práticos e teóricos; a origem social, o lugar e a questão política reforçam a identidade que se metamorfoseiam na relação indivíduo/coletivo e até a dimensão do ambiente social, como os filhos e netos que estão ao seu redor.

Munanga (2003) declara que a abordagem sobre raça não tem nada de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as outras considerações, ela guarda uma coisa não proclamada; a relação de poder e de dominação. O conceito de negro muda, mediante a cultura, o território e o Estado Nação, por exemplo, nos Estados Unidos, Brasil, África do Sul e na Inglaterra, são diferentes categorias para identificar o negro.

No contexto internacional, em particular a França, Wieviorka (1998; 2006) e Balibar (1998), analisam raça e racismo em outra perspectiva do mundo contemporâneo. No passado, raça e racismo na territorialidade européia e francesa, definiam-se por intermédio das características religiosas, culturais e sociais. Atualmente, o racismo é uma marca da época da descolonização, da inversão de movimentos de populações das antigas colônias e das antigas metrópoles que se encontram no espaço da diversidade social e cultural.

O racismo diferencialista (Balibar, 1998) tem como pretexto proteger a cultura européia e impedir a expansão cultural dos países subdesenvolvido em território europeu, como por exemplo, a proliferação das culturas dos africanos, magrebinos, da religião muçulmana, dos indianos, entre outros.

Para Wallerstein (1998), o novo racismo transcende os critérios sobre cor/raça, religião, língua, classe social, ou seja, a centralidade a respeito da raça não ocupa o destaque principal. A cultura e não a raça é o principal componente que conduz às ações e reações racistas em França.

Esse racismo renovado diz de seus alvos e de suas vítimas que eles são diferentes culturalmente, irredutivelmente diferentes, fundamentalmente incapazes de integrar-se à sociedade e de partilhar os valores do grupo dominante (Wieviorka, 2006).

Nas principais cidades francesas, como em Paris, a função do racismo diferencialista não é contribuir à dominação ou à exploração, mas encorajar a marginalização e a segregação do grupo discriminado; desse ponto de vista é mais interessante insistir sobre o tema da diferença do que sobre o da inferioridade. Nesse novo racismo, é a diferença na cultura e não mais a inferioridade na natureza (Wieviorka, 2006).

O afro-americano, independente do grau de miscigenação é classificado racialmente como negro. Impera a concepção da transferência e da herança étnica, ou seja, basta um gota de sangue para que o indivíduo seja classificado como negro, não é a cor da pele a categoria que define quem é branco ou negro nos Estados Unidos.

Charles Taylor (1993) versa sobre a política do multiculturalismo, de acordo com a diversidade cultural e dos direitos de cada grupo étnico perante o exercício da cidadania. O autor classifica da seguinte forma o contexto norte-americano no que diz respeito a

identificação racial: afro-americano, nativo-americano, asiático-americano, hispano-americano e outros.

O estudo clássico sobre etnia na área de Ciências Sociais tem como autoria F.Barth, que designou o termo para uma população que: se perpetua biologicamente em grande escala; tem em comum valores culturais e uma unidade cultural manifesta; constituem um espaço de comunicação e interação; cujos membros se identificam e são identificados por outras identificações (Barth, 1998). A quarta categoria é o traço mais relevante, à medida que se auto classifica e é classificado pelo outro como elemento étnico.

Conforme as características que definem o grupo étnico, não é o componente material e cultural a referência de base, assume-se o ponto central voltado para a questão da fronteira étnica. A fronteira, o território, o espaço e as espacialidades são imprescindíveis para a definição do grupo étnico, enfim, a etnicidade se define por intermédio de elementos do contexto inter-cultural e espacial.

O estudo sobre identidade tem proporcionado inúmeros enfoques a respeito do processo de construção social, que se realiza no dia-a-dia da práxis e da teoria.

Ciampa (2005) denomina a identidade como processo, como uma constante metamorfose do sujeito em face do social, que dialeticamente ao se compor em faces, corpos e representações, não cessa de construir e se reconstruir diante do contexto singular subjetivo e social objetivo. Frente às situações e quadros de exploração, miséria, racismo e segregação, o ator social pode se metamorfosear, conforme o grau de envolvimento ou intervenção de suas referências materiais e subjetivas para um quadro mais avançado em relação ao estágio anterior.

A identidade metamorfose emancipação é um cenário de profunda diversidade material e subjetiva que o ser humano processa no decorrer de sua ação na vida prática, na produção do espaço e na intermediação dos códigos internos da subjetividade.

A diversidade é uma centralidade que se constitui na sociedade contemporânea também nas relações de troca social, cultural e identitária das diferenças étnicas e raciais. Munanga (2005-2006) adverte que o estudo sobre identidade requer os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc, com os quais mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos que estão envolvidos no trabalho social de uma educação democrática.

Conforme Munanga (2005-2006), pode-se definir três características de identidade:
- a identidade legitimadora, que é elaborada pelas instituições dominantes da sociedade a fim de estender e racionalizar sua dominação sobre os atores sociais;

- a identidade resistência, que é produzida pelos atores sociais que se encontra em condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante;
- a identidade projeto: quando os atores sociais com base no material cultural a sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade.

O conceito de etnia incorpora e evoca a questão social, cultural, histórica e psicológica (Munanga, 2003). Nas sociedades contemporâneas, como a brasileira, pensar as relações raciais entre brancos e negros, também implica observar a permanente relação entre raça, etnia e identidade social, que se entrecruzam no jogo político, ora das relações de poder, ora do processo de resistência e superação.

Moura (1988) e Gomes (2006) frente ao arcabouço sobre identidade, reforçam a questão da estética que proporciona brilho e beleza aos valores negros; referente ao corpo e a subjetividade. Para os autores, a estética negra sobressai no contexto brasileiro e rompem o ideal de beleza imposto na sociedade para homens e mulheres, principalmente os jovens.

Nessa perspectiva, referente à identidade construída por intermédio dos valores afro-brasileiros, ela se produz não só através da imagem do outro, mas da auto-valorização do próprio negro que se relaciona consigo, seus parceiros e os diferentes para se auto-identificar. Conforme Gomes (2006: 20), cabelo crespo e corpo podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Estes elementos possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra.

O Atlântico Negro e a diáspora produzem e reproduzem parte desta identidade negra em Paris (França), onde se encontram uma série de profissionais, produtos, comércio e atividades correspondentes para a estética e a identidade afro. São os cabelos trançados, cortes, vestuários e os diferentes valores culturais que se encontram e se cruzam, enaltecendo e dando primazia à identidade negra no local e na diáspora.

O mito francês - igualdade, fraternidade e solidariedade - assim como o brasileiro, mascaram a idéia de cidadania e igualdade no universo cultural do Estado Nação (Poli, 2007). As culturas, povos e identidades que não se integram aos valores do mundo francês, geralmente, são barrados do cotidiano social dos princípios republicados. A cidadania proporcionada pelo mito republicado posiciona a diáspora na categoria de cidadãos de segunda e terceira classes.

O mito brasileiro, diferente do ideal francês, quanto aos valores da democracia e da cidadania, foi desconstruído pelos atores sociais do movimento negro e anti-racista. A idéia de uma sociedade multicultural e democrática só se efetiva na prática política quando as diferenças de raça e o racismo forem superados no reconhecimento dos direitos e das diferenças.

1.4. Conceitos de Segregação

Desde o século XVI surge o processo da segregação, vem antes do capitalismo de hoje, contudo, a segregação que ocupa as grandes cidades, a partir do advento da produção da industrialização em escala local e internacional, tomou conta das veias e células das cidades (Hall, 1988; Wacquant, 2005).

Para esses autores, antes de a palavra ser conhecida como segregação, o processo de separação do contexto europeu, principalmente em Veneza, foi denominada como guetização.

O gueto, em princípio, circunscrito à população de judeus na cidade de Veneza, é o principal alvo das políticas e estratégias de separação entre os grupos sociais.

À procura de reflexões, entendimentos, dúvidas e questionamentos, é preciso fazer algumas perguntas: O que é Segregação ? O que é Gueto? Estes movimentos são produzidos por quais atores em sociedade? A segregação e o gueto são movimentos produzidos no espaço para a separação de grupos sociais, religiosos, étnico/raciais e econômicos?

Nosso campo conceitual sobre gueto e segregação procura, no decorrer do trabalho, argumentar estas questões acima o que permitirá delinear o campo de estudos sobre o espaço, a cidade e a segregação.

No marxismo clássico, a questão urbana, principalmente das cidades inglesas do século XIX, foi estudada por Engels (1975) em “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”. Percebe-se que, durante a origem do capitalismo, as cidades urbano-industriais inglesas, sede e berço do capital, cresciam conforme a produção e o consumo dos bens materiais, da força de trabalho e dos proprietários dos meios de produção.

“Todas as grandes cidades possuem um ou vários bairros de má reputação - onde se concentra a classe operária. É certo que a pobreza de morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral, designam-lhes um lugar à parte, onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. Estes bairros de má reputação são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construída” (Engels, 1975: 59).

As cidades vistas por Engels (1975), no contexto britânico, são espaços construídos com pobreza, sujeira, fome e miséria que se concentram nos bairros da classe operária. A

pobreza aliada às condições de reprodução da força de trabalho, como a condição precária das habitações e o ínfimo ambiente construído no local de viver, segundo o autor, revelam a dupla exploração da classe que vive do trabalho, a primeira no local de trabalho e, a segunda, no local de habitação, no espaço de viver.

A época da Revolução Industrial, até os dias de hoje, o quadro social não é muito diferente, os trabalhadores que vendem a força de trabalho para os donos dos meios de produção vivem de maneira semelhante em bairros, habitações, locais de trabalho e em torno do ambiente construído, desprovidos de equipamentos necessários à vida humana.

O tempo-espaço (Santos,1996), em cada período, se instala com outra engrenagem de produção social do espaço. Na época da industrialização, a técnica foi o principal instrumento para modificar e produzir a artificialidade. Após a técnica foi introduzido o científico e, hoje, o informacional, sendo assim, o espaço é dotado do meio-técnico científico informacional. Porém, a grande maioria dos trabalhadores que necessitam de trabalho, habitação, cultura, arte e produção para viver, só consomem esses produtos mercantilizados. Nos grandes centros urbanos do mundo e do Brasil, em particular, vê-se que os valores de uso e troca, os fixos e fluxos e o ambiente construído estão desproporcionalmente distribuídos, conforme as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Para outra vertente teórica como a Escola de Chicago, diz Burgess (1967: 362), que a segregação limita o desenvolvimento em certas direções, mas deixa-o livre em outras. Os círculos concêntricos, segundo o autor, compõem-se de zonas de interesses econômicos, políticos e culturais e sua dinâmica, de natureza ecológica separa os grupos e os interesses no espaço.

Na opinião de Park (1967), a ecologia humana cria mecanismos de competição, e os mesmos, conforme o poder de força e de interferência na direção da produção do espaço social, tende a segregar as classes sociais e os grupos étnico-raciais. O gueto objeto de estudos da Escola de Chicago, foi estudado por Louis Wirth (1967), como é o gueto judeu que antecede a segregação racial nos Estados Unidos.

Já segundo Manuel Castells (1983), pode-se entender por segregação urbana:

“(...) a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (1983: 250).

A explicação de Castells (1983) sobre o urbano e a cidade, que se expõe como referência principal, também é válida para o argumento sociológico sobre a questão da segregação. Os sistemas econômicos, político e ideológico (EPI) são, também, parte estruturante da segregação, que segundo o autor, é o que contextualiza o entrave e a luta entre os atores nas cidades.

Nos dizeres de Jean Lojkine (1997), pode-se distinguir três tipos de segregação urbana:

“- uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nossa ver, a importância dessa renda de acordo com a localização;

- uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular;

- um esfacelamento generalizado das funções urbanas, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento” (1997: 189).

As três características, definidas por Lojkine (1997), tornam a vida do trabalhador e o consumo individual e coletivo, cada vez mais difíceis de serem apropriados. Porque o papel do submercado do solo e do monopólio privado do espaço em uma sociedade segregada, diferencia todo o processo de produção, consumo, distribuição/circulação e troca dos bens essenciais à vida social. Se a segregação tende a separar as classes sociais, o acesso à habitação e ao ambiente construído é diferencial para todos os estratos sócio-econômicos.

Jean Lojkine (1997: 146) afirma ainda que o consumo do trabalhador seja duplo, sendo assim, no contexto de espaços diferenciados, a segregação acirra e aprofunda a luta de classes no e pelo espaço social.

Segundo Villaça (2001: 146), Lojkine não esclarece como a segregação é produzida, mas divide a metrópole em centro e periferia; as classes de mais altas rendas ficam com a terra mais cara no mercado imobiliário, e a área mais barata, com os grupos de menor renda.

Lefebvre (2000: 59), ao categorizar o espaço enquanto força política, também contribui para explicar a segregação. O espaço, produzido e reproduzido a favor do capital, coloca em planos opostos a força de trabalho e os donos dos meios de produção, a luta se dá em torno do local de trabalhar, de habitar e de viver. A segregação produz mecanismos de exclusão e aprofunda o distanciamento, físico, cultural, social e político, entre os diferentes e

os iguais.

Os atores que são levados para espaços diferenciais, de que forma eles são influenciados pela segregação? É um processo de atração/repulsão do mercado imobiliário e do Estado?

Um percurso nos principais centros do país pode-se perceber as seguintes cenas:

- os estratos de melhor poder aquisitivo, podem consumir, habitar, comprar e circular nos melhores espaços da cidade e voluntariamente, definir o seu espaço por conta própria;
- os estratos de menor poder aquisitivo, não tem outra alternativa a não ser caminhar em direção aos lugares mais baratos no mercado imobiliário e ser espoliado duplamente, participando de forma involuntária da segregação;
- o programado, quando o Estado ou outros setores, organizam, defendem e interferem no espaço público com a tendência e o objetivo de separação ou valorização dos espaços a favor do capital ou de interesses de grupos (Lefebvre, 2000: 94).

A segregação, enquanto fenômeno social, espacial e político (Lefebvre, 2000), deve ser analisada segundo critérios diferentes: ecológicos (favelas, “banlieus”, gueto,), formais (deterioração dos signos, do patrimônio histórico e social e da funções que são historicamente produzidas no espaço), sociológico (níveis de vida e modos de vida, etnias e culturas).

Nosso interesse é buscar o aprofundamento e o melhor delineamento referente ao estudo sobre segregação. Verificou-se até o momento, que a segregação corresponde a um processo de concentração espacial de componentes sociais em unidades espaciais na cidade. A práxis e a teoria contribuem para ultrapassar os limites e não se dar por satisfeito para retomar o complexo movimento do pensar e do agir (dialético).

A cidade, o ambiente urbano e tudo o que o homem produz através do trabalho, significam as transformações daquilo que Santos (1996) denomina de meio-técnico científico e informacional. Nosso esforço teórico e político procurará ir além dos referenciais teóricos. Porque o estudo sobre segregação aglutina diversas áreas do conhecimento, assim como seu conceito, que não é um fenômeno simples e restrito às categorias do espaço e do componente sócio-econômico.

A segregação deve ser analisada, conforme a variável que se queira trabalhar. A segregação pode ser social, espacial, econômica, política, cultural, religiosa, de status, étnico/racial, nacionalidades, enfim, não é um fenômeno que entra em cena com um único aspecto, mas geralmente, com mais de uma forma e/ou categoria social.

Quais as conseqüências da segregação para as partes e o todo da cidade? O que ganhamos e o que perdemos com a segregação? A segregação produz, acirra e aprofunda a

luta de classes?

A segregação pode ao mesmo tempo, unir em uma área geográfica, favelados e grupos de prestígio (condomínio fechado ou a verticalização de alto padrão) que estão juntos em determinado território, porém, estão separados, conforme os interesses e os jogos de poder de cada um. Segregação é um processo dialético, entre excluído e incluído, geralmente, quando o espaço público é privatizado ou mercantilizado, perde-se o que é público, a sociabilidade, o encontro e a produção voltada para os valores de uso.

Para Lefebvre (2004: 124), as conseqüências da segregação no contexto urbano e da cidade, refere-se a uma ordem totalitária que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, despedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade.

Richard Sennet (2006), em “Carne e Pedra”, contextualiza as cidades através das experiências corporais no espaço social. O autor afirma que os corpos nus dos cidadãos da Grécia Antiga, historicamente registrada com as experiências políticas da *polis* e da *ágora*, eram manifestações culturais da beleza estética e dos valores pertencentes ao universo grego, que comportavam conhecimento e beleza no mesmo plano do processo racional e civilizatório. O autor nos ajuda a pensar os corpos e suas relações em cidades segregadas, seja de forma voluntária, involuntária e programada, homens e mulheres, ricos e pobres, os diferentes e iguais, não se misturam, conforme o universo cultural, geográfico e social de cada particularidade.

O corpo, na sociedade moderna está submetido aos espaços geográficos e à cultura, impondo traços, normas e valores voltados ao grande mercado dos shoppings centers e da utilidade corporal voltada para a troca.

Vêm-se, hoje, nas ruas, avenidas, praças e locais públicos, o frenesi dos corpos, não para o encontro e a comunicação, mas em direção à sociedade de consumo e da artificialidade.

Peter Marcuse (2004: 26), frente à diversidade de situações da segregação, organiza três categorias de análise: a cultural, o papel funcional e econômico, a posição na hierarquia de poder. A divisão cultural, segundo o autor, é decorrente da língua, de costume ou estilo arquitetônico, da religião, etnicidade/raça, nacionalidade ou comportamento social. O papel funcional é resultado da lógica econômica, física e organizacional: áreas residenciais, de serviços, industrial ou qualquer outro ramo de produção. O status hierárquico reflete e reforça as relações de poder, dominação, exploração e disputa pelos melhores espaços na sociedade.

Estas três divisões podem se sobrepor, o seu entrelaçamento pode gerar aspectos diferentes na segregação; por exemplo, a divisão cultural associada ao status hierárquico,

pode encenar tipos de segregação entre branco e negro, judeu e árabe, ou do tipo funcional e cultural, que pode gerar situações de enfrentamento entre empregado e donos dos meios de produção quando estes vivem e compartilham o mesmo local de moradia.

Ainda hoje, em grandes centros onde a segregação é da relação centro-periferia, a mistura, aproximação e diferenciação realizam-se, conforme os interesses, no momento da produção da mercadoria e do espaço social. A separação ocorre durante o consumo das necessidades, como o universo escolar, lazer e da cultura, ambiente construído, habitação e seu entorno.

É notório que a segregação não é totalmente homogênea, ou seja, alcançando 100% de separação e centralização de uma unidade sócio-cultural no território da cidade. Mesmo quando ocorre a convivência de diferentes grupos no mesmo espaço, porém, não existe integração social, porque há fronteiras que definem os limites sociais e geográficos de cada grupo.

Peter Hall (1988: 440) descreve que os delinquentes focalizados no microscópio da Escola de Chicago eram brancos, de origem judia (1988: 440).

No gueto de Veneza, são os judeus o grupo definido para separação da vida da cidade e das atividades econômicas e políticas.

Sennet (2006) e Wacquant (2001) declaram que o gueto judeu de Veneza foi visto como um grande risco para a sociedade da época; primeiro por causa do fator econômico e político, no que diz respeito ao enriquecimento e ao empréstimo de recursos financeiros que o judeu estabelecia com a clientela, o segundo, a religião de um grupo específico em uma sociedade de valores cristãos, o terceiro, os representantes da sociedade associavam as doenças e as pestes responsabilizando o povo judeu pelos contágios, sofrimentos e mortes. Na Veneza daquela época, além da comunidade judaica, outras culturas e nacionalidades também foram compor o gueto, como os alemães.

Hall (1998: 441) assinala que os fundadores da sociologia urbana cometeram enganos: Park, Burgess e L. Wirth, pesquisaram, ensinaram e escreveram que todos os bairros étnicos eram guetos temporários. A segregação voluntária seria eventualmente abandonada à medida que a aculturação acarretaria assimilação (Hall, 1998). A vida na cidade, principalmente com os valores, a cultura e o tipo de comportamento urbano, poder-se-ia transformar e assumir outras características, perdendo a do grupo comunitário e assimilando as individualidades e os padrões coletivos do contexto urbano-industrial.

A afirmação de Hall, a respeito da Escola de Chicago, em nosso entender, tem duas faces: a primeira, cujo engano foi descrito acima; a segunda, é que perto de 95% da população

negra da cidade (Chicago) vivia em guetos, constituíam mais de 81% da população total.

A segregação nos Estados Unidos, conforme a literatura (Wacquant, 2001; Sennet, 2006; Telles, 1993; Marcuse, 2004; Preteceille, 2004), confirmam a separação de corte racial. Após o gueto dos judeus, a população afro-americana foi distribuída até o final dos anos de 1960, em áreas homogêneas, constituindo diferenças sociais, escolas, comércios, igrejas, clubes sociais e esportivos.

Wacquant (2001) retrata o gueto afro-americano, referente ao tempo histórico até o final dos anos de 1960, em organização social comunitária. O gueto, segundo Wacquant e Dubois, é dialético, pois resulta ao mesmo tempo, a separação e o encontro. A separação do grupo em relação à sociedade e, em segundo, o encontro dos iguais, perante o fechamento e a imposição de barreiras que interferem internamente. A subjetividade, a sociabilidade e os interesses da comunidade, proporcionam que músicos, artistas, comerciantes, esportistas, jovens, estudantes, homens e mulheres negros que vivem no gueto, possam sobressair e destacar as referências importantes, quantitativas e qualitativas do local.

Wacquant (2001: 8), afirma que há duas fases do gueto afro-americano, o primeiro período até o anos de 1960, onde prevaleceu o sentido comunitário e social, o segundo, após os anos 1960, o autor chama de hipergueto, decorrente do processo de perda dos valores comunitários e das ações internas e externas que abatem a organização, material e subjetiva.

Favela no Brasil, pobracione no Chile, villa miseria na Argentina, Cantegril no Uruguai, rancho na Venezuela, Banlieue na França, Chabola na Espanha e Gueto nos Estados Unidos: as sociedades da Europa, da América Latina e dos Estados Unidos, reúnem terminologias específicas para caracterizar grupos sociais em ambientes construídos (precários e mínimos) que são estigmatizados. A estigmatização é vista pelas áreas de privação e abandono e o excesso de crime e violência (Ribeiro, 2001: 7).

No Brasil, a periferia e a favela, localizadas nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Belém e Recife, compõem-se da segregação voluntária e involuntária, a primeira pela falta de condição econômica e a conjuntura econômica e política que afetam os grupos mais vulneráveis e a segunda, o mercado imobiliário da terra que valoriza as melhores áreas, restando às glebas, morros e encostas para a população de baixa renda.

Wacquant (2001: 39) descreve o hipergueto contemporâneo: o Estado norte-americano destinou para estas áreas a política de tolerância zero e a inversão do Estado Providência para o Estado Penitência.

A “tolerância zero”, de acordo com o autor, é política pública para combater a

criminalidade, conter os vícios da desordem, do tráfico e da malandragem. As medidas da tolerância zero têm se concentrado, conforme os graus das características sociais, sobre a população negra e os migrantes.

O Estado Providência (Wacquant, 1999: 94) que atende a população de baixa renda, desempregados e mulheres chefes de família, nas últimas décadas, teve o seu orçamento minimizado, de outro lado, vêm ocorrendo um aumento de recursos econômicos da área responsável por segurança e criminalidade. Nos anos 1980 e 1990, gastou-se mais em investimentos públicos para a construção de prisões do que em assistência social nas áreas dos guetos norte-americanos.

A seguir, descreve-se a segregação no Brasil, em particular, a cidade de São Paulo.

2. Segregação Racial no Brasil: a cidade de São Paulo

A segregação racial no Brasil não é um tema comumente debatido, como acontece em outras sociedades, como Estados Unidos e África do Sul, onde a referência sobre a questão racial e as desigualdades raciais são pontos centrais nas reflexões sobre a cidade e o urbano.

Após a abolição, segundo Fernandes (1989), Hasenbalg (2005) e Telles (2003), há a ausência de instrumentos legais e institucionais para a separação entre brancos e negros na sociedade, isto é, nos espaços públicos e privados, nas ocupações funcionais e nas mais diversas esferas do espaço social; como escolas para brancos e negros, igrejas, atividades no mercado de trabalho, clubes, universidades, sistemas de transportes, enfim, a segregação oficial, semelhante às histórias dos Estados Unidos e da África do Sul.

Se o caso brasileiro não contempla a segregação racial, de forma legal e oficial com total participação do Estado e da lei, então é preciso tomar cuidado, porque a ideologia, a linha de cor, o racismo e as desigualdades raciais (Hasenbalg, 1996), de certa forma, mascaram a segregação racial dando mais uma feição social e espacial.

O Estado brasileiro não oficializou a segregação racial, porém, após a abolição até os nossos dias, também não se implementou a integração social, a igualdade racial e a eliminação do racismo (Telles, 1993).

A produção teórica sobre a cidade e o urbano no país majoritariamente, trata da segregação sócio-espacial, abordando de forma secundária a questão racial. Costuma-se caracterizar as desigualdades raciais nas cidades brasileiras como um aspecto voltado para as classes sociais, ou seja, a raça é substituída pela classe social (Torres, 2005; Ribeiro, 2005).

Este trabalho não tem a intenção de comparações, mas a descrição é fundamental para compreender as diversas faces do cenário brasileiro. O barril de pólvora no cenário brasileiro (Fernandes, 1989) é a conjugação de classe social e raça, uma luta inseparável, que precisa ser intermediada com potencial político.

No Brasil, a questão racial não pode ser separada da questão social e vice-versa. A segregação racial é uma luta de classes e de raças (Fernandes, 1989).

Hasenbalg (2005) destaca que o contexto de segregação racial, no período pós-abolição, é melhor retratada conforme as faces do país: se desenvolvido ou subdesenvolvido. A região norte e nordeste - subdesenvolvida - concentrando os mais baixos índices de desenvolvimento, riqueza, industrialização e desenvolvimento sócio econômico. Segundo o autor, esse cenário é fruto do mundo servil, arcaico e do mandonismo local de minorias que

controlam vastos territórios.

No sudeste desenvolvido, destacam-se as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que concentram a economia nacional, o centro exportador e o crescimento urbano-industrial, ou seja, as desigualdades entre brancos e negros acontecem no espaço social. Não nos esqueçamos que a maior participação de brancos se concentra no sudeste e a menor participação na região nordeste. Os negros, quanto a sua distribuição na geografia brasileira, são maioria no nordeste e em menor proporção na parte desenvolvida.

Os fatores raça e espaço, conjuntamente no contexto do desenvolvimento brasileiro, apresentam as primeiras marcas, conseqüências e repercussão da segregação ecológica ou geográfica dos dois grupos raciais (Hasenbalg, 2005: 177).

A produção brasileira sobre segregação racial é incipiente, mas de uma qualidade indiscutível. Dentre a produção que discute a cidade e o urbano na perspectiva racial, inicialmente, as obras de Pierson (1945) e de Pinto (1998).

Com base em impressões de vários bairros da cidade da Bahia, Pierson (1945) observou que a cor da pele dos habitantes variava de acordo com as condições dos bairros: as áreas mais pobres e super-povoadas da cidade eram habitadas por negros, mulatos de pele escura e um número limitado de mulatos de pele mais clara.

Conforme Telles (1993), Pierson observou que, ao contrário dos EUA, não havia uma tentativa de segregar as raças e que as distinções de classe resultavam do fato de que os negros haviam iniciado há pouco tempo às atividades na sociedade do trabalho livre.

Pinto (1998) estudou a sociedade do Rio de Janeiro ainda no período em que ela era a sede da política nacional - capital federal - , nos dizeres do autor, a mobilidade é a passagem de escravo a proletário e não de escravo a cidadão.

No contexto do Rio de Janeiro, a segregação racial tem como conseqüência, em maior proporção, a ocupação das habitações precárias, mal construídas e de baixa qualidade no tratamento sanitário. Este cenário é a ocupação dos morros e a edificação das favelas, que data desde os últimos anos do século XIX e o início do XX.

“De cada cem habitantes do Rio de Janeiro, aproximadamente 29 são de cor; de cada cem habitantes das favelas, aproximadamente 71 são de cor. Isto significa, noutros termos, que a representação dos grupos de cor na população das favelas é muitas vezes maior, quase igual ao triplo da proporção deles na proporção total da comunidade” (Pinto, 1998: 136).

A favela carioca já completou um século de história, se o fato histórico da

segregação residencial e a questão racial se complementam, significa que o contexto das principais cidades brasileiras em relação à segregação racial, não foi imposta através da força e da violência, mas por intermédio de estratégias legais tendo como referência os projetos de renovação urbana e a ideologia moderna da produção do espaço; expulsando os grupos de menor renda e os negros para os morros da cidade.

É evidente, portanto, que a favela no Rio de Janeiro tenha, em maior proporção, a população negra. A segregação racial residencial concentrou, com certa homogeneidade, a população negra nas favelas e isso tem grandes conseqüências para a posição nos diversos lugares da sociedade brasileira e carioca.

“Na população das favelas, composta de 71% de elementos de cor, a quota de alfabetização é muito baixa. Em cada cem favelados, 61,9% são analfabetos. O índice real de analfabetismo dos adultos deve ser ainda maior se excluirmos do cálculo os menores de sete anos que representam na população das favelas um grupo numeroso” (Pinto, 1998: 155).

Em 1940, na cidade do Rio de Janeiro, o analfabetismo na favela é majoritariamente negro. A segregação racial assume formas e dimensões variadas, no caso do Rio de Janeiro, ela se expõe através da concentração de negros, pobres, favelados e analfabetos.

Abdias do Nascimento (1978) utiliza-se de dados estatísticos da população do Rio de Janeiro, sobre habitação e população para confirmar o grau de segregação racial que repercute em direção aos morros da cidade.

No contexto brasileiro, a raça e a habitação estão interligadas aos espaços pobres, precários e de menor rendimento do chefe de família. No Nordeste, a moradia do negro é o mocambo, geralmente infestado de germes e mosquitos das águas poluídas. Em São Paulo, a moradia mais comum era o porão e o cortiço, recentemente, as zonas chamadas de favelas. No Rio de Janeiro, sobre a população negra a humilhação das favelas, que se dependuram nas encostas dos morros. A realidade das favelas cariocas, em 1950, foi retrata em uma das melhores produções cinematográficas com o filme *Orfeu Negro*, vencedor do Festival de Cannes, referente ao ano de 1959 (Nascimento, 1978).

Em 1950, são 2.369.293 habitantes no Rio de Janeiro e deste total, os brancos são 1.660.834, os negros, 708.459 (Nascimento, 1978). A população negra do Rio de Janeiro representava 30% dos habitantes da cidade. No aspecto demográfico, o negro é 30% da população e no aspecto da habitação a proporção toma outra forma. A população moradora em favelas significa 168.654 moradores, os brancos são 55.436 e os negros, 113.218. A

maioria absoluta no contexto das favelas cariocas, referente aos anos de 1950, é negra e pobre.

“Estes algarismos revelam que para quase cada dois e meio habitantes do Rio de Janeiro, um é negro; porém, para cada habitante branco das favelas, quase dois e meio são negros. Em outras palavras: os negros compõem menos da metade da população total da cidade, mas à proporção que ocupam nas favelas alcança mais do dobro da cifra (...) Assim se caracteriza uma indiscutível segregação habitacional” (Nascimento, 1978: 84).

A participação do negro na condição de empregador, desde o início do século passado até os nossos dias, resume-se a uma minoria quase inexpressiva, se compararmos com os empregadores brancos e amarelos.

Pode-se validar que o cenário do mercado de trabalho no início do século XX, entre brancos e negros, compreende extremas condições de segregação racial ocupacional.

A segregação racial no mercado de trabalho tem, em grande proporção, ligações em torno do racismo e das desigualdades raciais. A herança da escravidão, as desigualdades e o racismo, paulatinamente, sedimentaram no passado e no presente, o cumulativo de desigualdades.

“Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei. Em geral, os anúncios procurando empregos se publicavam com a explícita advertência: “Não se aceitam pessoas de cor.” Mesmo após a Lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada (...) Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência” (...) Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece difusa, mas ativa” (Nascimento, 1978:82).

A primeira constituição brasileira, após abolição e em pleno período republicano, delimitou como uma das premissas da cidadania, ser alfabetizado para poder participar do processo eleitoral. Sendo assim, a grande maioria dos brasileiros - negros e pobres - estava fora do processo eleitoral e de grande parte das decisões políticas do país. Até 1960, a maioria da população negra era analfabeta e, portanto, não podia votar (Telles, 2003:202).

Pode-se afirmar, conforme o quadro de segregação e de baixíssima escolaridade, que a maioria da população negra, até a constituição de 1988, não participava da vida política do

país e das principais cidades. A maior participação de políticos brancos e homens, explica-se por um destes motivos, a institucionalização de privilégios que manteve por gerações o poder de territórios, cidades, assim como o contexto nacional.

No final dos anos de 1960 e 1970, dois textos são referências nas Ciências Sociais que versam sobre São Paulo, “São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza” e “São Paulo: trabalhar e viver”, a primeira, a abordagem é em torno do crescimento da periferia em direção aos limites do território paulistano, marcadamente registrado com situações antagônicas com a concentração da riqueza e a dispersão da pobreza para as áreas longínquas. Durante o processo de ampliação do território das periferias, apenas a habitação e, posteriormente, os transportes foram incorporados à produção social do espaço. A precariedade do ambiente construído foi uma regra encontrada na maioria das cidades do país.

A segunda é uma complementação da anterior, conforme a leitura que empreendemos entre habitação e trabalho. Nesse texto, encontramos uma série de questões referentes à força de trabalho que é espoliada duplamente, no local de viver (habitação e seu entorno) e no local de trabalhar. O cenário desta realidade é vivida na cidade de São Paulo e parte da Região Metropolitana de São Paulo, locais que se metamorfoseiam no dia-a-dia do trabalhador e de todo o processo de compra e venda da força de trabalho, geralmente, com a chegada de novos migrantes para compor a massa de trabalhadores e reforçar o exército industrial de reserva. A segregação acentua-se nesse período, em decorrência da dupla espoliação da força de trabalho nas periferias distantes do centro paulistano.

Esse período é conhecido como o grande auge da sociedade urbano-industrial, e o destaque é a cidade de São Paulo que concentrou a maioria das empresas nacionais e estrangeiras na maior parte do seu território. A condição de sede da industrialização fez de São Paulo a locomotiva nacional e os reflexos foram de imediato, transferidos para o cenário das classes trabalhadoras, nos bairros, sindicatos, organizações populares e no local de trabalho, o processo espoliativo e de exploração da classe que vive do trabalho.

Kowarick (1993), ao analisar também esse momento histórico e político, introduz o conceito de espoliação urbana: que resulta no processo cumulativo de carências, ausências e precariedades que se manifestam nas territorialidades das periferias brasileiras, geralmente, produzindo e reproduzindo a pobreza social, a exclusão e as desigualdades.

A espoliação urbana na principal cidade do país aprofundou a segregação para as áreas distantes do centro. Nos limites da cidade, a espoliação e a segregação tornaram a pobreza mais intensa e os seus reflexos são sentidos no cotidiano do proletariado, no que diz

respeito ao acesso aos meios de produção, ao transporte, aos serviços sociais de saúde, habitação e escolas, enfim, é o aprofundamento das péssimas condições nos espaços sem cidadãos (Santos, 1993).

Até o final dos anos de 1960, 1970 e 1980 podem-se compor quatro características da segregação racial em São Paulo e no país, são elas: a segregação invisível, a segregação silenciosa, a segregação perversa e a segregação institucional.

“Veja bem, nos EUA, existe a segregação. Aqui, ela, como o preconceito, não é sistemático. Lá, o preconceito é formal, sistemático, existindo a segregação. Se o negro comprar um terreno num determinado lugar, ele desvaloriza aquela área e nenhum branco quer morar ali. Então, a segregação é visível. Aqui, a segregação é invisível. Você pode dizer: na década de 1930, num bairro como a Bela Vista, negros e brancos moravam lado a lado. Mas é que o negro morava no porão e o branco morava em cima” (Fernandes, 1989: 98).

O quadro acima descrito por Fernandes, existe em diversas cidades do Brasil, como Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e outras cidades. A visibilidade e a invisibilidade, em nossa sociedade, geralmente, assumem formas abertas e fechadas. Há impossibilidades sócio-econômicas de perceber e enxergar, de alcançar com as nossas vistas o que está próximo, ao redor e nos ambientes em que freqüentamos, situações como estas, de segregação invisível; ora negando a presença física, social e cultural, ora por motivos de defesa dos interesses, conforme os níveis e as particularidades do grupo dominante.

Em relação à segregação silenciosa, tem o seguinte quadro:

“Face a esta realidade demográfica e territorial, o projeto de nação das elites dominantes buscou lograr uma segregação silenciosa dos brasileiros de origem africana, não positivada no direito, mas excluindo-os através de mecanismos informais de natureza social, econômica e cultural - ao mesmo tempo em que implantava as políticas imigrantistas como instrumento de branqueamento do país. Esse projeto de nação sonhava, para um futuro não muito distante, com a completa absorção demográfica dos negros pela miscigenação, enquanto no presente a discriminação e a desqualificação social atuavam no sentido de reduzir seu acesso a direito e oportunidades” (PNUD, 2005).

A lei do silêncio, geralmente, se impôs para não permitir que a maioria dos negros e pobre, após 1888 assumisse posições de mando e não se tornassem, paulatinamente, donos dos meios de produção do contexto rural e urbano. Esta característica ocupou o cenário dos

séculos XIX e XX, através da informalidade e da formalidade, como por exemplo, a substituição em massa dos trabalhadores nacionais pelos estrangeiros, a proibição do voto dos analfabetos durante a primeira constituição republicana e posteriores, enfim, a estratégia política e social implementadas, silenciou e negou a garantia dos direitos aos negros e pobres.

Conter os movimentos, as palavras e a experiência cultural dos africanos e seus descendentes, através de legislação social para impedir o acesso aos meios de subsistência que propiciaria a imagem da democracia racial com igualdade material e simbólica entre brancos e negros, este é um quadro que não se realizou, mas se implantou para o benefício dos setores mais privilegiados.

Silenciar a maioria da população que entrou na sociedade do trabalho livre significou negar a história coletiva afro-brasileira e escrever a história oficial, desconstruindo valores simbólicos, culturais e políticos daqueles que não tiveram a oportunidade para contar e escrever a sua própria história, por isto, a lei do silêncio foi imposta para mascarar e encobrir as desigualdades e o racismo.

Rolnik, Somekh e Kowarick (1992), em “São Paulo, Crise e Mudança“, descrevem que no final dos anos de 1970 e parte de 1980, é o período conhecido como o fim do sonho da casa própria. É o término, em razão da completa ocupação do território paulistano nas periferias da cidade e o início, em constante metamorfose, do movimento de desindustrialização que expulsou e transferiu, em maior parte, a população de baixa renda para as periferias da Grande São Paulo. Os autores denominam este momento, de espraiamento da pobreza, do desemprego e da violência, afirmando a diminuição perversa da segregação.

A diminuição da segregação é reforçada pelo aspecto de espraiamento e da ocupação de novos territórios ao redor da cidade de São Paulo, ou seja, a desconcentração em direção às periferias de outros municípios que compõem a região metropolitana de São Paulo.

Houve diminuição da segregação perversa, porém, os limites da cidade, nas regiões leste, oeste, norte e sul, estão preenchidos com a ocupação da cidade real (ilegal), que também foi construída com a participação do Estado, através de políticas públicas na área de habitação (Cohabs) e dos equipamentos para constituir o ambiente construído.

O quadro social do extremo das periferias cresceu nesse período da chamada diminuição perversa da segregação, que não é uma grande coincidência, porque este fenômeno territorializou a população negra e pobre nas áreas mais distantes, mal construídas e precárias da urbe paulistana.

Tomando de empréstimo a opinião dos autores, intitulamos as três últimas décadas do século passado na cidade de São Paulo, como a segregação racial perversa, na medida em que ela concentrou ao mesmo tempo, a homogeneidade social, racial, cultural, econômica e espacial nos limites da capital paulistana, proporções da população negra muito acima da média da cidade.

Silva Junior (2002) assinala diversas formas da manifestação do racismo, dentre elas, expõe a concepção teórica e prática da discriminação institucional.

“Discriminação institucional direta: ações prescritas em nível organizacional ou da comunidade que tem impacto intencional diferencial e negativo nos membros de um grupo subalternizado. Por exemplo, práticas informais que redundam na segregação espacial de grupos minoritários cujo acesso esteja limitado aos piores equipamentos sociais;”

Discriminação institucional indireta: que diverge da anterior apenas no sentido de as normas não se apoiar em intenção imediata de penalizar ou em preconceito racial, apresentando dois registros; discriminação como efeito colateral, quando práticas discriminatórias intencionais em uma esfera geram discriminação em outra. Por exemplo, a história educacional, gerando menor competitividade no mercado de trabalho (...)” (Silva Junior, 2002: 28).

Portanto, através da discriminação institucional direta e indireta, pode-se também introduzir o sentido de segregação racial institucional, com e sem a intenção de penalizar, do ponto de vista social, territorial e político referente aos grupos sociais negros nos espaços das cidades brasileiras.

A segregação, invisível, silenciosa, perversa e institucional, na história do Brasil e dos grupos sociais negros, sempre esteve ocupando os cenários das cidades na separação residencial, no processo de formação escolar e qualificação profissional e no mercado de trabalho, separando e beneficiando os grupos de melhor prestígio social, de status e econômico.

A segregação oficial, semelhante aos contextos norte-americano e sul-africano, não existe na realidade brasileira, porém, as estratégias de separação, confinamento e fechamento, foram impostas por estratégias diretas e indiretas negando a cidadania e impedindo a igualdade entre brancos e negros.

No final dos anos de 1980 e 1990, outras faces da segregação podem ser visualizadas.

Telles (1994a; 1994b) contextualiza o cenário das cidades em dois sentidos, o

primeiro, no aspecto industrial, e o segundo, no aspecto político.

O autor, através do estudo de quarenta maiores cidades brasileiras, verifica e analisa se a industrialização diminuiu os efeitos das desigualdades e da segregação. Chegou-se a constatação que, dependendo da localidade, pode-se encontrar um misto de situações; as desigualdades e a segregação podem aumentar diminuir ou manter o mesmo nível de dominação. No caso particular de São Paulo e Rio de Janeiro, pode-se afirmar que as desigualdades e a segregação não diminuíram, houve aumento, no que diz respeito à segregação ocupacional e residencial.

Quanto ao espaço político, Telles (1994b) declara que o racismo e a segregação no Brasil restringem a consciência dos grupos raciais e sociais. A afirmação pode ser delineada a partir do relato abaixo:

“No dia 18 de outubro de 1992, centenas de jovens das comunidades pobres da zona Norte do Rio de Janeiro chegaram em ônibus e fizeram arrastões nas famosas praias da zona sul, assustando os banhistas, que trataram de fugir. Mesmo não tendo havido violência, as reações dos moradores da zona sul ao episódio revelaram seus preconceitos e o medo que temem dos moradores pobres da zona norte, bem como dos habitantes das favelas dos morros vizinhos, muito visíveis apesar de socialmente distantes. Além disso, por serem grupos de jovens da zona norte constituídos predominantemente de negros e mulatos, enquanto os residentes da zona sul são quase todos brancos, e também pelo fato de que as pessoas envolvidas estavam cientes e se sentindo mesmo ameaçadas pela diferença de cor, a questão tomou um caráter racial tanto quanto de classe. (...) Embora isso já tenha ocorrido no passado, estes arrastões tiveram uma importância particular porque foram muito divulgados na mídia, presumivelmente com o intuito de amedrontar os cidadãos com a imagem do que poderia ocorrer se a Benedita da Silva, uma negra favelada, fosse eleita prefeita do Rio de Janeiro. Esse episódio trouxe à luz a frágil relação entre os negros pobres e a classe médio do Rio, problema que, no passado, foi convenientemente negligenciado devido à grande distância espacial entre os dois grupos” (...) (Telles, 1994b:193).

Situações semelhantes como a descrita acima, ocorrem nas principais cidades do país, ora de forma declarada e ora não-declarada.

Em São Paulo, no ano de 2002, o assassinato de um jovem negro, formado em odontologia, reacendeu o debate e o cenário brasileiro. A morte foi resultado da ação violenta da polícia militar do Estado de São Paulo, que tradicionalmente, utiliza-se de práticas antigas para abordar e identificar um suspeito; geralmente, os homens e jovens

negros, são os principais alvos de ações violentas e humilhantes, resultando em agressão física e moral.

Recentemente, na cidade de Salvador, quatro jovens, negros, pobres, menores de idade e sem antecedentes criminais, foram executados pela polícia militar da capital baiana.

“Há um ano no cargo, o governador Jacques Wagner (PT) ainda não conseguiu dar feição nova à truculenta polícia baiana, que continua a manter as práticas violentas que fizeram sua fama na era carlista. Em 2006, 76 pessoas foram mortas em ações policiais em Salvador, e o número pode ser superior neste ano. Só nos primeiros 20 dias de janeiro foram 12 os mortos pela polícia na capital. Os policiais alegam que as vítimas ‘resistiram à prisão’. As mortes dos quatro jovens foram justificadas como resultado da troca de tiros com a polícia, embora nenhum deles, de acordo com os familiares, tivesse qualquer ligação com o crime ou possuíssem armas de fogo (Menezes, 2008: 21)”.

A mobilização dos movimentos sociais negros, no que diz respeito ao alto índice de homicídios e da violência, proporcionalmente, ainda não é eficaz do ponto de vista quantitativo e qualitativo para atingir a grande massa de negros e pobres, tendo em vista a conscientização e a organização para a ocupação dos cenários das metrópoles em forma de protestos sociais e raciais (Fernandes, 1989).

Conforme Adorno (1995), Kowarick (2002) e o PNUD Brasil (2005), a justiça criminal quanto aos homicídios, nos anos de 1990, têm se concentrado em maior proporção, penalizando os jovens pobres e negros das periferias do país. O índice de homicídios nas últimas décadas é resultado da ação violenta da polícia, dos bandidos, do tráfico de drogas e da ausência de políticas públicas e sociais voltadas para os segmentos mais vulneráveis.

A respeito da educação, Rosemberg (1991) em estudo sobre a segregação espacial na escola paulista, elabora a seguinte pergunta: Haveria uma diferença entre a escola freqüentada pelo aluno branco e pelo aluno negro?

Existem diferenças, de forma relativa, conforme a configuração territorial, social e econômica entre os grupos negros e brancos que acessam o ensino público ou particular. As razões das diferenças se concentram nos aspectos políticos, espaciais e educacionais: a escola dos negros, cuja clientela é pobre, apresenta um quadro mínimo de recursos técnicos e pedagógicos, possuem um menor número diário de aulas e o entorno, também não favorece, há uma escassez generalizada de ambiente construído para todas as faixas-etárias, principalmente a população em idade escolar.

A escola que o aluno negro pertence é de pior qualidade que aquela freqüentada pelos alunos brancos ou amarelos, pois os cursos aí administrados provêm um menor número de horas diárias, seja no período diurno ou noturno. No período noturno, a presença negra acentua-se, pela necessidade maior para compor e ajudar financeiramente a renda familiar (Rosemberg, 1991).

Ribeiro (2005), Telles (2003) e Hasenbalg (2005) indicam que o quadro escolar para jovens e crianças negras é degradante, mediante o aumento da segregação sócio-espacial, racial e residencial. As escolas públicas suburbanas produzem baixo rendimento e o capital escolar apreendido não oferece condições de preparo para enfrentar o mercado competitivo (no ensino superior, público e particular de qualidade).

Outros trabalhos contemplaram a discussão sobre segregação e desigualdades na década de 1990. Pahin e Rosenberg (1997) declaram que as desigualdades infantis no Brasil, conforme dados da PNAD de 1987, são alarmantes, na medida em que associam baixo rendimento salarial dos chefes de família e os índices de saneamento. A partir da análise das informações, constata-se que a segregação residencial aprofunda o já degradado quadro social de crianças negras e pobres, no contexto das regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas do território brasileiro.

O contexto contemporâneo aparenta ser de aumento das desigualdades sociais e raciais, da segregação, da vulnerabilidade e da exclusão social. Em São Paulo, em razão do aumento do desemprego, da violência e dos baixos investimentos em políticas públicas para mulheres, crianças, adolescentes, saúde e cultura, o quadro social aprofunda-se e refletem com o acirramento da pobreza em determinadas localizações como a concentração nos extremos da urbe paulistana.

No final dos anos 1970, Kowarick (1993) denominou a questão da espoliação urbana, como um conjunto de somatória de deficiências e carências sociais no corpo das espacialidades das cidades brasileiras. Hoje, o autor analisa com outro olhar, tendo como referência o quadro da vulnerabilidade socioeconômica e civil no Brasil urbano (2002).

Kowarick (2002) enfatiza que no cenário atual de nossas cidades estão em curso amplos processos de vulnerabilidade; direitos básicos, na medida em que não só os sistemas públicos de proteção social sempre foram restritos e precários, como também, houve desmonte de serviços e novas regulamentações que se traduziram em perda de direitos adquiridos, quanto à questão civil, é só olhar para as notícias e as informações estatísticas sobre pobreza e violência urbana que tornam os grupos sociais mais frágeis e sujeitos a todos os tipos de violência. O fenômeno social da vulnerabilidade em curso conduz, ao que

se pode designar como processo de descidadanização (2002: 30).

Sposati (1996), nos últimos anos, contemplou o cenário de São Paulo a partir das leituras sobre os territórios de exclusão e inclusão social e os pedaços, que são as partes e o todo (Véras, 1991; Sposati, 2001). O debate sobre exclusão e inclusão social, remete ao conceito de cidadania e o direito à cidade.

“A ousadia dessa pesquisa, em 1994-1995, foi construir uma unidade de medida territorial que pudesse trabalhar com características populacionais. Isto é, superar as análises da cidade que tomam só dados da população considerados como soma de características de indivíduos, e também considerar as condições de vida face à relação exclusão/inclusão a partir do concreto da reprodução social enquanto o território onde vive a família do cidadão, isto é, onde ele mora e não onde ele trabalha” (Sposat, 2004).

Os estudos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal também é um valioso instrumento para se verificar e analisar as desigualdades sociais e raciais do cenário brasileiro. Paixão (2003) realizou o cruzamento dos dados entre brancos e negros dos anos de 1991 e 2000, em todas as áreas da federação os índices dos negros são inferiores aos dos brancos. (Veja em anexo, a tabela com os IDH-Ms de brancos e negros.).

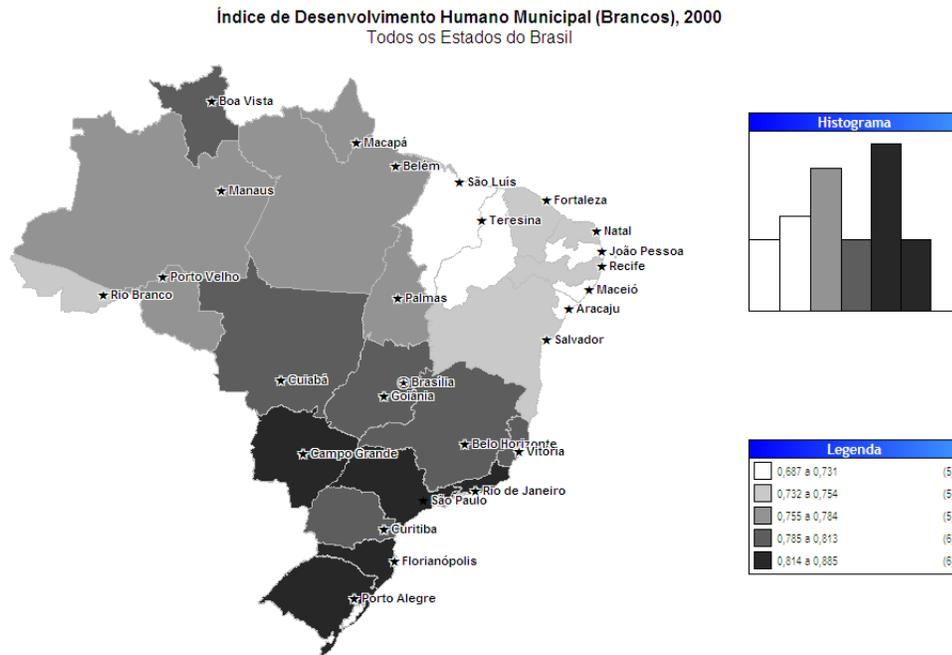
De acordo com o Mapa Nº 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da População Branca, os melhores IDH-Ms estão situados nas regiões sudeste e sul, do outro lado, a região nordeste concentra os menores IDH-Ms entre os brancos.

O Mapa de Nº 4, referente ao IDH-M dos negros, continua prevalecendo os melhores dados do sudeste, em destaque Rio de Janeiro e São Paulo. O outro extremo também se repete, no nordeste os negros tem os menores IDH-Ms.

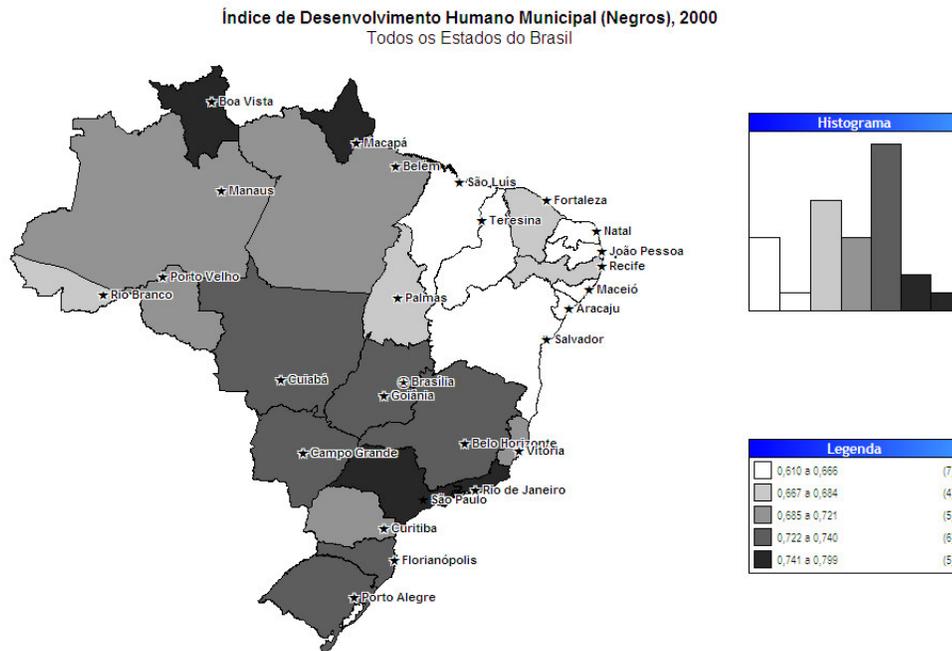
Nos dois mapas, o cenário de brancos e negros no nordeste do país é mais acentuado, onde estão localizados os menores índices sociais e qualitativos.

Em relação aos melhores índices entre os negros, prevalece a região sudeste e a capital federal, como os territórios de maior potencial, isto deve ser explicado por causa do potencial sócio-econômico, a concentração da riqueza, a sociedade urbano-industrial e nos dias de hoje, as relações políticas e econômicas da globalização que se concentram nas áreas mais desenvolvidas do país. Nas áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, os menores índices pertencem aos negros. Chega-se a consideração que nas áreas mais desenvolvidas e subdesenvolvidas, são os negros que amargam os menores resultados, ou seja, a pobreza e as desigualdades são decorrentes da questão racial e geográfica.

Mapa N°3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da População Branca



Mapa N° 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da População Negra

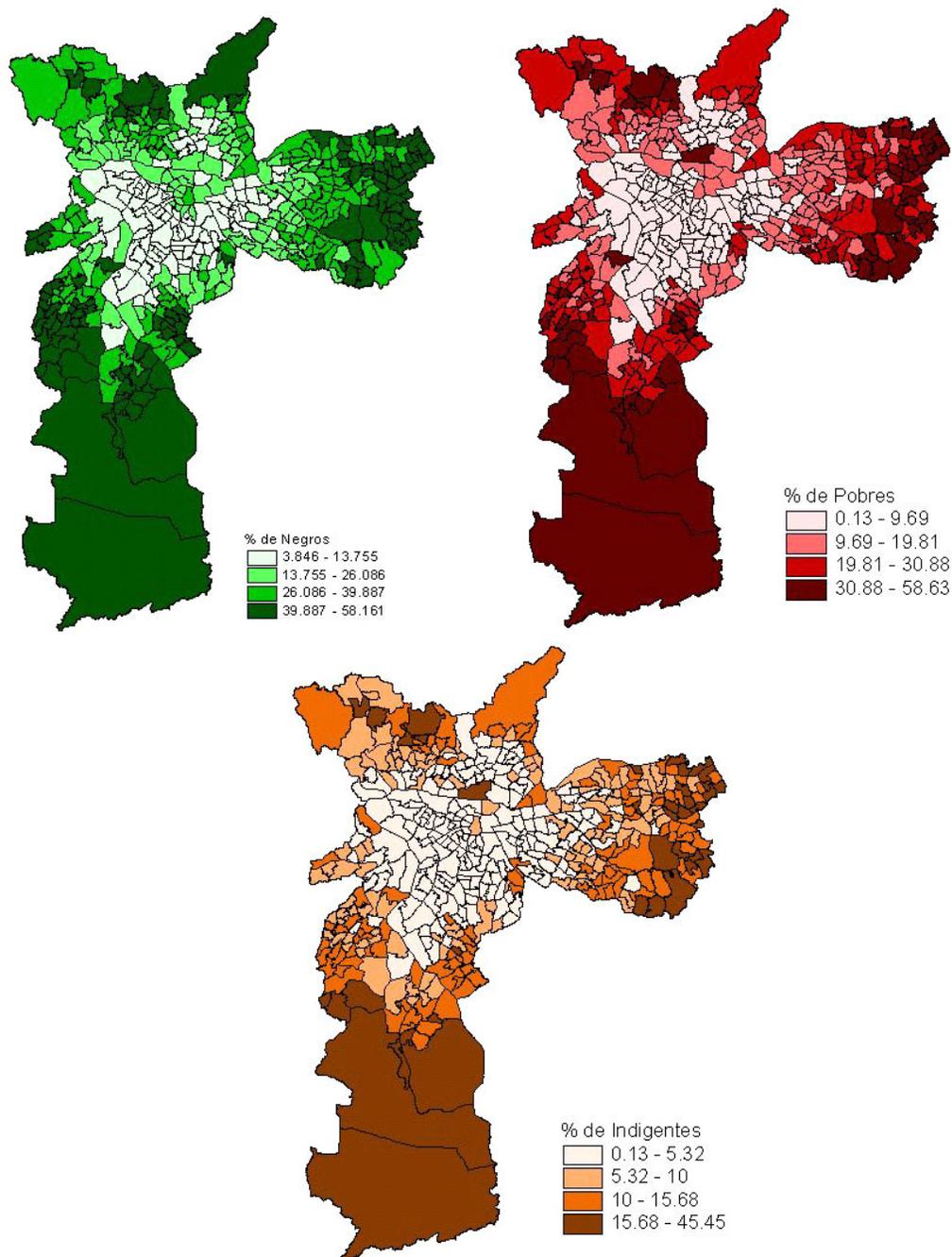


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro.

As cidades brasileiras, dos dias de hoje, comportam em maior proporção, conforme os dizeres de Henriques (2001), a participação em massa de homens e mulheres negros engrossando o cenário da pobreza, isto é, da pobreza racial.

Neto (2005), em estudo sobre a segregação racial em seis capitais brasileiras, verificou o fenômeno associando dados referentes aos territórios de pobreza e de indigência. As capitais incluídas na análise são Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A seguir, apresenta-se as territorialidades negras, de pobreza e de indigência da cidade de São Paulo.

Mapa 5: Proporção de pessoas negras, pobres e indigentes por área de ponderação - São Paulo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Através das cartografias, percebe-se que a distribuição espacial da população branca e negra parece estar estritamente relacionada com a sua distribuição espacial por nível de renda, ou seja, os negros encontram-se em maior proporção nas áreas onde há maior predominância de pobres e indigentes. A configuração habitacional nos territórios negros e

pobres assume diversas dimensões porque o espaço da habitação e da terra está definido mediante o mercado capitalista da habitação, sendo assim, as áreas pobres e negras concentram as habitações consideradas subnormais.

A média da população negra na capital paulistana é de 30% e nos territórios negros, a maioria deles se encontra acima da média, variando de 32% até 51%. Nas áreas mais centrais ocorre o inverso, onde há maior presença branca é menor a proporcionalidade negra, que aumenta à medida que se caminha para a periferia.

Telles (2003) classifica a segregação racial no Brasil de forma moderada. A justificativa se deve a comparação que o autor efetua, quando compara com os níveis de segregação nos Estados Unidos, que atinge mais ou menos 80%, que é classificada uma segregação severa.

A análise sobre a segregação racial no Brasil não pode ser comparada com o caso norte-americano, são histórias, contextos sociológicos, políticos e particulares de extrema diferença. Aqui, pode-se ter em uma mesma territorialidade, alta concentração de segregação dos estratos médios e altos (Caldeira, 2000) e, no entanto, a manifestação da micro-segregação dos grupos negros e pobres, separados do ponto de vista geográfico e social do mesmo território.

A perspectiva descrita por Telles, geralmente, analisa a segregação através do índice de dissimilaridade, que mede o grau de separação entre brancos e negros pertencentes a mesma configuração espacial. Este trabalho não tem esta intenção, de medir o índice de dissimilaridade nos distritos e na cidade de São Paulo.

Prefere-se analisar, através dos suportes teóricos, pensando a macro-segregação e a micro-segregação (Bichir, 2006).

Nosso olhar, sociológico e territorial, preza pelas particularidades do local, do pedaço e da história particular que se encontram na homogeneidade, no todo e nos espaços subjetivos e materiais.

Recentes trabalhos foram publicados nos últimos dois anos, a respeito da segregação racial e territorialidades negras na cidade de São Paulo, o de Carril (2006) que aborda a juventude negra e o de Silva (2006), que investiga a sociabilidade negra.

Carril (2006) verificou que a juventude negra do distrito do Capão Redondo (zona sul), constituído por 45,50% de negros, vive e produz o território a partir das referências culturais e identitárias. Através da cultura hip-hop e da cultura local, os jovens negros e pobres assumem o papel de protagonistas juvenis transformando o espaço social, territorial e identitário.

Silva (2006) realizou uma investigação em distritos com alta e baixa concentração de negros da cidade de São Paulo para verificar o nível de sociabilidade do lugar, associado às questões de segregação racial, território e desigualdades. Nos distritos com maior presença negra, localizados nas bordas da cidade, a sociabilidade social está mais entrelaçada, segura e resistente, de outro, nas localidades com representação negra abaixo da média da cidade, o nível de sociabilidade é mais frágil e as relações sociais e raciais são mais percebidas, porque estão constantemente sendo testadas, ou seja, os moradores negros precisam provar constantemente os seus “lugares”.

Tendo em vista o andamento do trabalho, a respeito da segregação racial no Brasil, abre-se um campo interessante para se pensar: como eliminar a segregação racial e as desigualdades? As políticas universalistas previnem e eliminam o racismo, as desigualdades e a segregação racial? (Telles, 2003).

No capítulo empírico serão apresentados resultados sobre as causas e conseqüências da segregação racial na cidade de São Paulo. Por enquanto, sabe-se que a segregação produz efeitos negativos na população mais sujeita à pobreza e a vulnerabilidade social, como índice de violência elevado, maior concentração de analfabetos e desempregados, ausência de equipamentos públicos e sociais, enfim, o confinamento nos limites da urbe paulistana.

2.1. Memória Coletiva e História Oral

Os últimos dez anos de trabalho científico foram fundamentais para compreender as múltiplas faces da memória e dos sujeitos investigados, como as histórias, os momentos vividos e as particularidades individuais e coletivas.

Os autores que contribuem para justificar parte do trabalho, juntamente com as informações coletadas, referem-se a Maurice Halbwachs, Michel Pollak, Ecléa Bosi, Amadou Hampatê Ba, Fábio Leite e Teresinha Bernardo.

A memória, componente psico-social e cultural constituída ao longo da vida das pessoas, é profundamente cristalizada, referente ao viés subjetivo das manifestações vividas do mundo material e não-material.

A filosofia é quem inaugura o método dialógico sobre o conhecimento, não a forma direta ou pura das informações, mas o instrumento para a busca e o caminho do descobrimento científico.

Destarte, através dos sentidos racionais e subjetivos, uma pergunta precisa ser feita: O que é Memória?

Percebe-se que a memória são as lembranças vividas no decorrer histórico e social de homens e mulheres. Ao mesmo tempo, a reflexão ajuda a compreender que a memória é uma teia social que não tem fim, que a memória adquire um significado que ultrapassa as barreiras, as fronteiras e as dimensões do indivíduo, do coletivo, das culturas e das diferenças (é como uma relação de vida e morte ou homem e sociedade).

A memória, segundo Halbwachs (1990) e Pollak (1992), é a organização das lembranças que se tornaram fósseis ou se enraizaram profundamente, conforme as modalidades em sociedade, como a vida urbana e rural, o trabalho mecânico e intelectual, o antigo e o moderno, a família e a sociedade.

As lembranças são guardadas na memória como se fosse um filtro que no ato de lembrar, àquelas que mais se destacaram ou se tornaram importantes, afloram no momento que os recordadores contam.

Sabe-se que o ato de recordar não é um movimento contínuo, como se fosse um filme ou um plano pré-definido, demarcado por início, meio e fim. A recordação depende de muitos fatores, primeiramente, da pessoa que se esforça e expõe as lembranças em forma de memória. Outros fatores influentes para as lembranças e a memória: a idade, o local, o tempo, a temática e os percursos da lembrança que afloram e fazem sobressair as informações do passado para o presente.

A memória traz do passado para o presente, as informações do depoente que só ele viveu, ela possibilita constituir um quadro social, de homens e mulheres que dividiram, compartilharam e construíram períodos de lutas, glórias, conquistas, derrotas e representações sociais.

A memória individual é a lembrança pertencente a um indivíduo, que enquanto recordador traz do passado as informações para o presente. Estas lembranças, mesmo pertencendo a um sujeito social, pode também pertencer a outros, porque determinadas lembranças são individuais e também coletivas, àquelas que foram compartilhadas, mesmo que outra pessoa não tenha suas informações concretizadas no mesmo ambiente/lugar do recordador.

“Quando cheguei em São Paulo, vim do interior, Laranjal Paulista, sou filho de Porto Feliz, mas fui criado lá em Laranjal Paulista, ai de lá vim pra cá, em 1938, a vida estava ficando difícil, então eu vim arriscar pra cá. Graças a Deus, sofri um pouco, naquele tempo não era brincadeira não” (Salvador, 90 anos, morador negro, CV) (Oliveira, 2000).

A entrevista com o senhor Salvador foi realizada no ano 2000, nas dependências de sua residência, na época, as palavras e suas lembranças afluíam como se ele estivesse revivendo o momento de migração para São Paulo, exatamente o período que chegou à cidade, juntamente com seus familiares para dar início a uma nova vida, localizada no bairro da Casa Verde.

Nota-se que a memória individual é uma particularidade vivida do passado, que no momento presente da entrevista, exala no corpo e no ambiente, deixando um sentido de que a luta foi difícil, no caso específico para os migrantes, homens e mulheres, brancos e negros.

A memória coletiva não é a somatória, é um amplo leque ou uma rede social das lembranças. A memória coletiva pode ser localizada em grupos de pertencimento ou em diferentes grupos sociais, tais como a memória das mulheres; negras, operárias, camponesas, pobres, mães, lideranças políticas, chefes de família, religiosas, enfim, lembranças individuais e coletivas.

“Minha mãe além de cuidar de casa, ela lavava e passava roupa, para os poucos médicos que tinha na cidade porque era, pequenininha, Getulina muito pequena e ela preparava banquetes, aquela gente rica tudo chamava e minha mãe

para fazer o banquete então era tipo banqueteira acho que é o mais certo. Uma mulher linda e maravilhosa minha mãe, ela foi de família de bonitos. Mas nós viemos todos pequenos e vim para aqui pra São Paulo, eu tinha doze anos” (Ercília, 80 anos, Cidade Tiradentes).

Pode-se perceber como as diferenças são tão interessantes, as palavras do senhor Salvador se encontram com as da senhora Ercília, eles tem diferenças de idade, local de nascimento e local de fixação na cidade de São Paulo, porém, o sentido de luta individual e coletiva e a migração para São Paulo, se encontram. Será exposto no decorrer do trabalho que a migração dos negros de outros Estados e do interior do Estado de São Paulo perfazem a memória coletiva.

Há diferenças entre memória coletiva e memória individual, a primeira, nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nos estivemos envolvidos, e com os objetos que só nos vimos e que haja pontos de contato entre elas (Halbwachs, 1990: 26) e a segunda, quando o depoente, através da palavra e das lembranças, faz aflorar o momento que só ele viveu ou de pertencimento restrito a ele.

O grupo social é um elemento imprescindível para a memória coletiva, porque ele é o ator que reúne, mistura e conjuga o jogo da memória. Segundo Halbwachs (1990), há os enquadramentos da memória que o indivíduo e os grupos se vêem e que são envolvidos no decorrer da vida social.

As lembranças, estão classificadas nos quadros sociais da memória. É nas lembranças da infância que o quadro social da família vem à tona, porque é na imagem da família que tudo se inicia, onde ela esteve e jamais saiu.

“Aí eu estudei no Colégio Maria José, fiz a primeira comunhão na Igreja Achiropita. O Colégio Maria José era um prédio antigo, agora é diferente e construções amplas. Na Igreja Achiropita conheci todos aqueles padres, meu pai era muito religioso. Meu pai não era fã de cinema, ele deixava contra a vontade e tal, se pedia para ir ao cinema, mas se falava para ele: pai posso ir à igreja, não precisava pedir duas vezes. - Vai meu filho, vai, vai (risos). Meu pai era músico, meu pai foi músico do cinema mudo, até eu falei para moça, que o meu pai era músico do cinema mudo e ela não acreditou. No cinema mudo tinha orquestra e essas coisas, acompanha o decorrer do cinema mudo. Depois quando veio o cinema falado, aí foi trabalhar, foi ser músico de circo, e fora disso ele era sapateiro e aí, eu me lembro como se fosse hoje a morte dele” (Milton, 78 anos,

morador da Cidade Tiradentes).

Para o senhor Milton, lembrar a relação pai e filho é relembrar o momento da infância passada no momento presente, hoje, estes sentimentos afloram através do exercício de pai e avô. As palavras dele, quando o entrevistamos, o que mais sobressaiu foi a sua paixão pelas artes do cinema e do teatro. Ele iniciou a sua vida no mundo do trabalho, durante décadas, exercendo a função de servente de pedreiro e depois com a experiência prática passou a pedreiro. Ele foi o trabalhador braçal que exerceu a arte e o gosto pelo cinema e o teatro. A memória individual de um trabalhador braçal do século XX, na figura do senhor Milton é o grande espetáculo do cinema e do teatro, da época do cinema mudo e dos grandes atores e atrizes do teatro brasileiro.

A família sobressai nas lembranças e na memória coletiva porque é o primeiro registro que a criança constitui no quadro social. A infância do Milton pode ser interpretada brevemente: ainda cedo ele perdeu suas principais referências de vida; primeiro a mãe, que faleceu quando ele tinha três anos de idade e, posteriormente, quando tinha doze anos, a perda do pai.

O bairro que ele morou no passado, o passado da vida em família, foi o bairro da Bela Vista, conhecido como Bexiga. Seu pai era músico e sapateiro e o que faz lembrar é o encontro de suas lembranças do circo, do teatro e do cinema que estão associadas ao quadro social da família, porque também foram os momentos vividos ao lado do pai e dos irmãos.

Outro informante relata a memória da infância:

“Bom, a lembrança mais antiga minha antes mesmo de eu começar a participar foi na Rua São Caetano, exatamente quando eu tinha uns sete anos, que eu me lembro daqueles carnavais da Rua São Caetano. A minha mãe me levava pra ver, ali na São Lázaro onde tinha o cine São Caetano, então eu me lembro daquelas manifestações, blocos e grandes indústrias que havia na Rua São Caetano, que era do Matarazzo. Então todos eles participavam do carnaval, em termos de bloco, então começou por ali, eu gostava de carnaval, aos sete anos já gostava de ver o pessoal cantando pelo carnaval (...) a minha mãe me liberou, porque ela era a chave de tudo mesmo, pouco eu falo no meu pai, a chave de tudo era a minha velha mesmo, e ela me liberou, aos dez, onze anos e eu desfilei pela primeira vez pelo Campos Elíseos, como baliza, depois foi uma passagem pelo Camisa Verde (...) A minha mãe gostava de baile assistir, e desfilar essas coisas não. Ela ia às festas de Pirapora, me levava, nas festas tradicionais que havia na Vila Santa Maria, no dia 13 de maio, que era a festa de tambu, aquelas coisas” (Geraldo Filme) (Oliveira, 2002).

As lembranças de infância estão articuladas, ora com a mãe e, ora com o pai ou com a família ampliada. Segundo Moraes (1978) e Silva (1989), as organizações negras do mundo do samba, presentes nas primeiras décadas do século XX funcionavam a partir da organização das famílias que se lançavam à frente da cultura negra e do carnaval paulistano.

As lembranças da infância estão presentes nas localizações espaciais e temporais, como a casa da família, os membros, os lugares das brincadeiras, os amigos, a escola e também os locais de festa, da comemoração e das brincadeiras entre adultos e crianças.

Geraldo Filme, na história do samba paulistano, é uma das personalidades mais importantes e que contribuiu para as transformações - de cordão carnavalesco à escola de samba, das brincadeiras nas ruas à oficialização do carnaval no sambódromo -, e parte de sua lembrança de infância resgata a mãe à frente da família. A lembrança mais antiga reporta-se ao carnaval do passado que foi visto por intermédio de sua mãe. A memória de Geraldo Filme é individual e coletiva, ela passa a pertencer ao grupo social, quando se percebe que outros também viveram determinados quadros sociais e que também retrata o grupo social de pertencimento.

As lembranças de adulto, conforme Halbwachs, no plano da memória coletiva de um grupo, se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com outras pessoas e grupos sociais, tais como: o local de trabalho, a escola de samba, a organização social e política, o início da vida em família com o matrimônio, etc.

A memória coletiva e a memória histórica são importantes para contar o cenário dos grupos sociais e do país. A memória coletiva não é a escrita, ela é a chave ou a rede social para a construção dos quadros sociais que não foram e não são ouvidos pela sociedade. Enquanto que a memória histórica representa o papel formal, onde se inscreve a história oficial; das elites, dos donos dos meios de produção, do mundo formal, dos empresários e do país. A memória coletiva das lutas, resistências e revoltas compõem a história social e não a história oficial.

Halbwachs (1990) e Pollak (1992) vão além da memória coletiva, segundo os autores, as faces são diversas; incluem-se os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as paisagens históricas, as datas e personagens históricos, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, a tradição culinária, enfim, há uma diversidade material e não-material produtora de memória.

Os objetos materiais e não-materiais, conforme Bosi (1994) são reservatórios onde

estão alojadas a memória biográfica e a memória histórica (status).

“Eu casei no interior e ainda tenho a lembrança, a madeira maciça da mesinha. Casei no interior. Quer ver? Comprei uma casinha, uma mesinha e um guarda-roupa, uma malinha e casamos” (Salvador, 90 anos, morador negro, CV)” (Oliveira, 2002).

A memória biográfica não se refere às datas contínuas ou períodos meramente cronológicos, ela se reporta ao momento vivido da pessoa que lembra, como o senhor Salvador, que se lembra do casamento e de suas lembranças que ficaram alojadas nas primeiras peças que comprou para ele e a esposa, no local onde iniciaram a vida do matrimônio e da família.

“O Esporte, como eu já disse inicialmente, comecei no Grêmio Esportivo Centenário, era um clube que congregava a maior parte dos jogadores, e os jogadores pertenciam à igreja, os congregados Marianos. E depois dali de repente, eu sai para o Canindé, onde deixei de jogar e já fui começando no atletismo sem saber onde poderia ir. (...) Então como atleta eu tinha o direito de frequentar o São Paulo Futebol Clube, e eu me vi envolta numa modalidade do atletismo chamado salto triplo e com o salto triplo, a partir de 1947 comecei a ganhar o mundo, e foi onde permaneci até 1960, quando eu me despedia. Passei por quatro jogos olímpicos, dos quatro eu tive a sorte de ganhar dois, 1952 e 1956, respectivamente em Helsink , na Finlândia e Melbourne, na Austrália. Mas a minha primeira participação foi em 1948, em Londres, e a minha despedida foi em Roma, em 1960. Nesse espaço de tempo todo, eu consegui vencer três vezes os Jogos Panamericanos, em 1951, em Buenos Aires, em 1955, na cidade do México, e em 1959, em Chicago, nos Estados Unidos da América do Norte. Como estudante, como universitário, eu ganhei os jogos mundiais universitário, em Dorthmann, na Alemanha, em 1953 e San Sebastian, na Espanha, em 1955. Eu posso dizer que sou um felizardo, posso dizer que recebi as bênçãos de Deus, porque de 1948 que eu comecei, comecei a viajar, quando fui para Londres, até os dias atuais eu nunca parei de viajar, conheço praticamente o mundo inteiro, graças ao atletismo” (Adhemar Ferreira da Silva, 72 anos, morador negro, CV).

Adhemar Ferreira da Silva, nasceu na Barra Funda, filho de doméstica e de um funcionário da estrada de ferro Sorocabana (Barra Funda), posteriormente, fixou residência na Casa Verde, bairro em que ele passou sua infância, juventude e onde se desenvolveu e ganhou o mundo com o atletismo. A Casa Verde foi o local em que ele constituiu família,

filhos e neto. O bairro da zona norte de São Paulo foi o palco onde ele se viu como a personalidade de destaque, para os moradores e vizinhos, ele era uma referência de lutas e conquistas, porque foi dali que saiu um dos grandes esportistas de São Paulo e do Brasil.

A memória que retrata o status, de acordo com as informações do depoente, as conquistas realizadas com o esporte, potencializou-o para sair do “lugar de negro” e ultrapassar as barreiras sociais, econômicas, políticas e raciais.

O esporte lhe garantiu status, visibilidade, poder e recursos financeiros e a sua memória está localizada nas conquistas de medalhas e prêmios do quadro social vivido por ele.

A memória coletiva está localizada no tempo e no espaço. As temporalidades, para os recordadores, não estão acopladas a um tempo único e absoluto. O tempo é cíclico, dialógico e de idas e voltas, é o movimento contínuo da ida ao passado e o retorno ao presente. O mergulho ao passado apresenta-se em ritmos e variações diferentes quando o recordador é um velho, uma criança ou um adulto. É o velho, tido como ancião, guardador das lembranças que a memória funciona, para os mais jovens continua sendo o tempo presente e para o velho, é o tempo do trabalho e das experiências passadas que se afloram como se estivessem sendo vividas novamente.

“Teve um momento na minha vida, nossa, eu não queria ser avó, então nós jantávamos e um dia eu falei: pelo amor de Deus não fala em casar, não me fala em ser avó, ainda bem que minha filha não falava em casar.” Porque ser avó é sinônimo de velha, eu tinha horror em ser velha. Olha como que é a vida” (Ercília, 80 anos, moradora da Cidade Tiradentes).

“A primeira coisa que a minha mãe..., foi rejeitar a neta, quando ela soube que eu estava grávida” (Deise, filha da senhora Ercília, moradoras da Cidade Tiradentes).

A mudança do corpo, as rugas no rosto, a progressão da dificuldade para caminhar e fazer os esforços físicos, as doenças do tempo do envelhecimento, a invisibilidade social e o tratamento que recebem da sociedade, tornam os velhos, seres sem armas para poder lutar. Se os velhos não tem armas para lutar na sociedade, quem deve lutar por eles?

A sociedade contemporânea, do meio técnico-científico informacional, torna o velho um ser espoliado. O ambiente do passado não existe mais, as lembranças que se apóiam nos quadros sociais, no espaço, no tempo, desapareceram com as rápidas transformações da

cidade e com o freqüente movimento da migração.

Ser velho nos dias de hoje, é sinal de um ser deslocado no tempo e no espaço. Do ponto de vista social e econômico é inexistente às condições que lhe são oferecidas para viver a vida dignamente depois de décadas e décadas de trabalho e dedicação.

A nossa interlocutora teve um casal de filhos. O menino faleceu ainda na juventude e hoje, ela mora com a filha, com o genro e as netas no distrito da Cidade Tiradentes. Ercília passou pela experiência do tempo, do tempo do envelhecimento, que para ela, com o casamento da filha, conseqüentemente, a condição de avó viria no decorrer que ela não pensava em exercer.

Ser velho, na sociedade contemporânea, significa passar por um fluxo do movimento que transforma o corpo, o sentimento e os hábitos do cotidiano. Parece que o sentido racional, subjetivo e comportamental não acompanha os movimentos que estão mais sujeitos ao enfraquecimento corporal e biológico provocados com o envelhecimento.

E o espaço, como que a memória se apóia no ambiente natural e artificial das cidades brasileiras? A cidade é uma construção social e através da memória, descobre-se no chão da urbe paulistana os alicerces que foram construídos e os protagonistas que trabalharam para torná-lo firme, edificando as pedras, os tijolos e a cobertura para se proteger das intempéries naturais e sociais.

A memória coletiva se apóia nas pedras da cidade, do patrimônio histórico, da casa da família onde passamos nossa infância, o casamento, a escola, a fábrica que trabalhamos por longo período de nossas vidas, da rua e dos locais que brincamos em nossa infância. A memória localizada no espaço é material e subjetiva e seu valor não tem preço definido, é valor que não pode ser colocado à venda, é um valor de uso que não tem preço.

Nos dias de hoje, os espaços do passado, as construções, as casas, a rua, os locais públicos, quase todos foram transformados em objetos descartáveis e colocados a mercê do mercado capitalista, transformando-os em mercadoria.

“Não, eu não morava em lugar nenhum, lá tinha uma suíte e eu e minha irmã dormíamos lá na Rua Turiassu, noventa e nove. Mas não tem mais na Turiassu o noventa e nove, é aquela coisa do governo, não tem. Eu passo lá sinto uma saudade, primeiro lugar, a igreja de São Geraldo, a primeira igreja que eu entrei em São Paulo.” (Ercília, 80 anos, moradora da Cidade Tiradentes)

Há os ritos de passagem na vida de homens e mulheres, como a chegada da puberdade, o primeiro emprego, o namoro, o noivado e o casamento. As descobertas, a novidade e o

diferente também podem ser vistos como ritos de passagens, por exemplo, a memória que resgata o espaço social que a Ercília recorda, referente ao primeiro espaço religioso que ela conheceu quando migrou para a cidade de São Paulo. Juntamente com a migração, diversas novidades e descobertas foram sendo apreendidas na São Paulo antiga. O ritual de adentrar a primeira igreja produz o mergulho no espaço do sagrado, dos pedidos e votos de bem estar, saúde e proteção para o trabalho e a vida na cidade.

“Tinha muito cortiço no Bexiga e na Barra Funda, os tipos de casas que eles faziam na época, faziam aquela casa e deixavam sempre o porão embaixo, mas naquela época SP começou, quem ia morar em cortiço era o negro. Quando eu morei no Bexiga, era um vila grande, com banheiro coletivo compreende, era uma semana de cada um da mulherada, mas era um povo unido. Tive grandes amigos, amigos italianos e meu prato, na época, sempre foi cinema, compreende, depois chegou uma época de ir para bailinho com os amigos, sábado e domingo, não vou não. Gostava de cinema, gostava mesmo, eu assisti quando era tudo, tem filme aí que não era nem nascido, filme mudo, depois assisti no cinema. A primeira vez que entrei no cinema foi no cine Marconi, no Bom Retiro, agora não sei se ainda é, depois ficou cine Casa Branca, depois outra vez que passei lá era uma garagem né, eu me lembro como se fosse hoje, quem me levou foi meu irmão, ele gostava muito de cinema, meu irmão e minha irmã. A primeira vez que entrei no cinema fui assistir o filme de Charles Chaplin, chamava-se Rua da Paz, quando ele faz aqueles filmes curtos, eu tenho o filme aí, gravado. O que acontece, aí meu irmão me levou no cinema, fiquei um pouquinho mais doido”.

(Milton, 78 anos, morador da Cidade Tiradentes)

Muitos cortiços e casarões do Bexiga foram derrubados para a construção das habitações verticais voltadas para atender os segmentos sociais de média e alta rendas. O Bexiga, por estar em uma área valorizada da capital paulistana, se tornou em espaço valorizado pelo mercado imobiliário para a especulação imobiliária. O Milton e a população negra e pobre que habitou o Bexiga nessa época, não tiveram outra escolha, a segregação involuntária ou centro-periferia.

A lembrança que nosso recordador expõe é o bairro, a paisagem e as espacialidades dos negros e brancos e as festas promovidas entre os jovens. No espaço da cidade, as lembranças do senhor Milton, estão quase todas misturadas e conjugadas aos espaços do teatro e do cinema. A localização espacial do primeiro cinema em que ele entrou na cidade de São Paulo não existe mais.

A tecnologia e a cultura de consumo, como os aparelhos de vídeo cassete, o aparelho digital DVD's e os shopping centers, desterritorializaram as salas de cinemas. Poucos cinemas sobreviveram para contar histórias, hoje, a maioria das salas de cinema está concentrada nos grandes centros de comércio dos shopping centers da cidade. Os cinemas, descritos por Milton, são desconhecidos pela grande maioria da população que se encontra com menos de quarenta anos de idade.

Os cinemas contados por nosso interlocutor não existem mais, não existem mais porque o capital e a cultura de consumo espoliaram a memória dos velhos e transformou a cultura em um grande mercado de compra e venda de produtos.

Milton quando retorna a sua fase de garoto localiza o espaço do cinema como um quadro social em sua vida, este espaço é percebido por ele como o centro de tudo, o início em que ele tomou contato com a produção cinematográfica. Os filmes daquela localização espacial e temporal o deixaram mais inclinado para a comunicação, para a arte, para a produção do conhecimento, conforme as palavras do recordador, o primeiro filme que ele assistiu no cinema e os subseqüentes, provocaram estados de devaneio e "loucura", fazendo-o despertar e entreter-se com a produção das artes e da cultura.

A sociedade contemporânea, urbano-industrial, mediada pelas forças da globalização, torna o velho e toda a geração portadora da memória, em múltiplas categorias deslocadas da sociedade; sem poder de defesa, a inexistência de espaços públicos para a produção do espaço social, o impedimento aos espaços da cidade e do ambiente construído, a inacessibilidade de locomoção por causa das construções e a ausência de adaptações em transportes e vias de acesso, do ponto de vista político, social e cultural, o velho não é ouvido em nossa sociedade.

As sociedades modernas do mundo ocidental, no que tange ao velho, tratam-o sem o merecido respeito. Primeiro porque eles são a herança da nossa história e, em segundo, são os portadores do conhecimento material e não-material, produzido e reproduzido para o tempo presente e futuro.

O velho, historicamente, sofre constante espoliação, subjetiva e objetiva, conforme os quadros sociais em que vive e no arcabouço do espaço, urbano e rural. O passado é destruído facilmente para dar lugar às construções de prédios, as grandes avenidas, as indústrias ou setor de serviços, enfim, as lembranças dos velhos e tudo o que reporta à memória coletiva, são desterritorializadas, desenraizadas e espoliadas pelo mundo do capital e dos valores de compra e venda do mercado.

Hoje, o velho não tem armas para lutar. Os atores sociais são os principais

protagonistas para lutar a favor do velho e dos setores em estado de marginalização social, como as mulheres, os negros, os povos indígenas, as crianças, etc.

Lutar e proteger os velhos em nossa sociedade, refere-se à proteção de nossa própria ancestralidade. A preservação é do tempo como um todo, do passado, do presente e do futuro.

A civilização humana se faz também com a herança dos povos e culturas, sendo assim, estaremos salvando os velhos, os adultos e as crianças.

A memória religiosa reconstitui e ajuda no plano subjetivo e objetivo os atores do espaço religioso e da sociedade, como as igrejas, as festas religiosas, o casamento, o batizado, o nascimento e a morte (Halbwachs, 1970).

A memória dos músicos, a instrumentalização e o canto, exercidas de forma sonora e prática, consistem em ações mais complexas que ultrapassam o mecanismo de leituras, gravações e o ato objetivo da memorização (Halbwachs, 1939). A memória musical, referente à musicalidade do artista, como a orquestra, a bateria de escola de samba, a banda, a fanfarra e etc inclui-se também os cantores e cantoras, consistem em dar voz, concatenação e reunião de toda a instrumentalização sonora para compor um obra musical. A composição, em si, não produz instantaneamente a memória, o ato de memória realiza-se no quadro social das lembranças, ou seja, no cotidiano dos atores que compõem a música, a poesia e a dança.

Geraldo Filme, compositor e sambista da urbe paulistana, em entrevista concedida a Olga Rodrigues de Moraes Von Sinson (Museu da Imagem e do Som), nos anos 1980, diz que dentre as suas lembranças, está presente na memória a lembrança da primeira letra de samba que ele compôs. Segue abaixo as palavras do sambista:

“O meu primeiro samba meu, eu fiz, o meu pai tinha muita mania de falar sobre o Rio, que no Rio, não sei quantas cuícas na frente, aquilo me deixava louco, porque eu sou um tanto fanático, eu não me envergonhava, brigo e sou fanático, não me envergonho de dizer que sou por São Paulo, e o meu pai tinha aquele negócio, que o Rio, que o Rio, tantos surdos, tantas cuícas, meu pai tinha andado meio mundo, tinha conhecido o Rio, então eu lembro que aos 11 anos eu fiz um samba. Antigamente tinha uma gíria assim, fulano é bom pra cachorro, quer dizer é bom demais, naquela época já tinha a Lavapés, parece que é de 35, 36, então eu digo assim:

Eu vou mostrar,

Eu vou mostrar,

Que o povo paulista também saber sambar

Eu sou paulista, gosto de samba

São Paulo também tem gente bamba,
Eu sou paulista e sambo pra cachorro
Pra ser sambista não precisa ser do morro”.

O músico, natural do mundo do samba, seja ele do morro, da favela, do cortiço e da periferia, o aprendizado dá-se no cotidiano, no grupo de pertencimento e na escola de samba, de forma natural, espontânea. A tradição do samba, por intermédio da família e dos indivíduos que compõem o grupo, são os atores intermediadores de cada componente que irão compor a manifestação cultural.

A música, apreendida de forma formal e informal, é vista para o ator que compõe, toca e canta, como uma parcela dos quadros sociais vividos intensamente. A música, popular ou erudita, todas são apreendidas, ensinadas e transmitidas.

Para os setores populares, geralmente, a tradição é produzida sem regras formais que exigem uma postura sistemática de estudo e dedicação. A música popular, apreendida, tocada, cantada e dançada nas quadras das escolas de samba, nos bares, ruas e esquinas da cidade de São Paulo e do Brasil, também pertencem às espacialidades e aos territórios negros de intenso aprendizado cultural.

A lembrança do primeiro samba composto por Geraldo Filme retrata a família e os grupos em que se localizam os espaços da música, do samba e da festa. Afirmou-se que o espaço é um recipiente importante para o enraizamento da memória individual e coletiva. O tempo também é um elemento valioso para a cristalização das lembranças e da memória. Tempo e espaço, caminham juntos e nunca em separados, porque o homem vive e necessita realizar suas ações, os trabalhos, a criação e a arte que são produzidos pela ação social modificando o espaço através do tempo de trabalho.

O tempo pode ser classificado em datas, acontecimentos, histórias sociais e oficiais. Para os interlocutores e as fontes pesquisadas, o tempo é o conjunto de significados sociais; o nascimento e a morte, o trabalho e a festa, o casamento e a família, a casa e a cidade, as revoltas, guerras e conflitos entre as classes e grupos de interesse.

Em nosso acervo sobre a memória coletiva de homens e mulheres negros, o tempo assume múltiplas formas: aniversário, nascimento, casamento, revoluções, transformações urbanas e sociais. Os recordadores que militaram no movimento negro dos anos de 1920, 1930, 1940 e 1950, relatam que a presença negra nas questões políticas de São Paulo e do Brasil foi pontual para a sociedade; no contexto social, político econômico para os grupos negros e brancos.

“Deram pra Legião Negra, ali na Barra Funda, a chácara do Carvalho, depois foi tudo loteado (...) A negrada toda ficou importante aí com a Legião Negra, e foi uma Legião de verdade. Se teve gente que brigou naquela Revolução de 32 foram os negros, e iam de noite, de caminhão, desfilavam na cidade recebendo flores. Hoje eles festejam a Revolução de 32, mas não mencionam a Legião Negra, não mencionam a participação do negro, é engraçado, né?” (José Correia Leite) (Barbosa).

“(...) era a Legião Negra, porque as duas se posicionaram em campos opostos na Revolução de 32, quando o governo de São Paulo queria que a Frente fizesse um batalhão para lutar por São Paulo. A Frente Negra se recusou a fazer. A Legião Negra foi uma dissidência da Frente Negra que formou o batalhão para lutar (...)” (Aristides Barbosa) (Barbosa).

Constata-se que a memória individual e coletiva, é infinitamente diversa, múltipla e suas faces são semelhantes ao arco íris, ou seja, é uma rede social de múltiplos segmentos. O mergulho no passado possibilita constituir a teia social da memória de homens e mulheres negros que inscreveram, viveram, trabalharam, tocaram, dançaram e brincaram nas pedras da cidade de São Paulo.

A história da população negra no Brasil é vista de forma antagônica, de um lado a história oficial, de outro lado, a memória coletiva referente aos quilombos, aos territórios de resistência física e cultural. A memória coletiva é mais antiga que os documentos escritos pela memória oficial. Esta herança é um patrimônio das sociedades negro africanas que fazem uso da palavra e da tradição oral.

A herança afro-brasileira herdou uma parcela da cultura africana que foi espalhada pelo mundo. Na diáspora, as sementes da diversidade cultural africana foram espalhadas e reterritorializadas, por exemplo, a reterritorialização cultural com as manifestações do candomblé, das escolas de samba, das irmandades religiosas, a capoeira, as congadas e o hibridismo social negro que se encontrou e formou novas identidades.

Na África, a palavra e a tradição oral são imprescindíveis na relação homem, sociedade e natureza. Segundo Amadou H. Bâ (1986), a palavra e a tradição oral ocupam o palco central das sociedades africanas.

A tradição oral é a grande escola da vida; ela trata da religião, das ciências naturais como o conhecimento dos minerais, da farmacologia, da medicina, de iniciação profissional, da história, dos jogos, do amor e da morte (Amadou H. Bâ, 1986).

A civilização africana tem em seu berço, territórios físicos e culturais, os quais foram sedimentados por intermédio da cultura não formal, ou seja, o uso da palavra em oposição ao uso da escrita.

Amadou Hampaté Ba (1986) e Joseph Ki-Zerbo (2000) compartilham do mesmo significado a respeito da palavra nas sociedades negro-africanas; como força vital de organização do território, da educação, da vida social, da religião e da cultura.

Recentemente, no ano de 2003, o governo brasileiro, por intermédio do movimento social negro, intelectuais e pesquisadores negros, implantou políticas públicas de corte racial, referente ao ensino fundamental e médio, a lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana, nas instituições de ensino público e particular.

As imagens, conteúdos e ensinamentos sobre o africano e os negros brasileiros, nas escolas brasileiras são distorcidas e não representam a grande contribuição que estas culturas favoreceram para o processo civilizatório em nosso país e a imagem externa sobre a África e a diáspora.

A palavra, fluxo da criação da vida e da morte nas sociedades negro-africana, significa força vital irradiadora de todos os elementos necessários à vida, à terra, ao alimento, ao poder e a criação de todos os seres vivos.

Conforme Leite (1995), o aparelho auditivo é assemelhado aos órgãos reprodutores femininos: ambos são capazes de fazer gestar algo decisivo pela penetração no interior dos indivíduos, de um elemento vital desencadeador de processo.

A palavra negra africana produz e reproduz um vasto território de ensinamentos, controláveis e incontroláveis, que só podem ser aplicados na relação homem, sociedade e natureza.

O uso, a transmissão e a produção da palavra nas sociedades negras africanas pertencem aos homens e mulheres de elevado prestígio social, ou seja, os ancestrais - griôs - que no cotidiano social ensinam, estruturam as funcionalidades nas instituições e na natureza e, no percurso histórico-social e político, transmitem a ancestralidade da vida e da criação.

Cotidianamente, o exercício da palavra está presente em todos os aspectos, porém, o princípio irradiador eleva-se nos entrelaçamentos sociais entre sociedade e cultura; no componente essencial do território que é a terra, na comunidade, na família e nas relações de poder.

O território, em sentido amplo, que é a terra e toda produção natural retirada dela, no contexto africano, não adquire o mesmo princípio de propriedade ou de especulação no

mercado imobiliário. A terra é um bem sagrado, natural e social que pertence a todos os homens que nela vivem. Há diferenças de valores a respeito da terra em sociedades negro-africanas e em sociedades ditas “modernas e capitalistas”, que no dia-a-dia vê crescer a segregação, as favelas e as periferias nas grandes metrópoles.

As relações sociais e naturais são estabelecidas, principalmente com os membros que compõe a comunidade, que são os principais responsáveis pela gestão cultural, identitária e política da força vital, constituída pelo uso da palavra.

A comunidade assenta-se na terra, espaço social de realizações, trabalhos e movimentos contínuos das inscrições através da palavra negro-africana. A família, herdeira natural da ancestralidade estabelece a constituição dos pactos entre outros representantes do local, e estes usufruem o direito da fertilidade da terra, dos ensinamentos e dos costumes do pedaço. Os valores da ancestralidade e dos costumes asseguram ao espaço comunitário dinamismos de preservação e reprodução da força vital (Leite, 1995).

Leite (1995) também considera que as comunidades destas sociedades perfazem outra forma de tratamento e relacionamento para com as pessoas mais velhas - principal agente da ancestralidade -. Segundo o autor,

(...) Finalmente, a comunidade assegura às pessoas idosas, sem condições de carregar e manipular a enxada, o direito de não mais trabalhar a terra, não lhes faltando o essencial em seus celeiros até a morte. De fato, nessas sociedades a força de trabalho faz parte da personalidade e não se encontra separada da totalidade vital que configura os indivíduos, não podendo, portanto, ser apropriada. Ela é, assim, cedida à comunidade sob a forma de elemento estruturado de papéis sociais, condições em que o trabalho integra-se qualitativamente nas práticas ligadas à produção enquanto fator de vida social total (...) (Leite, 1995).

Portanto, a palavra negro-africana assegura a ancestralidade que resulta em processos históricos e políticos de vitalidade das sociedades, enfim, a ancestralidade trabalha o processo civilizatório (Leite, 1992; 1995; H. Bâ, 1986).

O Griô é uma biblioteca ambulante, conhecedor dos assuntos da vida, da genealogia dos seres e dos elementos da natureza humana (terra, água, ar e fogo).

“Na África, quando um ancião morre é uma biblioteca que se queima”. Pode-se também afirmar que é uma parcela da ancestralidade, quando ela não é ensinada e transmitida oralmente, ela desaparece em forma de cinzas, sem deixar vestígios inscritos;

simbólico, social e cultural para as próximas gerações.

O contexto brasileiro, com o tráfico escravo para o Novo Mundo, recebeu parte desta ancestralidade africana. Exterior à África, o Brasil é o primeiro país com a maior população de origem africana no Mundo. Esta ancestralidade africana que se fez na diáspora, em território brasileiro, espalhou-se por todos os cantos - leste, oeste, norte e sul - misturando-se e dando forma ao processo civilizatório que se formou com a presença do negro, do indígena e do branco (de origem portuguesa).

A contribuição da cultura africana e afro-brasileira para a cultura nacional reúne múltiplos valores. Conforme Ortiz (1998), as manifestações populares e a memória coletiva abrangem a ancestralidade africana que foi preservada, a partir do uso da palavra, a herança que foi transmitida, ensinada e propagada nas instituições de matriz africana que se amparou através da resistência física e cultural.

A palavra negro-africana dos territórios africanos foram reterritorializados em solo brasileiro. Observa-se no território nacional, insígnias, micro-células e pedaços da ancestralidade africana. A tradição oral e o uso da palavra, mediante a adaptação e preservação que se pode proteger, contribui para o cenário da população negra nos espaços desterritorializados da cidadania, dos direitos e do exercício político da “democracia” na cidade.

No Brasil e na principal metrópole do país, o quadro da memória coletiva, da tradição oral e da palavra, contextualizou o espaço/tempo da população negra paulistana e nacional. Será apresentado no corpo do trabalho, a ancestralidade nos territórios negros, na segregação racial e espacial e em todo o cenário da cidade de São Paulo durante o século XX.

Posteriormente, descreve-se o papel do movimento social negro no combate à discriminação racial e à luta por democracia e cidadania.

2.2. Movimentos Sociais Negros

O Movimento Negro contemporâneo é resultado do longo processo histórico, incluindo movimentos quilombolas, associações culturais, irmandades negras religiosas, religiões de matriz africana e atualmente, das organizações sociais, culturais e políticas na luta pela eliminação do racismo e pela construção da cidadania.

A herança africana em solo brasileiro legou aos seus descendentes a simbologia em torno da resistência e das revoltas (Nascimento 1978), que se encontram tão caracterizadas do ponto de vista simbólico, social e cultural nos territórios do Brasil.

A cidadania plena, considerada um valor político imprescindível para o exercício dos direitos e dos deveres no Brasil, não se concretizou no cenário brasileiro. As diferenças entre brancos e negros estão associadas aos valores da cidadania e da democracia, que proporcionam ao branco deter a dominação política, social e cultural.

Os fundamentos dos valores da cidadania brasileira foram inscritos a partir da primeira constituição, de 1889, as posteriores e a última, de 1988. Formalmente, o Estado brasileiro estabelece que todos são iguais perante a lei, que todos têm direito à habitação, à saúde, à escola e aos bens mais valiosos de todo cidadão. Mas na prática, a realidade confirma que o estatuto legal está ausente do universo social e político da população negra.

A constituição de 1988, apesar dos avanços, não garantiu a eliminação do racismo e o direito à igualdade, considerados princípios básicos que orientam a vida, o trabalho, a mobilidade social, o reconhecimento, a escolaridade e o direito ao território.

Amaral (1991) documenta o princípio da territorialidade negra do final do século XIX e início do XX. Precisamente, é a história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Largo do Paissandu. A organização é a primeira referência social de africanos e descendentes no espaço da cidade, que implantou as insígnias negras no território de São Paulo. Dentre as inscrições, o espaço simbólico e social é uma conquista frente às transformações da cidade e do mercado capitalista da terra e do ambiente construído.

A partir das primeiras décadas do século XX, as organizações sociais e culturais foram se definindo como lugar de organização política, de festas e promoção de eventos culturais.

A origem do protesto negro está ligada às ações das primeiras atividades dos movimentos sociais negros. Dentre essas ações destaca-se a Imprensa Negra, com a publicação de jornal periódico noticiando informações de âmbito político, social e cultural.

O primeiro jornal da capital de São Paulo, de que temos notícia, é o Menelik,

referente ao ano de 1915. A história da Imprensa Negra pode ser dividida em três momentos, conforme Bastide (1983): o protesto racial, a reivindicação jornalística e política e, por último, o fechamento dos partidos políticos e organizações pelo governo getulista.

Dentre as fases, pode-se destacar um breve cenário para expor o papel político da Imprensa Negra paulistana:

“O Doutor Júlio Prestes, presidente do Estado, mandou cancelar a proibição que havia na guarda cívica, relativamente à admissão de pretos, que até agora não podia fazer parte desta corporação. É uma resolução que deve ser aplaudida. Enquanto esses brasileiros que se diferenciavam dos outros, apenas pela pigmentação, eram dessa maneira, afastados de prestar um serviço ao público, mantendo-se com o seu rendimento, inúmeros estrangeiros vindo com o fito de fazer a América, à nossa custa, sem saber uma só palavra do nosso idioma, sem conhecer sequer as ruas da capital, quanto mais os costumes e as delicadezas, os melindres próprios da gente paulista enxameavam na guarda cívica, atroando os corredores da sede com seu vozerio. Não estava certo, era, além de uma grande injustiça, uma péssima escola para o futuro, aonde aos poucos viríamos essa antipatia tão nociva a todos pela única causa de uma pele divertidamente colorida” (CD Imprensa Negra, Jornal *O Progresso*, 1928).

Fernandes (1965), Ianni (2004), Bastide (1983) e Moura (1994) trazem à tona o protagonismo da Frente Negra Brasileira, organização negra que vigorou dos anos de 1930 até 1937. Os autores qualificam que o protesto negro corporificou e floresceu na década de 1930, irradiando-se pouco além pela década subsequente.

No cenário político nacional, apenas o Estado Novo de Getúlio Vargas, com sua política de proteção ao trabalhador brasileiro e de tutela de seus sindicatos, saiu-se consagrado pela massa negra. O apoio recebido pela população negra se deve à lei dos 2/3, que tornou obrigatória a presença (proporcional) do trabalhador nacional, ou seja, beneficiou diretamente a mão-de-obra negra (Guimarães, 2001).

Fernandes (1989) retrata o que significou o protesto negro na cidade de São Paulo:

“(…) O que resulta é uma cabal e indignada desmistificação: na lei, a ordem é uma; nos fatos, é outra; nas consciências, as variações não são registradas. O negro desmascara e, ao mesmo tempo em que ergue a sua denúncia e mostra a sua ira, exige uma segunda abolição. Em suma, clama por participar da evolução social que não o atingiu, levantando o véu de uma descolonização que ficara interrompida desde a Proclamação da Independência e indicando sem subterfúgios os requisitos

da democracia racial” (Fernandes, 1989: 15).

Ianni (2004) compartilha da mesma opinião de Fernandes. Os negros e mulatos que fundaram a Frente Negra, queriam transformá-la numa força social, isto é, política, visando à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional, jurídica e econômica. Em 1937, todos os partidos políticos foram extintos. Com a determinação do fechamento político, acabou-se também um projeto político da Frente Negra Brasileira.

De 1945 até 1964, no período que antecede a ditadura militar, dá-se a completa proletarianização do negro na cidade de São Paulo. Poucos foram os negros que estiveram à frente na política, indústria, comércio e nos lugares de maior prestígio social, como por exemplo, nas funções de vereador, deputado, governador, empresário de média e grande empresa, profissional liberal.

Durante a ditadura militar, a organização negra entrou em recesso, em razão da ausência dos direitos à liberdade política. A ditadura militar fechou todas as organizações sociais e políticas, com exceção daquelas que atuavam na clandestinidade.

A visibilidade negra, no período da ditadura militar não superou os períodos anteriores, mas o principal papel realizado por homens e mulheres negros na cidade de São Paulo foi intensificado: centrou-se na ocupação da indústria enquanto mão-de-obra e exército de reserva no mercado de trabalho.

Entre os interlocutores, as lembranças retratam o seguinte quadro social:

“É, eu acho que é o que eu estava comentando com o meu filho, o meu filho Charles. Ontem, inclusive, fazendo esses paralelos, a gente começa a ver esses quadros de abertura política, de discussão dos anos de chumbo e eu mesmo, eu me sinto excluído de todo esse processo. E então quando eu vejo um filme, um debate, um documentário ou alguma coisa relacionada a esse período, 1964-1985, me vem sempre àquela pergunta: ‘Onde eu estava? A sensação que se tem é que nós estávamos vivendo em outro planeta. E, de certa forma, estávamos mesmo, o meu filho fez uma observação bem pertinente. O pessoal, os estudantes da classe média, a burguesia, os políticos, os intelectuais da época estavam brigando contra o Estado. Nós, proletários, estávamos cuidando das casas deles. A minha mãe mesmo, eu fiz uma redação ano passado para a faculdade, em que falava mais ou menos nisso. Pegando aquela marcha, a marcha da família por Deus e pela Liberdade, eu fiz uma alegoria, eu peguei a minha mãe como personagem, meio real e meio fictício. As madames foram para a rua protestar contra o governo e a minha mãe ficou limpando a casa deles. Hoje em dia, elas são primeiras-damas do

Estado e a minha mãe sequer chegou à secretária de alguma coisa. Esse processo, às vezes, as pessoas falam que foram excluídas do processo político, nesses 21 anos de ditadura. Eu fico perguntando: e nós, então? Se eles estão 21 anos atrasados e isso afetou cinco ou seis gerações, e nós? E nós negros, e a nossa geração, como é que estamos?” (Oubi, Cidade Tiradentes, 51 anos).

No campo político, temos dois cenários: o governo militar propagou a ideologia do mito da democracia racial nos espaços públicos e privados, principalmente nas instituições do Estado como a escola, onde implantaram a imagem da docilidade, suavidade e a ausência de conflitos entre os grupos sociais e raciais no país. Destaca-se, também, a imagem do Estado-Nação, constituído por um só povo, referendado pelos ideais nacionalistas. Os governos militares se ausentaram do debate sobre raça e se negaram a admitir as desigualdades entre brancos e negros em nossa sociedade (Guimarães, 2001).

Nas organizações contrárias à ditadura militar, a idéia de classe e raça não combinava porque, na visão deste setor, a questão de classe não poderia ser dividida com a raça.

O interlocutor, em conversa com seu filho, lembrou o tempo de juventude para visualizar o que ele e seus pares eram e faziam em pleno período da ditadura militar.

“Não, não tinha política, na época. E pra você ver, na escola era aprendendo a Ordem e Progresso, a questão da Ordem e do Progresso, Caminho Suave, hasteava a bandeira toda a quinta-feira, cantava o hino nacional, a professora ia lá e cantava o hino nacional. Um monte de gente morrendo, pessoas desaparecidas, casas invadidas, né, ou sitiadas, sei lá o quê. E parece não está acontecendo nada disso, as crianças continuam na escola cantando o hino nacional, Educação Moral e Cívica, que era a disciplina, os trabalhos eram os símbolos da Pátria que era para desenhar. Eu mesmo tirava dez em tudo, pintar a bandeira do Brasil, o símbolo do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, aí faz tudo isso e vai pra casa (risos). Como é que pode, que loucura, aí faz tudo isso e vai pra casa com um cara lá ameaçando a minha madrasta, dizendo que, se pegasse, o que ia fazer, e dizendo que eu tinha que estar junto, uma coisa de louco mesmo” (Rômulo, 43 anos, Cidade Tiradentes).

Segundo Guimarães (2003), a época da ditadura militar marca o início do achatamento da escola pública voltada para os trabalhadores.

O espaço da educação, da pedagogia e do aprendizado, segundo as palavras do interlocutor acima, limitou-se a propagar os ideais de ordem, de moral e a ocupação dos “lugares” na sociedade.

Ianni (2004) reforça a afirmação: os negros estão presentes em sindicatos e partidos

políticos que reúnem uma ampla maioria de brancos. As crianças têm acesso à escola primária, quase que exclusivamente pública. Mas são os brancos que ingressam nas escolas de nível médio e superior, mesmo as profissionalizantes e públicas.

Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, entre os anos de 1950 e 1968, inauguram o Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro. De cunho eminentemente cultural, de início, o projeto tinha como objetivo oportunizar o campo das artes cênicas brasileiras aos atores negros. O projeto acabou sendo ampliado, tendo em vista a formação profissional, em psicodrama coletivo, da população negra e de recuperação da imagem e da auto-estima dos negros brasileiros (Guimarães, 2005-2006).

Dentre os interlocutores deste trabalho, nenhum deles participou diretamente das atividades do Teatro Experimental do Negro. No entanto, um dos depoentes viveu constantemente mergulhado, descobrindo e aprendendo a dramaturgia, nas artes cênicas, teatro e cinema brasileiros.

“Eu assisti esse filme no Cine Marrocos, dirigido por um francês, como que era o nome dele? Ainda ontem, eu falei para, fala um nome de um filme da velha guarda que eu lhe dou o enredo e quem são os atores. Pensei que ia falar um filme americano, ela ficou assim, assim, ela falou assim pra mim: *Rei fé, fé*. Um grande filme policial francês. Direção de Jules Daffey assisti a esse filme no Cine Marabá, está fechado. Se você falar qual filme que eu assisti na televisão eu não me lembro. Agora, se você me falar dos filmes que assisti em 1939, em 1940, eu me lembro. A televisão mexeu com a massa encefálica da gente. Você também mexe com arte cênica? Trabalhei lá, fiz muitas amizades, tinha um pessoal lá que gostava de teatro. Lembro que, naquela época, chegava e escrevia até em papel de pão, escrevia ali peça da época... Eu lembro que o Petrônio, ele era, minha nossa, ele também gostava de teatro, ele falou: ‘Me dá o seu negócio aí que eu vou bater na máquina para você’. Passei na hora. É uma diferença escrita à mão e escrita à máquina. O primeiro texto que eu escrevi foi uma história que meu pai contava pra gente, era *O homem que vendeu a alma*” (Milton, 75 anos, Cidade Tiradentes).

O senhor Milton tem razão, o cinema e o teatro de sua época foram importantes para a sua geração. As atividades da arte e da construção de conhecimento do mundo cênico ofereceram aos grupos sociais do qual ele participou e com o qual se identifica condições para elevar seu nível intelectual e social. Percorrer os cenários do teatro e do cinema foi determinante para a elaboração do repertório cultural do interlocutor.

Os objetivos do Teatro Experimental do Negro foram apreendidos indiretamente por ele, que atuou, produziu, escreveu e compôs dramas sociais. O grupo do qual o interlocutor

participou, no passado, constituiu-se majoritariamente de pedreiros, empregadas, motoristas, cozinheiras, costureiras e trabalhadores braçais. A experiência de nosso interlocutor com o repertório teatral e cinematográfico, aproxima-se da política do TEN, a respeito da formação social e política do proletariado negro e pobre.

O ressurgimento do movimento negro, assim como todas as organizações sociais e políticas, acontece nos anos de 1970, em plena conjuntura da redemocratização brasileira.

Posterior ao momento repressivo da ditadura militar, ressurge a sociedade civil entre 1968 e 1978, como o protesto negro que recupera a sua força através da entrada de novos atores negros no espetáculo das cidades. Nos novos cenários, o protagonismo negro apresenta-se com a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978.

Guimarães (2001) recomenda que a leitura sobre o Movimento Negro dos anos de 1970 não pode ficar fora do debate em torno do quilombismo, cunhado por Abdias do Nascimento.

“Abdias retira não apenas analogias formais e palavras de ordem, mas a idéia fundamental de que a emancipação do negro brasileiro significa a emancipação de todo o povo brasileiro da exploração capitalista” (Nascimento, 2001:133).

A proposição de Abdias do Nascimento não é o universo particular, restrito aos segmentos sociais negros. Sua intenção é universal, como o território brasileiro.

A partir de 1978, com o surgimento do MNU em São Paulo e nas principais cidades do país, outras organizações negras foram gradativamente, demarcando suas ações e estratégias (cultural, religiosa, emocional, sindical, esportiva etc.).

Moura (1994) caracteriza o movimento negro da cidade de São Paulo até o ano de 1990, classificando-o em dois segmentos: de um lado, os universitários, burocratas, elementos do meio artístico e o segmento diretamente ligado à área política; de outro lado, o universo composto por favelados, desempregados, semi-empregados, delinqüentes e mendigos.

Para melhor identificação dos dois segmentos, Moura (1994) denominou o primeiro grupo chamando-o de “letrados” e o segundo, “o grupo plebeu”. Qual a intenção dessa classificação sócio-econômica e racial no mundo globalizado de São Paulo?

Os movimentos sociais sempre se organizaram a partir de suas demandas (internas e externas), necessidades e também a autocrítica de seu papel na sociedade. Quanto ao movimento negro paulistano, a crítica é importante para definir estratégias e espaços

políticos que não são ocupados, isto é, as espacialidades e territórios dos dois grupos quase não se cruzam e o encontro efetivo, ao se concretizar, permitirá inter-relações na práxis política especialmente da política racial, social, sindical, ambiental, de gênero e local.

A crítica elaborada por Moura, em 1994, não pode ser generalizada para o momento atual. Após 12 anos, o cenário paulistano passou por diversas transformações. No decorrer deste trabalho, o quadro político dos dois segmentos terá em momento propício, visibilidade e delineamento.

O movimento negro trouxe para a cena nacional, além das palavras de ordem e da organização sócio-racial, referências para a atuação política, como as políticas de reconhecimento (de diferenças raciais e culturais), de identidade (racialismo e voto étnico), de cidadania (combate à discriminação racial e afirmação dos direitos) e redistributivas (ações afirmativas ou compensatórias) (Guimarães, 2001).

A oposição entre a data oficial e a data não-oficial para determinar a referência de luta e resistência da cultura e do negro brasileiro, colocou em campos opostos o 20 de novembro e o 13 de maio.

No dia 20 de novembro de 1988 foi consagrado o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil, por intermédio do movimento negro. A herança de Zumbi dos Palmares e os ideais quilombolas estão sendo estrategicamente encaminhados nas esferas política, social e cultural.

Hoje, essa data foi incorporada ao calendário nacional, no que tange às comemorações culturais e políticas.

Cornel West (1994) analisa questões ainda incipientes e fundamentais para se pensar a questão racial e a diáspora. Conforme o autor, as lideranças sociais do presente e as futuras estão em processo paulatino de deterioração, em razão da frágil estrutura familiar, comunitária e cultural a que, ultimamente, está sendo pressionadas, como o empobrecimento racial. O enfraquecimento do movimento social negro e de suas lideranças está e será inevitável em decorrência da ausência de alicerces mais sólidos que sustentem as relações familiares frente ao desemprego, à violência, ao exercício da maternidade e da própria relação entre homens e mulheres.

A relação de cooperação entre homens e mulheres, ultimamente, tem se tornado mais complicada frente aos embates e aos próprios conflitos físicos, sociais e mentais no campo interno e externo de uma relação social, familiar e amorosa (West, 1994).

Os valores simbólicos, íntimos, sexuais e políticos de homens e mulheres negros sem uma base comunitária de segurança e orientação, desterritorializa também as

organizações, que são exteriores ao meio familiar.

Sem o meio familiar, comunitário e íntimo, o movimento negro também enfraquecerá, porque não terá, em suas frentes, a reposição de novas lideranças.

A crise nas lideranças não é um caso isolado e restrito. Pode-se afirmar que é uma questão presente na diáspora africana.

No Brasil correm-se os mesmos riscos, com o enfraquecimento e a crise nas lideranças negras, homens, mulheres e jovens.

Há uma lista de reivindicações do movimento negro que busca a eliminação das desigualdades e a luta pela cidadania. Trata-se de legislações, de âmbito jurídico e social, que se destinam ao implemento de políticas públicas na área da educação brasileira, legislação anti-racista e as políticas de ações afirmativas.

Silvério (2002), Guimarães (2003) e Munanga (2005-2006) consideram que a ação afirmativa é imprescindível para a eliminação e diminuição de históricas desigualdades intimamente ligadas à população negra. O racismo e a discriminação reforçam o nível de descidanização dos territórios brasileiros, o que se torna cada vez mais profundo quanto às diferenças em torno da raça e da classe social.

Telles (1996) compara a sociedade norte-americana e a brasileira, tendo como princípio central a questão das ações afirmativas. Na sociedade norte-americana, a aplicação de ações afirmativas teve início no período dos direitos humanos, em que se estabeleceram políticas para acabar, ou pelo menos reduzir, a desigualdade racial e o racismo. A prioridade das políticas afirmativas visou três áreas: o ensino superior, o mercado de trabalho e os contratos públicos junto a uma minoria de empresários negros.

Bowen e Bok (2004) são ex-reitores de duas universidades norte-americanas que se debruçaram sobre um maravilhoso estudo histórico e analítico sobre as ações afirmativas implantadas no ensino superior. Segundo os autores, com as ações afirmativas, a oportunidade dos jovens no acesso ao ensino superior proporcionou o aumento, permanência e o desenvolvimento dos negros principalmente em áreas estratégicas, como Medicina e Direito.

O levantamento realizado aponta resultados e reflexos diretos quanto à igualdade de competição e à abertura do mercado de trabalho em áreas que eram hegemônicas aos profissionais e estudantes brancos.

Enfim, por mais de três décadas, a ação afirmativa nos Estados Unidos contribuiu para a ascensão da população negra na sociedade norte-americana e, em consequência, possibilitou reduzir as desigualdades raciais. As desigualdades raciais e a segregação não

foram banidas do território norte-americano. Porém, podemos compreender que não houve um aumento entre as diferenças entre brancos e negros. Através da política de ação afirmativa conseguiu-se reduzir a distância que separava os grupos étnico-raciais.

A visibilidade do negro em áreas estratégicas e a profissionalização, como Medicina e Direito, concedeu mais força ao movimento negro norte-americano, como a contínua luta em torno da igualdade, da democracia e da cidadania.

O racismo e o preconceito foram difundidos na sociedade brasileira. Na linguagem comum e na literatura especializada, racismo tem significados diferentes: em primeiro, a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. Em segundo, podem-se distinguir aqueles para quem a simples crença em raças humanas já constitui racismo, e aqueles para quem tal crença é tida apenas como racialismo, que pregam a superioridade ou inferioridades das raças (Guimarães, 2004).

Num estudo sobre racismo e preconceito, Guimarães (2004) analisa os dados (1996 e 1998) registrados oficialmente nas delegacias de polícia. Ele classifica as queixas a partir da leitura dos boletins de ocorrência (BOs) para verificar se o enquadramento policial estava correto:

- abuso da autoridade policial em vias públicas quando os indivíduos são confundidos ou tratados como bandidos;
- discriminação de moradores, domésticos ou visitantes em prédios residenciais;
- restrição de serviço ou maus tratos em estabelecimentos bancários;
- restrição de serviço ou maus-tratos de pessoas no interior de estabelecimentos comerciais, geralmente suspeitos de furto;
- discriminações sofridas por empregados da parte de empregadores na vigência de contrato de trabalho ou prestação de serviço;
- desacato ou ofensa a pessoas em exercício de cargo público ou no desempenho de suas atividades profissionais;
- ataque à honra pessoal sofrido por pessoas de igual posição social;
- propaganda, violência racista ou incitamento ao racismo;
- discriminação que interfere na convivência familiar ou na formação de família.

Além do racismo e a discriminação, a população negra convive com diferentes formas de tratamento na sociedade brasileira. No mercado de trabalho, por exemplo, é a mão-de-obra mais barata e está, proporcionalmente, em maior evidência no exército industrial de reserva e no proletariado nacional.

O início das ações afirmativas no Brasil, conforme Telles (1996) tem à frente difíceis entendimentos na sociedade brasileira. Os desencontros se verificam por parte do governo, representantes da sociedade civil, Estados, legislativo e do judiciário, referente a posições e decisões para solucionar o problema histórico e secular das desigualdades raciais.

O racismo é um dos principais problemas não resolvidos pela democracia brasileira. As desigualdades no mercado de trabalho geram diferenças de renda e acesso às melhores funções. A desigualdade educacional, a segregação racial e o racismo estagnizam os negros, principalmente os mais jovens em carreiras tradicionais, tidas como serviços braçais e de pequena expressão salarial. Esse cenário, aos olhos do movimento negro e anti-racista, concentra-se em torno de políticas de ações afirmativas.

Silvério (2005) faz o seguinte comentário sobre a ação afirmativa:

“Em uma definição formal, as ações afirmativas referem-se a esforços orientados e voluntários empreendidos pelo governo federal, estados, pelos poderes locais, empregadores privados e escolas para combater discriminações e promover oportunidades iguais na educação e no mercado de trabalho para todos. A meta da ação afirmativa é eliminar discriminações contra mulheres e minoria étnicas combatendo os efeitos das discriminações passadas com vistas à (re)estabelecer o equilíbrio social”.

A principal pergunta, ainda não respondida pelos setores contrários à ação afirmativa, é: como solucionar o quadro sócio-econômico de exclusão e racismo de milhões de brasileiros que historicamente se encontra em desigualdade material e simbólica?

“É isso, o empoderamento da mulher negra, nada contra ser doméstica, eu posso ser doméstica, mas se eu quiser, eu posso ser outra coisa. Eu acho que isso tem um potencial, das pessoas se enxergarem: se ela pode, eu também posso. Logo que eu vim trabalhar aqui, eu dava carona para uma menina de auxiliar enfermagem, e ela é negra, eu gosto muito. Ela olhou pra mim e falou assim: ‘Eu estou tão orgulhosa’. Eu falei, ‘Por que Rose, você está tão orgulhosa?’ ‘De ver você, de ser mulher, ser da, nem fala o termo porque tem medo, ser de cor e estar nesse cargo, ter seu carro e não sei o quê’. Aí você percebe como é importante. A raça precisa de visibilidade, a gente precisa sair das manchetes policiais pra ir para as manchetes do trabalho, de destaque, de classe média, de aparecer, de ver. Eu era contra as cotas, eu acho que as cotas meio que discriminam, porque vai começar a

dizer assim: 'Neguinho só entrou na faculdade porque deram à vaga pra ele, neguinho não sei o quê'. Não é só entrar na faculdade, porque se você veio de uma escola pública de fundo de quintal, e de repente você consegue uma vaga na USP com quem, a vida inteira, só estudou no Bandeirantes, é lógico que você vai ter dificuldades. Só que essa dificuldade não vai aparecer porque você teve, vai aparecer pela questão que você é incapaz, eu tinha raiva disso. Vão discriminar porque, na hora que colocar o cara do Bandeirantes e o cara de lá do fundo de quintal, aí a Luzia falou: 'Deixa, tem que ser assim, no começo vai ser na raça. Os primeiros vão sofrer. Como é que você acha que os EUA superaram? Porque você acha que hoje você vê juizes negros, médicos, engenheiros negros, cientistas negros? Você vê, sabe tem uma questão, foi assim, não pense que foi fácil o primeiros negros que foram para as universidades americanas, que eles colheram só flores, eles também tiveram muitas dificuldades. Então os nossos negros, quando forem para a USP, ITA, uma Santa Casa, Escola Paulista, enfim, eles também vão fazer," mas é assim que é. Eu comecei a pensar: quando você vê um filme americano e vê um juiz negro, você gosta, né? Pergunta qual foi o caminho que ele fez? Foi o caminho das cotas. Hoje dizem que as cotas, nos EUA, não têm mais sentido, o negro cavou outro caminho, espaço. Talvez as cotas façam esse resgate, mas não é muito fácil, não. Agora acho, porque assim, a vida inteira foi dito para o negro que ele não era capaz, foi vendido para ele, foi vendido o que ele via, ligava a televisão o que ele via? Ou no presídio, ou fazendo faxina ou não sei o quê, então. Você vai assimilando isso como não sendo capaz, à medida que vai mudando, vai vendo que não é só isso, eu posso. A questão de você estar aqui ou estar lá não tem a ver com a cor, tem a ver com as possibilidades. Acho que, desse ponto de vista, a gente tem um papel importante de vender isso, de passar em diante" (Judite, 60 anos, Brasilândia).

Os atores sociais que serão atendidos pela ação afirmativa estão, conforme o nível de reflexão e discussão entre os seus pares e os movimentos sociais negros, elevando a qualidade de argumentos favoráveis à implantação de políticas para a eliminação das desigualdades raciais.

A depoente acima descreveu parte de seu cotidiano sobre a importância da posição profissional, da visibilidade, do poder econômico, da formação e o conhecimento perante espacialidades negras e pobres muito abaixo de sua posição sócio-econômica.

O cenário enfatizado pela interlocutora toca em questões-chave: gênero, raça e classe social. As faces da sobre-representação nas posições subalternas representam as categorias ligadas ao gênero, à raça e à classe.

O quadro social exposto acima, que diz respeito à Brasilândia, Cidade Tiradentes e

Jardim Ângela, são realidades que podem diminuir ou eliminar drasticamente o nível de segregação racial e de desigualdades entre brancos e negros no contexto dos territórios da sociedade brasileira.

A ação afirmativa no Brasil, situa-se nas políticas de cotas para acesso e permanência da população negra, pobre e indígena na universidade, com histórico escolar oriundos da escola pública. A política de cotas nas universidades públicas federais e estaduais não tem um parâmetro comum, que rege de forma padronizada as regras de acesso e permanência. Em algumas universidades, os parâmetros escritos para a política de cotas dependem de fatores proporcionais ao número de inscritos.

Desde os anos de 1960 o movimento negro vem denunciando que o ensino superior é branco e elitista. O que há de novo, nos últimos anos, nos dizeres de Guimarães (2003), é que os atores sociais que saíram às ruas, no período da ditadura militar, estudantes universitários, professores e intelectuais, representantes brancos das classes média e alta, não foram os protagonistas que se mobilizaram exigindo mudanças no sistema de ensino superior, tendo em vista a democratização do ensino no Brasil.

“Quem empunhou a nova bandeira de luta por acesso às universidades públicas foram os jovens que se definiam como negros e se pretendiam porta-vozes da massa pobre, preta e mestiça” (Guimarães, 2003).

Na periferia paulistana, a mobilização de jovens em cursos preparatórios para os vestibulares tem alcançado diversas dimensões sociais como gênero, raça, classe social e grupo cultural.

“Eu não participo de nenhum, eu cheguei a participar da Educafro. Mas participei muito pouco depois que comecei a faculdade, corre para lá e para cá não sobra tempo, mas eu sempre conversei com a Neide e não sei se você conhece a Paola. A Paola sempre tentou montar alguma coisa aqui na Paróquia, uma reunião alguma coisa assim na questão do negro. Agora na questão da participação, comecei lá na Educafro, mas foi muito pouco, mas eu acho interessante tem que ser por aí mesmo tem que lutar mesmo, tem que brigar, tem que questionar tem que por a boca no trombone e fazer com que as pessoas participem, principalmente nós temos que fazer valer isso. Aqui na região eu desconheço. Não conheço nenhum grupo, até então aqui na região não estou participando de nada no momento” (Zilda, 38 anos, Cidade Tiradentes).

O ano de 2008 é uma data de comemoração dos 30 anos do Movimento Negro

Unificado em São Paulo e no Brasil. Na verdade, não é o movimento em si que deve ser ressaltado. Por trás de todo esse cenário, a comemoração é em torno do legado, da política racial, da resistência e revolta, da denúncia e superação, os objetivos para consagrar a prática democrática e a eliminação das desigualdades no país.

A partir do diagnóstico da sociedade brasileira da década de 1980, Florestan Fernandes (1989) assinalou que classe e raça se fortalecem reciprocamente e combina forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova.

Uma sociedade nova só pode ser conjugada com democracia racial e cidadania. Essa é a busca incessante que o negro vem realizando.

2.3. Produção social do Espaço da cidade de São Paulo e das Periferias

Em 25 de janeiro de 2008, a cidade de São Paulo completou 454 anos. Hoje, olhando a cidade, percebe-se que a história compreende marcos fundamentais que denotam os principais momentos da afirmação de seu poderio, desenvolvimento e sua capacidade de produção do espaço social.

De acordo com Bruno (1984) e Vêras (1991), pode-se resumir a história da cidade em quatro momentos:

- o burgo dos estudantes, que teve como marca a formação da primeira instituição de ensino superior do Estado de São Paulo, a Faculdade de Direito;
- o segundo momento de fundação da cidade, a economia cafeeira, que se destacou na economia nacional no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX;
- o pontapé inicial da indústria, nos anos de 1930 e, posteriormente, a fase de desenvolvimento e consolidação, até assumir o carro-chefe da economia nacional;
- as últimas décadas do século XX e o momento contemporâneo, que se formou no processo de desindustrialização e instalação da sociedade de serviços, do mundo digital e tele - eletrônico.

A cidade do século passado, que deixou suas marcas registradas na história, guarda muitas lembranças de um tempo que não volta mais, repleto de lembranças, realizações, conquistas e diversidade humana. O bonde elétrico, o movimento das ferrovias, a produção acelerada do café na economia local, o início e o desenvolvimento da indústria, a diversidade de cores/raças e relações sociais dos nacionais e estrangeiros, a pobreza e a riqueza retratadas nos casarões, cortiços e porões, as festas do Bexiga, Brás e Barra Funda, o Carnaval do tempo dos cordões, o sagrado e o profano das organizações sociais e religiosas, as lembranças das revoluções de 1924 e 1932, a configuração da favela, o footing dos jovens nas ruas do centro da cidade, o futebol da várzea, a época do rádio, o início da periferização, enfim, múltiplos territórios foram inscritos na história da cidade de São Paulo.

Hoje, os territórios manifestam outras atitudes e ações: centralização econômica, concentração da riqueza e territorialização da pobreza, violência, criminalidade e tráfico de drogas, confinamento e separação de desempregados. Portanto, o território foi se incorporando, gradativamente, dos elementos artificiais e do mercado da globalização.

A relação entre centro e periferia é intensa, a primeira se organiza e produz enquanto sede e centro do poder econômico, político e cultural. A segunda, como o berço da força de trabalho e do grande exército industrial de reserva. Nesse aspecto, a globalização produz

territorialidades distintas: uma é produtora e a outra é reprodutora, que apenas ocupa o lugar dos fluxos na produção social do espaço (Santos, 1994).

O meio-técnico-científico-informacional está, em grande proporção, distribuído no quadrante sudoeste da cidade de São Paulo. Nessa região, podem-se encontrar as principais instituições de ensino e pesquisa, o maior número de bancos do cenário local e nacional, a concentração de atividades culturais como cinemas, teatros, bares e shows musicais, a região cujo valor venal da terra e do espaço construído é o mais caro de toda a cidade, o setor de serviços, realização de negócios via on-line, transporte de fácil acesso que liga uma região a outra (metrô), empresas nacionais e estrangeiras que participam da economia local, estadual, nacional e internacional.

A globalização, segundo Santos (2001), revela faces perversas, porque obriga a todos, principalmente aos mais despossuídos, do ponto de vista financeiro, ao exercício cotidiano de compra e venda das necessidades, onde predominam os papéis de consumidores do que de cidadãos.

A periferia do século XX tem o seguinte retrato social: aglomerado distante dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a máquina econômica (Kowarick, 1993).

A cidade produz extremos sociais, ao mesmo tempo em que concentra a riqueza e territorializa a pobreza em direção às periferias. Realiza, por intermédio do ambiente construído, do Estado e do capital privado, a produção econômica que constitui as expressões do município, do Estado e do país.

Em 2005, é intenso o grau de concentração das atividades econômicas no Estado de São Paulo: somente a capital responde por mais de 36% do PIB paulista; cinco municípios são responsáveis por quase 50%; e 38 deles por aproximadamente 75% (SEADE/IBGE).

Na capital paulistana, o setor de serviços responde por mais de 65% de todas as atividades produzidas. Em seguida, o setor industrial e, por último, a agropecuária. O PIB municipal é constituído pela maior parte da participação do setor de serviços.

A indústria, que até o final dos anos de 1980 era a principal atividade econômica, hoje responde por apenas 26% da produção local.

São Paulo ocupa o primeiro lugar, no que diz respeito ao posto econômico, político e cultural. Sobressaem, em maior proporção, as atividades no setor de serviços, quadro este que se formou a partir da industrialização e da globalização da economia (Sassen, 1998; Vérias, 2000).

Nessa área de produção (serviços), a cidade produz mais de seiscentos milhões de reais. Boa parte desse montante está conectada ao mercado globalizado, ao setor de telecomunicações, do mundo digital e on-line, de forma direta e indiretamente.

Tabela Nº 18 - Setor de Atividade Econômica e PIB Municipal, 2005 (*)

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	PIB
Total do Est.SP	11.265,01	193.980,72	406.723,72	611.969,44	727.052,82
1. São Paulo	14,57	52.654,37	165.021,43	217.690,37	263.177,15
2. Barueri	-----	4.209,66	13.779,89	17.989,56	22.430,47
3. Guarulhos	3,64	7.723,75	10.699,86	18.427,25	21.615,31
4. Campinas	34,69	4.904,74	12.168,22	17.107,65	20.620,77
5. S.Bernardo do Campo	3,46	6.397,35	8.411,21	14.812,03	19.448,02
6. Osasco	0,57	2.082,99	12.057,79	14.141,36	18.310,45
7. S.J. Campos	17,42	7.686,90	6.615,16	14.319,98	17.090,19
8. Santo André	0,97	3.710,81	5.831,67	9.543,44	11.426,97
9. Jundiaí	20,29	3.091,65	5.384,89	8.496,83	10.185,10
10. Rib.Preto	35,33	1.668,11	7.199,05	8.902,49	10.095,56

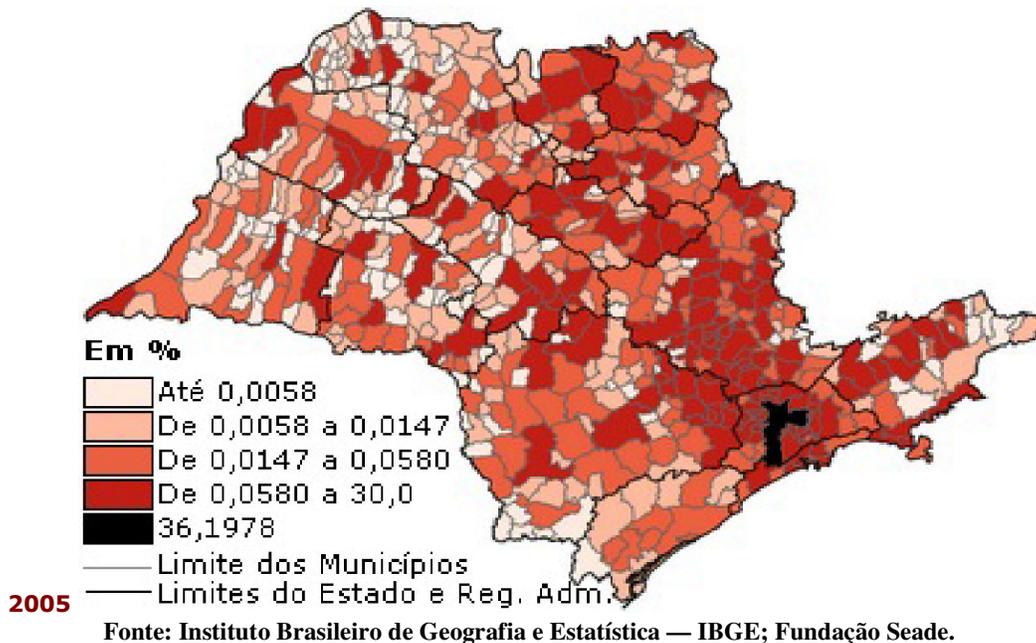
Fonte: Fundação Seade e IBGE
(*) Em milhões de Reais.

Dentre os municípios que participam em maior proporção do PIB do Estado de São Paulo, nove deles formam a territorialidade que reúne a cidade de São Paulo, a Grande São Paulo e alguns municípios do Interior.

A divisão social, espacial e econômica da produção paulistana, concentra-se em um único eixo, o quadrante sudoeste (Véras, 2000).

A composição do PIB é realizada por toda a cidade. Porém, a riqueza não é distribuída de forma democrática, mediante o grau de investimentos, participação ou das prioridades de cada distrito.

**Mapa Nº 5 - Distribuição do Produto Interno Bruto
Municípios do Estado de São Paulo**



Ressalte-se que dito de forma genérica, as periferias e a segregação urbana e racial na cidade de São Paulo, contribuem com a força de trabalho, o exército industrial de reserva e o trabalho informal e precarizado.

A produção do PIB municipal representa a economia local e nacional. Tudo leva a crer que ela não chegou e, por enquanto, não deu sinais de que chegará às periferias paulistanas, com intensidade política para prover os espaços vazios, os fluxos e os fixos.

No contexto dos três distritos que compõem este estudo – Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela – os investimentos de maior peso concentram-se no crescimento demográfico.

O poder público, que pode assumir a cena principal nos territórios de desigualdades, contribui de forma paliativa. Encontram-se, nessas territorialidades, infra-estrutura e meio ambiente construído abaixo da média da cidade, inferior ou restrito para a diversidade que vive as periferias de São Paulo.

A seguir, apresentamos as faces da cidade e dos distritos que compõem a maior metrópole do país e da economia brasileira.

Tabela Nº 19- População da Cidade de São Paulo e Distritos Pesquisados 1950-2000

Unid.Territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000
MSP	2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252
Brasilândia	19.329	49.743	14.855	166.441	201.591	247.328
Cidade Tiradentes	599	1.418	4.296	8.603	96.281	190.657
Jardim Ângela	4.325	12.199	48.052	107.580	178.373	245.805

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.
Sinopses Preliminares dos Censos de 1950 e 1960.
SEMPLA/DIPLO e Recomposição dos Distritos pra os anos 1950, 1960 e 1970.

Tabela Nº 20 - Taxa de Crescimento Populacional da Cidade de São Paulo e Distritos Pesquisados 1950-2000

Unid.Territoriais	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2007
MSP	5,48	4,91	3,67	1,16	0,88	
Brasilândia	9,91	8,73	3,78	1,76	2,30	1,12
Cidade Tiradentes	9,0	11,72	7,19	24,55	7,89	4,45
Jardim Ângela	10,93	14,69	8,39	4,70	3,63	1,91

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.
Sinopses Preliminares dos Censos de 1950 e 1960.
SEMPLA/DIPLO e Recomposição dos Distritos pra os anos 1950, 1960 e 1970.

Martins (2004) assinala que, a partir de 1930, a migração nacional insere-se na cidade de São Paulo, cuja maior representação advém dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, posteriormente, da década de 1960 até o final dos anos de 1980, sobressaem os migrantes nordestinos.

São Paulo teve, em meio século, sua população quintuplicada, de 2.151.313 habitantes, em 1950, para atingir em 2000, 10.434.252 habitantes. O crescimento demográfico deve-se ao desenvolvimento urbano-industrial que se processou durante todo o século XX.

Durante os anos de 1960 e 1980 registra-se, na história da cidade, o maior crescimento demográfico, em razão da sociedade urbana e industrial que se sedimentou no século XX (Kowarick, 1993; Kowarick et alli, 1976).

Em relação aos pedaços (Véras 1991; Sposati, 2001), é nesses territórios que o crescimento se esparramou em direção às periferias. Conforme os dados acima, são os distritos das periferias de São Paulo que mais cresceram, tendo como base os três últimos censos.

A Cidade Tiradentes, distrito planejado pelos poderes públicos (Municipal e Estadual), localizada na Zona Leste da cidade, é um dos territórios negros que mais cresceu do ponto de vista demográfico. A habitação é o principal motivo de todo esse crescimento do distrito, que absorveu a população de baixa renda, dos habitantes que deixaram os núcleos

familiares das primeiras periferias e da população favelada que foram engrossar as habitações dos conjuntos habitacionais (casas e prédios) da Cohab São Paulo.

Em 2007, conforme dados da Fundação SEADE/DIEESE⁴, a média de crescimento demográfico da cidade de São Paulo, referente à 2000/2007, é de 0,88%. Nos distritos da periferias da cidade, as taxas ultrapassam a média da cidade, a seguir, conforme a ordem: Anhanguera (13,38%); Cidade Tiradentes (7,89%); Parelheiros (6,79%); Vila Andrade (6,28%); Grajaú (6,22); Iguatemi (6,0%); Jaraguá ((5,11%) e Pedreira (4,47%).

O crescimento demográfico, dos dias de hoje, tem se concentrado na periferia. A região central e parte do quadrante sudoeste têm apresentado decréscimo na taxa de crescimento.

O distrito da Brasilândia, localizado na Zona Norte e o Jardim Ângela, distrito da Zona Sul, sobressaem por absorver a população negra, pobre e de baixa renda. Nos dois distritos, o quadro habitacional difere da Cidade Tiradentes. Nos distritos, encontram-se proporções acima da média em relação à população negra, pobre e favelada.

Nos três distritos há diversidade de habitações: favelas, conjuntos habitacionais, autoconstrução e mutirões dão o tom da cidade real. A Cidade Tiradentes foi planejada pelo poder público, tendo como referência a estrutura habitacional, ela mais se enquadra nos distritos da cidade ilegal do que nos distritos que estão dentro da lei (proteção e privilégios).

A cidade é a maior metrópole de toda a América Latina. A estatística ultrapassa muitas referências do continente latino-americano: em população, operariado, setor de serviços, frota de veículos, usuários de micro-computadores e o acesso à internet, capital do turismo de negócios, aumento do número de pobres, enfim, São Paulo é um grande aglomerado social, espacial e territorial da produção do espaço.

Santos (1994) destaca que a principal economia de São Paulo, na atual etapa, é a atividade que concentra a prestação de serviços. O mundo informacional e tecnológico movimenta a produção da cidade, do Estado e do país, que antes era industrial e hoje informacional.

“A base industrial foi o alicerce para que São Paulo hoje se tornasse uma cidade informacional, um centro internacional de serviços. São Paulo é, agora, relativamente menos forte, em produto e em emprego

⁴ Fundação SEADE, 24/01/2008 – 25 de Janeiro – Aniversário de São Paulo – Crescimento e Deslocamentos Pendulares da População e Produto Interno Bruto da Capital Paulista.

industrial, mas sua força aumentou, no país e no mundo, graças ao fato de que a atividade de serviços se desdobra, criando um expressivo setor terciário de comando, baseado na informação. Somente em atividades técnicas, científicas, artísticas e afins, havia em 1986 quase seiscentos mil empregos, triplicado que foi seu número em quinze anos, ao passo que o emprego total crescia 90%. Mas a pobreza também aumenta: eram 31,8% dos assalariados ganhando menos de três salários mínimos em 1988. São Paulo é a metrópole econômica de um país subdesenvolvido, onde não há melhor lugar para os pobres que as grandes cidades, uma metrópole internacional e uma metrópole involuída” (Santos, 1994).

A política econômica de São Paulo contemporânea é mais de 50% concentrada no setor de serviços, que se distribui nos principais espaços do meio-técnico-científico informacional.

A riqueza da economia local e do PIB municipal não são distribuídas conforme a diversidade de fatores. Ou seja, a riqueza é concentrada e distribuída nas áreas mais privilegiadas, com maior participação de brancos e menor composição de pobres e negros.

A média de população negra em São Paulo, dos anos de 1980 até o último censo, 2000, auxilia-nos a traçar o quadro sócio-racial na cidade. Desde o final da escravidão e o início do trabalho livre, passo a passo, homens e mulheres negros, em decorrência do empobrecimento e da segregação, tiveram que constituir família e habitação nos limites da cidade. A segregação, que não foi oficializada, vestiu a máscara do racismo e, de forma silenciosa, invisível ou perversa, desterritorializou e reterritorializou novos núcleos negros nas franjas da urbe paulistana.

Os distritos que compõem este trabalho, Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, parcialmente, assumem as novas territorialidades negras contemporâneas.

Se olharmos da região central e do quadrante sudoeste em direção aos limites das periferias, podemos afirmar que, na medida em que nos aproximamos das periferias, a média da população negra tende a aumentar nos extremos da cidade.

Abaixo, o quadro sobre população negra da cidade e dos distritos proporciona um breve retrato do cenário sócio-racial da cidade de São Paulo.

Tabela Nº 21 - População Negra na cidade e nos distritos pesquisados

Distrito	1980	1991	2000
São Paulo	22,3%	27,49%	30%
Brasilândia	42,4%	38,73%	40%
Cidade Tiradentes	*	49,24%	50%
Jardim Ângela	*	53,33%	51,4%

Fonte: IBGE, 1980, 1991 e 2000.

Em 1980, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela não participavam da divisão político-administrativa da Cidade de São Paulo.

Os percentuais mais altos estão distribuídos nas periferias das Zonas Leste, Oeste, Norte e Sul. Na região do quadrante sudoeste, a presença negra é menor que a média da cidade. Nos distritos ricos ou do quadrante sudoeste, encontram-se os seguintes dados: Moema (4,7%); Itaim Bibi (6,5%); Perdizes (7,0%); Vila Mariana (7,2%); Lapa (7,9%); Consolação (8,3%); Alto de Pinheiros (10,9%) e Butantã (11,4%), conforme censo, IBGE 2000.

Seguem, abaixo, os dados sócio-econômicos e culturais dos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela.

Tabela Nº 22 - Quadro Social, Econômico e Cultural da Cidade de São Paulo e distritos pesquisados, 2000.

Dados Distrito/SP	SP	Brasilândia	Cidade Tiradentes	Jardim Ângela
População	10.435.556	247.328	190.657	245.805
Pop. Masculina	4.972.632 47,7%	48,4	48,0	49,0
Pop.Feminina	5.462.914 52,5%	51,5	52	51,0
KM=	1.509	31,5	15	62,1
Média de Anos de Estudo do Chefe de Família *	7,67	6,55	6,15	5,80
Taxa de Analfabetismo	4,88	5,83	5,78	7,42
Taxa de Evasão Escolar do Ensino Fundamental	1,13	0,76	1,39	1,37
CEIS Diretos e Indiretos (equipamentos)	79.140 (quant.vagas)	20	18	31
CEIS Conveniados (equipamentos)	40.344 (quant.vagas)	13	1	32
Escolas Ens.Infantil (equipamentos)	280.730 (quant.vagas)	19	18	19
Esc.Ens.Fundamental	710.965 (quant.vagas)	19	17	22
Esc.Educ.Jovens e Adultos	12.181	1	0	0
Escolas Ens.Fund.Médio	15.080 (quant.vagas)	0	1	0
CEUs	44.395 (quant.vagas)	1	2	1
Hospitais	15	1	1	1
UBS	385	16	10	27
Número de Favelas	2.018	101	13	272
Pop.Favelada	1.160.5	51.882	5.873	126.559
Percentual da Pop.em Favelas	11,23	13,23	3,08	26,10
Taxa Cresc.Anual da População Favelada	2,97	3,68	11,76	6,35
Terminais Mun.de Ônibus	19	0	1	2
Corredores de Ônibus	1	8	0	1
Estações de Metrô	52	0	0	1

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

*** Do item assinalado até a última categoria, os dados se referem à divisão administrativa por Subprefeitura;**

Subprefeitura de M'Boi Mirim = Jardim Ângela e Jardim São Luiz

Subprefeitura de Cidade Tiradentes = Cidade Tiradentes

Subprefeitura da Freguesia/Brasilândia = Distritos de Freguesia do Ó e Brasilândia

Tabela N° 23 - Faixa de Anos de Estudo da cidade de São Paulo e dos distritos pesquisados, 2000.

	SP	Brasilândia	Cidade Tiradentes	Jardim Ângela
Sem instrução	17,2	23,1	21,9	23,9
De 1 a 4 anos	24,6	28,8	26,6	30,4
De 5 a 8 anos	27,5	29,9	35,7	31,6
De 9 a 11 anos	22,2	16,3	14,8	12,9
De 12 a 15 anos	8,0	1,5	0,6	0,7
Acima de 16 anos	0,3	0,3	0,6	0,3
Não determinado	0,1	0	0,2	0,1

Fonte: IBGE, 2000.

Tabela N° 24 - Faixa de Renda da Cidade de São Paulo e dos distritos, 2000.

	SP	Brasilândia	Cidade Tiradentes	Jardim Ângela
Sem renda	38,10	43,60	46,40	46,60
Menos de 1 SM.	30,70	36,50	36,30	37,10
De 1 a 3 SM.	20,40	17,0	15,80	14,50
De 3 a 5 SM.	4,80	2,0	1,20	1,20
De 5 a 10 SM.	4,0	0,80	0,20	0,40
De 10 a 20 SM.	1,4	0,10	0,0	0,0
Acima de 20 SM.	0,40	0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, 2000.

Tabela N° 25 - Faixa de Idade da Cidade de São Paulo e dos distritos pesquisados, 2000.

	SP	Brasilândia	Cidade Tiradentes	Jardim Ângela
De 0 a 14 anos	24,90	30,40	33,10	31,60
De 15 a 24 anos	19,30	20,50	20,60	21,40
De 25 a 40 anos	25,40	25,70	25,0	27,0
De 40 a 54 anos	17,70	14,90	16,10	14,30
De 55 a 64 anos	6,40	4,70	3,40	3,60
Acima de 65 anos	6,40	3,80	1,90	2,10

Fonte: IBGE, 2000.

De acordo com os dados acima, há um incremento maior nas três primeiras classificações e, nas últimas, a proporção é mínima e de pouca expressão.

Alguns aspectos já podem ser descritos sobre os distritos deste trabalho. A respeito do deslocamento para um novo território, os interlocutores com quem estabelecemos diálogos descrevem o local com imagens parciais, a respeito do estigma que se constituiu sobre a periferia.

“Meu, a Cidade Tiradentes, quando eu falei que iria mudar para a Cidade Tiradentes, falavam horrores. ‘Você vai mudar lá para a Cidade Tiradentes? Lá só tem bandidos, você está ficando louco, lá só tem bandidos, não sei o quê, não sei o que lá. Meu, eu estou na Zona Leste desde os 11 anos de idade. Anos atrás era Guaianases, que falavam que Guaianases parecia faroeste. Meu, se for assim, o que eu estou fazendo aqui até hoje? Mas é a aquela coisa, quando eu lembro, dá até vergonha. A primeira vez que eu vim aqui, eu vim aqui de carro com a proprietária. Aí ela ficou de receio, porque a pessoa que estava morando aqui a tratou de forma agressiva. Ela me deixou no carro, a molecada pra fora a conhecia e não me conhecia. A garotada veio se aproximando do carro. Inconsciente e instintivamente, eu coloquei a mão no capô. Aí eles viram eu, e eu fiquei olhando para eles de uma forma ostensiva. Na verdade, é a minha timidez, porque eu quando me deparo com uma pessoa que não conheço, a minha timidez baixa, as pessoas dizem que eu sou metido, uma cara fechada pra caramba, e depois vai vendo que não é nada disso. Mas no primeiro momento é a timidez, depois dá até vergonha. Quando eu lembrei disso, ‘Onde é que eu estou com a cabeça, o que foi que eu fiz?’. Depois eu comecei a perceber, e esse retrato cinzento que pintam da nossa periferia, como se fosse um banguê-banguê de faroeste americano, e isso tem em qualquer lugar. Você entendeu, em tudo e qualquer lugar. Uma outra referência, um amigo falou: ‘Meu, você está indo para Jonesburgo. Por quê? Porque aquilo ali é o verdadeiro bantustão, tem preto que não acaba mais’, e é verdade. Eu nunca vi tanto preto como eu vi nessa Cidade Tiradentes” (Oubi, 50 anos, Cidade Tiradentes).

O estigma que a periferia carrega é múltiplo; banguê-banguê, marginalidade, pobreza, escola de malandragem, tráfico de drogas e violência, concentração de analfabetismo. Enfim, são diversos elementos que foram se compondo sobre a cidade fora da lei.

O olhar exterior que se lança às periferias, geralmente de inferioridade a um lugar mal quisto, é transmitido pelos meios de comunicação (TV, rádio, jornal impresso, mídia

digital etc.), moradores de bairros vizinhos e, às vezes, pelos próprios moradores que sofrem com o estigma e a reprodução social – isto é, a violência do estigma que mantém as populações pobres dominadas. A reprodução social do estigma tem a função de transformar os moradores pobres em classes perigosas ou de submetê-las à dominação e controle do Estado.

Em nossas entrevistas, referentes aos três distritos, a memória coletiva da territorialidade negra está preenchida de momentos inusitados a respeito do estigma social. Dentre as informações dos interlocutores, tivemos no Jardim Ângela a entrevista com uma advogada de 36 anos. Ela vive no bairro há mais de 30 anos e nos contou os momentos vividos no local e na cidade. Dentre algumas particularidades, na época de estudante de Direito, participava de uma entidade formada por universitários negros. Todo o primeiro domingo do mês eles se reuniam para tratar de assuntos da instituição. Quando perguntada sobre o seu local de viver na cidade, dizia aos outros membros que morava em Santo Amaro, ou seja, não afirmava que residia no Jardim Ângela. Esse fato e sua reflexão não são isolados, também compreendem um sentimento coletivo. Hoje, esse cenário coletivo a respeito da identidade do local mudou, já não se encontra tão enraizado o sentimento de vergonha. Desenham-se no cotidiano social, cenários identitários mediante a relação território, ator social e cultura.

Hoje, a pecha de inferioridade que faziam do Jardim Ângela foi transformada pelos atores que vivem o lugar, pois muitos nasceram, cresceram, constituíram família. Ali é o local em que descansam e se vêem como parte da paisagem e da própria identidade do lugar.

“Eu acho que hoje é mais. Aqui na Brasilândia era bastante negro, nós todos trabalhávamos, trabalhava e estudava, era assim. Até uma vez chamaram a Brasilândia de Macacolândia, dava muitos negros, tinha briga, tinha branco, mas era mais negro. Era no rádio que falava Macacolândia, até eles fizeram uma piada: São Pedro chegou... Não, Jesus. Falou assim para São Pedro: ‘Vai lá na Brasilândia, lá se fala de uma gíria, vai lá e tira a gíria daquele povo que mora lá, não pode, é pecado’. São Pedro veio, veio e ficou. Quando chegou aqui, era para ele ligar em três dias para Jesus. Ele ficou três, quatro, cinco dias. Jesus já estava preocupado. Quando chegou a fazer a ligação, aí São Pedro: ‘Alô, alô, Je, Je...’. Jesus falou assim: ‘O quê, quem está falando?’ ‘Quem está falando é o Pedroca. Diz à Cidoca que eu estou na espera dela. Jesus falou: ‘Vem embora, Pedro’. Ele foi tirar a gíria e acabou pegando a gíria” (M.Gomes, 75 anos, Brasilândia).

Nossos interlocutores, além do estigma, também trazem faces do racismo brasileiro em meio às piadas, contos e conversas que viveram em seus “pedaços”. O racismo brasileiro, retratado em forma de ironia e piada, inferioriza e diminui a condição que o negro ocupa na sociedade. Normalmente, o tratamento pejorativo enquadra o negro como marginal, bandido, analfabeto, feio, perigoso, prostituta etc.. Isso se reproduz conforme os espaços de poder, como o mercado de trabalho, a mídia, os bairros, entre outros.

A reprodução do racismo e do estigma é associado aos grupos de menor prestígio social e aos respectivos lugares em que moram e constroem suas referências sociais e culturais.

“Na verdade, era assim. Quando eu era pequena, a Brasilândia carregava uma coisa assim muito pesada de preconceito. Morar na Brasilândia era passar atestado de bandido. Tanto que as pessoas, quando iam procurar trabalho, omitiam isso. Na verdade, de fato, ali é subdistrito de Brasilândia. Mesmo que não fosse Brasilândia, a gente nunca ia dizer que era Brasilândia, porque era muito pesado. Eu não sei o que acarretou, porque era assim: você passava da Igreja de Santo Antonio pra frente, já complicava a sua vida, eu não sei se você se apropriou disso, na sua pesquisa. A gente dizia que morava na Freguesia, morava em qualquer lugar, mas assim, falar que morava no subdistrito da Brasilândia a gente não falava, nunca ninguém falou. Quando a gente brincava, porque a Brasilândia era sinônimo de tudo que não prestava, e tinha também a própria imprensa, como hoje, naquela época a imprensa não era tão né, mas assim, tudo o que acontecia na Brasilândia passava um folhetim: Crime na Vila Brasilândia, matou não sei o quê! E as empresas não contratavam gente que morava na Brasilândia, a gente falava que morava em Itaberaba, parque Holywood. Outro dia eu fui resgatar isso no mapa, falei: nossa, gente. Que época que nós paramos de morar no Parque Holywood, porque ninguém mais fala, mas existe, subdistrito de Vila Brasilândia” (Judite, 60 anos, Brasilândia).

As periferias, a do passado e contemporânea, sempre tiveram que conviver com a imagem de lugar sem “lei”, antro de pobreza e marginalidade, comercialização de drogas e centro irradiador da violência. São inúmeras as qualidades de rebaixamento social associadas à periferia e aos distritos deste trabalho. Nas cidades brasileiras, deixar de ser sobrevivente, consumidor e ocupar a condição de cidadão é um quadro ainda muito distante da realidade nacional. Ser cidadão no Brasil não diz respeito ao consumo e ao poder de compra. O exercício da cidadania é a vivência plena do território e de todos os elementos que nele são produzidos, enquanto utilidade necessária à vida.

Nos próximos capítulos serão apresentados os cenários do negro na cidade de São Paulo: o pós-abolição, a primeira república, o mundo urbano industrial e o contemporâneo.

3. Um Século do Negro em São Paulo: Quilombos Urbanos, Territorialidades Negras e Segregação

3.1.A Pós-Abolição: Territorialidade Negra em São Paulo (1890-1940)

A distribuição sócio-espacial de negros e brancos na cidade de São Paulo é caracterizada por marcos históricos, políticos e econômicos. Desde o início do século XX, os espaços da cidade sofreram demarcações dos espaços da riqueza e da pobreza. É nesse contexto que as diferenças, se deslocaram na capital paulistana. A ocupação sócio-espacial em São Paulo segue o modelo capitalista, dessa forma, as áreas centrais foram definidas como o lugar de viver dos setores sociais com melhor poder aquisitivo, e as áreas mais distantes do centro, como a única opção para os trabalhadores, e da mesma forma, para os negros.

A população negra iniciou o século XX habitando a área central e seu entorno, para posteriormente, ser desalojada por sucessivas medidas da legislação municipal, haja vista a desapropriação da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em seguida, nas décadas de 1930 até 1970, teve que seguir em direção à periferia.

O processo de desapropriação imposto pelo poder legislativo, ocasionou a formação de bairros negros, como Bexiga, Barra Funda, Liberdade e Lavapés. A desterritorialização desses núcleos é resultado direto da constituição social de novos bairros que iriam abrigar a população negra.

No final do século XIX e início do XX, as principais cidades brasileiras receberam populações diversas, imigrantes oriundos da Europa e do Oriente. São eles: italianos, espanhóis, portugueses, alemães, japoneses, entre outros, gerando um panorama multicultural. A partir da economia cafeeira e da industrialização, as migrações internas (especialmente do nordeste) foram intensas para São Paulo.

O Quilombo, espaço construído a partir das revoltas empreendidas contra o sistema escravista, reuniu negros, mulatos, índios e brancos. O Quilombo de Zumbi de Palmares, tombado em 1695⁵, combateu e resistiu às forças portuguesas e da sociedade escravocrata. No estado de São Paulo, a representação quilombola foi significativa, aglutinou focos de resistência em regiões rurais e nos arredores das cidades: Quilombos do Jabaquara, Mogi-Guaçu, Atibaia, Santos, Campinas, do Morro de Araraquara, da Aldeia de Pinheiros, Itapetininga, Piracicaba e da Fazenda Monjolinho (São Carlos), Jundiá, e do Saracura

⁵ Em 1995, comemorou-se o tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares no cenário brasileiro.

(Bexiga - atual bairro da Bela Vista) (Moura, 1994).

Na cidade e em seus arredores, a população escrava freqüentava as ruas, becos, bicas, chafarizes e as chácaras que se localizavam nas fronteiras do centro de São Paulo. Os lugares de encontro dos escravos criavam amplas dimensões para práticas sociais e culturais, para a indicação de empregos e as tarefas remuneradas, para a comunicação de festas e atividades culturais.

A partir de 1850 inicia-se em São Paulo, e principais cidades brasileiras, a imigração. Desembarcam no Bairro do Brás, via ferrovia, em direção à Hospedaria do Imigrante: italianos, alemães, espanhóis, portugueses e representantes de outras etnias.

Em 1854, a população da cidade girava em torno de 30 mil habitantes, era composta por oito mil escravos, pois quase 1/3 da população era livre (Rolnik, 1989: 30). Tempos depois, em 1872, dos 12 mil negros, apenas 3.800 eram escravos. Antes mesmo da abolição, estava sendo efetivado o desmantelamento do trabalho escravo, organizado pelas forças abolicionistas e por negros libertos.

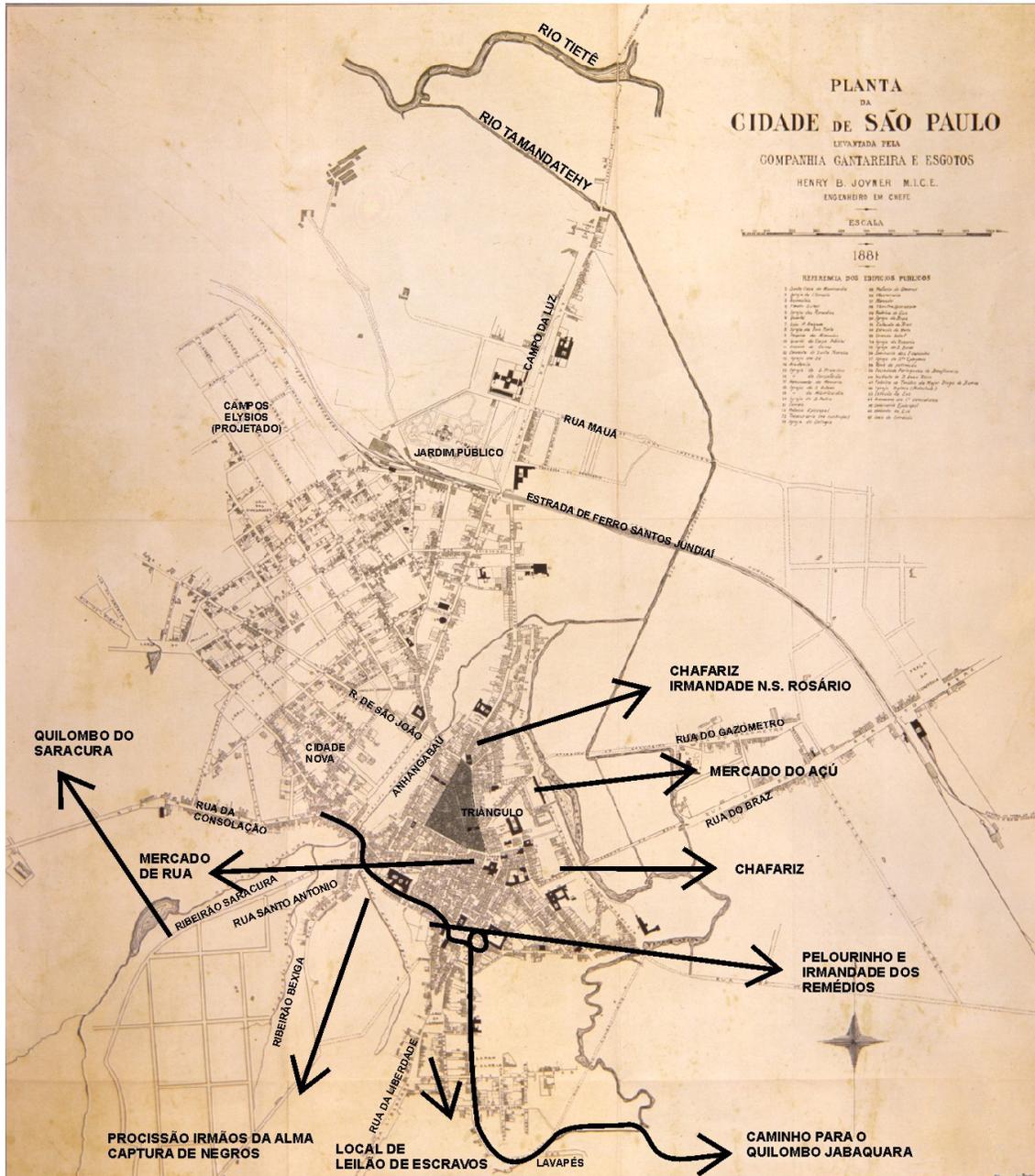
Em 1881, a cartografia negra na cidade pode ser vista da seguinte forma: na região do triângulo financeiro, os serviços urbanos (carregadores, meninos de recado, vendedores, etc); o espaço da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (igreja, cemitério e as habitações); o Pelourinho e Irmandade dos Remédios; na Rua da Liberdade, era o local de leilão de escravos; no Bexiga, existia o Quilombo do Saracura; na região sudeste, o Quilombo do Jabaquara; e nos arredores da cidade, os negros conviviam nos casebres e chácaras (Ver Mapa Nº 6 – Territórios Negros em São Paulo - 1881).

O crescimento populacional, tendo como base a imigração, propôs transformações na cidade, que na época estava reduzida ao perímetro central. Com as novas transformações, quase todos os donos de chácaras localizadas perto da área central ou arredores, iniciaram a abertura de avenidas, ruas, alamedas e largos em suas terras (Bruno, 1984: 441-442).

Após a abolição, o cenário paulistano sofreu transformações, através da introdução do trabalhador estrangeiro na economia urbano-industrial, substituindo o nacional. O Governo brasileiro torna oficial o projeto de embranquecimento do mercado de trabalho tendo como base a imigração. A substituição do trabalhador nacional pelo estrangeiro propõe outras mudanças, além do trabalho, as mudanças nos espaços da cidade, criando territórios e bairros exclusivos para os estratos sócio-econômicos de alta e baixa renda.

Em 1893, a população de São Paulo totalizava 130.775 habitantes; desses 45,5% eram nacionais e 54,6% estrangeiros. A população negra correspondia a 13.559 habitantes, representando mais de 10% (Fernandes, 1964: 8-9).

Mapa Nº 6 – Territórios Negros em São Paulo – 1881



Fonte dos dados: Rolnik, Raquel. A Cidade e a Lei.

Fonte da Base Cartográfica: Arquivo Público da Light São Paulo.

Entre 1890 e 1914, o poder público municipal de São Paulo, na gestão do prefeito Raimundo Duprat (1910-1914), ordenou a operação limpeza: "para a construção da Praça da Sé e remodelação do Largo Municipal, os cortiços, hotéis e pensões das imediações foram demolidos" (Bruno, 1984: 912). Este processo está ligado a dois fatores, o primeiro, foi semelhante ao "bota abaixo" no Rio de Janeiro, pelo Prefeito Pereira Passos, influenciado pelo urbanismo haussmaniano. No Rio de Janeiro, a limpeza foi completa, negros e pobres foram desalojados da área central, dando início à subida aos morros com o assentamento das favelas como habitação popular. O segundo, a limpeza urbana do centro paulistano dimensionou a formação e consolidação do Bexiga (atual Bela Vista) como território negro em São Paulo.

Segundo Bruno (1984: 912), "Antonio Prado, ao deixar a Prefeitura e ao caminhar ao Governo do Estado, escrevia que esse plano lhe daria o aspecto de cidade moderna, próspera e civilizada, conferindo-lhe um dos primeiros lugares entre as melhores cidades do continente". Para os setores dominantes, a cidade almejada teria ares modernos, de prosperidade, tudo o que se referia ao novo e ao europeu. O antigo e tradicional deveriam ser esquecidos, ou seja, a operação limpeza se empenhou em fazer a transformação; as mudanças visavam à eliminação dos setores populares do centro da cidade.

A diversidade cultural em São Paulo pode ser observada a partir do movimento de ocupação do espaço pelas diferenças culturais, em torno do trabalho e da habitação. Florestan Fernandes (1965: 10), ao analisar dados quantitativos de São Paulo (1893), descreve a distribuição étnica na cidade, classificada por divisão administrativa, classificada na época por Freguesias.

Tabela nº 26 - Divisão Administrativa da Cidade de São Paulo em 1893 de acordo com as Freguesias e Etnia/Raça

Freguesia	Branços	Caboclos	Pardos	Pretos
Norte e Sul da Sé	88,3	0,40	6,3	5,0
Santa Ifigênia	86,4	0,30	8,9	4,4
Consolação	89,2	0,30	8,9	4,4
Brás	93,1	0,30	3,3	3,3
Subúrbios	75,1	0,20	15,3	9,4

Fonte: Florestan Fernandes, A Integração do Negro na Sociedade de Classes, 1964.

A partir da análise dos dados, é possível verificar que, em locais de alta concentração de imigrantes, como é o caso do Brás, por exemplo, há mínima presença de negros, e nos locais de alta concentração de negros, a população estrangeira diminui. As Freguesias do

Norte e Sul da Sé, Santa Efigênia, e o subúrbio (Nossa Senhora do Ó, Penha e São Miguel), são os espaços de concentração da população negra e pobre.

Se a cidade foi dividida por etnia e grupos sociais, o mercado de trabalho obedeceu a esta tendência. O mercado de trabalho sofreu o processo de embranquecimento, concentrando-se majoritariamente na população estrangeira. Do total de trabalhadores na cidade, 71,2% eram estrangeiros e, 82,5% dos estrangeiros na expansão urbana e industrial (Fernandes, 1965: 11), criando um cenário onde os imigrantes são os principais atores no mercado de trabalho, enquanto que para o nacional, restaram as ocupações mais desgastantes, atividades que exigiam empenho físico.

O trabalho em São Paulo teve o predomínio quase total dos imigrantes, e para os nacionais, o diminuto emprego em atividades manuais (onde se exigia redobrado esforço físico). Para os trabalhadores nacionais, principalmente ao negro, a cidade ficou delimitada, restrita à Várzea do Carmo, Largo Nossa Senhora do Rosário e a região conhecida como Sul da Sé (Santos, 1998: 83). Os serviços, nesses lugares, estavam fora do sistema fabril ou comercial, restando aos negros e pobres, os trabalhos de carroceiros, ambulantes, limpadores de ruas e praças, empregadas domésticas, criadas, amas-de-leite, entre outros.

A cidade de São Paulo principia o século XX com a urbanização, criando e compondo territórios exclusivos, por meio da legislação urbanística. A legislação atuou no processo de zoneamento social, regulando a área da cidade, proibindo a construção de cortiços.

“Ao mesmo tempo em que a lei alinhou os territórios da riqueza, delimitou também aqueles onde deveria se instalar a pobreza. A constituição de um mercado imobiliário dual, no qual os pobres estavam alocados na periferia, começou com a proibição de instalar cortiços na zona central definida pelas posturas de 1886 e reiterada pelo Código Sanitário de 1894, que proibia terminantemente a construção de cortiços e permitia a construção de vila higiênicas fora da aglomeração urbana” (Rolnik, 1997:47).

Desde as primeiras legislações dos planos urbanísticos de São Paulo, os espaços reservados aos negros para moradia e trabalho, foram alvos do poder político e imobiliário. Este teve como objetivo preservar a cidade legal, criando territórios exclusivos.

Os territórios fora da lei, segundo Rolnik (1997: 60), corresponderam, em primeira instância ao lugar dos negros na cidade. Com o passar do tempo, incorporou os bairros de imigrantes até serem completamente identificados como territórios estrangeiros até os anos 30.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

A produção de territórios, tendo como referência a legislação urbanística, pode ser observada por meio da desestruturação física, social e religiosa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, organizada em 1711, localizada na época na Rua do Rosário, próxima do antigo triângulo econômico. A Irmandade foi constituída e organizada pelos escravos, libertos e forros. Nos idos do século XX, o poder público inicia a eliminação gradual dos pertences e da propriedade da Irmandade dos Pretos.

Primeiro, acontece a desapropriação da área física, que tinha como utilidade o enterro dos irmãos falecidos; segundo, a desapropriação das casas de africanos e descendentes, contíguos ao espaço da Irmandade.

A Irmandade escreveu sua história sobre as pedras da cidade, e o poder político e econômico desfez toda a edificação sócio-cultural, colocando por terra uma parte da história da cidade de São Paulo.

O Prefeito Antonio da Silva Prado eliminou, paulatinamente, os espaços reservados para as atividades religiosas, recreativas, sepultamentos, festas e batuques que os negros praticavam na localidade.

Por último, restou a desapropriação integral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, finalizada em janeiro de 1904. Raul Joviano do Amaral (1991: 18), em seu estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, descreve o processo de desapropriação levado à frente pelo poder público (legislativo e executivo), por meio da Lei Nº 698, de 14 de dezembro de 1903.

“O Sr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Município de São Paulo, faz saber que a Câmara, em sessão de 19 do corrente mês, decretou o seguinte:

Art. 1º - Fica aprovado o auto da Prefeitura, em virtude do qual entrou em acordo com a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, desta capital, para o fim de adquirir para a Câmara o edifício da sua igreja e outras dependências mencionadas no dito acordo, mediante a indenização por parte da mesma Câmara a quantia de duzentos e cinquenta contos de réis (250:000\$000) e uma pequena área do terreno no Largo do Paissandu” (...).

Após um ano, o poder municipal decreta mais um ato, eliminando a história dos

negros no centro da cidade, com a Lei nº. 794, de 4 de janeiro de 1905 (Amaral, 1991: 118).

O Dr. Pedro Vicente de Azevedo, vice-prefeito do Município de São Paulo, em exercício, faz saber que a Câmara em sessão de 31 de mês findo, decretou a lei seguinte:

Art. 1º - Fica denominado Praça Antonio Prado o atual Largo do Rosário

Art. 2º - Fica denominada Alameda Eduardo Prado a antiga Alameda Antonio Prado. (...)

Desapareceu tudo o que lembrava o negro. As habitações, o cemitério, a igreja e também o nome da Praça, o último vestígio negro que restava no centro da cidade. Não restou nenhuma história simbólica daquele espaço. Com a desapropriação, desmorona-se toda história de vida, e com isso a Irmandade segue para um local mais distante do centro, para se instalar em um terreno muito inferior ao anterior. A construção se inicia em meio de tumultos: de um lado, a vizinhança não queria ter ali como vizinho a Irmandade dos Pretos e de outro, os problemas que a irmandade encontrou para edificar sua nova sede, entre eles, os altos preços dos materiais. Nos dias 21 e 22 de abril de 1906 (Amaral, 1991: 126), a Irmandade dos Pretos celebrou a primeira missa em sua nova Igreja, localizada no Largo do Paissandu.

Entre as décadas de 30 e 40, a Irmandade foi novamente incomodada com mais uma proposta de desapropriação.

“O Prefeito de São Paulo, engenheiro Francisco Prestes Maia, visou à demolição da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, no Largo do Paissandu, devendo este logradouro público passar por grandes reformas, de moda a adaptar-se não só à transformação urbanística, a que São Paulo está sendo submetida, mas, ainda, à edificação do monumento ao Duque de Caxias” (Amaral, 1991: 132).

O Prefeito Prestes Maia, responsável pela implantação do Plano de Avenidas na cidade de São Paulo, quis tirar do caminho a Igreja. Novamente por mais uma legislação urbanística, a Igreja é quase demolida. O Plano de Avenidas implantou a abertura de radiais, ligando o centro aos bairros periféricos, impulsionado pelos transportes e, sobretudo, pretendia “melhorar a estética” da área central, dando uma feição de beleza à zona urbana de São Paulo.

A legislação que visou à desapropriação da Igreja do Rosário dos Homens Pretos propôs um terreno na Vitorino Camilo, bairro da Barra Funda. A Barra Funda já era

conhecida como um reduto negro em São Paulo (Rolnik, 1997: 77). A instalação da Irmandade no bairro viria ampliar os aspectos sócio-culturais do negro, porém, a desapropriação não se concretizou.

Associações e Organizações Sociais e Recreativas

Entre as formas de organização social em São Paulo, os primeiros movimentos de negros, nasceram da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos; colaborando para o nascimento das primeiras organizações (Silva, 1997: 111).

A história da Imprensa Negra em São Paulo é classificada em três períodos (Ferrara, 1986: 45). No primeiro período, de 1915 até 1923, as organizações responsáveis pela confecção dos periódicos jornalísticos, se preocupavam em veicular pequenas notas, como falecimentos, casamentos, festas religiosas e quermesses. A partir do segundo momento, de 1924 - 1937, o conteúdo jornalístico assumiu posturas de organização sócio-racial, visando exclusivamente, o combate à discriminação racial. No terceiro, de 1945 até 1963, a sociedade brasileira estava entrando num processo de redemocratização, onde todos os grupos sociais e políticos procuraram reorganizarem-se como também os grupos negros. A história da Imprensa Negra em São Paulo fez despontar e nascer outras entidades negras.

A cartografia das organizações culturais e recreativas do negro na cidade de São Paulo concentrava-se, principalmente na região central, nos bairros da Liberdade, Sé, Consolação, e Bela Vista, e depois na periferia, Campos Elíseos, Santa Ifigênia e Santa Cecília. As organizações negras na cidade se organizavam em torno das seguintes atividades: os blocos e cordões carnavalescos, as entidades promotoras de bailes e festas, as atividades esportivas e a publicação da imprensa negra (Ver Mapa 7 - 1924).

Nesse período, duas entidades se destacaram no cenário paulistano, publicando a Imprensa Negra e intervindo em outros espaços onde o negro vivia: a Frente Negra Brasileira e a Associação Cultural do Negro, ambas prestando grande serviço para as organizações negras do século XX.

organizar a população negra carente de recursos, como a educação e a habitação e também tinha como objetivo promover atividades culturais e artísticas (primeira fase), e depois criar uma ideologia para o negro paulistano (segunda fase), pensamento esse que acabou afastando e desagregando alguns colaboradores da associação.

Com relação à imprensa negra paulistana, ela passou a ser militante com o Clarim d'Alvorada. Antes os jornais existiam para comunicar assuntos especificamente sociais, como batizado, casamento, falecimento e alguns trabalhos literários. O Clarim d'Alvorada é que partiu para uma militância ideológica onde conseguiu seguidores e militantes (...) (José Correia Leite) (Leite e Cuti, 1992: 19).

Os diretores das associações culturais e recreativas ocuparam melhores posições no mercado de trabalho, em relação aos atores sociais que moraram e viveram nos territórios negros (Bexiga, Barra Funda, Liberdade, Cambuci). O "grupo de letrados" não ocupou posições de subproletariados, foram integrados às atividades do mundo urbano-industrial, enquanto a outra parte desenvolveu suas atividades na informalidade e no subemprego. Diversos posicionamentos das associações veiculavam nos órgãos de imprensa, informações para serem adotados pelos negros: os valores urbano-industrial, higienista e moralista da sociedade de São Paulo, entre eles as formas de se portar e as vestimentas.

Os noticiários da Imprensa Negra procuraram transmitir maneiras de socialização, integração e certo controle do mundo urbano-industrial aos grupos negros (Ferrara, 1986: 196).

A aproximação que esses grupos de letrados chegaram a ter com a população suburbana da cidade, além da distribuição do material de comunicação social, começou a fomentar propostas de melhoria social, especificamente, sair dos porões e cortiços. A Frente Negra Brasileira, através de seu órgão de imprensa refletiu um de seus ideais, o acesso à casa própria, da seguinte forma: "(...) muitos negros começaram a comprar terrenos na periferia: São Judas, São Mateus, Freguesia do Ó, Bairro do Limão, Cantareira, (...)" A proposta refletia o ideal de deixar os porões da cidade e caminhar rumo à periferia.

“Outro tipo de participação empreendido para os negros suburbanos, esteve circunscrito à divulgação dos bailes, festas e desfiles dos blocos carnavalescos nos órgãos de imprensa. (...)1º número - Iniciando a noite artística, o corpo Cênico Frentenegrino, cantará a MARCHA PALMARES, música de Isaltino B. Veiga dos Santos, e letra de Lino Guedes. 2º número - O menino Otelo, o menor artista negro

brasileiro, em brilhante improviso, saudará os Cordões Carnavalescos Paulistanos, representando também, o Cordão Flor da Mocidade, donde faz parte ” (Jornal A Voz da Raça, 1933: 4).

A Associação Cultural do Negro, da qual José Correia Leite participou a foi se instalar distante do centro, indo pós-Rio Tietê, no Bairro da Casa Verde, onde desenvolveu atividades sociais e culturais para os moradores (Ferrara, 1986: 68) .

Quanto às práticas de entretenimento e lazer, segundo Silva (1997) e Bernardo (1998), o lazer ocupa um lugar especial: é o espaço do não-racismo, onde as pessoas podem freqüentar, sem hierarquias em função da raça ou posição social. É também onde o grupo reúne forças para enfrentar o trabalho e, sobretudo, o racismo da sociedade. Pode-se compreender o lazer negro da seguinte forma: criado, dirigido e freqüentado por negros. As atividades negras são extremamente amplas nesse contexto, reúnem os bailes, cordões e escolas de samba, grêmio recreativo, associações culturais, irmandades religiosas, piqueniques, excursões, concursos de beleza, sessões literárias, esportes em geral e futebol em particular, que tinham como objetivo a congregação do negro, criado por negros, com o objetivo de reunir o próprio grupo.

Havia também o baile familiar que proporcionava o encontro e garantia os casamentos no interior dos grupos. Para homens e mulheres, era preciso encontrar parceiros que compartilhassem os gostos, comportamentos e o mesmo círculo de amizade. Esses bailes muitas vezes eram uma das extensões dos grupos culturais, entre eles o Clube Negro de Cultura Social, Evoluídos, KWY, Campos Elíseos, Frente Negra Brasileira e outros.

Práticas Religiosas

“Outro enfoque que contribui para a discussão do tema território negro, é o religioso, o território aparece assim, como um dado necessário à formação da identidade grupal/individual, ao reconhecimento de si por outros (Sodré, 1988: 14).

(...) as comunidades litúrgicas negras são constituídas no Brasil como terreiros de culto, constituem exemplo notável de suporte territorial da cultura do antigo escravo (“...”) (Sodré, 1988: 95).

O terreiro de candomblé figura, assim, num lugar afro-brasileiro, dotado de força simbólico-cultural para uma etnia que experimenta a cidadania em condições desiguais. A força é o axé, elemento que constitui a força do território terreiro, e o axé se constitui como

um elemento imprescindível atua como eixo central pela criação/renovação de espaços (festas, ritos, comemorações, danças e cantos).

O terreiro de candomblé não é um espaço meramente fixo, é constituído pelo grupo sócio-cultural, que são os filhos e o povo de santo (Sodré, 1988:95).

“A religiosidade de raiz africana tinha muito pouca manifestação. No começo não havia terreiro. Praticava-se o que se conhecia com o nome de feitiçaria, em lugares muito distantes. Tudo era feito com muito sigilo. Alguns supunham que eles estivessem sambando. Na época o samba era dança de terreiro, com batida de bumbo. Não se conheciam essas palavras “candomblé” e “umbanda”. Não se falava em orixá, pelo menos eu não ouvi, até por volta de 1943 quando se liberou o funcionamento dos centros de umbanda e candomblé (Leite e Cuti, 1992: 57).

As práticas de magia, macumba e feitiçaria empreendidas na cidade nas três primeiras décadas do século XX, encontravam-se dispersas por todas as regiões (Bastide, 1986: 206). Os feiticeros ou curandeiros brancos estrangeiros dominaram a Zona Oeste da Cidade, alto de Santana, Nossa Senhora do Ó e Lapa, diminuem à medida que se passa daí para o centro e do centro para leste. Quanto aos homens negros, existe a concentração, sobretudo no centro, Bela Vista, Liberdade, Cambuci e Vila Mariana, e depois nas regiões periféricas em Santana, Penha, Belenzinho, Casa Verde e Santa Cecília.

Bairros e redutos negros na cidade

Araújo (1940: 229) comenta que nas primeiras décadas do século XX, São Paulo era um verdadeiro *melting-pont*, estava presente nos espaços da cidade a diversidade, através dos comportamentos, espaços de habitação, trabalhos, gostos, vestimentas e culinária. Os enquistamentos étnicos na cidade foram classificados por sentimentos de pertencimento. Foi o caso do bairro sírio, situado ao norte do distrito da Sé e ao Sul de Santa Efigênia, tendo como micro-células as ruas 25 de Março, Cantareira e Av. do Estado.

O Bairro do Bexiga nasceu em função da existência de um antigo núcleo negro da região do Saracura, um quilombo urbano que se constituiu no final do século XIX e, posteriormente, devido à proximidade de áreas valorizadas da cidade que demandavam mão-de-obra braçal para suprir os serviços na região da Av. Paulista, Consolação, Brigadeiro Luis Antonio e arredores.

As regiões de Cambuci e Liberdade nasceram em função de núcleos negros formados

a partir de duas dimensões. A primeira se refere ao trabalho, eram trabalhadores informais dos mais diversos ramos e, a segunda, o laço cultural originou formas de organização sócio-cultural na representação dos cordões carnavalescos e escolas de Samba, o Cordão Carnavalesco Paulistano da Glória e a Escola de Samba Lavapés.

O nascimento da Barra Funda foi em razão da ocupação da área por ex-produtores de café que ali se alojaram. Nas primeiras décadas do século XX com o processo de crescimento e expansão urbana, mudam-se para outra região, em direção a área da Avenida Paulista e Higienópolis.

Segundo Oliveira (1998), a origem do nome do bairro apresenta duas versões. A primeira, ligada ao grupo italiano, corresponde a uma região da Itália, denominada de Barafone, onde havia muita confusão e conflitos, fato semelhante ao que ocorria na Barra Funda de cima. A outra versão contada por moradores da parte de baixo do bairro, isto é, dos nacionais, era de que os carroceiros retiravam areia do Rio Tietê, e essa areia formava uma massa funda que era usada para a construção das casas.

A população do bairro, constituída por negros, italianos e também contava com pequena expressão de portugueses. Inicialmente, a Barra Funda era uma chácara, assim como, em diversas regiões da cidade, os bairros foram formados a partir do loteamento, via especulação imobiliária e investimento em transportes. O bairro de outrora foi ex-moradia do primeiro prefeito da cidade, Antonio Prado (1899-1911), responsável pelas primeiras transformações urbanas que então criou e fez reinar a segregação sócio-territorial na cidade de São Paulo.

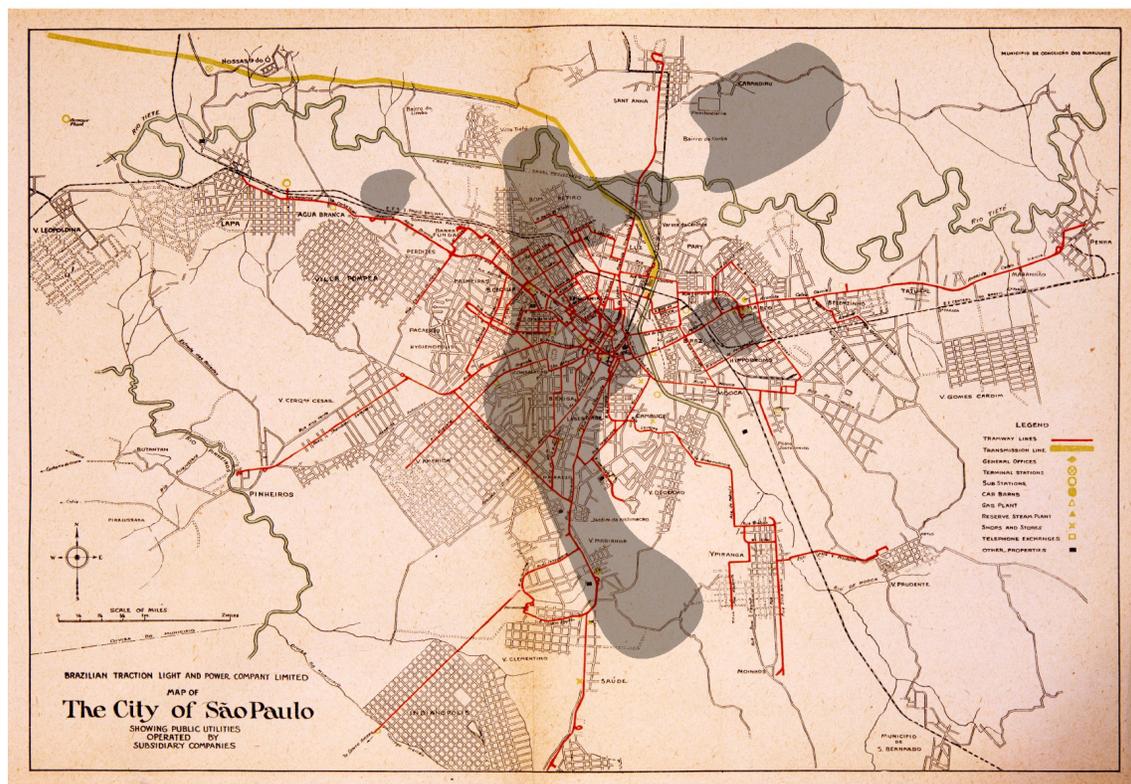
Os negros da Barra Funda ali se alojaram em função da existência de locais de trabalho e da condição habitacional; mesmo com os ganhos irrisórios, os rendimentos das famílias se destinavam para pagamento dos alugueis (cortiços e porões) das moradias e das despesas básicas do cotidiano.

A presença negra na cidade de São Paulo, que contava com a Barra Funda e se estendia também a outros bairros e núcleos, são eles: na região norte, Casa Verde, Limão e Santana; a leste, no Brás e a Baixada da Lavapés; no centro, Bexiga (atual Bela Vista), Liberdade, Sé, Santa Cecília e Campos Elíseos; na região sudoeste, Paraíso, Vila Mariana e Bosque da Saúde. Estes bairros, durante as primeiras décadas do século XX são os territórios, as espacialidades negras e parte da segregação que se iniciava, que contou com os locais de viver e de trabalhar, nos idos de 1930 (Ver Mapa 8 - 1934).

A Praça João Mendes era um ponto de concentração de muitos negros. Constantemente havia festas na Igreja dos Remédios, que era bem na praça. Sempre

se viam negros reunidos ali. Aqui em São Paulo nunca faltou um ponto de concentração. O principal, eu ainda lembro quando era menino, ficava ali onde é hoje o Pátio do colégio. O lugar tinha o nome de Largo do Palácio. Esse palácio era onde funcionava o expediente do Governo do Estado (“...”) (José Correia Leite) (Cuti e Leite, 1992: 44).

Mapa Nº 8 – Territórios Negros em São Paulo – 1934



Fonte dos dados: Raquel Rolnik, A Cidade e a Lei.

Fonte da base cartográfica: Arquivo Público da Light São Paulo.

Além dos bairros, os redutos negros foram formados por meio da demarcação de ruas, praças e bares, conectados a organizações sociais e culturais. Foi o caso do “footing” que acontecia nas ruas centrais, como as Ruas Direita, XV de Novembro e São Bento. O “footing” dos negros envolvia o encontro de homens e mulheres, para as festas, paqueras e namoros.

Habitações Coletivas

A cidade de São Paulo, desde as primeiras décadas do século XX contou com a falta de moradias, principalmente para a população de baixa renda..

O quadro habitacional desta época compreende dois cenários: o primeiro, da segregação que se iniciou de forma racial e espacial; a segunda, os caracteres e símbolos que representam os “quilombos” urbanos, ampliando a rede social, em torno não só da coletividade, mas de recursos úteis e necessários que eram trocados, emprestados e doados entre eles.

“Os porões abrigavam muitas famílias (...), morava duas, três (...) às vezes tinha porão que era baixo demais com 1,70 de altura, tinha que andar meio encolhido, porque onde o negro ia viver ? Ele não ganhava... não é que nem hoje em dia, o pobre não ganhava, pobre ganhava para comprar uma bengala” (Zezinho da Casa Verde) (Silva, 1989:50).

A habitação em São Paulo até a década de 1930 representou alto custo na receita das famílias pobres; isto ocorreu porque o processo de especulação urbana se processava na valorização dos espaços. Nos idos de 1930, a valorização do espaço ocorria por intermédio da especulação dos proprietários imobiliários, que locavam casarões para terceiros, e os subdividiam em quartos para ampliar sua margem de lucro. Nos dias de hoje, além do especulador, pode-se contar com a presença dos setores públicos e privados, o que contribui à produção da habitação e o ambiente construído, como o ônibus, o metrô, os hospitais, as escolas, os centros de produção e consumo, entre outros.

Fontes de Trabalho e Sobrevivência

No território negro do bairro da Barra Funda, os meios de produção ali instalados foram importantes para a sobrevivência das famílias e do exercício da mulher negra à frente como chefe de família, que ocorria geralmente, pelas poucas oportunidades de emprego dos

homens negros no mercado de trabalho urbano na capital paulistana.

As empresas instaladas, como a linha ferroviária da São Paulo Railway e da Sorocabana, empregavam mão-de-obra braçal para as funções de carregamento e descarregamento de café e diversos gêneros alimentícios para o abastecimento da capital em direção ao porto de Santos. Outras localidades, como Santa Efigênia, Campos Elíseos e Higienópolis, por serem bairros do segmento social médio e alto, empregavam pessoas do grupo negro para exercer atividades de domésticas, pajens, cozinheiras, pedreiros, babás, porteiros e motorneiros de bondes. Além das ocupações citadas, havia um rol de trabalhadores informais que sobressaíam nos trabalhos da redondeza, que eram os carroceiros, vendedores de frutas e alimentos e prestadores de serviços temporários.

Diante do quadro de trabalho na cidade de São Paulo, homens e mulheres negros tiveram que exercer as mais diversas atividades para a manutenção do grupo social. Esta manutenção ou forma de concentração fez do grupo um local de apoio para as gerações mais novas frente às perspectivas de desenvolvimento no mercado de trabalho e na vida social.

Além de carregadores, os trabalhadores negros atuaram como abridores de poços, assentadores de dormentes. Somente após a década de 30 a situação destes começou a modificar. A redução da imigração e a conseqüente expansão e diversificação da indústria nacional, ampliou a demanda por mão-de-obra e a partir de então, o capital começou a arregimentar indistintamente, estrangeiros e trabalhadores nacionais, sejam eles brancos ou negros (Silva, 1989: 59).

Sobressaíam-se na Barra Funda, como fonte de trabalho do segmento negro, especificamente os serviços práticos, que exigiam exagerado empenho físico, conforme relata um informante (Oliveira, 1998:47):

“O trabalho que mais marcou a comunidade negra da Barra Funda ali é aquele negócio de descarregar vagões (...), que vinham com banana, cereais, aquelas coisas, mas ali ficou caracterizado como Largo da Banana, porque ali se descarregava grande parte de bananas (...) e ali a negada se ocupava desses serviços (...), e de outros serviços diversos: pedreiro, guarda noturno...” (BM, masculino, 84 anos).

O Largo da Banana era o local de descarregamento de materiais, e também, outras formas de adquirir renda, principalmente do setor informal.

“Era ali onde tem o Viaduto Pacaembu, era ali naquele trecho (...), ali os negros levavam o seu cacho de banana, às vezes trabalhavam e recebiam banana (...) como prestação de serviço, então eles levavam e vendiam banana (BM, masculino, 84 anos)” (Oliveira, 2002).

Para o gênero feminino, havia os trabalhos em casas de famílias, de cozinheira, arrumadeiras, lavadeiras e tudo o que se refere à prestação de serviços voltados para o lar, empresas e bares.

“A minha mãe trabalhava aqui, trabalhava de doméstica, só que eu não trabalhava na Barra Funda, eu trabalhava no Brás, numa lavanderia, e aí nessa lavanderia fiquei trabalhando dez anos, solteira, né, depois que casei não trabalhei mais, aí já fiquei morando por aqui” (LC, feminino, 59 anos) (Oliveira, 1998: 48).

A produção do trabalho para determinados segmentos étnicos e sociais em São Paulo, pode ser percebida por diferentes faces. Para o grupo estrangeiro, os problemas foram diversos, porém, as portas do mercado de trabalho não se fecharam, pelo contrário, ocuparam quase todas as atividades da sociedade urbano-industrial. Para o grupo negro foi adverso, foram relegados à posição de sub-proletariados. Quanto ao espaço social, nasceram e cresceram em bairros desprovidos e carentes de equipamentos sociais e urbanos, desde a fase de adolescentes; chegaram tardiamente em funções regulares, em situação inferior aos trabalhadores estrangeiros. As relações trabalho e moradia foram fundamentais no cotidiano do negro em São Paulo.

Festa de Bom Jesus de Pirapora

O lazer e as manifestações culturais dos negros em São Paulo, do período pós-abolição até as três primeiras décadas do século XX, concentraram-se no samba, originado do batuque de cosmografia africana. O samba da cidade de São Paulo, desde 1910, sofrera influências do samba de Pirapora. Na cidade era possível observar três modalidades: o samba de roda, o samba de Pirapora e o samba-de-lenço (Moraes, 1978: 15).

A Festa de Bom Jesus de Pirapora, desde o início do século XX, já havia se tornado tradição no meio negro, envolvendo participantes dos municípios de Sorocaba, Tietê, Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo, e outras localidades do Estado de São Paulo.

“Minha mãe trazia a tradição do samba, porque quando foi em 1918, a minha mãe me levou para Bom Jesus de Pirapora, Festa de Bom Jesus de Pirapora, e eu fui, até aquele ano foi triste lá, o que houve foi um conflito entre a polícia e o povo, mas havia uns negros muito valentes no Bexiga, os valentões eram do Bexiga e do Arouche, então houve tiroteio (Depoimento de Zezinho da Casa Verde) (MIS, von Simson)” (Oliveira, 2002).

Desde 1910, a modalidade do samba campineiro ou samba de Pirapora, podia ser encontrada em três centros: Bexiga, Barra Funda e na Baixada do Glicério.

Em São Paulo, o samba nasce com características espaciais e sociais que diferem das do Rio. Segundo Moraes (1978: 15), o batuque da cidade é resultado dos festejos populares da Festa de Bom Jesus de Pirapora. No Estado de São Paulo, desde a década de 1910, podiam-se encontrar três modalidades de dança dos batuqueiros: o samba de roda, o samba de Pirapora e o samba-de-lenço.

A festa era feita desde a década de 1910, composta de dois aspectos, um sagrado e outro profano. O sagrado era proporcionado pelos preparativos, a procissão e as missas. Após o encerramento, entrava em cena o profano, o samba tomava conta de alguns lugares, principalmente dos barracões (Cunha, 1947: 16).

A cidade reservava estadia para os diferentes grupos que para lá se dirigiam. Os romeiros, considerados brancos, instalavam-se nos hotéis da cidade. Os piraporeanos, que eram os negros ou mulatos, alojavam-se em barracões oferecidos pela organização da festa. Nos barracões, tudo acontecia, não apenas recolhimento. Existia uma fronteira social entre os grupos, delimitada a partir do final da festa sagrada e o início do samba. Os personagens da festa de Pirapora não se misturavam ao grupo dos romeiros, que via os espaços negros como lugar de promiscuidade, feitiçaria e o frenesi dos corpos ardentes pelo ruído dos tambores.

“Ia de trem, às vezes de jardineira, outros iam ao lombo do burro, o pessoal de Santo Amaro iam à cavalo, vão até hoje, os tropeiros, eu sei que eles levam um jeito de chegar lá. Era aquela festa, tinha procissão, a reza, e o barracão, porque já fizeram esse barracão a uns três km de distância, porque era considerada festa pagã, as manifestações dos negros, através de canto e essas coisas todas. Foi construído fora da cidade para as manifestações dos negros, foi construído fora da cidade, que era exatamente porque eles atrapalhavam, faziam barulho dentro da cidade, aquela cantoria toda, bumbo, aqueles tambores, (...) Nos barracões tinha de tudo, tinha as

quituteiras que preparavam quitutes, outras traziam comida pronta, tinha o som do batuque, zabumba, samba-de-lenço, cururu, samba de roda, você entende, era desafio cururueiro de viola, que seria esse partido alto do rio, aquilo era desafio, o que deu origem a esse desafio era cururu de viola, que eles escolhiam um tema, vamos versar sobre a bíblia sagrada, aí o camarada que não sabia nem ler, ficava uma semana falando, (...)" (Depoimento de Geraldo Filme) (MIS, Von Simson) (Oliveira, 2002).

Após a realização da procissão e da missa ao padroeiro da cidade, os primeiros sons do samba iam arregimentando negros e brancos, a presença do grupo branco já era um marco, pouco a pouco começou a se envolver ativamente com as realizações do samba.

Os batuqueiros vinham de diversas localidades do Estado de São Paulo e se destacavam três grupos: o da capital, de Campinas e de Itu. Os grupos de samba obedeciam à orientação de um líder, e esse levava o tom das batidas e dos cantos, todos cantados com uma concatenação de versos formados ali, de imediato. A propagação dos versos acontecia com intensidade quando ocorria disputa entre as associações.

A festa profana, com o passar dos tempos, adquiriu padrões de comportamentos e relações sociais desagradáveis para setores da cidade, principalmente para a Igreja. Posteriormente, novas regras foram estabelecidas e aos poucos, a Festa de Bom de Jesus de Pirapora começou a perder suas características. Proibiu-se a estadia dos negros nos barracões, após as intervenções, os freqüentadores do samba começaram a armar barracas nas estradas, uma alternativa para dar continuidade às festas em Pirapora.

"Não só os africanos, todos os brancos também, os quitutes das negra-véia sempre foi atração, quitutes, samba, violeiro, sempre teve pessoa que tocasse. O samba de São Paulo é aquele negócio assim, quando eu falo o Samba de São Paulo, o branco de SP, do orgulho do paulista e aquelas coisas todas, mas quando ele se ligou nas manifestações do negro, ele se ligou mesmo pra participar ativamente, e não como determinados lugares aí que vão com o chicote na mão pra mandar e dominar a negrada, eles participavam ativamente, e a mesma coisa em Pirapora, o clero acabou com a festa porque o branco já não ligava mais, ele chegava lá, se benzia, e corria pro barracão dos negros que era a três km de distância, lá tinha tudo, tinha bebida, comidas, quitutes, entendeu, foi onde o clero começou a perseguir as festas porque o branco já não ligava mais, estava fazendo concorrência, foi quando começou a perseguir as festas" (Depoimento de Geraldo Filme) (MIS, von Simson) (Oliveira, 2002).

A decadência da festa manifesta-se por volta de 1930, e teria ocorrido pelos seguintes motivos: a reação da igreja contra a supremacia da parte profana em detrimento da religiosa; proibição do samba nos barracões em 1937; e a repressão da polícia contra o festejo profano. A desestruturação sócio-espacial do samba leva ao empobrecimento de toda a festa em comemoração a Bom Jesus de Pirapora (Moraes, 1989:78).

A partir do momento em que os blocos e escolas de samba estruturam-se nos espaços de São Paulo, novos espaços foram sendo ocupados para a prática social e cultural. A cidade de Pirapora é, gradualmente, eliminada do roteiro dos sambistas paulistanos.

Dessa forma, o samba paulistano adquiriu características do samba de Pirapora, portanto, o nascimento no espaço da Igreja Católica, totalmente diferente do samba carioca, que nasceu no espaço do terreiro de candomblé.

Cordões Carnavalescos e Escolas de Samba

Concomitantemente, o samba paulistano, tendo como referência as Festas de Bom Jesus de Pirapora, concentrou-se em núcleos negros no bairros da Barra Funda, Bexiga, Lavapés, Liberdade, em torno das organizações carnavalescas. A primeira organização na cidade de São Paulo, registrada oficialmente, trata-se do Cordão Carnavalesco Barra Funda, fundado no dia 12 de março de 1914, por Dionísio Barbosa. Pouco tempo depois, surgiu também na Barra Funda, o Cordão Carnavalesco Campos Elíseos (Moraes, 1978: 14).

Mário de Andrade (1937), morador da Barra Funda, visitou e pesquisou as festas de Pirapora. O conhecimento da cultura do samba e a vida no bairro da Barra Funda, paulatinamente, fez perceber e visualizar o contexto do seu local e ao redor, as práticas do samba que ele presenciou em Pirapora. As músicas, as danças e as festas dos negros que aqueciam o pedaço, o local e a cidade de São Paulo.

O samba rural paulista se define pela coreografia. As suas peças se confundem muito com as de outras danças próximas de origens africanas, como o jongo, o coco nordestino e outras manifestações regionais que variam com o batuque (Andrade, 1937:11).

A habitação é elemento integrante da formação do território dos negros, os quais habitavam os cortiços e porões da Barra Funda e do Bexiga.

“Foi quando a minha mãe me levou pro Camisa Verde, me levou pro Camisa Verde, eu era considerado mascote, em 1921, ali eu era considerado o mascote e ali fui vivendo. Nessa fotografia que eu mostrei aí eu estava com 14 anos

na época, eu estudava clarinete nessa época, essa aqui que estou eu e a minha mãe, estudava clarinete com o meu padraço, o nome dele era Antenor de Castro” (Depoimento de Zezinho da Casa Verde) (MIS, Von Simson) (Oliveira, 2002).

Os cordões do Campos Elíseos e o Camisa Verde são importantes para a história das escolas paulistanas, pois outras organizações foram criadas por influências diretas de ex-integrantes.

Retomando Moraes (1978: 21), além dos Campos Elíseos e Camisa Verde, apareceu o cordão Flor da Mocidade, todos do bairro da Barra Funda. A Escola de Samba Camisa Verde e Branco pode ser vista como herdeira dos blocos e cordões carnavalescos do bairro da Barra Funda. O cordão Flor da Mocidade era constituído por garotos do bairro, todos menores de idade. Quanto à organização, mantinha orientações familiares animando festas, aniversários, noivados, piqueniques e eventos nos bairros da cidade de São Paulo.

“Flor da Mocidade. Aí apareceu a Frente Negra, tem também escrito a marcha aí, eu achei nesse livro aí. Aí fundamos, nesse intermédio de tempo, a maior foi essa, o Sr. João Daime trouxe o Grande Otelo, naquele tempo era o único negro que estudava no Colégio Coração de Jesus, eu era baliza e o Grande Otelo contra baliza, e assim nós fomos dois anos no Mocidade. Justamente esse ano tinha aparecido a Frente Negra, e a Frente Negra fez um concurso, a Taça Arthur Friedeirich, a taça tinha um metro, nós fomos lá. Nós cantávamos a marcha, na hora de representar nós cantava música da juventude, fox-stroot. Mas os crioulos lá se apavoraram, mas o João Brás, sendo mais inteligente, colocou o Grande Otelo em cima da mesa pra discursar, agora aquele negrinho, daquele tamanhinho, que até hoje não é grande coisa também, começou a discursar, aquilo foi a coisa mais linda, eles começaram a chorar quando viram o Grande Otelo discursar, ele sabia, isso foi em 1928, ele sabia, era estudado, naquela época já tinha talento, começaram a chorar. O resultado, ganhamos o concurso. Ganhamos o concurso Arthur Friedeinrich”(Depoimento de Zezinho da Casa Verde) (MIS, Von Sinsom) (Oliveira, 2002).

Nos cordões carnavalescos, até a década de 1930, não faziam samba, predominava a marcha sambada, ritmo marcado por instrumentos pesados, como o bumbo, instrumentos de sopro e corda. O cordão carnavalesco Vai-Vai, foi fundado em 1930 no bairro do Bexiga; sua origem tem como causa a rivalidade existente na época com o time de futebol, com o nome de Cai-Cai. Os grupos da Barra Funda, juntamente com a Vai-Vai do Bexiga, movimentaram o cenário paulistano, e a disputa durante e fora dos carnavais se tornaram mais

acirradas (Moraes, 1978: 30).

Os cordões carnavalescos mantinham uma estrutura de organização enraizada no núcleo familiar; a moradia da organização familiar servia de sede do cordão para guardar os instrumentos, reuniões e encontros de confraternização.

Desde o início das apresentações, a rua foi eleita o palco das manifestações negras na cidade, para ensaios das baterias, cantos e danças. Então, os negros tomaram os espaços públicos de São Paulo, principalmente nos dias de carnaval, os grupos da Barra Funda saíam e iam encontrar com os outros cordões lá no centro da cidade.

“A gente saía lá da Barra Funda, chegava à Vitorino Carmilo e subia, ia até o Largo das Perdizes, porque lá tinha um tenente coronel, e dali ia a pé até a cidade, então nós entrávamos salão por salão, e isso aí acabava lá pelas quatro horas da madrugada. O salão, o primeiro era do falecido Vituchi, depois a gente ia pra Florêncio de Abreu, que era do falecido Raul, depois dali nós ia pro Paulistano, não é o Paulistano de agora, era lá na Rua do Carmo, depois tem outro salão na Rua do Carmo” (Depoimento de Zezinho da Casa Verde) (MIS, Von Simson) (Oliveira, 2002).

A proliferação dos cordões carnavalescos começou a surgir nos bairros com maior contingente de negros; na Liberdade, o Paulistano da Glória, organizado no final da década de 20, fundado pela mãe de Geraldo Filme e Vituchi Rossi, que no início da fundação se propôs a ser uma entidade das empregadas domésticas, que trabalhavam na região do Cerqueira César. Na Baixada da Lavapés, havia a Escola de Samba Lavapés, fundada por Madrinha Eunice, familiares e vizinhos, no período de 30 ou 35.

“Os fundadores mesmo da Lavapés são José Madri, meu irmão, Francisco Papa, que era o meu marido, essa moça que está aí de porta estandarte, eu não sei se está viva. Maria Rosa foi uma das primeiras baianas. Foi aumentado, em 38 saímos com mais figurantes, porta-estandarte, Escola de samba não tinha baliza, comissão de frente eu que trouxe. Tudo isso que vocês vêem das escolas de São Paulo, comissão de frente, mestre sala e porta bandeira, todas foram lançadas pela Lavapés” (Depoimento de Madrinha Eunice) (MIS, Von, Simson) (Oliveira, 2002).

As transformações, lentas de início, foram modificando os cordões e escolas de São Paulo. Primeiramente na Escola de Samba Lavapés, de Madrinha Eunice e familiares, desde a fundação os responsáveis pela instituição introduziram em sua estrutura o modelo carioca. A

escola de Samba Lavapés, se apresentava cantando samba, com temas e coreografias diferentes dos cordões, a partir daí foi se diferenciando dos cordões paulistanos.

As manifestações carnavalescas se apropriavam dos espaços públicos para dar continuidade à cultura de matriz africana, geralmente, eram vistas como marginas pela guarda policial. O policiamento na capital paulistana perseguiu violentamente os lugares e encontros dos sambistas, exceto aqueles espaços em que a polícia não entrava, nos bares, ruas e largos.

“O encontro com a polícia era aquele negócio de sempre, eles chegavam arreando o cacete em cima dos sambistas foi sempre porrete, eles achavam que as manifestações do negro era aquele negócio marginal, e o coro sempre comeu em cima do sambista mesmo (...) De 34 para 40 começou a apertar, a cidade deve ter ficado assim acho que em 44 ainda tentavam, em 44 teve um desfile bom na São João, foi um dos últimos desfiles, depois disso veio o arrocho. A cidade deve ter ficado uns 30 anos assim, sem direito a nada, foi onde cresceram os salões, e a rapaziada que gostava de carnaval de rua não tinha acesso, então ia pra Av. São João, (...) na época já tinha inventado essa tal cândida, esse negócio de lavar roupa, a gente fazia um sacrifício pra comprar um pano pra uma roupa e eles jogavam cândida, a roupa ficava manchada de branco, lá no Paulistano as moças já saíam com batom vermelho, jogava cândida, já cobria aquilo e continuava” (Depoimento de Geraldo Filme) (MIS, Von Simson) (Oliveira, 2002).

A rede de comunicação empreendida entre os cordões e escolas de samba, conectou os grupos coletivos e indivíduos com os locais de encontros, festas, eventos e organizações familiares. Para dar mais força aos eventos carnavalescos, a presença da Imprensa e comerciantes locais foram importantes. O Rádio patrocinou eventos carnavalescos na cidade, promovendo encontros e concursos entre as agremiações, como as rádios Record e América. Os comerciantes das regiões centrais colaboravam quanto aos gastos e divulgação, promovendo os encontros nos bairros da Lapa, Água Branca e centro da Cidade.

“Nessa época, a Barra Funda começou a modificar um pouco o clima, tocava pra se divertir, bailinho, festinha. Mas um dia apareceu lá na Barra Funda, Paraguaçu, Antenor Side e Aimoré. Eles procuravam na Barra Funda um ritmista e um cavaquinho, então apontaram eu e o falecido Boca, daí fui pro Rádio, então com o Paraguaçu eu fazia Rádio Atlântica, o meu apelido era Friendenreich, eu jogava muita bola”. (Depoimento de Zézinho da Casa Verde) (MIS, Von Simson) (Oliveira, 2002)

“A imprensa sempre ajudou, umas associações ou outra, algumas formais e várias associações, imprensa principalmente, eles organizavam um tipo de desfile pra dar garantia pra gente, era Record, era América na Consolação, Cosmos, era Rádio Cruzeiro do Sul, eles seguraram durante muito tempo” (Depoimento de Geraldo Filme) (MIS, Von Simson) (Oliveira, 2002).

Segundo João Batista Borges Pereira (2001: 113), a participação dos negros no rádio possibilitou que esses saíssem do cotidiano simples que levavam, das funções de empregada doméstica, motorista e pedreiros, para pelo menos aspirar à melhoria social, mesmo que tais compensações não resultassem diretamente em ascensão sócio-econômica. Nos dias de apresentações, deixavam de ser o simples funcionário, para vir a ser o que almejavam: cantores e cantoras.

As organizações negras em torno do samba até a década de 1940 na cidade de São Paulo, ocuparam os espaços públicos que possibilitaram compor núcleos negros nos bairros da Barra Funda, Bexiga, Lavapés, Liberdade. Esses territórios negros modificaram o cenário urbano de São Paulo, e deixaram inscrições físicas e culturais: as manifestações espontâneas dos cordões e escolas de samba.

Espaços de Lazer, Praças e Largos.

Além do Samba de cordão, o bairro da Barra Funda reunia o samba do Largo da Banana. Os trabalhadores da ferrovia esforçavam-se ao máximo para terminar o trabalho mais cedo, assim conseguiam um tempo livre para o que chamavam de batuques, lá no Largo da Banana.

“É, realmente a roda de samba não faltava, o cara trabalhava o dia todo, saqueiro, né, porque antigamente tratava saqueiro como braço de ferro, e ali tinha aposta, tinha a capoeira, a roda de samba, eu vou explicar para vocês o que era a roda de samba. A roda de samba era o seguinte: fazia uma roda de 15 a 20 pessoas, entrava na roda, que fazia a roda ali, no meio, cada um cantava um verso pra você, mas cantando o verso ele tinha que entrar na roda, você saía do rodeio ali entrava na roda, cantava o verso e dançava com a turma, mas o batuque ta começando, aí acabava aquela roda de samba, entrava de capoeira, então a capoeira era assim, também na dança, só que uma dança mais quente” (IF, Masculino, 70 anos) (Oliveira, 1998: 61)

A história do samba de São Paulo pode ser contada, principalmente pelas pessoas que

viveram o lugar, mas pode-se também tentar contar fatos históricos através da poesia, conforme descrição a seguir:

"BARRA FUNDA, ESTAÇÃO PRIMEIRA (Oliveira, 1998: 62)

Autores: Mauro Diniz e Adilson Victo - 1987

Barra Funda
Era a menina que dormia
Onde as águas do Rio Tietê brincou
Um belo dia o imigrante a despertou
Com muito sacrifício
Aprendeu o ofício
Trabalhando com afinco, prosperou
Inocenciando a malandragem
No Largo da Banana estava a fina flor
Na caipira, no boro jogo de ronda
Ela tirou onda, fez a fé ganhou
Bairro de encanto e magia
Do samba, futebol e magia
Prosseguiu a sua marcha gloriosa
Nesta boa terra da garoa
Café, cana de açúcar e algodão
Plantando no roçado dava à toa
A saudade é tão presente
Ao lembrar dá vontade de chorar
O circo, o teatro, o baile à fantasia
No bonde se podia namorar
Senhora emancipada é Estação Primeira
Assiste o progresso do lugar
Lá vem o trem, eu já vou
Amanhã eu te encontro
Na saída do Metrô

Transformações Urbanas e Desterritorialização

A história é tecida e construída pelos personagens que ali viveram, esses que não fazem parte da história oficial. A história não-oficial contada pelos atores dos territórios negros, através de um enredo carnavalesco, ilustra a metamorfose do lugar, reflexo da própria cidade de São Paulo.

O bairro da Barra Funda passou por completa transformação, os cortiços e porões deram lugar à verticalização. Os campos, várzeas e praças deram lugar às avenidas, viadutos e parte do complexo intermodal de transportes da Barra Funda. A Estação Intermodal Barra Funda compreende os transportes de ônibus municipais, intermunicipais, estaduais, além do metrô e dos trens que percorrem a Região da Grande São Paulo, transportando um grande fluxo de trabalhadores.

Oliveira (1998) verificou a constituição do território negro da Barra Funda, trazendo à

luz a história de atores sociais que protagonizaram no bairro os espaços da habitação, trabalho, lazer e cultura.

São Paulo a partir do final da década de 1930, cresce de forma desordenada, tendo como base o trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução (Bonduki, 1998:281).

“Olha todos eles foram para a periferia, sabe por quê? Um grande número deles morava nos porões, e muitas casas foram demolidas (...), e os aluguéis também altíssimos, quem morava num porão, pra alugar uma casa tinha uma diferença grande (...) Então, quando a negada foi embora, quando começou a surgir mudança de padrão, mudança ou demolição do imóvel, ainda ficaram por aqui, muitos deles não tiveram condições de comprar um imóvel” (Oliveira, 1998: 85).

O desenraizamento do núcleo negro da Barra Funda, começou a sofrer os reflexos da crise da cidade de São Paulo, afetando significativamente os espaços de habitação e trabalho. A habitação, a partir de 1930, foi a peça fundamental da cidade para atingir o crescimento horizontal. Os trabalhos da ferrovia, com a crise da cafeicultura e o emergir da sociedade urbano-industrial, foi pouco a pouco desestruturado, para dar lugar aos prédios, avenidas e viadutos.

“(...) já tava modificado, porque muitos negros já começaram a residência, já estavam aumentando, muitos negros já foram indo para Casa Verde, porque o bairro já foi modificando, já foi terminando aquelas casas, já foram fazendo sobrados, aluguéis caros, então não podiam pagar e foram indo para a Casa Verde, na Casa Verde ficaram morando muito negros, compreende (...) Foram mudando, Casa Verde, Freguesia do Ó, Brasilândia, cada um pra um bairro (...)” (BM , masculino, 84 anos) (Oliveira, 1998: 66).

O Largo da Banana deu lugar ao Viaduto Pacaembu, e aos poucos, foi-se perdendo a identidade do lugar. Na ferrovia, a crise do café atingiu por completo a mão-de-obra e os trabalhadores foram obrigados a se deslocarem para outros ramos do mundo do trabalho. Contudo, tempos depois, com a implementação de novas tecnologias, principalmente do transporte, o metrô é instalado e destrói por completo toda a parte física que alojava os trabalhadores da Barra Funda.

A população negra do Estado de São Paulo, conforme Samuel Lowrie (1938: 51) esteve concentrada nas principais cidades do cinturão agrícola, do final do século XIX até a

década de 1930. A capital cresce movida pela marcha urbano-industrial, e os antigos municípios agrícolas, principalmente após a abolição, proporcionaram a migração de negros, mulatos e brancos em direção à capital. Instalados na cidade, os recém migrantes tomaram as seguintes atitudes: engrossaram os bairros em que seus semelhantes se encontravam.

De 1930 até 1939, entram, em São Paulo, cerca de 322.464 trabalhadores nacionais, de procedência dos estados da Bahia (151.235) e Minas Gerais (88.789), estados que durante o período da escravidão, arregimentaram o maior contingente negro (Lowrie,19381: 215). Sendo assim, com o final da imigração, e a entrada dos trabalhadores migrantes no município paulistano, a população negra na cidade sofreu um incremento acima dos anos anteriores.

Retomando Lowrie (1938), é possível verificar que os dados apresentados anteriormente confirmam a tese de que a cidade de São Paulo, principalmente no final da década de 30, inicia a transição da população rural para a área urbana. A concentração demográfica para os distritos situados nas fronteiras da área urbana é o principal foco procurado pelos habitantes negros, principalmente os que migraram do cinturão caipira e os oriundos de Minas Gerais e Bahia.

A população negra dos bairros do Bexiga, Barra Funda, Cambuci, Liberdade, Bosque da Saúde, Pinheiros, que ali nasceram, trabalharam e moraram, mudaram-se para as regiões noroeste, leste e sul da cidade.

Bernardo (1998: 13) ao estudar os grupos de negros, italianos e seus descendentes, nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo, apreendeu quatro olhares, que são diferentes modos de vida. Para o homem branco e seus descendentes, a vida na cidade de São Paulo promoveu desde o início, farta oportunidade de serviços. Quanto às mulheres brancas, a vida na cidade permitiu-lhes a mobilidade sócio-econômica. Para o grupo italiano, o mundo urbano-industrial reuniu dois elementos: trabalho e progresso. A vida nas primeiras décadas do século XX para o grupo negro, foi um movimento totalmente à parte, oposto aos dos italianos e seus descendentes.

A seguir, será abordada a territorialidade negra na cidade de São Paulo, em particular, a região norte da capital paulistana, o bairro da Casa Verde.

3.2. A República Nova e a Sociedade Urbana-Industrial (1940-1970)

As relações territorialidade e segregação, de acordo com o histórico político, social e cultural do contexto brasileiro, tendo como base o trabalho, o racismo e a discriminação (Florestan, 1965; Hasenbalg, 2005), são ao mesmo tempo mecanismos inseparáveis. Não se separam primeiro, porque a política do espaço produz a ação e reação dos indivíduos e grupos que são segregados, em segundo, a reação é a adoção de estratégias para amenizar os sofrimentos e constituir os laços de comunicação e de identidade social, e, em terceiro, na sociedade do trabalho livre, a presença na cidade e em todos os espaços, não se constituiu a garantia dos direitos.

Portanto, território e segregação são fenômenos sociais, urbanos e políticos inscritos na história da cidade de São Paulo. Em determinados momentos, o primeiro se organiza para a defesa dos direitos e para a preservação de seu patrimônio (Rolnik, 1998; Oliveira, 2002). O segundo, entra em cena por condições mais complexas da política da cidade e dos atores, os proprietários dos meios de produção, dos poderes ideológicos e políticos.

Nas páginas precedentes, afirma-se que a população negra, nos primeiros anos pós-abolição, experimentou, na cidade e no mercado de trabalho, os primeiros sentimentos (subjetivos e objetivos) das desigualdades sociais e raciais. Os efeitos que decaíram principalmente na população negra e pobre, formam um bolsão de exclusão e pobreza (Fernandes, 1989).

Os interlocutores negros que viveram e apreenderam a história de seus antepassados, contam como que a cidade, a habitação e as suas funções foram desenvolvidas em São Paulo, segue baixo:

“1950, fêz 50 anos quando eu vim morar aqui. Antes daqui eu morei na Bela Vista, lá naqueles cortiços, aí foram derrubando, derrubando para construir, foram expulsando todo mundo, aí o meu marido veio procurar esta casa, alugar, aí o amigo falou: aqui não se aluga, se compra. Aí ele comprou isso aqui, era um quarto, um banheiro e uma cozinha. Aí daquela cozinha eu fiz a sala, o quarto do menino, o quarto de dispensa, eu fui fazendo, devagarzinho, você sabe que eu estou fazendo ainda” (Cacilda, 79 anos, moradora negra) (Oliveira, 2002).

“Por exemplo, eu sei que a ida daqueles que moravam e trabalhavam na Barra Funda e Bela Vista, também era um grande reduto de pessoas negra, eles foram atraídos por um anúncio da família Peruche, que dava um terreno de 11 de frente e 42 de fundo, eles davam uma casa, era simplesmente um quarto e cozinha,

e tinha no quintal um poço, um tanque e uma privada. E depois cabia então às pessoas que ali estavam dentro das possibilidades pagarem as prestações mensais, tratar de murar” (...) (Adhemar Ferreira, 73 anos, morador negro) (Oliveira, 2002).

Os interlocutores que contribuíram para a Dissertação de Mestrado “*A Presença Negra na Cidade: Memória e Territorialidade Negra na Casa Verde em São Paulo*”, moraram nos bairros do Bexiga, Barra Funda, Perdizes, Pompéia, Vila Mariana, Campos Elíseos, Lapa, Liberdade, Sumaré, Pinheiros, Vila Mariana, antes de fixarem residência na Casa Verde.

Nas cidades brasileiras e na capital paulistana não ocorreu a separação entre brancos e negros, mas o enquadramento nos territórios de exclusão social e nos espaços mais pobres, precários e insalubres.

A Casa Verde é um pedaço do retrato “crescimento e pobreza” que estava sendo elaborado em São Paulo. Para a população negra, após a vida nos porões e cortiços, o segundo movimento em direção à periferia, em direção pós-Rio Tietê na Zona Norte.

“Aqui não tinha ninguém, foi chegando aos poucos, eu mesmo quando cheguei aqui em 1938, na Rua Armando Coelho, morava lá embaixo, aí vim aqui até em cima na Estrada da Casa Verde, rapaz, vim aqui. Isto aqui não é lugar de gente. Deus me livre, chegava às 15h30, 16h00, aquele mosquitinho, vamos embora, morava na Avenida Rudge. Você tá louco, eu aqui nesse lugar não fico de jeito nenhum, vamos embora. Eu não gostava daqui de jeito nenhum. Eu não gostava porque estava acostumado com aquele ambiente, no interior está certo, mas aqui estava formando, tinha mato, pernilongo, (...) no fim onde eu parei, da Rua Santa Eudóxia, estou aqui na Rua C, atual Antonio Cavazan, assim é a evolução” (Salvador, 90 anos, morador negro) (Oliveira, 2002).

“Não, era aqui mesmo, nessa casa mesmo, foi aqui nessa casa mesmo, eu tinha um ano de idade quando mudei para cá, só tinha um quarto que a minha mãe contava, e aí foi que devagar que foi aumentando a casa, então já é, bem dizer, eu tenho 72 anos, 71 anos que eu moro aqui, eu me casei, mas fiquei pouco tempo fora e logo meu pai construiu uma casa pra mim nos fundos, porque o terreno era grande, aí eu logo voltei pra cá, fiquei pouco tempo fora, são 71 anos que eu moro aqui então” (Lucinda, 72 anos, moradora negra) (Oliveira, 2002).

A maioria dos 32 interlocutores que conversamos, atestam, por intermédio da memória coletiva, que as primeiras décadas de vida na Casa Verde foram muito difíceis

pelas condições encontradas do local, individual e coletiva; apenas a habitação, sem nenhuma melhoria, equipamentos públicos e estrutura urbana e social.

A formação de antigos bairros negros, como a Casa Verde, Bairro do Limão, Jabaquara, Vila Matilde e outros, no novo cenário das periferias, tiveram grande participação de famílias extensas; no contexto religioso, social e cultural.

Dentre os moradores da Casa Verde que entrevistamos, alguns migraram de cidades do interior do estado. Dos contatos que fizemos e das indicações para as entrevistas, não entrevistamos nenhum migrante de outras regiões do país.

“Meu nome é Arnaldo, 86 anos, nasci em Cerquilha. Eu vim aqui pra poder ter uma vida melhor. Trabalho é lógico, lá eu era funcionário da Sorocabana, entrei em 1934 e sai 1940, seis anos. Morei na Glete, ali no Campos Elíseos mesmo, morei próximo da garagem de bondes. Lá na Pompéia, eu morava numa vila, depois eu fiquei quatro anos e meio na Glete e um ano e meio na Pompéia, por aí. Eu vim pra cá, comprei o terreno aqui, construí, aqui estava vendendo, estavam vendendo os terrenos por aqui tudo. Então viemos aqui, comprei aqui, eu e mais o meu irmão, em 1946 comprei aqui, e em 1947 construí e vim pra cá” (Arnaldo Arruda, 86 anos, morador negro) (OLIVEIRA, 2002).

“Meu pai, ele disse que veio de Taubaté, nasceu em Taubaté e depois veio pra cá com os pais dele. Eles compraram esse terreno aqui de 450m², então já era do meu avô, ele tinha mais irmãos, contava e quando foi na gripe de 1918, a gripe espanhola, então os irmãos dele faleceram todos e só sobreviveu ele e os pais. E ele já era casado, ficou morando aqui e aqui teve oito filhos, um morreu, tinha problema cardíaco, Moacir de Paula, com 22 anos ele morreu” (Sebastião de Paula, 65 anos, morador negro) (OLIVEIRA, 2002).

O povoamento inicial da Casa Verde nas primeiras décadas do século XX é um assentamento espacial da capital e do estado de São Paulo. A presença de migrantes, principalmente os nordestinos, ocorre posteriormente aos primeiros povoamentos, após a década de 1950, como ocorreu na maioria das periferias de São Paulo.

Fernandes (1965), em sua primeira obra, a respeito do negro em São Paulo, defendeu que a herança do passado escravista seria a principal causa de sua situação; pobreza urbana, discriminação e a patologia social. As mudanças e transformações viriam a ocorrer com a inserção, a abertura e a participação no mercado de trabalho urbano e industrial, que paulatinamente mudaria as faces da cidade, dos trabalhadores e para a população recém integrada à sociedade de classes.

As funções exercidas por homens e mulheres negras, em sua maioria, não lhes garantia total inserção no mercado de trabalho competitivo com o trabalhador branco, principalmente o imigrante (italiano, português, espanhol, etc.). A regra continuou sendo a mesma, o trabalho braçal.

“Quando eu vim aqui pro bairro, aí eu comecei a costurar aqui pro bairro, precisava né, eu me lembro como se fosse hoje, eu ganhava um dinheiro no fim da semana, eu comprava um frango e fazia um bolo pra domingo, era tão gostoso, viu! E agora que podia fazer dois, três bolos, não faço nenhum. Aquele tempo eu fazia um bolo, fazia um franguinho, macarronada, que domingo gostoso que era. Mas eu costurava pro povinho daqui” (Cacilda, 78 anos, moradora negra) (Oliveira, 2002).

“Meu pai trabalhava na Sorocabana, ele foi aposentado pela Sorocabana, ele trabalhava aí nos armazéns, aí da Barra Funda, ele trabalhava, e a minha mãe era doméstica” (Lucinda, 72 anos, moradora negra) (Oliveira, 2002).

Superar a condição de “lugar de negro” na sociedade paulistana, exige dos protagonistas negros a qualificação profissional e a superação do racismo no dia-a-dia em um mercado de trabalho competitivo e de segregação racial. A época de nossos interlocutores, a única alternativa foi vender a força de trabalho e fazer parte do exército industrial de reserva, sendo entre os desempregados, a maioria absoluta.

As vicissitudes funcionais do negro em São Paulo, concentraram-se na condição de empregado, proletariado e subproletariado. Os vícios do mercado que relegou aos trabalhadores negros e pobres a sub-representação nas ocupações mais inferiores e o destaque no exército de reserva.

Ocupar a condição de empregador, em uma micro, pequena ou média empresa, para homens e mulheres negros, significa sair da condição de “lugar de negro” e dos trabalhos subalternos, historicamente presente na memória coletiva da população negra da capital paulistana.

“Bom, eu tenho grandes exemplos do meu pai, ele nasceu no Rio de Janeiro, mas morou muito tempo na Penha, os pais dele eram de lá da zona Leste. Então lá ele começou a trabalhar com enfeites de Natal, que eu acho que eram poucas as fábricas que tratavam disso, aí ele saiu de lá e veio montar a fábrica dele aqui na zona norte. Então ele também gerou muitos empregos aqui, fabricando bolinhas e enfeites de natal, só não as árvores. (...) eu poderia dizer que teria uns 40 funcionários trabalhando com ele” (Shirlei Soriano, 36 anos,

moradora negra) (Oliveira, 2002).

“Eu comecei a trabalhar por minha conta, eu trabalhei em minha casa, na Cândido Espinheira. Mas quando eu trabalhava como empregado, eu trabalhei na Praça da Sé, na Rua do Arouche, tinha uma casa na Rua do Arouche que era o Preço Fixo, que era só roupa sob medida, eu trabalhei ali, depois eu vim pra trabalhar por minha conta, montei uma oficina na minha casa, comprei uma máquina Singer. Trabalhei, trabalhei muito tempo por conta, até 1941. Depois deixei a profissão de alfaiate, fui trabalhar com loja de autopeças, aonde meu irmão trabalhava, ele montou uma casa. Eu era uma espécie de gerente da firma. O local do trabalho era na Luz, eu fui trabalhar com ele” (Benedito Marques, 83 anos) (Oliveira, 1998).

O senhor Benedito Marques, atualmente, está prestes a completar 94 anos de idade. Ele e seu irmão, na década de 1940, foram proprietários de uma empresa de autopeças, localizada na região da Luz. Os dois irmãos, durante a década de 1940 se destacaram na condição de empregadores no setor automotivo. Da mesma forma que eles galgaram melhores posições sócio-econômicas, com a entrada das empresas de capital internacional no mesmo setor em que eles estavam trabalhando, paulatinamente, eles foram perdendo espaço, porque não tinham estrutura econômica, técnica e industrial para competir com as grandes empresas.

Realizaram-se três momentos da pesquisa de campo em nossa história de formação acadêmica durante a graduação e a pós-graduação. Em 1998, para a conclusão do TCC, em 2002, para a obtenção da dissertação de mestrado e, no período do doutorado em Ciências Sociais, totalizou-se 100 entrevistas. Somente quatro, conforme os relatos classificaram-se como empregadores, no entanto, as empresas de Benedito Marques e o pai de Shirley Soriano, são as únicas de maior porte e significado número de empregados, as outras duas absorvem apenas a mão de obra dos empregadores.

Com o fim da imigração estrangeira e o início do trabalho urbano-industrial, principalmente o setor metalúrgico, o aumento do número de vagas no mercado de trabalho seria natural para o trabalhador nacional e, em consequência, para os homens e mulheres negras (Fernandes, 1989; Andrews, 1998).

O quadro das desigualdades no mercado de trabalho, entre homens e mulheres, brancos e negros, pode ser visto desde os primeiros anos do século XX.

Com a sociedade do trabalho livre, é a mulher negra a principal responsável pela manutenção, a preservação e a segurança, econômica e social no amparo à família.

Quando determinadas funções do mundo do trabalho mudam, são os homens e mulheres negros que são mais afetados, ou seja, os trabalhadores cuja força de trabalho é o menor valor dentre o proletariado e o sub-proletariado.

As mulheres negras da Casa Verde, independente da presença do marido, elas ocuparam o posto de chefe de família; exercendo principalmente as profissões de doméstica, cozinheira, faxineira e outras funções.

“Eu nasci no cortiço, a minha irmã também, a minha mãe morava no porão. Aí quando mudamos pra cá, fomos crescendo, quando eu tinha 13 anos abriu uma cartonagem lá no morro do S, aí meu pai falou: Vou por essas nequinhos pra trabalhar. Meu pai trabalhava de pedreiro e ele gostava de tomar um pouco, tudo isso também para acabar com a saúde dele, então a gente ia trabalhar para ajudar a minha mãe, mas a gente sofreu muito na vida, só não chegamos a passar fome porque minhas irmãs, as duas mais velhas que eram casadas, ajudavam um pouquinho a minha mãe” (Luiza, 67 anos, moradora negra) (OLIVEIRA, 2002)

“Quanto a isso nós tivemos uma sustentação, um pilar foi ela mesmo, vivíamos numa proteção, vivíamos dentro de um invólucro. Os homens mesmo assim, sabiam dos limites porque quando chegavam em casa, ela cobrava de maneira até drástica, mas profissão nós tivemos dentro da capacidade de cada um. Estudo, por exemplo, quem conseguiu foram duas últimas, eu e minha irmã mais nova, a que tinha escola, você entendeu, então minhas irmãs todas trabalhavam, nós também trabalhávamos, ganhávamos pouco, e então havia aquela sustentação pelas outras irmãs para que nós estudássemos, então fomos as duas únicas com nível universitário, que galgamos um posto melhor e elas são todas costureiras, aposentadas hoje. Mamãe também era aposentada, depois foi doméstica muitos anos, depois foi trabalhar como passadeira na Modas Cio, trabalhou muitos anos lá, aposentou e fazia alguns serviços domésticos depois de se aposentar” (Romilda, 61 anos) (Oliveira, 2002).

O trabalho fixo incorporou-se na vida de homens e mulheres negros, quando eles já estavam com a idade mais avançada, entre 25 e 30 anos, idade superior a faixa-etária dos trabalhadores brancos (Fernandes, 1965).

Os interlocutores da Casa Verde adquiriram melhores condições - trabalho fixo -, a partir do momento que entraram para o serviço público, afastando-se do mundo do desemprego.

O serviço público, no Estado e na Prefeitura, mesmo os serviços de menor

remuneração, proporciona condições de “conforto” e segurança para quem vive do salário.

Há dois fatores que alteram o quadro funcional dos trabalhadores negros na Casa Verde, o primeiro é a atividade de funcionário público e, a segunda, com a entrada da imigração japonesa no distrito, enquanto empregadora do setor de corte e costura.

Os japoneses e seus descendentes que migraram para a Casa Verde no final dos anos 1960 encontraram a região despontando em desenvolvimento e a valorização do mercado imobiliário. O local, em princípio, área de reposição da força do proletariado negro começaria a sofrer as metamorfoses da cidade e do pedaço, como a entrada do japonês. É uma diversidade que se compõe com diferenças múltiplas; classe, raça, cultura, poder econômico e político.

Através da fonte de dados do IBGE e da Fundação SEADE, podemos demonstrar que a população japonesa e descendente (amarela) está sobre-representada; como o tempo médio de escolaridade do chefe de família, a renda média do chefe de família e outros atributos sociais e econômicos acima do patamar sócio-econômico e político da população negra.

“Não acontece, é difícil, eu, por exemplo, como diretora do Fórum, aposentada no Fórum de Santana, diretora do 1º Ofício da família e sucessões, eu dava um duro, porque muitos achavam que vindo trabalhar comigo teriam um espaço mais folgado, e isso nunca. (...) Então eles sempre procuravam um gueto, pra levar vantagens, e não pode ser assim no serviço público, e aonde quer que você se destaque, e a sua cor já é um destaque. Porque aonde você chega o branco olha, será que é, será que não é, e não é um olhar normal” (Romilda, 61 anos) (Oliveira, 2002)

A interlocutora Romilda foi uma exceção dentre os entrevistados, mas a conquista e a vitória têm a marca da família; a mãe e as irmãs exerceram as funções de empregada doméstica e costureira. A mobilidade sócio-econômica das mulheres negras significa um preço muito alto, elas têm que mostrar cotidianamente a sua força e superar as barreiras frontais que se encontram no cotidiano, conforme os lugares de destaque. As conquistas, materiais e não materiais reiteram que tem um preço muito alto, pois tiveram que abrir mão de muitas coisas importantes em suas vidas, como os relacionamentos e a vida familiar, sempre colocando em primeiro plano a carreira profissional (Silva, 1999:74).

“Pra você ver, a nossa raça está dispersando, que morrem os velhos, então os filhos, se não tiver uma base sólida. Então se não tem cabeça, vende. O português ou o japonês vem aqui e nós vamos para onde, para aqueles fundações.

E aqueles fundões já estão muito violentos, e os negros vão lá para o pé da serra. As casas dos negros aqui são as piores, isto também aborrece. Eu não falei para você que a nossa casa foi uma das mais bonitas da rua, ficavam tudo de olho. Era tudo gente de outro nível. Meu pai gostava de viajar, vinha de táxi aqui na porta, viagem com toda a família e a família sempre reunida, e eles sempre de olho. E no hospital ele falou: Não vão perder isso aí, conserva. (Sebastião, 65 anos, morador negro)” (OLIVEIRA, 2002).

Conforme as palavras do senhor Sebastião, a entrada do japonês ou do português, os efeitos seriam no campo do mercado de trabalho, como afirmamos acima e também no espaço da habitação, com a compra de imóveis, principalmente dos moradores negros.

A cidade, para homens e mulheres negros das periferias de São Paulo, é percebida através da análise sociológica e política, os seguintes casos de segregação: a segregação invisível e a silenciosa.

A segregação invisível, do cenário brasileiro e paulistano, é o real que não é visto. A conhecida “democracia” propaga que brancos e negros, pobres e ricos, vivem e compartilham espaços democráticos, ou seja, o acesso à igualdade e os mesmos direitos sociais no cotidiano das cidades.

A segregação silenciosa, na luta pelo espaço e aos melhores lugares na cidade não deixa rastros e não produz sonoridades e barulhos. A luta pelo espaço em São Paulo, os atores políticos que impuseram o silêncio, quiseram silenciar a maioria dos seus direitos, de seus lugares na cidade e o impedimento de uma verdadeira sociedade multirracial e democrática (Fernandes, 1989 e Unesco, 2005).

O cenário na Casa Verde e nas periferias paulistanas em que a população negra (1989-1940) percorreu para a constituição da habitação, da família e dos laços sociais, é o quadro da segregação.

Em toda segregação há o outro lado, nesse caso, nosso olhar é a face do território. Na Casa Verde, além das questões sociais e materiais, os valores culturais e simbólicos, como as escolas de samba, os terreiros de candomblé e umbanda e a irmandade religiosa, são as insígnias, que nos dias de hoje, espelham a herança negra do lugar.

As transformações da Casa Verde e da cidade de São Paulo é vista no decorrer do século XX, a partir dos anos 1960 até o ano 2000.

São Paulo não concentra mais as atividades do setor industrial, assim como foi no final dos anos 1960, 1970 e 1980, nos dias de hoje, novas funções foram incorporadas nas veias e no corpo da cidade: o setor de serviços.

Com as transformações, a cidade e os “pedaços”, pouco a pouco, foram sentindo os reflexos do local e do global.

Na Casa Verde, conforme a tabela abaixo, o crescimento demográfico cresceu nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, e nas duas últimas, 1991 e 2000, o quadro populacional decresceu. Este fenômeno aconteceu em toda a cidade, isto é, nas áreas mais próximas do fluxo de capitais nacional e internacional, de circulação, de valorização imobiliária e da concentração de riqueza. A Casa Verde é próxima da Marginal, que é um ponto estratégico de entrada e saída para outras regiões do estado e do país, é o local que circula e é distribuída parte da riqueza do país. A área está próxima ao centro velho e novo, do conhecido quadrante sudoeste de São Paulo; local de riqueza, de poder político, econômico, social e cultural.

Tabela Nº 27 - População da Cidade de São Paulo e do distrito da Casa Verde nos últimos sessenta anos

	1950	1960	1970	1980	1991	2000
MSP	2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252
Casa Verde	43.371	74.349	92.722	103.455	96.393	83.629

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1950 e 1960

Sempla/Dipro - Retroestimativas e Recomposição para os distritos dos anos 1950, 1960 e 1970

As metamorfoses do capital e do espaço em São Paulo refletiram na CV e no território negro. O espaço social e cultural dos negros, passo-a-passo, com as transformações, perderia o sentido do território.

A desterritorialização da Casa Verde, não é integral, os espaços culturais e simbólicos estão presentes como memória viva do lugar e os griôs - homens e mulheres negros - são as referências dessa herança.

“Venderam as casas, cada um foi mudando, foram mudando, embora para outros bairros, foram vendendo as casas. Olha, muitos foram pra longe, porque não dava, o bairro crescendo, aqui mesmo, a Rua Galiléia foi crescendo, veio o asfalto, veio água, veio luz e muitos não podiam pagar asfalto, água e luz, então foram saindo para lugares mais longe” (Lucinda, 72 anos) (Oliveira, 2002).

A respeito dos japoneses, um dos nossos interlocutores afirma:

“Depois que começou a japonesada pra cá, mas a japonesada da veio bem depois, de 1968, 1969 para cá. Aí que começou a japonesada pra cá. Até a minha casa eles vieram querer comprar. ‘Ei, vende casa assim boa? ‘Não senhor, eu comprei. Como é que eu vou vender? Não, não vendo nada’. ‘200 mil’. Foi embora, voltou outro oferecendo 220 mil. ‘Não quero isso’” (Pedro, 80 anos) (Oliveira, 2002).

A questão central desta situação é que o local é valorizado por sua área física, geralmente, quando os compradores apareciam, ofereciam um valor pela área construída e não por aquilo que ela vale.

A região do Parque Peruche, onde nossos interlocutores cresceram e muitos deles ainda estão presentes para contar suas histórias, a área do terreno (área física das habitações) é de 450 metros. Nos dias de hoje, não se encontra loteamento de baixa renda com toda esta área disponível. Esta metragem de área física só há disponível no mercado imobiliário para os setores de média e alta rendas, como os condomínios fechados (verticais e horizontais) e em regiões consolidadas, cujos valores são inacessíveis para os trabalhadores negros e pobres.

Os japoneses, portugueses, espanhóis e os setores de melhor posição social, sabendo da potencialidade da Casa Verde e do quadro social dos moradores do local, compraram sem muitas resistências as propriedades dos negros, derrubaram o que estava construído e levantaram outras habitações no lugar das casas simples.

Para quais regiões/bairros da cidade de São Paulo foram os negros que saíram da Casa Verde?

Conforme nossos interlocutores, eles se espalharam nas periferias de São Paulo, em direção aos extremos.

“E a concentração de pessoal, foram saindo daqui e foram pra zona leste, hoje o maior contingente de negros não é mais a zona norte, é a zona leste, hoje é assim que se comenta. Brasilândia concentra um número grande de negros. É aí que está o negócio, quando se fala em negro, tem que se ter um cuidado específico (...) Se você pegar a Brasilândia, trabalhei quase três anos nessa região, (...) automaticamente passava em Brasilândia, quando voltava, você olha aquelas invasões, não são negros, aliás, na realidade, o nordestino não deixa de ser um negro (...)” (Odete de Carvalho, 59 anos) (Oliveira, 2002).

“Aqui do bairro saiu muito, foram pra Taipas, Cidade Tiradentes, pra Itaquera, aqui do bairro saiu bastante, e outro, chegaram muitos nordestinos aqui. (...) Aí eles foram embora pra Taipas, Itaquera, compraram apartamentos. Eu tenho uma ala da Cidade Tiradentes, da Vila Progresso, da Cohab José Bonifácio e eles eram daqui” (Guga, 56 anos) (Oliveira, 2002).

A seguir, os cenários sobre a Territorialidade Negra e a Segregação Racial serão vistos e construídos a partir das histórias, da territorialidade e da cultura dos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela.

A segregação e o território, conforme a história social dos negros no século XX é o constante movimento da desterritorialização e da reconstituição de novos espaços. A história das territorialidades e da segregação não é um fenômeno isolado no tempo e no espaço, elas se constituem e deixam seus registros na terra, na materialidade e na subjetividade. As causas e efeitos da segregação e do território em São Paulo estão interligados e suas fases se complementam.

3.3. Expansão Urbana e Globalização (1970-2000)

3.3.1 Trabalhadores Negros, Desigualdades e Segregação Ocupacional

Conforme os quadros anteriores, a respeito da segregação racial e dos territórios negros, a origem e a expansão estão relacionadas ao crescimento horizontal da cidade em direção às periferias e ao capitalismo nacional. Acrescenta-se a estes fatores, o processo de segregação racial e a discriminação que se distribuem desigualmente no espaço conforme a renda e a escolaridade dos indivíduos.

Na década de 1980, conforme dados do IBGE, a média de população negra na cidade era de 22,3%. Rolnik (1989) descreve que a territorialidade negra se constituiu em direção às periferias, em razão da desterritorialização de antigos núcleos negros das três primeiras décadas do século XX. As territorialidades negras correspondem aos núcleos da Brasilândia (42,4%), Capela do Socorro (36%), Santo Amaro (33%), Jabaquara (29%), Pirituba (27%), Vila Matilde (27%), Vila Nova Cachoeirinha (27%), Limão (26%) e Nossa Senhora do Ó (26%).

No censo posterior, em 1991, novas configurações territoriais se expandiram mais adiante às periferias. As Zonas Leste e Sul assinalam evidências da territorialização – desterritorialização e reterritorialização da população negra, mediante os elementos que compõe a segregação urbana e racial: o ambiente construído, o mercado de trabalho e o mercado habitacional. Novos contornos foram se desenhando também no campo simbólico e cultural em direção às periferias, como o movimento hip-hop, as entidades sociais negras, os terreiros de umbanda e candomblé, a capoeira e a cultura popular (Rolnik, 1998; Carril, 2006).

A classificação da territorialidade negra, em 1991, conforme Mapa N° 9 distribui-se em 20 distritos (vinte) da periferia paulistana. Na região Leste são 11 (onze) distritos: Lajeado (52%), Jardim Helena (50%), Cidade Tiradentes (49%), Itaim Paulista (48%), Vila Curuçá (46%), Guaianases (45%), Iguatemi (44%), Itaquera (39%), Parque do Carmo (39%) e Vila Jacui (37%) (Véras, 1998).

No outro extremo da cidade, na região Sul, também se repete a concentração negra. Nos distritos a distribuição corresponde ao Jardim Ângela (53%), Capão Redondo (44%), Grajaú (43%), Parelheiros (41%), Pedreira (40%), Cidade Ademar (41%) e Jardim São Luiz (40%).

Na Zona Oeste destaca-se apenas o distrito de Raposo Tavares (36%) e, na Norte, o

distrito da Brasilândia (39%). Todos os distritos acima citados ultrapassam a média da cidade, conforme o censo de 1991, que era de 27%.

No último censo, em 2000, a periferização negra consolidou-se nos limites da capital paulistana. De 1980 para 2000, a média de população negra se elevou de 22,3% para 27% e por último, 30%.

No momento, não temos disponíveis as informações demográficas sobre a taxa de natalidade da população negra. Porém, os últimos dados da Fundação SEADE a respeito do incremento populacional confirmam que o crescimento tem sido superior a média da cidade nos distritos da periferia paulistana.

Imagina-se também que, nos últimos anos, através das ações dos movimentos sociais negros, principalmente em torno da juventude, a consciência racial tenha influenciado a produção da identidade negra. Nas últimas décadas, principalmente no ano de comemoração do Tricentenário de Zumbi dos Palmares, a conscientização e a identidade negra vêm ganhando, progressivamente, novos atores para compor as territorialidades paulistanas.

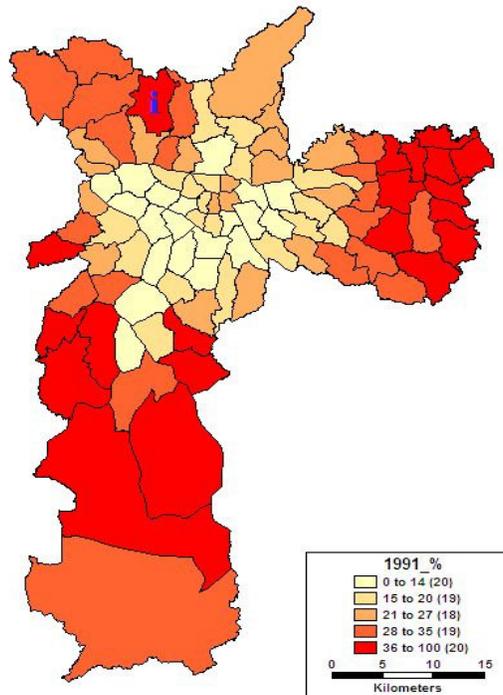
Na região Leste de São Paulo destacam-se os distritos de Guaianases (47%), Cidade Tiradentes (49,80%), Jardim Helena (45,16%), Itaim Paulista (45%), Vila Curuçá (42%), e Vila Jacuí (40,16%). Alguns distritos, como por exemplo, a Cidade Tiradentes, sobressaem em razão dos conjuntos habitacionais e da autoconstrução dos mutirões.

No sul da cidade de São Paulo ressaltam-se os distritos do Jardim Ângela (51,40%), Grajaú (46%), Capão Redondo (44,25%), Pedreira (43%), Cidade Ademar (42,12%), Jardim São Luiz (41,38%) Campo Limpo (40%) e Socorro (37,50%) – ver mapas de 1991 e 2000.

Na região norte, distribuem-se na Brasilândia (40%), Perus (39,60%), Anhanguera (39,50%) e na região oeste, Raposo Tavares (39%).

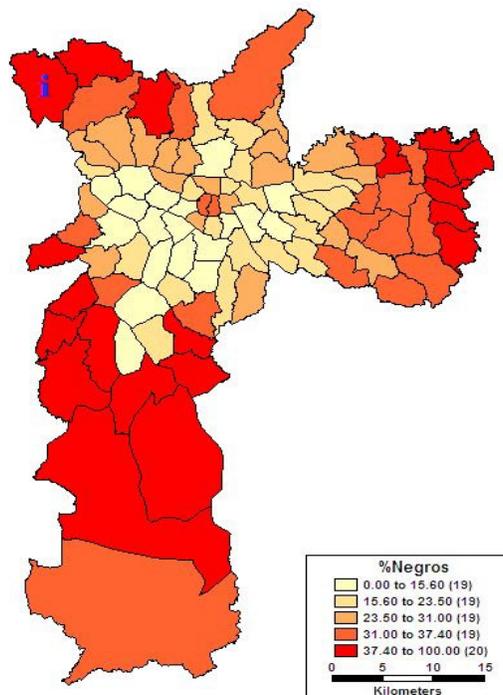
Além desses distritos na territorialidade da cidade, também sobressaem outras configurações que estão acima da média cidade, entre 28% até 35% (dados relativos) de moradores negros, conforme a classificação dos distritos (em anexo).

Mapa N° 9 - Distribuição da População Negra na cidade de São Paulo, 1991.



Fonte: IBGE, 1991.

Mapa N° 10 - Distribuição da População Negra na cidade de São Paulo, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

A eliminação do racismo e das desigualdades, a partir da abertura de postos de trabalho no mercado urbano-industrial paulistano, conforme previsões de Fernandes (1965), não se concretizaram. Após cinquenta anos, o mercado de trabalho para a mão-de-obra negra depara-se com um estado de segregação ocupacional e desigualdades.

A segregação ocupacional (Telles, 2004) de base racial, de acordo com o histórico do mundo do trabalho brasileiro, relega a mão-de-obra negra ao segundo plano nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços.

Desde o final da década de 1980, a cidade de São Paulo vem se transformando em inúmeros aspectos, principalmente o mundo do trabalho. Seus reflexos se sobressaem na classe trabalhadora (Antunes, 2006). O acesso aos postos de trabalho, como posição social, renda e escolaridade, têm conduzido à produção de clivagens raciais. As desigualdades no mercado de trabalho contemporâneo devem ser compreendidas por intermédio da classificação de gênero, classe, raça e nível de escolaridade.

Na capital paulistana, em pleno século XXI, as diferenças raciais no mercado de trabalho são intrinsecamente marcadas em razão da herança do trabalho escravo, do processo cumulativo das desigualdades raciais e do quadro contemporâneo de pobreza racial, a discriminação e o racismo (Henriques, 2001).

É predominante em São Paulo, a maior produção econômica do cenário nacional, onde se distribui e concentra os centros financeiros, tecnológicos e culturais. Esse posto está classificado em um dos principais territórios da cidade de São Paulo, localizado na área mais rica (Santos, 1998).

A territorialização dá-se em diversos níveis, como a questão do mundo do trabalho. Até os anos de 1970, as regiões localizadas nas imediações das linhas férreas, como Mooca, Brás, Barra Funda, Ipiranga e parte da região metropolitana, eram tidas como o coração e o território industrial da mão de obra paulistana e nacional. Hoje, após a desterritorialização provocada pela mudança da produção, novos territórios foram inscritos na capital paulistana determinando, em consequência, o quadro de trabalhadores e a divisão sócio-espacial da produção do espaço (Santos, 1996).

A história da cidade e a divisão social do trabalho do século XX podem ser interpretadas por meio dos trabalhadores que vendem sua força para compor os espaços e os territórios de pertencimento.

A seguir, passo a passo, delineamos faces do mundo do trabalho através da mão-de-obra negra com o auxílio da memória coletiva que nos conduz aos territórios do trabalho e das desigualdades ocupacionais.

Inicialmente, os interlocutores negros com mais experiência de vida relatam o princípio, desenvolvimento, conquistas e insucessos, aposentadoria e o mercado informal, que atualmente persistem em São Paulo e nos principais territórios de desempregados (Guimarães, 2005).

Homens e mulheres negros declararam que a delimitação no mercado de trabalho, como atividades tradicionais de doméstica, cozinheira, costureira, pedreiro, serviços de limpeza e trabalho braçal foram exercidos pelos avós, pais e por muitos dos interlocutores.

“Nessa época eu trabalhava na Pompéia, ali tinha um restaurante perto da fábrica Matarazzo. Então eu trabalhei no restaurante e, ali, ia trabalhar numa casa e outra” (Maria, 75 anos, Brasilândia).

“O meu pai, na época, ele era pedreiro e a minha mãe trabalhava em casa de família, faxina, diária. Só que assim, trabalho de indicação de outras pessoas, que indicavam para estar trabalhando em casa de outras famílias, tinha semana que era a semana toda, e tinha semana que eram dois dias. Nesses dias de folga ela lavava roupa pra fora, também para as patroas, ela e minha irmã, a mais velha” (Teresinha, 50 anos, Cidade Tiradentes).

“Minha mãe, minha grande heroína, que acaba construindo toda a minha identidade. Porque, quando o meu pai faleceu, eu tinha sete anos. Principalmente quando ele vem para São Paulo, ele acaba ficando dois anos longe da gente, em Volta Redonda, então ele cuidava lá, se virava. Eu não, mas meus irmãos mais velhos vendiam leite, nós tínhamos algumas cabritas, nós criávamos algumas cabras e tínhamos um cavalo com uma carroça, então vendíamos leite, carvão. E ela, após o falecimento do meu pai, então foi obrigada a ir trabalhar logo cedo, porque a pensão mal dava para segurar essa onda dos filhos e também acabou deixando a gente na mão das minhas irmãs mais velhas (...)” (Herculano, 50 anos, Jardim Ângela).

Entre as famílias negras de baixa renda, a herança social implica sucessivas ocupações em determinados lugares no mercado de trabalho. Durante décadas, o “lugar” de negro fixou-se no mercado de trabalho e em posições sociais de subalternidade. Os familiares e os próprios interlocutores exerceram no mundo do trabalho a partir da herança do “lugar” de negro na sociedade paulistana.

No Jardim Ângela entrevistamos uma moradora formada em Direito. A interlocutora

nos contou que a maior parte de seu conhecimento, sua formação e a ocupação exercida hoje é fruto de décadas de dedicação e trabalho da mãe nas atividades de doméstica e cozinheira.

Situações parecidas com o relato acima foram constantes na história de vida dos interlocutores masculinos e femininos. A mulher negra, chefe de família, diante de situações de enfrentamento social e possibilidade de mobilidade para os filhos, é, geralmente, a peça-chave para a família se desenvolver e transcender o “lugar” de negro na sociedade.

Entre os homens, prevaleceu o trabalho manual nos setores da indústria, comércio e construção civil. A maioria dos entrevistados conta-nos que a formação que receberam durante a juventude, como o ensino técnico do Senai e a própria escola pública, preparavam os filhos dos trabalhadores para o trabalho urbano industrial.

As empresas, principalmente o setor industrial, nos anos de 1960 e 1970, eram a principal fonte empregatícia que recrutava os filhos dos proletariados.

Nos dizeres de Fernandes (1989) sobre o contexto de São Paulo, além de ser preterido no processo de seleção e competição, o proletariado negro tem que carregar o peso maior da discriminação racial.

“Por trabalhar na iniciativa privada, eu sempre trabalhei no setor automobilístico. Só na Chevrolet eu trabalhei 26 anos. Quando menino, eu sempre sonhei em ter um carro, e fiz SENAI. Meu pai falou que, na época, anos 70, o SENAI era uma escola de ponta. Você não pode chegar aos 18 anos sem ter uma profissão. Nos anos 1970, pra quem vinha da periferia era mais importante fazer 18 anos e ir trabalhar, ter uma profissão do que fazer a faculdade. Então você tinha que chegar aos 18 anos e ter uma profissão. Então o meu pai me colocou no SENAI. Eu, quando fiz 18 anos, 19 anos eu tirei carta. Um dia eu cheguei no meu pai, falei pro meu pai que precisava de um dinheiro para comprar carro. Meu pai falou: ‘Pelo amor de Deus, comprar carro, nunca na vida. Se um dia na vida você quiser comprar carro, vai comprar com seu dinheiro. Com o meu dinheiro, você não vai comprar nunca. Se eu tivesse uma cabeça fraca... Algumas pessoas daqui, que era de família e tinha um poder aquisitivo... Os filhos tinham carro e não trabalhavam, tinha carro e eu não. Eu era filho de um trabalhador e tinha que trabalhar, eu queria ter um carro. Eu vou lutar e vou conseguir. Tinha um amigo meu que ele, em 1970, a Brasília (carro) saiu em 1975, e em 1976 esse amigo meu comprou uma Brasília e eu fiquei fascinado. Eu tenho que comprar um carro. A Brasília era um carro da época e ela era toda brasileira, ela não é nada vinda de lá de fora, a tecnologia é toda brasileira. Ela acabou por causa disso, a tecnologia é toda brasileira. Eu já trabalhava, vindo do SENAI, fui colocado na concessionária e comecei a juntar dinheiro. Então eu comecei a trabalhar, em 1974, e quando foi

em 1978, eu fui na Sabrico e comprei uma Brasília zero, fiz até uma surpresa para o meu pai. ‘Vou comprar um carro zero’, falei para os amigos, ‘Vou comprar um carro zero’. E quando eu cheguei aqui no bairro com uma Brasília, muitas pessoas pensaram e falaram: ‘Como é que o cara comprou uma Brasília zero?’, primeiro por se tratar de um negro, e dava para contar no bairro os negros que tinham carro e eu, por ter comprado carro. Comprei um carro, na época, um carro *top*, porque o modelo da Brasília, ela mudou de 1977 para 1978, ela veio com pára-choque modificado e eu fui lá e vim com o carro zero, sem placa, encostei na porta da escola, foi um sucesso, todo mundo correndo atrás e a mulherada toda. E eu não dormia, fiquei uns quatro dias sem dormir porque, na época, não tinha esse lance de seguro. Se roubassem o meu carro, pelo amor de Deus” (Luiz, 50 anos, Brasilândia).

Nos anos dourados da industrialização brasileira em São Paulo, vigorou a ideologia dos setores dominantes, a formação do proletariado para o mercado industrial, o mundo científico e tecnológico para os filhos das classes média e alta.

A distância é extrema, a respeito dos ideais dos grupos sociais na sociedade paulistana. O proletariado e os setores de melhor posição sócio-econômica distanciam-se em ideais de vida, projetos, espaços sociais e decisões presentes e futuras.

A cultura que é produzida e transmitida é propagar o ideal de consumo. Mesmo que custem anos e anos de trabalho para um assalariado, a fetichização do consumo toma conta dos desejos e das realizações. A produção em massa da mercadoria no mundo urbano-industrial desnaturaliza as relações e artificializa a produção e os ideais como um todo.

Sempre foi de praxe o Estado brasileiro oferecer sistema de ensino e formação diferenciada. A faculdade pública e de qualidade voltada para os brancos das classes média e alta. O Senai, os cursos profissionalizantes e a escola pública, para os proletariados brancos e negros.

No passado, os espaços e territorialidades da pobreza racial pouco ou nada recebiam dos ideais do mundo científico e moderno. O ensino superior recentemente incorporou-se às idealizações e realizações dos jovens que habitam a periferia paulistana.

No passado, até os anos de 1960 e 1970, o ensino superior era quase propriedade dos grupos brancos e de prestígio sócio-econômico do mundo urbano-industrial. Nesse percurso geográfico, ideológico e político dos negros na cidade do trabalho, imagina-se que poucos conseguiram ultrapassar os muros que dividem brancos e negros no mercado de trabalho e no processo de aprendizagem, como o ensino superior.

Outra face também pode se vista diante da história do interlocutor, quando retratamos

a condição de classe e raça. Ser pobre, negro e morador da periferia são categorias sociais de pouco prestígio frente aos valores transmitidos em uma sociedade de consumo que tem como marca os indicadores do racismo e da discriminação.

Homens e mulheres negros, desde os primeiros empregos, concentraram-se na divisão social do trabalho mecânico de menor remuneração e de mínimas possibilidades de ascensão profissional.

“Depois, comecei a fazer serviço avulso, ali na Vila Mariana, prédio de doze andares. Por ali, paralela com a Rua Rodrigues Alves, próximo do Hospital. Foi agora, foi nos anos 1970, me dei bem com todo mundo lá, terminei a obra, fui o último a sair de lá, prédio de doze andares. O primeiro dia que cheguei lá, já meteram susto em mim: ‘O engenheiro aqui é fogo, hem?’ Eu lembro do susto, porque o cara que falou isso pra mim, eles era negro. No outro dia eu fui trabalhar, chegava cedo e ele olhava pra mim: ‘Qual é a sua função aqui?’ ‘Minha função é de pedreiro’. Era tudo italianão, fui conquistando o homem, sem puxar saco. Tinha um lá que estava na mesma posição que eu, mas ele não era pedreiro, coisas simples. Esse senhor José precisou viajar e esse engenheiro chegou pra mim e falou: ‘Milton, o seu José vai sair e você toma conta da obra aí’. Falei: ‘Ta bom’. Quando era mais ou menos 07h10, o homem aparecia lá. Se ele visse entrar um cara às 07h15, ele falava: ‘Olha, você entra depois do meio-dia, não vai trabalhar agora não’, descontava” (Milton 78 anos, Cidade Tiradentes).

“Com 14 anos eu fui trabalhar na Crock, na Vila Prudente, eu trabalhei até os 18 anos. Aí saí da Crock, queria trabalhar em escritório, fui trabalhar de office-boy, fiquei um ano, aí não deu certo, aí eu saí de lá e fui trabalhar em uma concessionária que mexia com carros, em São Caetano do Sul. Depois eu fui trabalhar na Liberdade, na Liberdade eu trabalhei até casar. Lá eu fiquei 4 anos até casar. Lá eu fazia polimento e lavagem de carros” (Adilson, 46 anos, Cidade Tiradentes).

Oliveira, Porcaro e Araújo (1981) confirmam o quadro social a respeito do lugar do negro no mercado de trabalho: começam cedo, tem rendimento inferior aos brancos, mais tendência ao proletariado e concentração negra nos espaços de pobreza.

Esse lugar, durante o percurso espacial e temporal do negro no século XX, abrange categorias de separação, confinamento, desigualdade, estigma e exploração, que se compõe nos espaços da habitação e do mercado de trabalho. Ao invés de “lugar”, podemos substituir por outra expressão, que reúne todos os significados: a segregação ocupacional.

Compor a territorialidade negra dos anos de 1980 até os nossos dias, é poder descortinar as múltiplas faces que se estabelecem com a segregação racial. Territorialidade e segregação são forças centrípetas que se irradiam, que se opõem e sucessivamente combatem, ora defendendo o espaço político e identitário, ora preservando os espaços de dominação e privilégios.

Nessa construção epistemológica, empírica e sociológica, as faces destes dois movimentos estão, contraditoriamente, sendo confrontadas, tendo em vista dar voz, visibilidade e cenário para os interlocutores que vivem e participam da luta pelo espaço social.

A territorialidade está presente para deixar as suas marcas escritas nas pedras da cidade: o lugar de negro metamorfoseia-se para se tornar o pólo da resistência e da revolta, da produção cultural e das identidades múltiplas (Nascimento, 2000).

“Então, depois dos 14 anos, eu nunca deixei de estudar. Aos 14, 15 anos, eu fiz um curso de desenho, eu trabalhava como office-boy para pagar esse curso. Eles chamam de estágio, hoje. (...) Eu comecei trabalhando na fábrica e na prancheta. E fui desenvolvendo essa questão do desenho, fui desenhista projetista, trabalhei tudo isso da ponte pra lá. Trabalhei em boas indústrias, trabalhei em Cotia. Já tinha um pouco mais de idade quando passei a projetista, quando fui trabalhar em uma indústria média que acabou fazendo toda a informatização da Volkswagen, que deixou de fabricar o Gol. Então eu trabalhei em um projeto, eu tive o privilégio, eu viajei para a França, para a Inglaterra, para a Alemanha, para a gente estar vendo o que tinha de tecnologia lá para a gente trazer alguma coisa e implantar. (...) Então isso, pra mim foi, na época, como sendo uma valorização do trabalho, uma valorização do meu científico” (Herculano, 50 anos, Jardim Ângela).

A superação do lugar, conforme a memória coletiva de nossos interlocutores realiza-se preferencialmente através da educação, do aprendizado para o exercício das funções intelectuais e decisórias no mercado competitivo paulistano.

A educação pode ser a mola propulsora para a territorialidade vencer a segregação racial no Brasil. Ela oferece instrumentos de grande valor para mudanças, tendo em vista democratizar a cidade e compor a diversidade, a comunicação e a sociabilidade.

Conforme o quadro descrito acima, a industrialização brasileira, em intervalos curtos de tempo, alterou diversas dinâmicas da vida social. Antunes (2006) acompanha todas as mudanças ocorridas no mundo do trabalho brasileiro e internacional, principalmente as metamorfoses do fordismo, do toytismo e da acumulação flexível. Essas mudanças alteraram

todo o quadro da produção da mercadoria, do ser que executa e vende a força de trabalho até as últimas partículas que dão ligamento às produções do espaços e das mercadorias.

Telles (1994) analisa centros importantes da industrialização brasileira e constata que esses territórios de produção podem diminuir, manter ou aumentar a segregação e o racismo. A produção crescente do capitalismo, como o pólo econômico e industrial de São Paulo, pode comprovar que, na capital paulistana, a segregação racial de base residencial e ocupacional aumentou, conforme as territorialidades e segregação das décadas de 1980, 1991 e 2000 (censos do IBGE).

As mudanças no mundo do trabalho, que se iniciam nos anos de 1980, são descritas por um dos interlocutores da seguinte forma:

“Uma das coisas que até fico pensando, que as pessoas falam: ‘Você é parte dessa desagregação do trabalho’. Aquela grande questão, e não tenho purismo nenhum comigo de dizer, a gente não dá para ser contra a tecnologia, e vai ser implantada mesmo. Na época, eu até imaginei com essa questão, que eu tinha contribuído com essa grande massa de trabalhadores que estão aí desempregados. Mas se eu não fizesse, outro trabalhador iria fazer e, com certeza, a tecnologia ia sair e não tinha como avançar” (Herculano, 50 anos, Jardim Ângela).

Uma referência evidenciada por Santos (1998), no debate sobre o meio-técnico-científico informacional, é que as transformações do tipo de produção são de base espacial. Quando a referência da produção muda, significa que novos espaços serão compostos, conforme a direção e a dinâmica do capitalismo e das forças de produção com o ambiente, a tecnologia e a informação.

A mão-de-obra negra durante o fordismo, toyotismo e a acumulação flexível não se alterou profundamente. Antes, vigorou o trabalho manual e de menor renda (Porcaro e Araújo, 1988).

Nas primeiras décadas do século XX até os anos de 1940, exige-se como referência para contratação (divulgado na imprensa escrita da época): ser um candidato branco, ou seja, não ser negro (Chaia, 1988). Posteriormente, retiraram as palavras e as substituíram por: exigimos boa aparência. A troca de palavras não alterou a essência. A contratação do negro permaneceu no segundo plano.

“É claro que é mais difícil para uma mulher negra arrumar um emprego.

Minha amiga Cristiane foi com a minha vizinha, uma loira e outra negra. Elas foram procurar emprego em fast food, acho que foi no Habib's, uma coisa assim. Entrou primeiro a Cristiane e falaram primeiro que não tinha vaga.

Ela saiu, entrou a Laura, fizeram a ficha. A Cristiane chegou chorando, aqui: 'Eu não acredito que eles fizeram, eles falaram para mim, Renata'. Aí eu falei assim: 'Cristiane, aqui é...'. Eu vi uma vez na televisão, num programa humorístico, não sei se é Planeta e Casseta, que onde estava escrito 'boa aparência', para procurar emprego, quer dizer 'ser branco'. Então, se você procurar, olha, vê no jornal e lê: 'precisa-se de moças e rapazes de boa aparência', isso quer dizer que não querem negros. Eu olhei assim e falei: 'Mas se você for olhar a realidade, foi isso'. Porque lá precisava, qual a diferença, gente? Então eu acho que a gente tem que ser mais unido e lutar muito para tirar este tipo de diferença. E a gente só vai conseguir isso com a educação. Porque, com a educação, eu posso melhorar de vida, posso empregar pessoas, eu posso... Não que eu esteja também discriminando as outras raças, mas eu vou mostrar que eu posso fazer a mesma coisa e eu posso estar dando oportunidade para pessoas que eles acham que não têm esse tipo de capacidade, e eles vão mostrar quem são" (Renata, 30 anos, Jardim Ângela).

Chaia (1988) destaca que, no mercado de trabalho para homens e mulheres negros, principalmente no setor de serviços como bancos, escritórios e posições de atendimento ao público, a seleção ou corte para a admissão de funcionário tem como preferência o candidato branco. O negro é preterido das posições que exigem contato direto com o público ou de mais visibilidade.

Segregar os negros nos postos manuais e de menor renda foi uma das formas encontradas para controlar e punir os atores sociais que ultrapassam o limite dos lugares. A superação dos controles, por intermédio da educação, é uma ação política que já vem ocorrendo.

O Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho (INSPIR/DIEESE) atesta que o retorno do investimento feito em educação é menor para os negros. Além da educação, o plano político é o espaço mais estratégico e primordial para a eliminação e redução das desigualdades.

A força de trabalho e os meios de produção são classificados conforme o lugar de produção em que se distribuem no território nacional, mediante o poder econômico e político. A produção da economia tem como referência a divisão, ou seja, todos os elementos necessários para produção da mercadoria. A divisão social, espacial e racial do trabalho (Moura, 1988) aborda praticamente todo o período da sociedade de classes, moderna e industrial.

No mercado de trabalho paulistano e nacional, o nível de escolaridade tem grande peso e preponderância para o exercício das funções braçais e intelectuais, de menor e alta remuneração, no centro ou na periferia.

Entre os interlocutores, a questão da educação é um dos temas fundamentais no decorrer de suas vidas, no espaço da família e na competição constante do mercado de trabalho.

“Eu fiz Biologia. Parece que eu estava vendo uma pesquisa aí. Os negros, o povo pensa que os negros vão para a área de humanas. Os negros vão para a área de biológicas, o maior curso que tem estudantes negros é Biologia. Eu fui fazer em Guarulhos, aí fiz o curso, era faculdade lá em Guarulhos, era a FIG. Aí fiz o curso, ainda hoje é, na época tinha a Farias Brito, que virou UNG, a integrada era a FIG. Só que a FIG, o que os caras fazem, o campus principal dessa FIG era na Vila Rosário e, no centro de Guarulhos, aí o pessoal chamava de Figuinha, e eu ficava puto” (Rômulo, 44 anos, Cidade Tiradentes).

“Só para... eu vi que a minhas condições, não tinha condições de eu passar né. Mas como são regras da Educafro, tem que prestar em vestibulares dois públicos e um particular. Aí prestei em duas particulares, uma eu paguei a inscrição e outra eu consegui a isenção aí eu prestei na FMU. Na FMU eu passei em décimo - sétimo lugar, mas era muito longe, na Liberdade. Aí eu resolvi fazer aqui, foi (comove-se) eu até me emociono porque, na minha casa, só eu tive interesse em continuar, e é assim é, aí, desculpa. Já estou... Ontem eu peguei meu TCC, graças a Deus, com ressalva, mas passei na qualificação. O tema é *Criança vitimizada, violência física contra crianças na região do Jardim Ângela*” (Zilda, 38 anos, Jardim Ângela).

“Olha, eu tenho uma avaliação, modéstia à parte. Na faculdade eu não me lembro, assim, de ter passado por situações de discriminação não, mas eu sempre fui melhor que todos eles, então isso faz um diferencial. Eu acho que o negro tem isso, ele tem que ser muito bom para ficar igual, porque é desumano, né? Na faculdade, eu sempre apresentei os meus trabalhos. Quando eu percebi que tinha quer ser um bom profissional o que eu fiz, eu era muito tímida, eu sou muito tímida. O que eu fiz, eu comecei a apresentar voluntariamente todos os meus trabalhos, até porque eu não sou burra e o povo, muito esperto, não sacou, achou que era burrice minha. Eu quero ser uma boa profissional e ser uma boa profissional vai significar eu começar a aprender algumas questões, então eu vou começar a falar nessa classe. A primeira vez que eu falei, tremia que nem uma vara verde. Mas enfim, cheguei no final do ano dominando, tanto que eu fui convidada a ser auxiliar de ensino. Quantos negros havia na minha sala? Tinha eu, porque o

Serviço Social caiu muito. Antigamente, era uma profissão de elite tanto que, na minha classe, só tinha rico. Tinha eu, a Vera, que era negra, tinha a Nadir, é, Nadir, a turma era de sessenta e acabou formando quarenta. Nós fomos fazer faculdade em uma época que era muito rica, era uma época de muito burburinho. A questão das greves do ABC, a questão da abertura política, então tinha uma série de questões, a questão do preconceito, a questão da mulher e dos movimentos sociais, então foi uma época, fazer faculdades nos anos 75, nos anos 80, era uma época rica, né?” (Judite, 60 anos, Brasilândia).

A memória coletiva de nossos interlocutores sobre a educação está associada diretamente ao mundo do trabalho. Em seu grupo familiar, eles foram os primeiros e únicos a concluir o ensino superior. Na interpretação das mulheres, as lembranças do passado são preenchidas por fortes emoções. Quando contam, trazem também pequenos recortes da família e percebem o quanto foi difícil para os filhos de analfabetos, cozinheiras e pedreiros conquistarem o ensino superior.

Em outros momentos, a percepção da realidade mudou determinados comportamentos no espaço da educação, conforme relato da Judite, que se aplicou aos estudos como um dos fatores para se destacar nos espaços da educação e do trabalho. Dentre os entrevistados dos três distritos, temos 14 interlocutores que concluíram o ensino superior.

As mulheres se formaram na área de Educação (História, Geografia, Letras, Matemática e Pedagogia), Direito, Serviço Social e Economia. Os homens, em Educação (História e Pedagogia) e Economia. Ambos estão em áreas correlatas, desenvolvendo atividades na área escolar e assistência social. Outro fenômeno semelhante, referente aos interlocutores, é o trabalho nos distritos onde estão depositadas suas raízes e sua história.

Grande parte dos interlocutores fez apenas os ensinos fundamental e médio. Os homens e mulheres com ensino superior são exceções nos territórios negros, quando relacionamos cor/raça e tempo de escolaridade.

Ter maior escolaridade significa melhor posicionamento social e cultural, inclusive a possibilidade de ascender socialmente e compor estratos sociais superiores em relação ao grupo de origem.

Nas histórias de vida e da memória coletiva, são as mulheres os interlocutores que adquiriram maior tempo de escolaridade. Para elas, ter qualificação faz a grande diferença no mercado de trabalho paulistano.

A qualificação profissional e técnica tiveram resultados mais sólidos para o grupo feminino, como estabilidade no serviço público, estarem próximas de casa e a superação do

“lugar” da mulher negra.

“No começo, foi muita diferença, porque eu morava assim, há vinte minutos de Santana. Na época, quando eu mudei pra cá, a minha sogra era viva. Então, no final de semana, eu não passava aqui, mas eu já trabalhava na Zona Leste. Eu morava na Zona Norte, mas trabalhava aqui no Juscelino mesmo. Quando eu comecei a dar aula, eu resolvi: ‘Eu vou trabalhar na Zona Leste, porque eu sei que um dia eu ainda vou morar lá, então fica mais perto pra mim. Daí eu tinha um supervisor, ele trabalhou aqui na ZL também, ele falou: ‘Mirza, a ZL é o melhor lugar para você pegar aula’. Tanto é que eu nunca, nunca fiquei sem aula, desde a primeira vez que eu vim, ainda cheguei atrasada na atribuição, peguei aula em uma escola ótima, fiquei um bom tempo. Essa é a minha terceira sede, eu não gosto de ficar pulando de escola em escola. A terceira sede porque, a partir desse ano, começa a descontar dois anos da minha aposentadoria, eu falei que quero ficar perto de casa, por isto vim pra cá” (Mirza, 50 anos, Cidade Tiradentes).

“Eu entrei no Estado, eu tinha 27 anos, isso foi através de um jornal. Alguém passou onde eu trabalhava, deixou lá e eu comecei a ler ali na hora, e eu peguei, na hora do almoço, e vi. Então, e hoje eu vejo que eu sou uma pessoa que sou feliz, porque aquilo que eu tinha em mente eu concretizei. A mulher negra, a mulher negra é discriminada duas vezes, então eu estou aí, terminando a faculdade” (Reni, 54 anos, Brasilândia).

“Então (muito barulho), a partir do momento (fala baixo) que eu percebi que eu... já que o meu companheiro não estava junto, quando acaba, não tem mais jeito, eu tinha que tomar uma linha, um caminho. Eu sempre participei nos movimentos sociais, eu sempre gostei, principalmente quando eu entrei na Prefeitura, na creche, as mulheres que participaram naquela luta por Creche e tal, foi cada vez mais. Fui Diretora de Um Projeto no Jardim Colonial, fazia teatro para as crianças, através do teatro eu queria envolver a questão da família. No Jardim colonial era uma vulnerabilidade muito grande, a juventude era muito envolvida com criminalidade e drogas, uma porção de coisa né? E, e trabalhando com esse grupo de jovens, foi me incentivado mais ainda. Tive que dar uma parada quando eu entrei na faculdade, estudar, cuidar da família, do trabalho... Não foi brincadeira, os quatro anos *foi puxado* mesmo. Assim, eu comecei a perceber que cada vez mais a gente tinha que estar fazendo alguma coisa. Eu percebia, na faculdade, apesar do curso ser um curso mais, né, mas só tinha eu mais duas negras lá” (Ana, 50 anos, Cidade Tiradentes).

Conforme dados da tabela abaixo, referentes à faixa de anos de estudo por cor/raça

da cidade de São Paulo, podemos explicar brevemente a escolaridade da população negra paulistana. A classificação por faixa de anos de estudo do IBGE para a cidade de São Paulo e os distritos pesquisados, atribui-se seis classificações: sem instrução, de 1 a 4 anos, de 5 a 8 anos, de 9 a 11 anos, de 12 a 15 anos e acima de 16 anos.

O grupo sem instrução, referente à cidade de São Paulo, entre brancos e negros, é composto de 63,40% de brancos e 34,20% de negros. O segundo – de 1 a 4 anos – classifica 61,60% para os brancos e 36,10% para os negros. No terceiro – de 5 a 8 anos – os brancos compõem com 62,10% e os negros com 35,70%. No quarto grupo – 9 a 11 anos – distribui-se com 74,90% entre os brancos e 21,50% entre os negros. No quinto grupo – de 12 a 15 anos – a participação entre brancos e negros altera-se profundamente. Os brancos alcançam 86,30% e os negros 6,50%. Por último – acima de 16 anos, os brancos são 60,20% e os negros 36,70%.

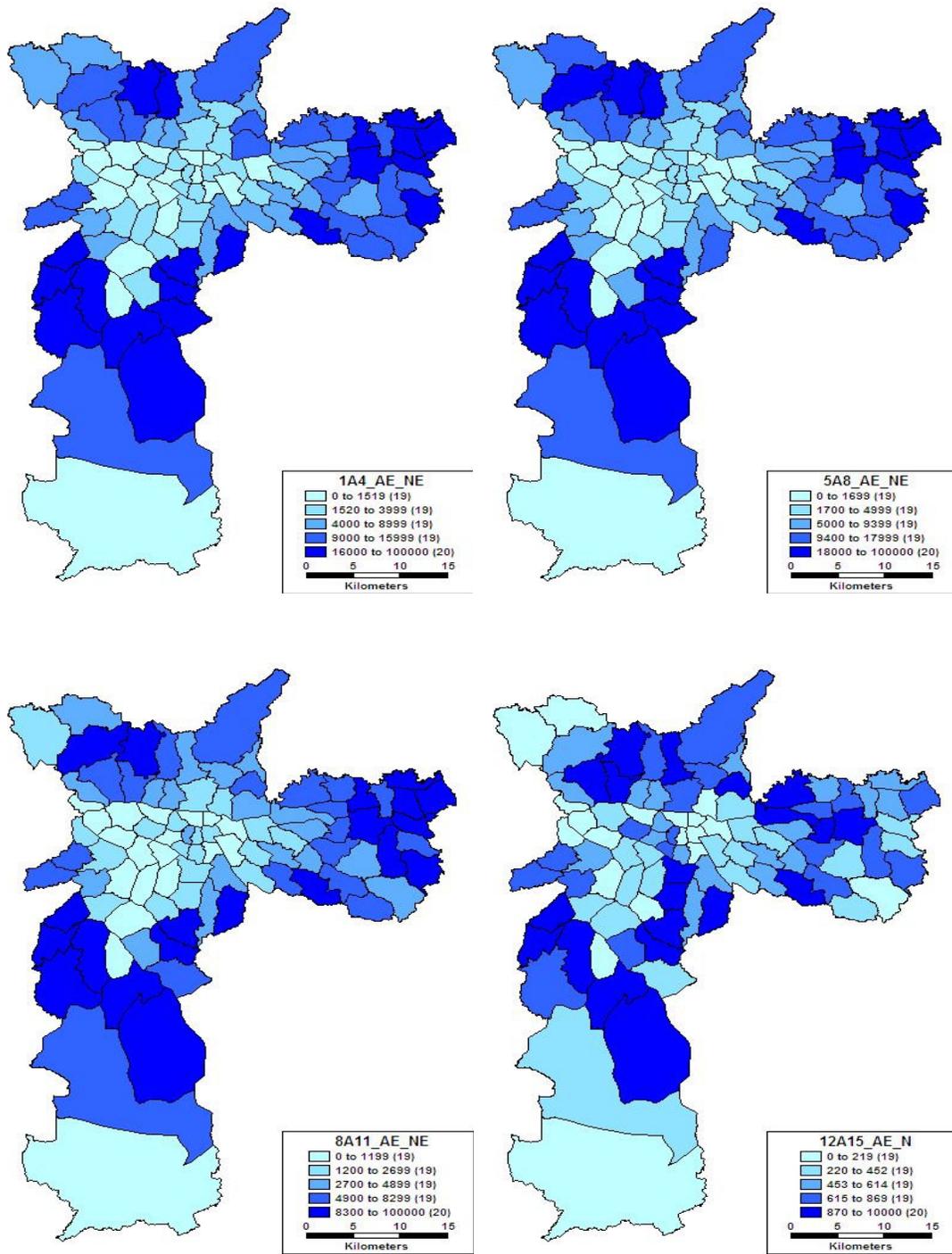
A partir dos dados acima, consideramos que brancos e negros compartilham das mesmas posições nas menores faixas e, conforme o aumento dos anos de estudo, os brancos predominam em todas as faixas. Resta ao grupo negro maior participação nas faixas de pouca escolaridade. No seu inverso, nas faixas que correspondem a mais tempo de escolaridade, a presença negra diminui.

Os homens e mulheres negros que participam deste trabalho são minorias e referências no universo de indivíduos com tempo médio de estudo acima de 12 anos no território paulistano. Na territorialidade das periferias paulistanas encontram-se as maiores faixas de renda dos grupos sem instrução e as que compõem o ensino fundamental. Nas regiões mais valorizadas e centrais da cidade de São Paulo não há semelhança com o quadro de escolaridade da periferia.

Os negros da periferia também não se encontram em situação semelhante aos negros que habitam as regiões do quadrante sudoeste e áreas centrais.

Em relação aos distritos, preferimos expor as cartografias da cidade, pois a territorialidade torna mais visível a segregação e as desigualdades.

Mapa Nº 11 - Distribuição das Faixas de Escolaridade da População Negra em São Paulo, 2000.



Fonte: IBGE e Fundação SEADE, 2000.

A territorialidade educacional da população negra, distribuída na cidade de São Paulo, (Censo IBGE 2000), reproduz emblemáticos elementos históricos, políticos, sociais e culturais das relações entre brancos e negros.

Os negros são maioria nas menores faixas de renda que se encontram nos distritos das periferias. Nos distritos que compõem as regiões do centro e do quadrante, a composição quantitativa é baixa, em consequência da pouca presença negra nesses distritos.

Quanto à segregação escolar, Rosemberg (1991) afirma que a escola dos alunos negros é de pior qualidade – pública e particular – em relação à escola freqüentada pelo aluno branco.

“Por exemplo, na Primeira Delegacia de Ensino, responsável pelo subdistrito de Brasilândia, onde aproximadamente 40% da população residente é negra, a pesquisadora encontrou apenas duas escolas particulares que ofereciam cursos de 2º grau; na região equivalente à 13ª Delegacia de Ensino, que contém os subdistritos com menor densidade da população negra, a autora encontrou 55 escolas particulares oferecendo cursos de 2º grau” (Rosemberg, 1991).

Nos distritos de Cidade Tiradentes e Jardim Ângela todas as escolas de ensino fundamental e médio são públicas, comprovando a realidade da segregação escolar dos negros. Negros e pobres são prejudicados com o nível de qualidade oferecido, haja vista a ausência de professores e a redução do número de aulas durante o ano letivo.

“O motivo de eu ter saído daqui para estudar fora, eu acho que aqui na Cidade Tiradentes a área educacional é muito ruim. Pra você conseguir ter um ensino melhor, você tem que ir procurar uma escola fora. Foi isso que eu fiz, tanto que aqui na Cidade Tiradentes eu não consegui um segundo grau técnico, porque não tinha. Depois de São Mateus, eu fui estudar no Tatuapé, e foi assim, eu fiz o curso técnico de Contabilidade. Aqui na Tiradentes as escolas estão muito fracas, muitas aulas vagas, o professor que não vem, o ensino é muito fraco, então eu optei por estudar fora” (Adriana, 27 anos, Cidade Tiradentes).

A segregação espacial da escola dos negros diminui a qualidade do capital humano. Isso se reflete na entrada no mercado de trabalho, nos cursos de nível superior e posições de destaque. As dificuldades serão redobradas em razão da precária qualidade do ensino fundamental e médio.

A segregação espacial da população negra se reflete no espaço educacional (Hasenbalg, 2005; Telles, 2003) quanto à formação, ao ensino público que crianças e jovens

negros freqüentam na periferia de São Paulo. O nível da qualidade e a ausência de professores refletem em aulas vagas, prejudica a formação e a qualidade do ensino.

Os interlocutores que moram e trabalham na periferia afirmam o seguinte sobre algumas faces de seus locais de trabalho:

“A unidade é negra, os médicos são todos brancos. Só tem um que ele é mulato clarinho, mas eu nunca tive liberdade de abordar essa questão. Inclusive ele é da minha cidade, pura coincidência, mas eu não sei como que isso bate pra ele. Nunca tive, eu vejo assim, às vezes a gente está na cozinha conversando, me lembro que uma vez estávamos falando sobre hipertensão, daí eu falei: ‘A nossa raça, e tal’. Eu percebi que ele, não. Mas eu não sei se ele está passando por um processo de branqueamento, e eu vejo que os médicos são brancos, os enfermeiros não. Na medida em que vai aumentando o nível de escolaridade, as pessoas vão branqueando, a raça vai diminuindo. Eu acho que essa coisa tende a diminuir, eu estou muito otimista. Mesmo assim, faculdades pagas, a USP ainda não” (Judite, 66 anos, Brasilândia).

A interlocutora, na época da entrevista, exercia a função de gestora da unidade de saúde do distrito da Brasilândia. Conforme a posição e o nível de escolaridade nos serviços públicos e privados, progressivamente tende a ocorrer embranquecimento. Na unidade de saúde indicada pela depoente, os negros são maioria enquanto usuários e também maioria nas atividades de menor qualificação profissional, como os agentes de saúde, vigilantes, faxineiras, auxiliares de enfermagem e enfermeiras.

A cartografia educacional do negro em São Paulo, conforme as informações acima, como tempo de escolaridade e as posições no mercado de trabalho, separam as atividades por categorias funcionais; cor/raça, local de origem, repertório cultural e posição sócio-econômica. As territorialidades negras associadas à educação e mercado de trabalho concentram-se nas posições de menor remuneração e menor tempo de escolaridade.

Verifica-se que a mão-de-obra negra não é proporcionalmente representada nas melhores ocupações, mas costuma ocorrer superações em espaços que não são tradicionalmente negros. Esse cenário é visto por intermédio da posição desenvolvida pela interlocutora, conforme relato acima. A depoente é mulher, negra, assistente social e moradora da Brasilândia. No horizonte local, são poucas mulheres que exercem posições de destaque, visibilidade e referência para os mais jovens.

Guimarães (2004) também confirma que os espaços multiétnicos se distribuem com a existência de segregação ocupacional, diferenciando negros, por um lado, e brancos por outro,

e que se articulam e apartam mulheres e homens.

As diferenças entre gênero e raça são antagônicas: homens e mulheres negros ficam à margem das ocupações de maior prestígio sócio-econômico. Os homens negros transitam em ritmos instáveis, entre diferentes situações: ocupados, desempregados e até mesmo inativos. Quanto às mulheres, no mercado de trabalho as “vantagens” prevalecem em relação aos homens negros. Não podemos chamar de vantagens como se os ganhos fossem de impacto e reversão social, mas de mais exploração e menor remuneração entre os homens brancos e negros e as mulheres brancas.

Homens e mulheres negros com qualificação profissional enfrentam o maior grau de competição no mercado de trabalho com os brancos, as carreiras de sucesso ainda tendem a beneficiar os brancos e os candidatos de boa aparência (Chaia, 1988).

Entre os interlocutores consideramos que a última depoente acima, classifica-se em uma posição de destaque sócio-econômica e de prestígio. Entre os homens, o percurso histórico também não foi nada fácil para conquistar um lugar, conforme os investimentos realizados em educação.

“Ah, aí foi... Na verdade, eu comecei no Mestrado, eu estava terminando o Mestrado. Terminando o Mestrado, na minha cabeça seria interessante iniciar a vida universitária. Então eu comecei a falar com as pessoas, comecei a mandar currículos, e foi quando eu tive a oportunidade lá na Unicsul. Antes da Unicsul eu participei de alguns projetos. Então, tem uma outra coisa, nesse tempo todo eu mantive a minha ligação com a escola pública. Então todo aquele debate de formação de professores, de capacitação e da relação professor e aluno, então essa discussão de preconceito, de Cohab, foi permeada pela relação professor e aluno. Aí eu comecei a fazer isso e tive a oportunidade de trabalhar em um projeto, tocado pela PUC, chamado PEC, um projeto de educação continuada. Primeiro era capacitar professores da área de Biologia e um outro para lidar com diretores. Nesse momento, quando eu estava no PEC, me convidaram para dar aula de substituição. Então foi por aí. No ensino superior, eu tenho dez anos, porque assim eu acabei entrando nos projetos. Eu acho que até por isso, mesmo a PUC, por exemplo, que foi um emprego. Mas era um projeto que não tinha um vínculo forte com a escola pública. Quando eu entrei no ensino superior, eu acabei me envolvendo com a educação de jovens e adultos.

Eu estou como coordenador de curso, embora coordenador é uma condição que nem a do professor. Então a gente denomina assim: somos professores e atualmente respondendo pela coordenação. Antes disso, eu fui coordenador do programa de Educação de Jovens e Adultos, que foi esse programa que aí teve a

parceria com o MOCUT. Esse programa foi aquela coisa: conversando na Cohab e vendo a possibilidade, eu acabei levando para a Unicsul e aí, só que eles institucionalizaram lá e acabou saindo a parceria. Aí, atualmente, eu estou coordenando o curso de Pedagogia, e aí eu estou aí como colaborador, tem um programa de mestrado de Política Social e eu estou colaborando nesse programa. Eu acho que eu, hoje fazendo dois anos que eu concluí o doutorado, acho importante estar pensando estas questões sociais. Por isso que eu olho para a tese... Aliás, quando eu defendi a tese, eu falei: ‘Eu estou insatisfeito porque ela está incompleta’” (Rômulo, 44 anos, Cidade Tiradentes).

O depoente acima é membro da parcela negra mais qualificada na cidade de São Paulo. Segundo o depoente, o sucesso profissional teve que superar situações de desemprego, condições materiais e funcionais. O fio condutor inicia-se no Senai, com a conclusão do curso técnico em eletrônica e o ensino fundamental, posteriormente, em momentos dispersos termina o ensino médio e nesse intervalo, trabalha em atividades diversas para dar continuidade aos estudos, como auxiliar de pedreiro, metalúrgico, auxiliar de escritório. O ensino superior inicia-se com o curso de Biologia em uma universidade particular. Após a conclusão, realiza-se o envolvimento na área de Educação. Em seguida, motivado pelos estudos da área de Educação, gradua-se em Educação na USP-SP. O sucesso profissional foi concluído com o Mestrado em Educação na USP e recentemente, o doutorado na PUC SP.

Nosso interlocutor é Doutor em Educação pela PUC SP e professor de ensino superior em uma universidade particular da capital paulistana. A posição que hoje ocupa, de certa forma é importante para si e para o lugar que ele, sua família e seus pares habitam. A posição sócio-econômica e intelectual é importante enquanto espelho e referência para os jovens do local. Ter referências em um local diverso, porém, homogêneo em aspectos como este da educação faz muita diferença, como o relacionamento, a visibilidade e as ações políticas no “pedaço”.

Conforme Silva (1980), o capital humano interfere em diferentes frentes sociais, principalmente o mercado de trabalho nos setores públicos e privados. Obter capital humano na sociedade paulistana e brasileira é, ao mesmo tempo, ter condições de acesso material e simbólico na vida presente e futura. Até mesmo para apreender o capital humano, o processo seletivo e o percurso de investimento obedecem ao recorte racial e social.

Voltando à cartografia da escolaridade negra em São Paulo, verifica-se que o capital humano não está distribuído nas periferias de São Paulo. A concentração deste bem cultural

e econômico concentra-se nas regiões mais ricas da cidade de São Paulo.

A juventude negra e pobre da urbe paulistana convive, primeiramente, com o conhecimento que, gradativamente, vem sendo lapidado. Prepondera a ausência de qualificação, em decorrência da segregação escolar e do racismo na história nacional. Ainda assim, a educação é uma das possibilidades para sair dos muros da cidade e para transcender e ocupar os principais espaços da capital paulistana.

Conforme Guimarães (2003) e Silvério (2005), as políticas públicas terão que cumprir outro papel para criar possibilidades de democratizar o mercado de trabalho entre brancos e negros.

Embora inferências econômicas e de diversos recortes sociais tenham sido aqui apresentados, os investimentos públicos em educação para os negros não foram removidos. Os obstáculos que permitiram transcender os territórios de pobreza e concorrer aos postos de prestígio parecem indicar que o curto prazo de tempo é de muita lentidão. Nesse percurso, quando as políticas forem postas em prática, acredita-se que a mobilidade do branco tenha progredido e ampliado as diferenças entre brancos e negros na sociedade brasileira.

Tabela Nº 28 - Distribuição por faixa de anos de estudo dos Distritos pesquisados por cor/etnia, 2000.

Distrito	Brancos	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados	Total
s/instrução						
SP	1.140.893 63,40%	615.158 34,20%	18.501 1%	3.242 0,20%	21.278 1,20%	1.799.092 100%
Brasilândia	34.142 59,80%	21.853 38,20%	136 0,20%	21 0%	988 170	57.140 100%
Cidade Tiradentes	21.883 52,30%	19.602 46,90%	63 0,20%	39 0,10%	237 0,60%	41.826 100%
Jardim Ângela	28.904 49,10%	29.075 49,40%	198 0,30	67 0,10%	654 1,10%	58.813 100%
De 1 a 4 anos						
SP	1.581.532 61,60%	926.709 36,10%	33.205 1,35%	5.397 0,20%	20.256 0,80%	2.567.099 100%
Brasilândia	40.012 56,20%	29.934 42%	236 0,30%	88 0,10	955 1,30%	71.225 100%
Cidade Tiradentes	23.686 46,70%	26.723 52,60%	37 0,10%	96 0,20%	224 0,40%	50.766 100%
Jardim Ângela	33.426 44,70%	40.296 53,90%	198 0,30%	177 0,20%	621 0,80%	74.718 100%
De 5 a 8 anos						
SP	1.780.046 62,10%	1.023.457 35,70%	33.448 1,20%	6.193 0,20%	25.163 0,90%	2.868.307 100%
Brasilândia	41.678 56,30%	31.358 42,30%	168 0,20%	135 0,20%	723 1%	74.062 100%
Cidade Tiradentes	32.918 48,30%	34.773 51%	59 0,10%	130 0,20%	278 0,40%	68.158 100%
Jardim Ângela	34.745 45,70%	41.163 53%	185 0,20%	145 0,20%	637 0,80%	77.605 100%
De 9 a 11 anos						
SP	1.738.230 74,90%	498.536 21,50%	67.414 2,90	3.084 0,10%	14.628 0,60%	2.321.892 100%
Brasilândia	25.456 63,30%	13.723 34,10%	420 1%	63 0,20%	573 1,40%	40.235 100%
Cidade Tiradentes	29.521 64,70%	14.804 32,40%	1.013 2,20%	38 0,10%	279 0,60%	45.655 100%
Jardim Ângela	16.868 53,10%	14.391 45,30%	174 0,50%	39 0,10%	316 1%	31.788 100%

Distrito	Branços	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados	Total
De 12 a 15 anos						
SP	723.793 86,30%	54.408 6,50%	55,320 6,60%	569 0,10%	4.158 0,50%	838.248 100%
Brasilândia	2.605 69,90%	942 25,30%	138 3,70%		42 1,10%	3.277 100%
Cidade Tiradentes	582 47,50%	622 50,70%	22 1,80%			1.226 100%
Jardim Ângela	984 54,60%	754 41,80%	48 2,70%		17 0,90%	1803 100%
Acima de 16 anos						
SP	19.739 60,20%	12.021 36,70%	545 1,70%	129 0,40%	338 1,0%	32.762 100%
Brasilândia	444 62,40%	239 33,60%	12 1,70%		16 2,30%	711 100%
Cidade Tiradentes	190 46,30%	220 53,70%				410 100%
Jardim Ângela	372 44,30%	453 54%	14 1,70%			839 100%

Fonte: IBGE, 2000.

Os dados da tabela acima não se diferenciam, a ponto de resultar grandes distorções entre o a cidade e os pedaços. Nos distritos da capital, os índices de escolaridade não diferem da realidade da cidade.

Percebe-se que, nos distritos, as diferenças quanto ao tempo de escolaridade entre brancos e negros permanecem altas, conforme a primeira classificação – sem instrução. Nos três distritos, a média de brancos e negros sem instrução é superior à média da cidade.

Na segunda classificação, de 5 a 8 anos de estudos, a média local continua superando a média da cidade.

Na classificação seguinte, de 9 a 11 anos de estudos, nota-se um aumento superior às faixas anteriores entre brancos e negros.

Posteriormente, na classificação de 12 a 15 anos de estudos, as diferenças entre brancos e negros se mantêm, mesmo nas periferias da cidade.

Na última classificação (acima de 16 anos de experiência escolar), os brancos superam os negros nas três localidades.

Num olhar mais apropriado, considera-se que em todas as faixas de tempo de escolaridade, os brancos superam, em maior proporção, os índices de escolaridade dos negros,

conforme classificação do IBGE 2000.

Os interlocutores que nasceram nas últimas quatro décadas relatam as passagens por diversas ocupações antes de conquistarem suas posições atuais, majoritariamente em serviços que exigem força física, braçal e de menor remuneração.

“A relação de chefe de família, então. Na minha sala tem várias mulheres que são chefes de família, então não tive problema nenhum de dizer, ‘aí eu preciso ajudar um marido para me ajudar’, esta... nunca pensei nisso, nunca. Trabalhei em casa de família, fiquei maior tempo desempregada, ele foi embora, voltei a trabalhar em casa de família, trabalhei quatro anos quando nó nos separamos, aí sai da casa de família, trabalhei de promotora, trabalhei de entregar panfleto, tudo, eu só não me prostituí. Agora, o resto, de tudo eu fiz um pouco para sobrevive. Então estou aqui” (Zilda, 38 anos, Jardim Ângela).

“Aos dez anos eu já fui ser empregada doméstica. Eu ajudava uma moça, eu fui empregada doméstica dos dez aos dezessete anos, fazia faxina, cuidava de criança. O meu primeiro emprego registrado foi na indústria Primícia, eu tinha 18 anos, eu fiquei quatro anos nesse emprego, e saí. Acho que foi o meu lado crítico, esse lado da Geografia e da História já começou a apontar dali, porque eu saí dizendo que jamais ia ser peão de obra de novo (risos). Porque aquilo era muito humilhante e o ser humano não merecia aquilo, porque dentro de uma fábrica, a divisão do trabalho, a segregação é gritante, eu via a gente sermos humilhados, sermos pisados. Pelo chefe mesmo, pela lei de lá de cima. Depois eu fui trabalhar em escritório, fui trabalhar no escritório político do Quércio, trabalhei dois anos, aí fui, sempre com a função de auxiliar. Aí eu fui para a faculdade e, no segundo ano, a minha irmã falou: ‘Chega de ficar só na sala de aula e vamos por na prática o que você aprendeu. Vai dar aula’. Eu saí no dia 11 de agosto de 1997, do escritório de advocacia, e no dia 13 eu estava em sala de aula e estou até hoje. São nove anos, eu me formei na Teresa Martin, ali eles formam professores. Eu fui o último ano de Estudos Sociais, então eu tenho formação de 5 a 8 em História e plena em Geografia, e na Teresa Martin foi tudo de bom, eu amei. Foram 4 anos maravilhosos e, em Geografia, era muito trabalho de campo, você mais vê a realidade. Eu já fui em acampamento de sem-terra, já dormi naquelas casinhas de lona preta, eu já fui naqueles bairros pobres da serra do mar, foi tudo de bom, eu tive excelentes professores” (Ana Rosa, 40 anos, Cidade Tiradentes).

Para as mulheres negras, a situação de desemprego foi de curto de tempo e inconstante.

No mercado de trabalho paulistano, conforme dados da Fundação SEADE, a taxa de

desemprego é proporcionalmente maior entre os homens e mulheres negros. No primeiro mês do ano de 2008, a Fundação SEADE indicou a taxa de desemprego, 15,3% para os não-brancos e 12,5 para os brancos.

Historicamente, homens e mulheres negros, principalmente a mulher negra, costumam se ocupar de múltiplas atividades funcionais. Não é uma prática comum o negro permanecer meses e anos desempregado, esperando oportunidades melhores e ficar nesta situação, vivendo à custa da família.

O rendimento dos trabalhadores paulistanos, conforme a classificação por gênero e cor/raça, distribui-se na cidade de São Paulo, mediante as cartografias da riqueza e da pobreza, do centro e da periferia, das áreas com maiores índices de escolaridade e das áreas com menores indicadores, enfim, as desigualdades no rendimento são influenciadas pelas questões de gênero, espaço, classe e raça.

Em São Paulo, a renda média dos trabalhadores é de R\$ 1.031,85 (Fundação SEADE), no conjunto geral do mercado de trabalho. O rendimento diferencia-se, a partir da classificação entre homens e mulheres, brancos e negros. Os homens brancos recebem em média R\$ 1.919,20 e os negros R\$ 690,54. As mulheres, R\$ 1.092, 23 para as brancas e R\$ 425,47 para as negras. Calculando a média entre homens e mulheres, brancos e negros, os trabalhadores brancos recebem em média R\$ 1.505,50, e os trabalhadores negros R\$ 557,50.

O trabalhador negro recebe apenas 37% de rendimento, comparado ao ganho médio do trabalhador branco. A democracia racial no mercado de trabalho brasileiro, não pressupõe igualdade salarial e de competição na força de trabalho.

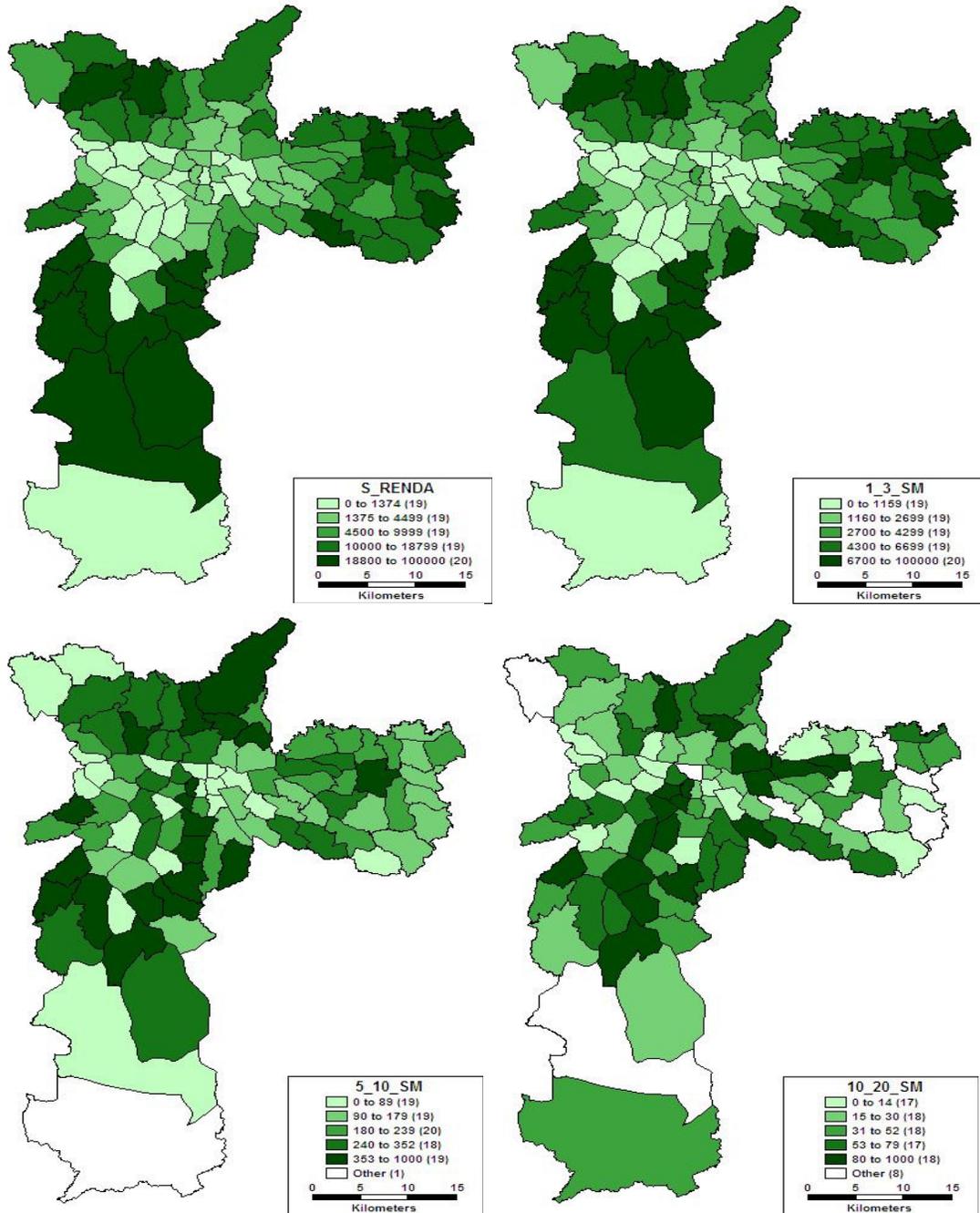
Será preciso multiplicar os investimentos em capital humano para eliminar as desigualdades ocupacionais e educacionais entre brancos e negros. Não há incertezas, o cenário da territorialidades de São Paulo, em curto, médio e longo prazos, precisará receber investimentos sociais, educacionais e apoio para qualificação profissional, através de políticas universais e de outros recortes, territorial, particular, local e de ação afirmativa.

Na cartografia a seguir, temos a distribuição territorial dos negros por faixa de renda em salários mínimos. A cartografia dos rendimentos dos trabalhadores negros na cidade dispõe-se em consequência da segregação ocupacional e residencial. Morar na periferia, ser negro e pobre aumenta as chances de um indivíduo receber os menores salários, ser estigmatizado, sofrer discriminação social e racial e ficar preso aos muros da cidade de São Paulo.

Cartografar as territorialidades vem sendo um instrumento técnico, político e sociológico fundamental para compor diagnósticos e quadros urbanos. Com tais instrumentos

é possível que o Estado, munido desses recursos técnicos e políticos, seja prático com a realização de políticas para a eliminação das desigualdades sócio-raciais, a segregação e o racismo.

Mapa N° 12 - Distribuição da Faixa de renda da população negra da Cidade SP, 2000.



Fonte: IBGE e Fundação SEADE, 2000.

As faixas de escolaridade negra, as faixas de renda por salário mínimo e as territorialidades são similares. Escolaridade e renda não se diferenciam, relacionam-se e assumem corporeidades que percorrem o direito à cidade e à cidadania.

A tecnoesfera do território (Santos, 1998) desterritorializa a cultura, homens e mulheres, comunidades, organizações dos trabalhadores e o espaço de natureza humana. Com a desterritorialização da terra, pressupõe-se que o quadro sócio-econômico entre brancos e negros, talvez, sofra progressivo aumento entre as desigualdades.

As políticas universais, mediante a conjuntura do século XX e contemporânea, não concretizou resultados agradáveis no que diz respeito à segregação racial e ao racismo.

Algumas hipóteses apontam para uma reviravolta, o tempo e o espaço não esperam as transformações. A racionalidade, a subjetividade e os princípios em torno de revoltas e revoluções, amanhã ou brevemente, explodirão com revoluções.

Tabela Nº 29 - Distribuição de Faixas de Renda dos Distritos por cor/raça, 2000.

DISTRITO/SP	Branços	Negros
Sem Renda		
SP	2.143.654 (64,40%)	1.084.406 (32,60%)
Brasilândia	48.807 (57%)	35144 (41,10%)
Cidade Tiradentes	33.307 (48,50%)	34.976 (50,90%)
Jardim Ângela	41.300 (46%)	47.187 (52,50)
Menor de 1 SM.		
SP	1.618.839 (60,40%)	1.000.535 (37,33%)
Brasilândia	39.102 (54,50%)	31.281 (47,70%)
Cidade Tiradentes	25.199 (46,90%)	28.056 (52,50%)
Jardim Ângela	31.609 (44,20%)	39.054 (54,50%)
De 1 a 3 SM.		
SP	1.294.631 (72,70%)	429.159 (24,10%)
Brasilândia	20.890 (62,60%)	11.840 (35,50%)
Cidade Tiradentes	11.936 (51,10%)	11.291 (48,30%)
Jardim Ângela	13.811 (49,40%)	13.813 (49,40%)
De 3 a 5 SM.		
SP	347.608 (82,20%)	50.791 (12%)
Brasilândia	2.654 (68,50%)	1.055 (27,20%)
Cidade Tiradentes	903 (51%)	867 (27,20%)
Jardim Ângela	1.251 (54,10%)	963 (41,60)
De 5 a 10 SM.		
SP	304.499 (86,60%)	21.864 (6,20%)
Brasilândia	1.203 (80,20%)	251 (16,70%)
Cidade Tiradentes	217 (63,10%)	127 (36,90%)
Jardim Ângela	541 (60,40%)	345 (38,50%)
De 10 a 20 SM.		
SP	112.447 (90,30%)	4.510 (3,60%)
Brasilândia	100 (65,80%)	48 (31,60%)
Cidade Tiradentes	72 (100%)	
Jardim Ângela	64 (68,10%)	30 (31,90%)
Acima de 20 SM.		
SP	35.055 (83,30%)	883 (2,30%)
Brasilândia	55 (83,30%)	
Cidade Tiradentes	10 (100%)	
Jardim Ângela	45 (69,20%)	20 (30,80%)

Fonte: IBGE, 2000.

Conforme o quadro acima, a distribuição dos negros, mediante as faixas de renda, configura-se de forma decrescente: 32,60% no grupo sem renda, 37,30% no grupo com renda menor que 1 salário mínimo, 24,10%, de 1 a 3 salários mínimos, 12% no grupo de 3 a 5 salários mínimos, posteriormente, 6,20% de 5 a 10 salários mínimos, 3,60% no grupo de 10 a 20 salários mínimos e, por último, 2,30% no grupo acima de 20 salários mínimos.

Verifica-se a maior concentração do rendimento dos negros nas primeiras faixas de renda e o inverso, que se localizam nas três últimas. Constata-se que os indivíduos negros estão sobre-representados nos rendimentos de baixa renda e os brancos estão proporcionalmente à frente, em maiores percentuais nas três últimas faixas de renda.

Nos distritos, a diferença dos ganhos entre brancos e negros é semelhante ao quadro geral dos dados da cidade. No entanto, nas duas últimas faixas de renda dos distritos da Cidade Tiradentes e Brasilândia, os percentuais não atingem 1%.

Os trabalhadores negros das periferias de São Paulo e, em particular, da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, estão dispostos desigualmente no quadro de renda em salários mínimos, conforme o conjunto da cidade e os respectivos pedaços. No “pedaço”, os negros auferem, majoritariamente, rendimentos abaixo de seus vizinhos brancos.

A desigualdade racial no mercado de trabalho impõe lugares de negros e lugares de brancos. A história do mundo do trabalho para os trabalhadores negros foi, em primeiro lugar, superar os lugares que foram destinados e, em segundo, competir por posições funcionais que resultam em vantagens materiais e não-materiais.

Entre os entrevistados, temos moradores das periferias de São Paulo que ultrapassaram os limites ou dos muros da cidade. Conforme declaração abaixo de um dos interlocutores, sair dos lugares tradicionais e competir na sociedade paulistana exige dos trabalhadores negros, além do capital humano, muita sorte e sucesso. Não bastam apreender o capital humano, no cotidiano da força de trabalho, os negros qualificados precisam passar pela segregação ocupacional.

“Não, hoje eu faço alguns trabalhos como free-lance, mas não exerço a atividade. Até porque hoje, a preferência das empresas, elas querem muito conhecimento e o salário, ela derrubou completamente. Eu me lembro o último currículo. Aliás, quando eu saí da última empresa que eu trabalhei, meu salário era por volta de 4 mil, na época. E hoje, eles têm oferecido... A última empresa que eu levei meu currículo, ela me ofereceu um salário de 450 reais. Então assim, eu acredito que, com o conhecimento que eu tenho, a bagagem que eu tenho de

conhecimento, tanto de cálculo, a experiência adquirida durante esses mais de 20 anos de profissão, eu não ia me submeter a ganhar um salário de 450 reais e continuar fazendo todos os cálculos da empresa. Hoje, eu faço um trabalho na região, de produtor cultural, procuro trabalhar esta questão da identidade afro-brasileira, trazer essa discussão sempre que eu posso, para que as pessoas entendam um pouco que não basta a gente ter consciência que somos negros e ter conhecimento, grandes conhecimentos tecnológicos ou grande conhecimento científico porque a inserção no mercado de trabalho é segregacionista. Ela ainda tem esta questão de que negros tem o seu papel e brancos tem os seus. Até porque, em que eu me lembro, esse emprego de projetista meu, eram poucos negros com o salário que tinha. Eu conheço dez nesses vinte anos de projetista” (Herculano, 50 anos, Jsrdim Ângela).

O negro pobre se submete às diversas atividades funcionais quando não tem profissão definida. A ocupação de postos de menor expressão, em situações particulares, pode ser que não aconteça, mediante a história acima do interlocutor. A qualificação que o interlocutor apreendeu estava no mesmo nível de profissionais com ensino superior. Porém, quanto ao salário, no final do mês a diferença vinha impressa no salário e na conta bancária a favor dos engenheiros.

Abaixo, as palavras do nosso interlocutor são mais contundentes quanto ao universo da segregação e do racismo.

“Então, essa concepção, ela se dar a partir dessa concepção de trabalho mesmo. Por exemplo, quando eu vou para uma empresa que tem um departamento técnico e esse departamento é o mais onerado, abaixo da diretoria, se eu não me engano era o departamento mais onerado da empresa. E tinha muito poucos negros, e os próprios cursos que eu acabava fazendo, ou pela empresa ou mesmo na USP, na PUC ou mesmo as viagens que eu fiz, eu vi poucos negros. No final de 1980, saindo daqui e indo para o aeroporto de Guarulhos... Pra mim, viajar para Alemanha... E quando você olha no avião, você vê poucas pessoas com essa pigmentação de pele próxima à sua. Então você vê dois mundos diferentes, no mundo do trabalho que eu estou inserido, a necessidade que eu vá para a Alemanha, que eu vá para a França e Noruega para buscar conhecimento para a empresa e o mundo que eu via, morando na periferia, aqui na Piraporinha ou na região do Ângela. E essa dificuldade de perceber pessoas negras nesses espaços. Essa identidade se constrói em casa, porque em casa a sala era sempre essa: o mundo é assim e a gente não pode transformar, Deus quer assim, por exemplo e tal” (Herculano, 50 anos, Jardim Ângela).

A segregação e o racismo são de natureza ocupacional, residencial e institucional. No Brasil, o racismo institucional promoveu a separação entre brancos e negros na sociedade, conforme os lugares de poder, o universo societário e os micro-espços sociais, como a família e o entorno do local de morar.

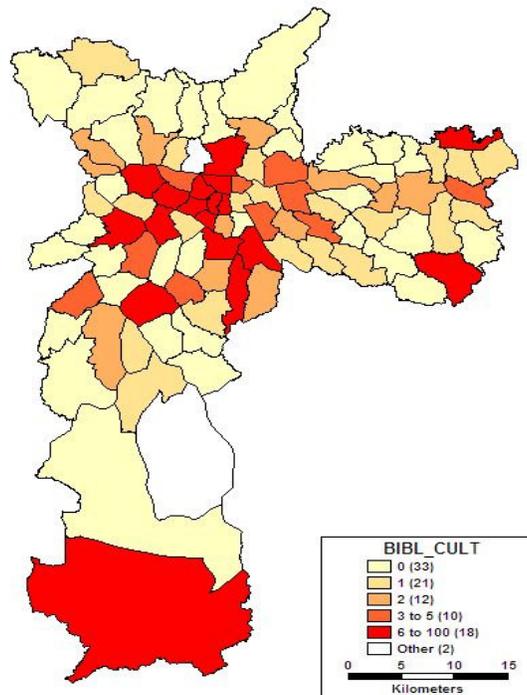
O meio técnico-científico-informacional (Santos, 1998), em hipótese alguma é democrático quanto a sua distribuição na cidade. Existem possibilidades de mudar o pensamento e construir identidades e consciências que não se limitem aos quintais, muros do local de viver ou da cidade.

A segregação ocupacional e residencial, do ponto de vista material e subjetivo, interferem no processo de construção de identidades sócio-raciais. Torres (2005) considera que a segregação interfere no jogo identitário e social das gerações, através dos fluxos quase inexistentes que são distribuídos nos territórios da cidade.

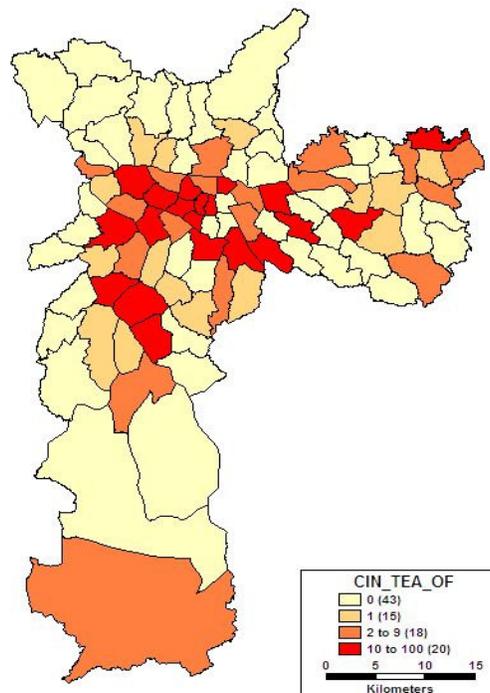
Se para as populações negra e pobre falta capital humano, o Estado também está em débito com os fixos e fluxos do ambiente construído e do meio-técnico-científico informacional.

Para esboçar visibilidades sobre as territorialidades do ambiente construído, é apropriado verificar as cartografias abaixo.

Mapa N° 13 - Distribuição de Bibliotecas e Centros de Cultura na cidade de São Paulo, 2000.



Mapa N° 14 – Distribuição de Cinemas, Teatros e Oficinas Culturais na cidade de São Paulo, 2000.



Fonte: PMSP, SEMPLA

Nas periferias de São Paulo e nos distritos deste trabalho, além da ausência de capital humano para a juventude negra e pobre, os espaços sociais que poderiam ser importantes para lapidar, transformar e contribuir na formação das identidades, distribuem-se no território de São Paulo, obedecendo a lógica do capitalismo brasileiro.

Na cartografia, lazer, cultura, parques, cinemas e teatros estão concentrados nas regiões do centro e do quadrante sudoeste. Por que a distribuição não obedece à lógica da psicoesfera?

Porque a artificialização do espaço, na sociedade contemporânea, tem como base a mercantilização de tudo o que é produzido em sociedade. Os objetos públicos e particulares estão comumente instalados fora dos territórios e do cotidiano social dos distritos que compõem as territorialidades negras de São Paulo.

Carril (2006) descreve que determinados territórios, como a cartografia acima e os dos pobres pouco se cruzam e se relacionam. A ausência desse encontro tem como consequência; buscas, entraves e lutas constantes em torno da cidadania.

Os homens e mulheres negros admitiram que a distância entre habitação e trabalho resulte em longas horas dentro de transporte coletivo (ônibus, trens e metrô) ou individual. Em média, os moradores da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela gastam em torno de, aproximadamente, quatro horas de circulação entre trabalho, habitação e vice-versa.

Os moradores mais velhos, assim como os mais jovens, indicam algumas dificuldades no mercado de trabalho e para a concretização da contratação. A primeira, encontra-se no deslocamento diário que realizam, chegando a ser lutas constantes para (empenho físico, desgaste físico e emocional) o embarque e desembarque do transporte coletivo. A segunda, a dificuldade para serem admitidos quando informam o local onde residem.

“Ela (esposa) trabalha na região do aeroporto de Congonhas. Ela pega dois ônibus até o metrô, depois faz baldeação na Sé e depois vai até a São Judas, vai até o aeroporto, ela desce na Avenida dos Bandeirantes” (Adilson, 46 anos, Cidade Tiradentes).

Torres (2004) evidência que seis elementos preponderam diante da segregação residencial e ocupacional, dentre eles, a distância entre moradia e emprego. Este elemento contribui para o aumento e/ou perpetuação da pobreza. Nas áreas mais distantes da cidade, a locomoção é uma das principais barreiras para que os trabalhadores vendam sua força de trabalho, conforme a distância geográfica entre os fixos e os fluxos.

A desvantagem inicial dos negros na sociedade de classes, como a localização geográfica, as posições sociais de segundo plano, a proletarização e a lupemproletarização e, em maior abrangência, o legado do racismo e o presente sócio-racial, formam e repercutem, nos centros urbanos do país, múltiplas territorialidades de desigualdades (Hasenbalg, 2005).

A segregação racial no Brasil só pode ser vista através desses valores, contidos na história e que servem de artifício para negar uma realidade que, durante todo o século XX, insistiu-se em encobrir, mascarar e suavizar relações sociais e raciais para a manutenção dos privilégios.

Na cidade de São Paulo, participar das territorialidades negras e da segregação significa assumir duplos sentidos: de um lado, assumir o protagonismo social e das metamorfoses de resistência e revolta; de outro lado, conviver dialeticamente em torno da exploração, vulnerabilidade e atrás dos muros da cidade.

Conforme os mapas de números 11 e 12 (faixas de renda e escolaridade), os habitantes negros que superaram o limite do “lugar” econômico, financeiro e do capital humano, podem ser considerados uma pequena representação da classe média negra na cidade de São Paulo. Além da superação da posição social, este grupo tem que provar constantemente os seus valores e manter a posição conquistada, assim como o combate à discriminação e o racismo.

No mesmo raciocínio quanto aos territórios, a população negra que habita os extremos da periferia dispõe de poucos recursos econômicos e culturais para se apropriar do ambiente construído e dos recursos que a cidade oferece. A distância sócio-espacial entre os negros que habitam a periferia e as regiões mais valorizadas, em síntese, corresponde ao poder econômico, ocupação profissional e a escolaridade.

3.3.2. A produção da habitação e da família: aspectos sociais e subjetivos

A contextualização do negro, em São Paulo, configura-se em torno da territorialidade e da segregação racial. A territorialidade é a interferência do homem no espaço que se constitui de forma social, cultural, simbólica e política. A segregação racial também é uma ação humana, mas que se realiza por intermédio da separação de classes, raças, espaços e religiões. A distinção entre território e segregação diferencia-se no aspecto de pertencer à cidade, ou seja, sentir-se e exercer a cidadania na cidade.

Merece consideração visualizar o quadro das territorialidades negras associado à questão da habitação, tendo em vista conhecer as expressões do território e da segregação.

No passado e no presente, a questão da habitação compõe-se como uma das principais preocupações do cenário social das cidades brasileiras.

Os homens e mulheres negros relatam suas experiências no espaço social da habitação, descrevendo suas configurações sociais: o cortiço, a pensão, o porão, a favela, a casa na periferia, a verticalização, o apartamento e a habitação construída pelo poder público.

Nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, o local de morar se torna cada vez mais difícil de ser consumido, frente às perspectivas da qualidade e da utilidade. O valor de uso está perdendo a luta para o valor de troca. Portanto, a moradia passa a valer um preço no mercado imobiliário de forma diferencial, conforme o espaço, a classe social e os conflitos que envolvem diversos interesses políticos (Harvey, 1982).

São Paulo, por ser a maior cidade do país, traz consigo outros destaques que também são fundamentais para se pensar a questão da cidadania. Na capital paulistana estão concentradas e distribuídas as faces da habitação para a população que trabalha e repõe a força de trabalho no espaço de encontro de sua família e seus pares. Morar em São Paulo, independentemente da localização – centro ou periferia – significa dispor de tempo social para o deslocamento entre trabalho e habitação.

A história da habitação e todos os instrumentos necessários para a vida social em São Paulo, são descrita por nossos interlocutores a partir dos sentimentos, ações e resultados dos investimentos materiais e subjetivos, ou seja, do trabalho de homens e mulheres e da solidificação das inscrições para compor a família.

Nossos interlocutores relatam que, antes de se fixarem nos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, percorreram e se deslocaram pelos mais diferentes contextos da cidade de São Paulo.

Dentre os moradores da Brasilândia, seguem os relatos:

“A plantação de algodão é a coisa mais linda que tem, só que ela tem que ser colhida no tempo. Na época, choveu onze dias seguidos, e aquilo que era lucro certo foi pro saco. Aí ele desistiu, porque a gente já estava na época de ir pra escola e meus irmãos já estudavam na escola da colônia. E aí ele veio para São Paulo, na casa de uma tia. A gente foi para Artur Alvim, que é região de Itaquera, Zona Leste, Burgo Paulista. Aí a gente ficamos na casa da minha tia, porque ele não queria pagar aluguel, porque ele achava que quem paga aluguel não constrói nada. Estava muito certo. E aí, enquanto nós ficamos lá, ele comprou um terreno aqui nessa região, que era uma região que estava em formação, depois da Igreja de Itaberaba, entre a Igreja de Santo Antonio e a Igreja de Itaberaba. A sua vida inteira ele comprou terreno ali. No prazo de dois anos ele tinha construído uma casa boa. Não era nenhuma mansão, mas era um casa boa, tão boa que está até hoje. A minha irmã mora nela e fez algumas pequenas reformas, e ele fez uma casa boa” (Judite, 60 anos, Brasilândia).

“A minha mãe, ela ficou trabalhando no lar mesmo, dona de casa. O meu pai, quando ele casou, ele já trabalhava na época na estrada de ferro, a Sorocabana. E de lá, eu nasci lá, quando eu tinha cinco anos, o meu pai foi transferido para São Paulo, para trabalhar na Barra Funda, foi onde ele se aposentou. Chegamos em São Paulo, viemos morar na casa de um tio dele, em Itaberaba, e quando nós estávamos aqui mais ou menos seis meses, meu pai comprou esse terreno, ele construiu e nós estamos até hoje” (Reni, 55 anos, Brasilândia).

Com o fim da imigração estrangeira, o maior volume de trabalhadores entrados em São Paulo, após 1940, foram os migrantes internos e externos que mais se deslocaram (Martins, 2004). Dentre os migrantes, a participação negra na cidade de São Paulo tenderia a crescer, em razão da migração de negros das regiões Norte e Nordeste. Os fragmentos acima, das duas interlocutoras que migraram para a capital paulistana, são lembranças da época de criança, que remonta, no quadro social da família, os primeiros deslocamentos geográficos no Brasil, no seu local de origem geográfica e social.

Nossos interlocutores do distrito da Brasilândia, antes de fixarem residência, moraram na Barra Funda, na Freguesia do Ó e em alguns lugares da Zona Leste. Muitos deles saíram de Estados do Norte e Nordeste. Entre as pessoas entrevistadas, as conversas e contatos, percebe-se a maior migração de mineiros e baianos, que migraram no período pós 1940.

No Distrito da Cidade Tiradentes, o mais novo entre as três áreas, a população é oriunda de toda a cidade e do país. Encontramos pessoas do Bexiga, Tucuruvi, Cachoeirinha, Bairro do Limão, Artur Alvim, Patriarca, Itaquera, São Mateus, Vila Industrial, Vila Prudente, Santo André, mineiros, baianos etc.

“Nasci em Minas Gerais, Rio Esperia, em 1956. Moro aqui em São Paulo desde os três anos de idade. Logo que chegamos aqui, minha mãe morava, não sei se você conhece, Cidade Patriarca, Arthur Alvim, entre um e outro bairro Vieram pra cá através de familiares. Aí, com o apoio da família, , foi ficando, comprando terreno, pagando aluguel de primeiro. E a dificuldade, por eu ter ficado longe da minha família, foi por isso, porque tinha que alugar casa e, naquela época, não se alugava casa para a família com tantos filhos. Para alugar casa, minha mãe deixava um filho em cada casa de parente, depois alugava a casa, depois de um mês, cada dia ela levava um filho pra casa, aí foi juntando os filhos novamente (Risos). E eu, na época, quando a gente é criança quer tudo e não pode nada” (Teresinha, 50 anos, Cidade Tiradentes).

“Eu vivi em Salvador até os sete anos. Na passagem de sete para oito anos eu vim pra São Paulo, eu vim com ele. Aqui ele formou uma outra família. Eu acho mesmo! Eu achava, só que já tinham demolido, aí já fizeram a do Tietê, depois. Nós ficamos uns dois meses morando num daqueles hotéis ali, eu não sabia se era hotel ou era cortiço, porque até hoje a coisa ali é meio esquisita né. Nós ficamos uns dois meses ali, eu estou falando com você e as imagens vêm assim né, descendo a escada, saindo lá na rua, aquele monte de carros passando e tal. Depois disso, nós fomos morar em Diadema. Aí, em Diadema, o que acontece, ele veio, ele teve um outro relacionamento e casou,. Eu fui estudar em Diadema, estava estudando” (Rômulo, 43 anos, Cidade Tiradentes).

No Jardim Ângela, a migração interna e externa também se repete, são moradores que saíram de Santo Amaro, Pedreira, Jabaquara, Vila Mariana, nordestinos, mineiros e cariocas.

A partir de 1940, com a implantação da ideologia da casa própria (autoconstrução), a mão-de-obra negra e pobre desloca-se para as periferias de São Paulo, tendo como objetivo reduzir os gastos e compor a família.

Nossos interlocutores foram um dos protagonistas pela construção do espaço social nas periferias de São Paulo. Eles estiveram à frente da construção de suas casas, em torno das necessidades e, direta e indiretamente, foram os responsáveis pelo incremento do espaço social e das necessidades do mundo urbano-industrial.

“Aí, nessa época, a gente morava ali num terreno na Artur Alvim, que ela comprou e meu pai também, fizeram a casa como mutirão, e os tios e primos foram ajudar, em três finais de semana a casa já estava de pé e já com assento, e assim toda a nossa família construiu assim, um dando a mão pro outro, com a família unida, o tio, o primo, o colega do primo, todos ajudavam e assim ia. Todos que compravam o seu pedacinho de terra já construía a sua casa, sem precisar pagar a mão de obra, não era um gasto que a gente tinha naquela época, rapidinho, sem precisar pagar. Era bem melhor que agora, hoje já é difícil pra conseguir as coisas” (Teresinha, 50 anos, Cidade Tiradentes).

Villaça (1986), Maricato (1996) e Bonduki (1998) estão corretos quanto à afirmação da autoconstrução. O Estado se ausentou do seu papel político – políticas habitacionais – e os grupos de renda mais elevados se beneficiaram com a segregação dos grupos de menor renda. As classes média e alta se viram livres dos pobres e negros e o território da cidade, passo a passo, aos invés de se tornar mais rico do ponto de vista social, cultural e político, não se diversificou e foi se tornando mais homogêneo, pobre, carente e precário dos valores de uso.

No século XX na cidade de São Paulo, determinados períodos foram essenciais para compreender a presença negra, como o início da sociedade de classes, os planos urbanísticos, as duas revoluções (de 1924 e 1932), o mundo urbano-industrial e a migração interna até os nossos dias. A força de trabalho teve importante papel nesse cenário, pois interferiu no processo de desenvolvimento dos fluxos e dos fixos.

Florestan (1965), Bernardo (1998) e Rolnik (1998) comprovam o deslocamento desde o início do século passado, em razão da modernização da cidade de São Paulo, da valorização dos espaços, da auto-segregação no contexto urbano, da legislação municipal e da preferência dos negros quanto aos espaços de defesa, auto-ajuda, organização social e cultural em torno das territorialidades negras.

As cidades “escuras” e “desconhecidas”, pesquisadas por Bernardo, no plano da cidade de São Paulo, estenderam-se além das três primeiras décadas do século XX. Oliveira (1998, 2002) e Rolnik (1998) contribuem com o quadro social, a respeito da periferização do negro até os limites de São Paulo. A escuridão e o desconhecimento perduraram até o final dos anos de 1990, em direção às Zonas Leste, Oeste, Norte e Sul.

A esse respeito, nossos interlocutores relembram o cenário dos primeiros dias, meses e anos no extremo das periferias.

“Eu vou contar o seguinte: como uma pequena chácara, tem até um exemplo na nossa frente, que são essas plantas, banana, mexerica, laranja. Quando nós chegamos aqui, era só mato. Então dava para contar os barracos. Eu não morava do lado de cá porque tem um ginásio aqui. Morava do outro lado, e foi o primeiro barraquinho, né. Minha mãe com oito, nove filhos, nós não tínhamos condições nem de se alimentar. A gente fazia muito, era sempre, o bar do Ira, a única adega que fica na Terezinha para tomar sopinha. Corria para a feira para pegar resto de alimentação para fazer comida em casa, isso eu não nego, por que é uma realidade. Como tinha muitos irmãos, tinha que se alimentar todo mundo e pedir pão duro nas casas. Fizemos muito isso, e falo de coração, foi o que manteve a gente por um bom tempo” (Aílton, 50 anos, Brasilândia).

“Quando nós viemos pra cá, tinha muito mato, nós não estávamos acostumados. Porque quando a minha mãe comprou o terreno também tinha mato, mas aí foi fazendo casa, fazendo casa, foi tirando os matos e a gente não teve o contato com os matos. E quando chegou aqui, tinha muito mato, e a gente achava a coisa mais bonita do mundo” (Teresinha, 50 anos, Cidade Tiradentes).

“Em Santo Amaro, na Zona Sul, em aluguel, pagava aluguel. Aí, lá, um dia, comecei a conhecer, comecei a trabalhar. Tinha uma placa lá que estava vendendo um lote, aí estava vendendo em Nakamura. ‘Que lugar é esse?’ Aí compramos esse pedacinho aqui, viemos para cá, fizemos dois cômodos, viemos para cá e estamos aqui até hoje. Fomos os primeiros. No bairro também não tinha nada. Só tinha um armazém lá em cima, que era do dono daqui do loteamento, a gente passava. A gente, para comprar pão e leite, só até as oito. Passou das oito, não tinha mais nada. Mais perto, para a gente comprar alguma coisa, era no Ângela” (Maria, 66 anos, Jardim Ângela).

A cidade ilegal ou fora da lei (Rolnik, 1998; Maricato, 1996), no universo urbano, da cidade de São Paulo, não é a exceção, é a regra. Desde os anos de 1940 até o final do século XX, predomina a cidade fora da lei, preenchida pelas habitações subnormais, dos fixos e fluxos ausentes nos pedaços da capital paulistana.

O contexto de ilegalidade é o universo de habitações construídas precariamente, fora dos padrões regidos pela legislação urbanística. Esse retrato é o contexto das favelas e casas construídas sem as mínimas condições exigidas como o material, a regularização da área física e a invisibilidade social, perante os poderes sociais e políticos.

Véras (2003), Bogus e Somekh (2004) e Maricato (1996) calculam que a

ilegalidade urbana, em São Paulo, ultrapassa 20%, ou seja, são mais de 2 milhões de habitantes morando em habitações subnormais.

Nos pedaços da cidade, Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, a ilegalidade também é a regra. O percentual está acima da média da cidade, com exceção da Cidade Tiradentes. Nesse distrito da Leste, denominado como área de dormitório, a realidade confirma o resultado do “planejamento urbano”, projetado para receber a população de baixa renda.

Um dos principais fatores que influenciou a saída de populações do seu local de origem em direção às periferias centrou-se no mercado de trabalho, na renda e na especulação imobiliária (Kowarick, 1988; Maricato, 1986).

Tabela N° 30 - Classificação por Distrito, tipo de Habitação e Cor/Raça, 2000.

	Branços			Negros		
	Casa	Apto.	Cômodo	Casa	Apto.	Cômodo
MSP	5.162.619 64,5%	1.710.498 77,8%	63.731 47,5%	2.635.235 32,9%	395.364 18%	68.781 51,3%
Brasilândia	125.979 58,5%	15.038 61,7%	2.577 41,9%	85.301 39,6%	8.868 36,4%	3.518 37,2%
Cidade Tiradentes	42.918 45,9%	50.460 53,5%	765 34,1%	49.929 53,4%	43.184 45,8%	1.458 65%
Jardim Ângela	109.558 47,3%	1.146 75%	4.992 41,8	118.633 51,5%	352 23,0%	6.791 56,8%

Fonte: IBGE, 2000.

São Paulo tem 10.340.036 habitantes que se distribuem no cenário habitacional em casas, apartamentos e cômodos (IBGE, 2000). São 8.006.638 paulistanos residindo em casas, 2.199.269 em apartamentos e 124.139 em cômodos. Do total de habitantes por tipo de habitação, podem-se constatar diferenças espaciais entre brancos e negros.

Primeiro, entre os brancos, são 64,5% que moram em casas, 77,8% em apartamentos e 47,5% em cômodos. Os negros, conforme a tabela acima, estão classificados em 32,9% em casas, 18% em apartamentos e 51,3% em cômodos. Para os habitantes negros de São Paulo, a proporção é maior em casas e cômodos e menor em apartamentos. Os brancos estão proporcionalmente representados nos três tipos de habitação. A diferença sobressai, isto é, os negros estão mais presentes nas categorias habitacionais de mais baixa renda no universo da cidade.

Segundo, a classificação por distrito na cidade de São Paulo é complexa. O quadro muda conforme o deslocamento do centro em direção à periferia. Na Brasilândia, é o seguinte quadro habitacional: a classificação da população branca em casas 58,5%, 61,7% em apartamentos e 41,9% em cômodos; para os negros, a classificação em casas é 39,6%, 36,4% em apartamentos e 37,3% em cômodos. Encontra-se um diferencial, entre brancos e negros concentrados em apartamentos, onde a proporção de moradores brancos é maior.

Na Cidade Tiradentes, encontra-se uma exceção em relação aos outros distritos. Por ser uma região dormitório construída e “planejada” pelo poder público municipal e estadual (Cohab e CDHU). Dentre os moradores brancos, são 45,9% em casas, 53,5% em apartamentos e 34,1% em cômodos. Para os moradores negros, a distribuição é 53,4% em casas, 45,8% em apartamentos e 65% em cômodos.

Na região Sul, a classificação do Jardim Ângela para os brancos é 47,3% em casas, 75% em apartamentos e 41,8 em cômodos. Entre os negros, 51,5% em casas, 23% em apartamentos e 56,8% em cômodos.

Terceiro, constata-se que, mesmo na periferia, as diferenças entre brancos e negros, conforme o tipo de habitação, é que os negros estão proporcionalmente representados em casas e cômodos. Na Cidade Tiradentes é um caso particular. Porém, nessa localidade encontra-se o maior percentual de negros em cômodos.

Conforme o decurso histórico da habitação no Brasil (Bonduki, 1998; Kowarick, 1993; Maricato, 1986), prevalece a habitação por conta do trabalhador na periferia distante e em loteamentos irregulares. A população negra está sobre-representada na periferia paulistana nos tipos de habitação casa e cômodo.

Nos distritos localizados no quadrante sudoeste, a proporção de moradores negros está abaixo da média da cidade (30%) e a configuração residencial também se altera conforme a classificação.

Conforme a tabela abaixo, sobre a distribuição de população por tipo de domicílio segundo a cor/raça, brancos e amarelos estão em um patamar habitacional (em condições de proprietário), quantitativamente (absoluto e relativo) acima dos negros.

A população negra é uma pequena minoria na classe média paulistana e, em maior proporcionalidade, no proletariado. De acordo com dados, IBGE 2000, a menor expressão dos negros na condição de proprietários de domicílios demonstra que o poder aquisitivo é insuficiente para arcar com a compra da habitação no mercado imobiliário. Adquirir habitação no mercado imobiliário de São Paulo, após o término do padrão periférico de crescimento urbano, torna-se mais difícil para os setores de menor renda. A viabilidade da

compra da casa própria só se torna possível nos extremos da cidade, haja vista que a população negra está distribuída na periferia e nos segmentos de menor renda.

Somando as duas categorias de tipo da condição do domicílio dos negros (próprio e próprio ainda pagando), corresponde a 67,70%, apenas 4% a mais do grupo branco, conforme a primeira classificação do tipo de domicílio.

Em relação aos domicílios alugados, brancos e negros dividem o mesmo patamar, em dados relativos. Somando as quatro últimas categorias, chega-se à conclusão que 31,80% da população negra não é proprietária de um imóvel voltado para a habitação. Em relação aos brancos, 26,30% não são proprietários dos imóveis em que vivem.

A pobreza racial (Henriques, 2001) tem interfaces com o mercado de trabalho, escolaridade, renda e a habitação no contexto urbano das cidades brasileiras. Na periferia paulistana, o quadro racial permanece o mesmo. Os brancos têm maiores vantagens no mercado imobiliário, seja nas áreas mais centrais e valorizadas e nas áreas periféricas.

Tabela Nº 31 - Distribuição da População por cor/raça e tipo da Condição do Domicílio, SP, 2000.

Cor/Raça	Próprio	Próprio ainda pagando	Alugado	Cedido por empregador	Cedido de outra forma	Outra condição	Total
Branco	4.369.990 63%	668.341 9,60%	1.350.580 19,50%	71.417 4,70%	327.627 4,70%	148.889 2,10%	6.936.844 100%
Negro	1.781.957 57,50%	330.977 10,70%	609.505 19,70%	37.300 1,20%	184.357 5,90%	155.283 5%	3.099.379 100%
Amarelo	158.620 76,30%	15.248 7,30%	26.383 12,70	993 0,50%	5.897 2,80%	798 0,40%	207.939 100%
Indígena	9.721 53,10%	1.496 8,20%	5.079 27,70%	387 2,10	990 5,40%	630 3,40%	18.303 100%
Ignorados	47.602 61,40%	6.816 8,80%	15.440 19,90%	927 1,20%	3.626 4,70%	3.171 4,10%	775.582 100%
Total	6.367.890 61,60%	1.022.878 9,9%	2.006.987 19,40%	111.024 1,10%	522.497 5,10%	308.771 3%	10.340.047 100%

Fonte: IBGE, 2000.

A tabela posterior, a respeito da distribuição da população por distrito, raça/cor e tipo de condição do domicílio, classifica os três primeiros indicadores para análise: próprio, próprio ainda pagando e alugado.

O primeiro distrito, referente à Brasilândia, os habitantes brancos estão distribuídos em 58,40%, os negros, em 39,50%. São 23,80% de diferença entre brancos e negros quanto

à habitação própria no mercado imobiliário paulistano.

O segundo, o conglomerado habitacional da Cidade Tiradentes (apartamentos e casas), temos 48,90% para os brancos e 50,40% para os negros. A diferença é de 1,40% entre brancos e negros no mercado habitacional local.

O terceiro, o Jardim Ângela compõe-se de 48,90% entre os brancos e 51% para os negros. Nos dois últimos distritos, encontra-se certa semelhança.

Podemos afirmar que, na periferia, o sucesso para a compra da habitação tende a ser mais viável para os moradores negros e pobres. Nos distritos mais valorizados, o mercado imobiliário é o principal entrave para a compra da habitação, por ser mais valorizada e não possuir habitações diversificadas, como a produção de habitação popular.

Democratizar os espaços sociais é essencial para garantir melhores condições de vida e a promoção da cidadania. A política do espaço, de acordo com Lefebvre (2004), é uma luta constante pelos melhores lugares, como o lugar de morar e o entorno, produção de conhecimento, trabalhar, espacialidades de encontro e sociabilidade.

A distribuição posterior, “próprio ainda pagando”, na Brasilândia são 58% entre os brancos e 40,70% entre os negros. No distrito da Cidade Tiradentes, os brancos participam com 50,80% e os negros, com 48,50%. O distrito do Jardim Ângela distribui-se com 53,50% entre os brancos e 46,20% entre os negros. Nesse segundo grupo, conforme a classificação do tipo do domicílio, os brancos aumentam a sua composição em direção à compra da casa própria no conjunto da cidade de São Paulo. Na Cidade Tiradentes, brancos e negros compartilham o mesmo patamar, em vias de adquirir a propriedade para a família.

Na terceira distribuição, “alugado”, temos a distribuição de 58,70% para os brancos e 40,20% para os negros. Em Cidade Tiradentes, 47,20% são compartilhados entre os brancos e 52,30% entre os negros. Por último, o Jardim Ângela comparece com 48,60% entre os brancos e 49,80% entre os negros.

Após a descrição das três distribuições, compreendemos que, na periferia, seja a habitação própria, ainda em vias de pagamento e alugada, a população negra e pobre distribui-se em maior proporção.

A segregação racial centro e periferia se confirma a partir da constatação da distribuição negra na cidade, no que diz respeito ao acesso à habitação, que é intercambiável com a renda, classe social, grupo étnico/racial e a localização.

Tabela Nº 32 - Distribuição da População por Distrito pesquisado, cor/raça e tipo da Condição do Domicílio, SP, 2000.

Condição	Brancos	Negros	Amarelos	Índigenas	Ignorados	Total
Próprio						
Brasilândia	91.692 58,30%	62.058 39,50%	879 0,60%	171 0,10%	2.409 1,50%	157.209 100%
Cidade Tiradentes	18.486 48,90%	19.039 50,40%		75 0,20%	189 0,50%	37.789 100%
Jardim Ângela	85.951 47,60%	92.081 51%	574 0,30%	291 0,20%	1754 1,0%	18.651
Próprio, ainda pagando						
Brasilândia	10.200 58%	7.155 40,70%	83 0,50%	51 0,30%	107 0,60%	17.596 100%
Cidade Tiradentes	64.293 50,80%	61.322 48,50%	200 0,20%	182 0,10%	516 0,40%	126.513 100%
Jardim Ângela	3.163 53,50%	2.731 42,60%	9 0,20%		11 0,20	5.914 100%
Alugado						
Brasilândia	23.481 58,70%	16.098 40,20%	79 0,20%	75 0,20%	294 0,70%	40.027 100%
Cidade Tiradentes	3.866 47,20%	4.290 52,30%	11 0,30%		28 0,30%	8.195 100%
Jardim Ângela	17.529 48,60%	17.963 49,80%	104 0,30%	104 0,30%	346 1,0%	36.046

Fonte: IBGE, 2000.

Para melhor visibilidade das diferenças entre brancos e negros na cidade de São Paulo e nos distritos pesquisados, classificamos, abaixo, o quadro da habitação subnormal.

Tabela Nº 33 - Distribuição de Habitação Subnormal por Raça/Cor e dos Distritos pesquisados, 2000.

Distritos/SP	Média	Brancos	Negros
MSP	912.972 (8,7%)	427.876 (46,9%)	472.195 (51,7%)
Brasilândia	32.334 (13,1%)	17.097 (52,9%)	14.568 (45,1%)
Cidade Tiradentes	2.165 (1,1%)	775 (35,8%)	1390 (64,2%)
Jardim Ângela	48.066 (19,6%)	427.876 (46,9%)	472.195 (51,7%)

Fonte: IBGE, 2000.

A classificação do censo (IBGE 2000) considera como habitação subnormal⁶ apenas os aglomerados acima de 50 unidades (em particular, as favelas). Portanto, a contagem deixou de fora do universo centenas de núcleos habitacionais da periferia paulistana.

No conjunto da cidade, a população negra distribuiu-se nos aglomerados subnormais com 51,7% e os brancos com 46,9%, perfazendo uma diferença de 5% entre os dois grupos.

“O Icaraiá, a Brasilândia, de um modo geral, mais centralizado, a Brasilândia teve loteamento. Aqui em Icaraiá, mesmo, foi invasão. Os mais antigos tinham um quintal grande. Conforme a população foi crescendo, foi diminuindo o seu espaço. O pessoal foi construindo conforme foram chegando. Tem casa em cima de esgoto. Do outro lado, foi interditado mais ou menos umas quinze famílias, porque foi construído numa base de brejo. Com essa chuva que vinha acontecendo um tempo atrás, corria o risco das casas serem arrastadas. Inclusive, há 15 dias atrás, a prefeitura pediu para colocar uma base no esgoto para sustentar as casas. Mas aqui foi invasão, não teve loteamento, não. É terreno da prefeitura ou favela, como queira. É casa própria, graças a Deus, você tem sua água e sua luz. Hoje, eles estão colocando os cavaletes de água, de casa em casa. Acho que vão começar a cobrar uma taxinha. Outra coisa que peca aqui também é a iluminação. A Eletropaulo abandonou a gente. Como também teve várias construções, você vê que tem vários biquinhos de luz *puxado*” (Aílton, 50 anos, Brasilândia).

De acordo com o depoente, a diversidade da habitação subnormal na cidade de São Paulo compreende várias faces: invasões em terrenos públicos ou particulares, localizados em beira de córregos, nos morros e nas baixadas (aclive e declive), etc.

Na Brasilândia, parte da área física compõe-se de rochas e pedras que se encontram mais localizadas nas áreas consideradas como subnormais, como as favelas e loteamentos irregulares.

Na Brasilândia, os brancos são 52,9% e os negros 45,1%. Nesse caso particular, a diferença é de 7% a mais para os brancos. A Cidade Tiradentes é um contexto novo, recente, uma história de apenas 23 anos de vida do distrito. Porém, no último censo, o percentual de habitação subnormal se compôs com 13% de favelas. Nesse distrito são 35,8% de brancos e 64,2% de negros em habitações subnormais. Percebe-se uma diferença de quase 50% entre brancos e negros. No Jardim Ângela é 46,9% entre os brancos e 51,7% entre os negros classificados em habitações subnormais.

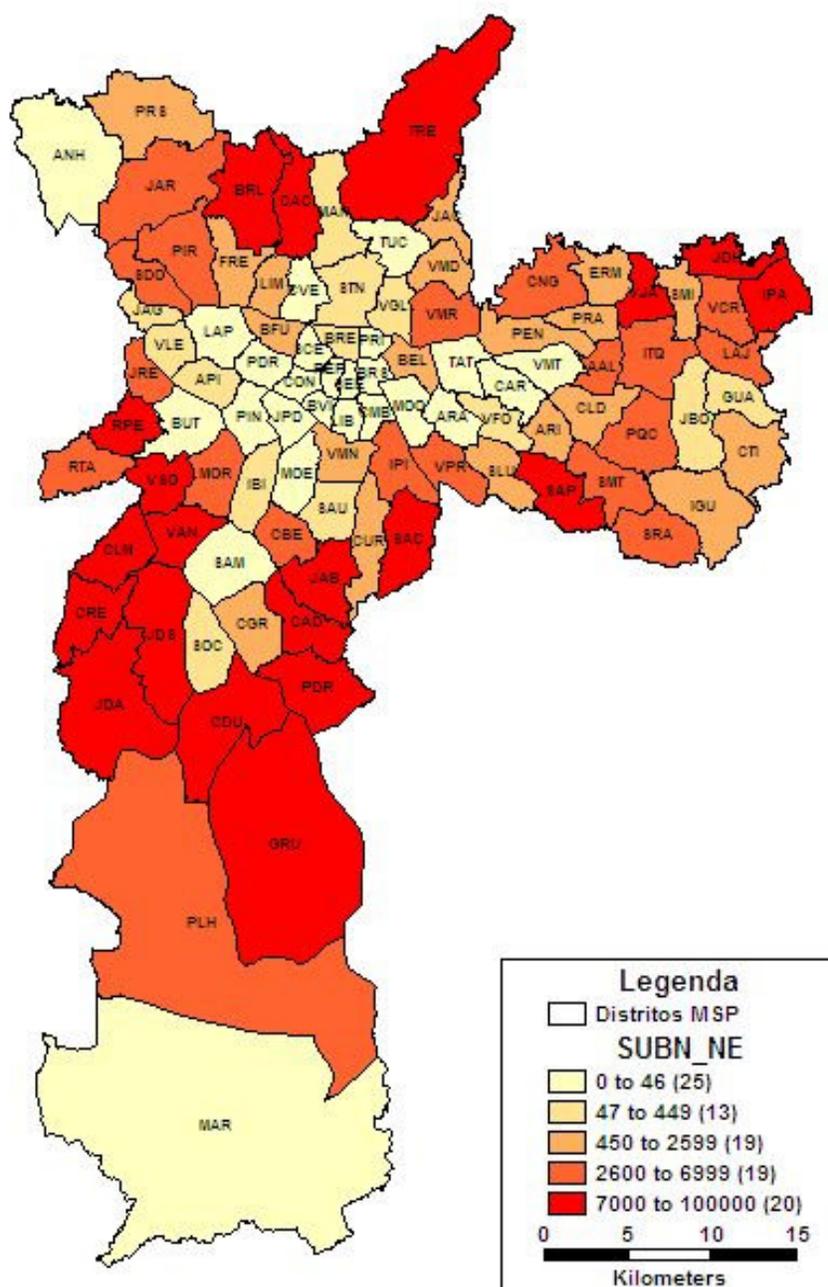
⁶ Habitação Sub-normal é a edificação de espaços de morar que estão fora da lei ou não estão de acordo com os padrões da legislação urbanística, como por exemplo: as favelas, cortiços e loteamentos irregulares construídos nas periferias das cidades brasileiras.

Bógus e Pasternak (2004: 58), que citam o trabalho do CEM (Centro de Estudos da Métropole), o estudo procurou rever as estimativas da população favelada de São Paulo através do trabalho com setores censitários georeferenciados e perímetros favelados de 1987. Além de vistorias de campo, chegou-se a uma estimativa de 891.673 pessoas nas favelas de São Paulo, em 1991 e 1.160.590 pessoas no ano de 2000.

Embora as informações dos Censos estejam subestimadas, é a única fonte que nos permite a espacialização por distritos.

No território da cidade, os negros estão classificados, em maior proporção, nas habitações subnormais. Nos pedaços da capital paulistana, o quadro não se repete de forma generalizada. É preciso perceber cada nuance, em decorrência da história social e política da urbanização brasileira, que teve como carro chefe a industrialização e, nos dias de hoje, o setor de serviços (Véras, 2003; Ianni, 2004).

Mapa Nº 15 - Distribuição da Habitação Subnormal por Distrito da População Negra, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

O território é fundamental para compreender as múltiplas dinâmicas que o homem, através do trabalho social e de suas ações, desnatura o espaço social (Santos, 1998). A habitação, essencialmente uma produção humana que se realiza sob o território, não se concretiza mediante a perspectiva da reprodução para a vida social. O desenho que se encontra são inúmeras formas habitacionais voltadas à exploração, às desigualdades e à luta

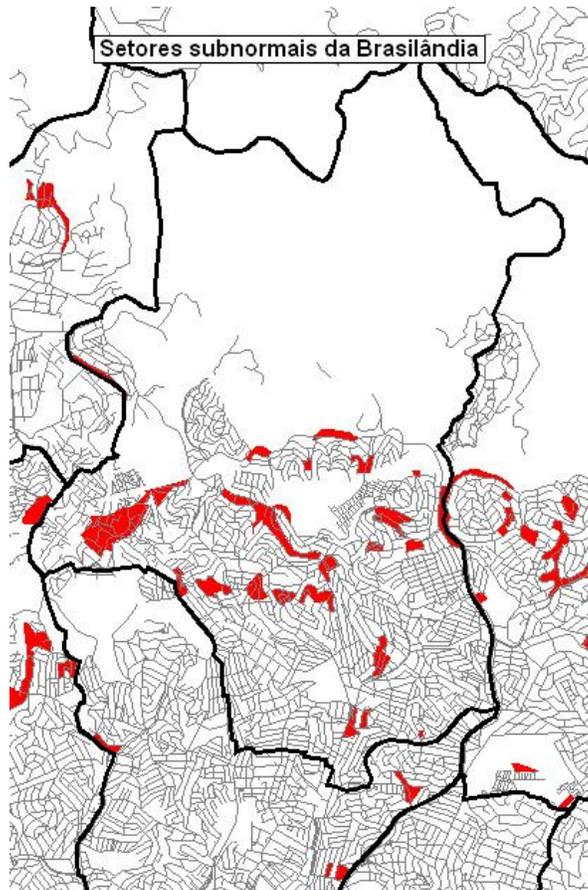
em torno do ambiente construído.

Conforme o Mapa Nº 15, a habitação subnormal é resultado da produção desenfreada do espaço no mundo capitalista. A cartografia de habitações subnormais da população negra e pobre em São Paulo, desde os primeiros anos do século XX, é alimentada pelos próprios interesses do capitalismo, do Estado (Marcuse, 2004), da segregação urbana e racial e (Kowarick, 2004), inclusive, pelo processo histórico e contemporâneo da discriminação e das desigualdades (Hasenbalg, 2005).

Conforme os dados do mapa acima, a habitação subnormal está repartida em toda a periferia, nas regiões Leste, Oeste, Norte e Sul que se comportam, majoritariamente, nos limites de São Paulo. Dentre os cinco indicadores de habitação subnormal, verifica-se que na cartografia há 20 (vinte) áreas em situações consideradas mais críticas. Na Zona Sul há mais de 50% de distritos classificados com o maior percentual de habitação subnormal.

O retrato sócio-racial tem melhor visibilidade a partir da territorialidade local, que se apresentam em condições de melhor compreensão a partir de dados históricos, políticos e geográficos no que diz respeito à habitação subnormal.

Mapa N° 16 - Distribuição da Habitação subnormal na Brasilândia, 2000.



Fonte: IBGE e Fundação SEADE, 2000.

O Distrito da Brasilândia, oficialmente, tem 61 anos de histórias para contar. Nossos interlocutores são os contadores, os *griots* dos territórios negros que podem decifrar e desenhar as construções, os espaços e as espacialidades do passado.

“Quando eu vou *na* cidade, tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas imagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais *aflamada* da América do Sul está enferma. Com as úlceras. As favelas” (Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo*).

Maria Calorina de Jesus, quando escreveu “Quarto de Despejo”, nos idos de 1964 contextualizou o retrato das favelas paulistanas, como o cotidiano social em torno do local de sobreviver e em suas interfaces com o mundo do trabalho, o peso do estigma social e a difícil tarefa da organização da família. Após 40 anos da publicação do livro

de Carolina, a favela paulistana metamorfoseou-se, em decorrência das transformações internas e externas da economia local e nacional. Atualmente, as favelas de São Paulo são, em grande maioria de alvenaria, possuem a rede de água e esgoto e também a rede de telefonia fixa e o celular.

Desde o surgimento da favela em São Paulo na década de 1940, já se passaram mais de 60 anos e o quadro social e econômico dos moradores que habitam os núcleos de favelas permanece no mesmo patamar; do histórico de espoliação social, descidanização e territórios sem-cidadãos (Santos, 1993 ; Kowaridk, 2002).

“Vai fazer 21 anos que eu vim morar pra cá. Vim para o Jardim Damasceno, a situação piorou, todo mundo desempregado e eu também desempreguei e depois *vimos* para a favela, agora a gente não fala mais favela, fala favela ou quilombos, agora *é* quilombos” (Durvalina, 65 anos, Brasilândia).

Conforme o Mapa N° 16 - Distribuição da Habitação Subnormal na Brasilândia, a leitura sobre o território, a priori, torna-se sintomático à medida que analisamos os planos da cidade e do pedaço. A cartografia subnormal da população negra da cidade de São Paulo (conforme Mapa N° 15) é um diagnóstico do conjunto da urbe paulistana, que permite apenas identificar e classificar as áreas, de acordo com os índices de cada variável. Através do olhar caleidoscópico referente à cartografia do distrito, temos um retrato mais aproximado da realidade sócio-espacial. O diagnóstico do local é interessante frente às concepções analíticas e o contexto do cotidiano que se coadunam quando relacionamos com a questão das políticas universais e particulares.

A territorialidade do distrito, a respeito da habitação subnormal permite descrever as localizações e em quais situações elas se encontram. Através da leitura cartográfica, indicamos que os núcleos de favelas e habitações irregulares estão no início do distrito e próximo ao seu limite, isto é, o encontro do espaço construído com o espaço natural (serra da Cantareira)

A localização está em áreas que não foram priorizadas no mercado capitalista da terra e da habitação, por serem áreas de elevado declive e aclives (morros) e por estarem em terrenos públicos. Há também, como pressuposto, que mais da metade desses territórios de habitações subnormais foram, mediante a expansão urbana e a crise da habitação, sendo ocupados pela população de baixa renda.

Conforme as imagens de números 1 e 2 constatam-se que as habitações subnormais estão localizadas em áreas de menor valor rentável (em morros), em terrenos públicos

(prefeitura ou Estado) e adentrando as áreas de proteção ambiental.

A imagem Nº 1 é uma face do cenário habitacional da região. Encontram-se pedras e grandes rochas nos terrenos que se tornam mais difíceis para construção, que geralmente estão em áreas de morro ou baixadas. Parcialmente, o retrato de expansão da periferia, para além dos limites da área física, vem se tornando comum na cidade de São Paulo. Na Zona Norte, o limite do distrito da Brasilândia já está invadindo a área classificada como reserva ambiental.

A ocupação ambiental não é um sintoma percebido apenas pela ocupação das classes populares, isso vem acontecendo em todo o país, principalmente com os setores de melhor renda e posicionamento econômico.

Segundo nossos depoentes, alguns pedaços da Brasilândia se encontram os bolsões de pobreza e vulnerabilidade:

“Você sabe, a Brasilândia é um bairro muito antigo né, então a gente tem áreas muito consolidadas, que têm um padrão de vida, classe média baixa que tem a sua casinha, não são ricos, mas classe média baixa, aposentado, os filhos estudaram e saíram daqui e tem as invasões, né? Eu brinco com a equipe E, eles odeiam que eu falo isso. Eu brinco que eles trabalham no Morumbi da Brasilândia. Já a equipe F trabalha na Brasilândia mesmo, na pobreza, dentro da própria região há os bolsões de pobreza, e as diferenças, onde tem os maiores índices de gravidez na adolescência. O escadão é um foco e tem uma coisa também que é assim. Na gestão anterior, tinha a questão das políticas públicas e as políticas públicas elas têm esse papel de corrigir as distorções sociais, de corrigir. Só que, aí, a gente observa que a política pública acaba não fazendo esse papel. O que acontece, existe uma discriminação dentro da própria região, ou seja, o cara da Brasilândia ele é excluído, não é discriminação, ele é excluído. A Brasilândia, do ponto de vista de São Paulo, ela é excluída. Agora, dentro da região, tem os bolsões de exclusão. Por quê? Porque, quando você traçou as políticas públicas, você precisa de CPF, você precisa de não sei o quê, precisa disso e daquilo. Você atinge, mesmo a certidão de nascimento sendo de graça, tem muita gente que não caiu a ficha que precisa registrar filho. Essas pessoas acabam não tendo acesso às políticas. Ela foi excluída dentro do processo de exclusão” (Judite, 60 anos, Brasilândia).

A percepção é a imagem de morador e profissional do “pedaço”. A depoente acima, na época da entrevista, estava exercendo a função de gestora do PSF Jardim Guarani, que atende a um pedaço do território da Brasilândia.

Conforme Koga (2003), a transformação do cenário das políticas públicas e

universais, em outro âmbito, como o territorial, aponta prioridades que a generalização não dimensiona. A territorialidade esboça-se em múltiplas possibilidades de intervenção para definir as próprias diretrizes e ações das áreas prioritárias. Os territórios de exclusão não podem receber apenas as políticas públicas de forma generalizada. “Acredita-se que essas políticas se tornam paliativas e não atingem, em profundidade, os fenômenos das desigualdades territoriais” (Koga, 2003; Sposati, 1996).

No universo de periferias, de territórios de exclusão social, de segregação urbana e racial, apenas 30% da cidade é reconhecida como a parte real, isto é, que está apta pela legislação urbanística quanto às formas de construção do espaço e do ambiente construído. Esse quadro expõe um fenômeno de origem política que vem se agravando desde o início do século XX: a cidadania. Se apenas 30% dos territórios da cidade estão adequados à legislação, temos o resultado que a maioria da população paulistana não se encontra em condições dignas de cidadania.

Imagem N° 1 - Expansão da periferia e a invasão da área ambiental



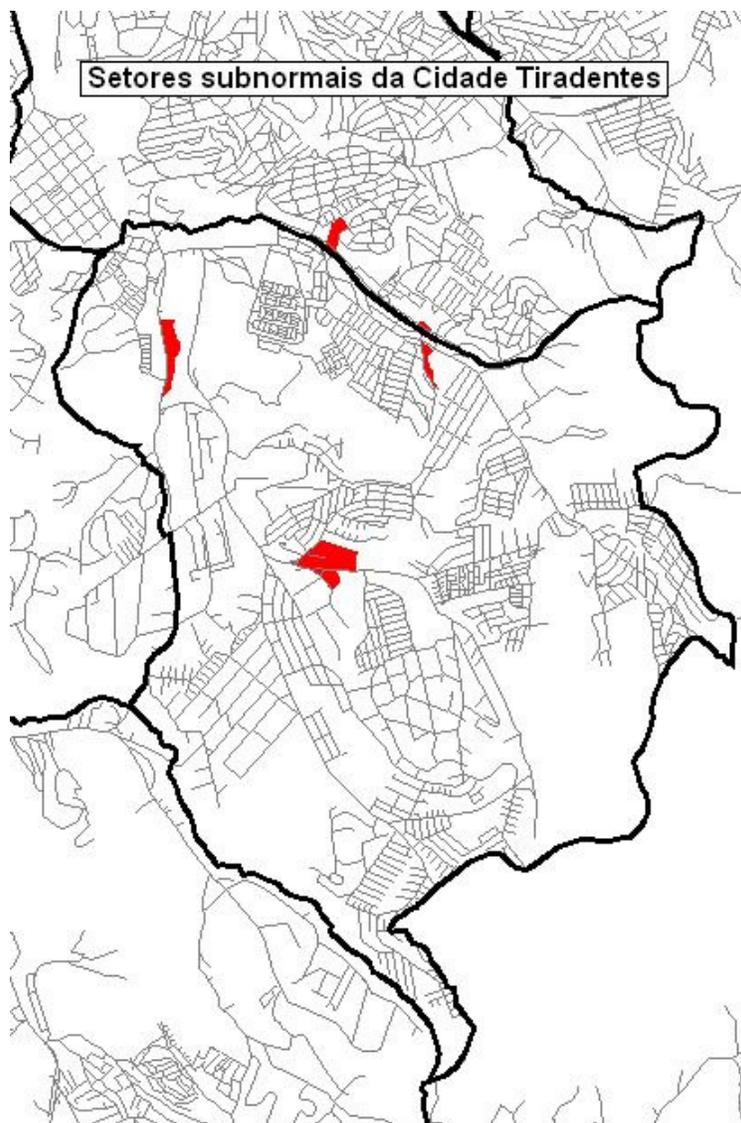
Fonte: Arquivo pessoal do autor .

Imagem 2 - Caso de autoconstrução em área rochosa



Fonte: Arquivo pessoal do autor .

Mapa Nº 17 - Distribuição da Habitação Subnormal na Cidade Tiradentes, 2000.



Fonte: IBGE e Fundação SEADE, 2000.

O Distrito da Cidade Tiradentes completou duas décadas, recentemente. Porém, mesmo diante do “planejamento” das construções, dos serviços públicos e do ambiente construído, vê-se que as habitações subnormais estão com forte tendência de crescimento, conforme dados do IBGE 2000.

Imagem Nº 3 – Obras Paralisadas – Cidade Tiradentes



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Imagem Nº 4 – Favela Jardim Maravilha Cidade Tiradentes



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Conforme a imagem N° 3 – Favela do Jardim Maravilha – Cidade Tiradentes, a localização da favela está à beira do córrego e os instrumentos para a construção dos barracos são inúmeros. Nota-se a construção de alvenaria e de restos de madeira, telhas e generalizada improvisação.

A área é, essencialmente, um distrito dormitório, que recebeu a mão-de-obra dos setores de serviços e industrial.

No conglomerado geral das habitações (casas e apartamentos), identificamos inúmeros prédios inacabados. Não é lógico e não tem sentido em termos de políticas públicas, deixar o espaço público se deteriorar, enquanto há milhões de paulistanos em habitações subnormais e se vê cada vez mais o déficit habitacional crescer sem limites.

O contexto da habitação é classificado em habitações horizontais (casas) e verticais (prédios de cinco andares). No passado, o ritmo da construção centrou-se nessas duas formas de construção. Nos últimos anos, de acordo com o trabalho de campo realizado, destaca-se também o mutirão em conjunto habitacional (casas) e, em seqüência, a continuidade do padrão de crescimento com a verticalização através do poder público.

A visão da paisagem que se tem da Cidade Tiradentes não é agradável, assim como da paisagem da periferia paulistana. Observa-se um cenário de prédios, geralmente, desprovidos de espaços apropriados para o encontro, a sociabilidade e a arborização. Conforme a Imagem N° 5, o retrato da Cidade Tiradentes mais se parece um confinamento espacial.

Imagem Nº 5 - Vista da Cidade Tiradentes



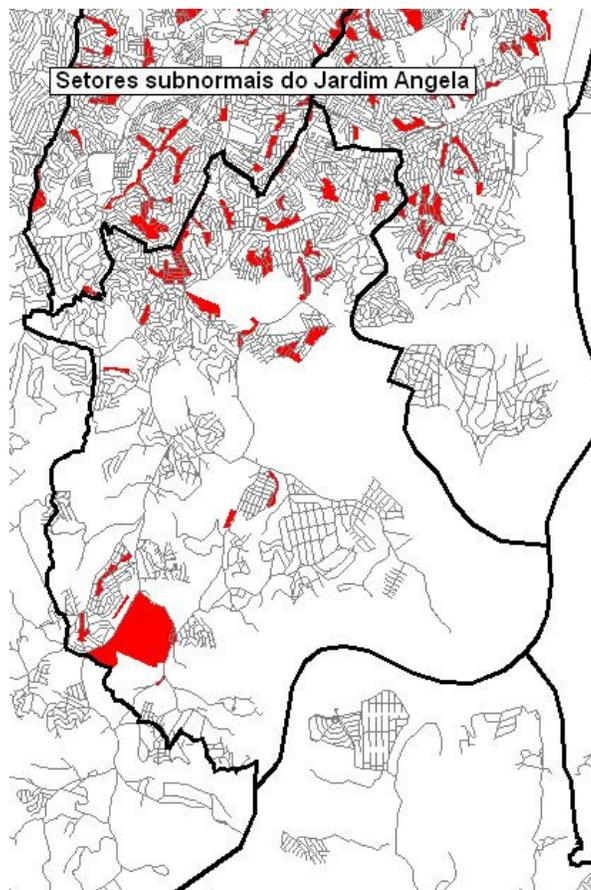
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Imagem Nº 6 – Ocupação de Área ambiental



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Mapa Nº 18 - Distribuição de Habitações Subnormais do Jardim Ângela.



Fonte: IBGE e Fundação SEADE, 2000.

Na Zona Sul constata-se maior incremento da habitação subnormal nessa região.

No distrito do Jardim Ângela também há maior proporcionalidade de favelas e habitações irregulares nas áreas de melhor desenvolvimento urbano e social.

Mesmo diante das cartografias e das territorialidades, é apropriado confirmar que os distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela são territórios de menor poder aquisitivo e em determinados “pedaços”, encontram-se núcleos de exclusão e vulnerabilidade. A exclusão e a vulnerabilidade materializam-se no espaço social, através da constituição das habitações irregulares.

“No domingo eu vou para a reunião, das oito ao meio-dia. Num domingo, nós vamos para a atividade com Serviço Social, que é o trabalho de compensação, totalização, com dinâmicas, palestras, são cento e oitenta famílias. Cada um tem seu jeito de ser, seu jeito de agir, jeito de conversar jeito de... Vai ser jogado tudo lá naqueles *prédio*, você imaginou?” (Zilda, 38 anos, Jardim Ângela).

Conforme depoimento acima, a saída para se safar da degradante condição

habitacional resume-se na luta social por intermédio das organizações populares com as experiências da autoconstrução (mutirão).

Villaça (1986) afirma que a proliferação maciça da autoconstrução nas cidades brasileiras, em certa medida confirma a tese promovida pelas classes burguesas, a aceitação pelos setores populares da submoradia.

A população de menor poder aquisitivo se organiza em mutirões e autoconstruções, geralmente, porque não estão providos economicamente para comprar ou construir uma propriedade.

O Estado, através de suas ações, das políticas habitacionais e urbanísticas não teve, até o momento, o sucesso esperado para responder à crise que percorre as cidades brasileiras.

Entre os três distritos, o comparecimento parcial do Estado com habitação popular também não teve muito sucesso. Já se afirmou: a habitação não se resume à construção de quatro paredes e sua cobertura. O ser humano necessita de um leque de espaços sociais, de espacialidades de encontro, sociabilidade e de produção da cultura e da arte.

A cidadania não se concretiza com a construção de milhares de casas e apartamentos populares com a ausência do ambiente construído. A produção do espaço, independentemente da condição centro-periferia, torna-se mais eminente quando a teoria e a prática tomam sua forma na realidade da cidade, com a implantação de fluxos contínuos do ambiente construído (Santos, 1998).

Imagem Nº 7 - Ocupação consolidada no Jardim Ângela



Fonte: Arquivo Pessoal do autor.

Imagem Nº 8 – Ocupação recente no Jardim Ângela



Fonte: Arquivo pessoal do autor

A segregação perversa em São Paulo distribui-se com mais intensidade e visibilidade. A média de população negra nos distritos, reparte-se de forma progressiva, geralmente acima da média da cidade. A similaridade se repete nas habitações subnormais:

os negros estão mais presentes nas favelas, cortiços e habitações consideradas fora da lei.

No contexto da periferia paulistana frente ao complexo quadro de habitações subnormais, como podemos visualizar o ambiente construído?

“Na época, a minha mãe. Saiu uma proposta de apartamento na COHAB, Centro Organizacional de Habitação. E era assim, a minha mãe sempre quis a casa dela, sair do aluguel, entendeu, e poder proporcionar dignidade para os filhos. Então, quando ela soube desta história da COHAB e tal, ela foi atrás, e como ela tinha alguns *privilégio* para conseguir este apartamento. Aí ela conseguiu com uma amiga o primeiro apartamento. Comprou uma chave lá em Sapopemba, aí não sei o que deu, acho que ela não gostou do lugar, não sei o que aconteceu, não me recordo. Nós não ficamos em Sapopemba, e foi quando nós viemos parar aqui na Tiradentes. E era assim, uma situação complicada, quantas famílias não chegaram aqui desesperadas, falando que vieram parar no inferno. Porque aqui não tinha completamente nada, não tinha escola. As escolas eram tudo improvisadas, entendeu? Não tinha lugar onde comprar pão, as peruas é que vinham trazer. Não tinha Posto de Saúde, não tinha mercado, os que tinha era distante, mercadinhos, mercearia, entendeu? As favelas, algumas favelas foram desativadas. E esse povo que morava nas favelas *vieram* morar para cá, muitos buscando uma nova vida. Muita gente veio como a minha mãe veio, em busca de dignidade para os filhos. Do sonho da casa própria, entende, de poder trabalhar, de poder construir alguma coisa, e a grande maioria veio, né, na intenção” (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

O planejamento da Cidade Tiradentes com a construção de casas e apartamentos para a população de baixa renda, presume-se que faltou pensar o essencial: o ambiente construído e todas as necessidades sociais, culturais e políticas para desenvolver o espaço, a sociabilidade e a humanização de um dos mais recentes distritos de São Paulo.

Se a Cidade Tiradentes foi construída por intermédio do poder público, percebe-se que ela nasceu órfã, em razão da ausência do ambiente construído. A geografia social da Brasilândia e do Jardim Ângela, sem a presença do Estado, talvez tenha sido mais desanimadora e trágica nos primeiros anos do processo de urbanização e ocupação populacional.

O ambiente construído é imprescindível para a cidade, para o centro e para as periferias. No mesmo sentido, é exclusivo para a vida e sobrevivência das classes sociais.

Conforme Vêras (1993) e Villaça (1986), o jogo em torno do ambiente construído dá-se entre diversos atores sociais que participam da produção social do Espaço. Na

Cidade Tiradentes, os primeiros movimentos em torno da valorização do espaço repercutiram através das ações do Estado e, conforme os resultados, a reação dos principais protagonistas – moradores – que se incorporaram ao espaço “planejado” e intermediaram os primeiros conflitos.

Na Brasilândia e no Jardim Ângela, a presença do Estado não teve ampla visibilidade. Registra-se, em primeiro lugar, o confronto entre as classes sociais: o mercado capitalista da terra e da habitação e os empresários ligados aos transportes e interesses privados.

O papel da habitação não se resume apenas à reposição da força de trabalho, mas reúne múltiplas condições sócio-culturais.

A segregação nos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, no que diz respeito à habitação, tem como causa a exploração da mão-de-obra no mercado formal e informal dos setores de serviço, industrial e comercial. Os trabalhadores brancos e negros vendem por muito pouco a sua força no mercado de trabalho. Os poucos recursos não são suficientes para as necessidades imediatas, como a habitação. Mesmo no extremo das periferias, as diferenças entre brancos e negros persistem e este resultado se acumula no amplo significado de desigualdades e da segregação.

Lá na Bela Vista tinha carência? Tinha. Mas a gente se misturava. Era escola pública, mas a gente se misturava com muita gente que tinha dinheiro. Então, apesar de as pessoas terem dinheiro, o ensino público era melhor do que é hoje. Então se misturava. Então, de repente, o meu amiguinho era burguês, está entendendo? E a gente na mesma sala, a gente estudando junto e a gente crescendo e *pá*. Agora, aqui não, aqui era uma camada só, então não adianta, você cresce um pouquinho, alguém para te servir de referencial, você olhava de um lado para o outro, o seu referencial era a malandragem, você está entendendo? É como que diz uma letra aí, era um coração periférico por metro quadrado mesmo. Os berços, vários berços de miséria, várias famílias aí com profunda, entendeu. Gente. Irmão que tinha perdido irmãos, que havia sido acusado de várias formas, de violentada na infância, era um desespero muito grande. Mas aí a gente teve que se adaptar a essa realidade deste lugar, essa realidade isolada, discriminada, essa realidade segregada, vítima do preconceito social, racial, cultural, intelectual enfim, simplesmente a gente teve que aceitar o fato que a sociedade tinha para nós, como habitação e suas (...) e a gente era considerado escória, teve que aceitar e viver, entendeu?”(Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

A realidade da segregação na Cidade Tiradentes tem múltiplas faces, racial, social, cultural, enfim, é um espaço profundo de desigualdades e de exclusão.

Historicamente, a literatura sobre segregação ausenta-se da discussão sobre raça. Porém, os poucos trabalhos existentes sobrepõem em qualidade e substituem a inexistente quantidade. Telles (2004) analisa a segregação racial no Brasil, segundo suas observações, aqui é moderada e, nos Estados Unidos, severa. O Brasil precisa analisar e reconhecer a existência de diferenças e separações no espaço, que se dão conforme a renda, a ocupação e a habitação associada à categoria raça/cor.

A categoria analítica sobre segregação racial no Brasil tem suas particularidades, que devem ser estudadas conforme o território e seus diversos usos. Este estudo é emblemático por apontar algumas questões. Primeiro, a segregação em São Paulo e seus pedaços estabelece certa homogeneidade de categorias sócio-econômicas que se reflete em múltiplas territorialidades, com o mesmo patamar social.

Segundo, a homogeneidade não contribui para que a diversidade se encontre que se aprenda mutuamente e para que as desigualdades não se aprofundem cada vez mais. Terceiro, não há o espelho social, tendo em vista as referências para desenvolvimento, apoio e superação das diferenças.

Ao contrário de Telles (2004), a segregação racial em São Paulo é analisada, neste estudo, através dos usos e funções do território articulados à história da cidade, às metamorfoses do espaço e do mundo do trabalho.

A segregação institucional (Silva Junior, 2002), por intermédio do Estado, vem consolidando a homogeneidade social e racial na Cidade Tiradentes. Conforme Silva Junior (2002), o impacto intencional resultou na aglomeração de negros e pobres no território de segregação na periferia paulistana.

Marcuse (2004) vai por outro caminho, mas também evidencia que o Estado é um dos responsáveis pelo processo de separação e sedimentação das desigualdades. A construção de conjuntos habitacionais com a intenção de atender apenas um segmento sem ligação ou conexão com as necessidades básicas, como o ambiente construído, tem como efeito “condenar” negros e pobres aos muros da cidade.

“Eu amo este lugar... Eu sei que vou mudar daqui, daqui há seis meses, daqui há um ano, não sei quanto tempo, porque eu vou morar no Parque Europa e lá é área residencial mesmo, só tem mansões e foi a maior briga para a gente ganhar da prefeitura. Por quê? Fica deste lado aqui. Mais para o lado da represa

Guarapiranga. Quem mora ali, nas mansões, não queria favela e por a favela lá porque, para eles é favela. São seiscentas famílias, quatro condomínios, são dezessete prédios. Então vai ser um trabalho *ardoso*, porque vai ter que reeducar as pessoas que moram em casa térrea e vão para apartamento sem barulho, com regras. Por isso que é um trabalho de conscientização e socialização, com Assistência Social para conscientizar” (Zilda, 38 anos, Jardim Ângela).

Não há lei que proíba a convivência nos mesmos espaços de moradia entre brancos e negros no Brasil. Não há, não se escreveu e não se legalizou nenhuma legislação impondo a separação social e racial. Um breve olhar na cidade de São Paulo confirma que, no cotidiano, configura-se um retrato da legislação social que separa brancos e negros mediante a posição social, a escolaridade e a renda.

A localização do mutirão, segundo a interlocutora, localiza-se em uma área nobre no extremo da periferia. Setores da sociedade fingem não saber que também há áreas nobres construídas em áreas de mananciais. Essas construções não sofrem as mesmas pressões e incômodos, como acontece geralmente com os setores populares. Conforme a Constituição Brasileira, a lei é válida para todos, porque todos têm os mesmos direitos. Vendo a realidade, engana-se quem se recusa a acreditar: a lei, para os setores populares, é mais severa e punitiva.

O conjunto habitacional ainda em construção localiza-se no “Jardim Europa”, é como se fosse um pedaço que não pertence ao extremo sul da periferia ou um lugar independente do entorno, que se auto-proclama o “primeiro mundo”, fora do seu território.

Neste momento, podemos olhar para o passado e compreender cada fase da territorialização, desterritorialização e reterritorialização do século XX. Olhar o passado no momento presente e futuro, tendo em vista o processo analítico dos territórios negros contemporâneos. Hoje, é impossível separar a leitura sobre o espaço, a relação segregação e território. Elas se tornam intensas, pois correspondem a processos dialéticos de enfrentamentos, defesas, lutas e embates.

“A Cidade Tiradentes, eu já tinha sonhado com esse lugar antes de vir morar aqui. Eu falo que foi um lugar abençoado por Deus. Porque nós todos, a família Silva, veio pra cá. Minhas irmãs, a minha mãe também, perto da minha irmã mais velha. Primeiro, foi sorteada a minha irmã mais nova, a Emília. Depois a Neli, depois eu, depois a Efigênia, e por último, o Bi. Nós trouxemos o mais velho pra cá. Ele não fez a inscrição. Surgiu uma casa, mas não gostou, ficou só dois anos, voltou para São Miguel de novo. Mas todos nós, a nossa família foi criada

aqui, tanto a Emília, a Efigênia, a Neli, e o Bi, e a do Carlos também, meu irmão, que faleceu dois anos depois que a gente mudou pra cá. Ele morava ali, perto do terminal novo. Nós viemos pra cá, a família toda” (Teresinha, 55 anos, Cidade Tiradentes).

“A maioria mora tudo aqui na Zona Norte, nós só temos, hoje, por parte de minha irmã no Jardim Ângela, que mora na Zona Sul. O resto, tudo mora aqui na Zona Norte, dos oito filhos. Um faleceu em 1971, o restante *estão* todos vivos” (Luiz, 50 anos, Brasilândia).

Faces diversas foram compostas para retratar os territórios negros, como por exemplo, a questão da legislação urbanística, que ora separa os lugares da pobreza, ora os da riqueza, com a intenção de preservar os lugares de mais prestígio sócio-econômico e impedir a mistura social e racial.

Outro aspecto, o território do ponto de vista cultural é o resultado da reunião familiar e cultural compartilhando o mesmo espaço de habitação, reposição da força de trabalho, realização e comemoração das datas biográficas, festas e celebrações (Rolnik, 1998).

Rolnik (1989; 1998) evidencia que os núcleos negros do começo do século passado, partilhavam os mesmos ambientes em razão da história comum, a base cultural e identitária; organizações sociais e culturais do universo do samba, da religião de matriz africana e da união dos laços familiares.

Conforme a depoente da Cidade Tiradentes, a territorialização do núcleo negro familiar está ligada a múltiplos fatores: a casa própria, a necessidade econômica para sair do aluguel, os laços afetivos e culturais que se constituíram no decorrer histórico da família, o desenvolvimento e a entrada de novos membros na família (nascimento, casamentos etc.).

“Porque, de primeira instância, não sei se você chegou a conhecer a congada de Reis. A minha família tinha Congada de Reis, aquela festa de final de semana, e a cada domingo era na casa de um tio. Então a gente se encontrava todo final de semana. Minha tia me tratava como uma boneca, no final de semana, porque durante a semana só eu sabia o que eu passava, então em todo o final de semana, só eu que sabia. Aí, todo final de semana a gente se via, em cada final de semana. Meu pai era o capitão da congada e meu tio também, e cada um tinha uma função na congada. E aí, com a dificuldade de ir pra casa, minha mãe achava que eu estava bem, ela sempre trabalhando” (Teresinha, 55 anos, Cidade Tiradentes).

A herança cultural, conforme a nossa interlocutora, mesmo não sendo mais praticada pelos descendentes, permanece nos traços da memória familiar. Hoje, a família da interlocutora é composta de quatro filhos e seis netos. Três filhos já constituíram família e habitam nas proximidades.

Após décadas de experiências na periferia paulistana, nossos interlocutores retratam os territórios vividos com outros sentimentos, que se diferenciam das imagens e sensações dos primeiros dias, meses e anos nos limites da urbe de São Paulo.

Bachelard (2003) dedica-se a compreender o valor sentimental que o ser humano deposita nos espaços vividos. O espaço, como a casa, o bairro, a rua, a praça, o universo histórico e subjetivo, vai se compondo como parte da identidade dos atores sociais. Abaixo, registramos a memória coletiva do espaço poético, a constante composição das bases históricas e subjetivas em torno dos espaços vividos.

“Então você vê, nós mudamos pra cá, com essa casa, essa parte era cozinha, aqui, quarto e sala, e o banheiro, só isso aqui. Mas pra nós, isto aqui era muito grande, porque era nosso, era uma casa financiada pela Cohab mas era nosso, o seu nome está lá. É uma coisa sua, você adquiriu e é uma propriedade sua, sim, um dia vai ser sua, então esse é o nosso cantinho de Deus, tanto as vizinhas, os parentes, os filhos também todos quiseram comprar casas, apartamentos aqui e moram todos na redondeza, a mãe fica no meio e os filhos todos em volta (risos)” (Teresinha, 55 anos, Cidade Tiradentes).

“São vinte e um anos, quase vinte e dois de COHAB, né. A Cidade Tiradentes hoje, para mim, é minha terra prometida, tá ligado. É o lugar onde me acolheu, que me recebeu, que me amparou. Diante de todas as dificuldades, o que ela pode me proporcionar. A título de benfeitoria, ela me proporcionou. Entendeu, foram pouquíssimas as oportunidades, mas as poucas oportunidades que surgiram não foram negadas, existiram muitas pessoas que lutaram para conquista social e cultural nesse lugar, pessoas que assumiram papel político e posicionamento político para a melhoria dessa gente dessa comunidade carente. A Tiradentes hoje, para mim, é minha fortaleza, ela é meu refúgio, está entendendo, que eu conheço muita gente e muita gente me conhece, que eu vou e volto e posso, assim, explorar meu direito de ir e vir dentro dela. E aos trinta anos de idade, por ter passado por tantas coisas que eu já passei, hoje eu passo, sei quem é, quem não é, consigo discernir as pessoas, e dentro dela encontro paz. Se amanhã eu tiver uma esposa e conseguir um apartamento ou uma casa dentro da Tiradentes, com um carro e poder proporcionar um estudo particular mesmo dentro da Tiradentes para o meu

filho, eu tô feliz, mano, está entendendo?. Eu queria e quero batalhar pela melhora, pelo desenvolvimento social, cultural e educacional dessa região porque as minhas raízes estão aqui. E é aqui que eu vou florescer, é aqui que eu vou dar frutos. Se essa for a vontade de Deus, só saio daqui se ele me remover. Cada dia amo mais este lugar, porque do jeito dele, este lugar me amou” (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

“Mas o Ângela, eu amo o Ângela. Se eu tivesse condição de comprar uma casa aqui, eu compraria aqui. E a questão de violência eu não tenho o que reclamar do Ângela. Eu chego tarde da faculdade, nunca fui abordada, nunca fui seguida. Já acordei cedinho para ir lá para Liberdade, naquele Centro de Solidariedade atrás de trabalho, nunca tive problema. Se correu atrás, se tem tarado, se tem bandido, se roubou relógio, graças a Deus, eu nunca tive. Pode ter ocorrido com outras pessoas, estou falando por mim” (Zilda, 38 anos, Jardim Ângela).

Atualmente, mesmo nos limites da periferia, adquirir a casa própria tem se tornado cada vez mais difícil. Segundo as circunstâncias apontadas pela interlocutora do Jardim Ângela, a casa própria na periferia, só se torna viável em regiões mais distantes e nos últimos lugares do território.

Conforme a história territorial e identitária, a memória coletiva de nossos interlocutores faz um profundo mergulho diante das relações construídas no lugar. A reciprocidade realiza-se entre lugar e morador ou morador e lugar. As categorias podem ser dotadas de sentidos subjetivos e identitários, pois o território, a identidade e a história, dialeticamente se entrecruzam, compõem-se em permanente construção política e ideológica com suas referências na cidade (Di Méo, 2007).

A partir das contribuições da Geografia Social, da Sociologia e da Antropologia, apreendemos importantes noções sobre o espaço e o lugar. Na cidade de São Paulo, podemos encontrar múltiplas identidades, como a Brasilândia, Cidade Tiradentes e o Jardim Ângela, atribuindo uma identidade local: a história de uma territorialização e a territorialização de uma história (Di Méo, 2007).

Território negro e segregação racial se imbricam no processo interno e externo da produção da moradia. O primeiro, através das insígnias culturais, sociais e políticas. Gradativamente, demarca os lugares dos atores sociais que vivem a habitação e o entorno, juntamente com seus pares, compartilhando o lugar com os moradores do pedaço. O segundo, produz e reproduz resultados sócio-econômicos distintos do território. Mas, por ser um lugar de confinamento e separação certa homogeneidade, dialeticamente, tende a

viver situações antagônicas da sociedade e da cidade, que ora internamente convive em torno de representações coletivas e identitárias de autodefesa e sociabilidade e ora, diante do espaço da complexidade transcende as fronteiras, sofre com as atribuições e denominações de lugar inferior e marginal.

Até o momento, analisou-se o território e a segregação do ponto de vista ocupacional e residencial. Além da produção material, os habitantes que vivem a cidade e o lugar, vivem historicamente de forma subjetiva e identitária os lugares de pertencimento.

O interior da habitação e do ambiente construído é permeado pelas lembranças da infância, da juventude, do casamento, dos lugares que marcaram profundamente a memória individual e coletiva.

Para os interlocutores da Cidade Tiradentes, Brasilândia e Jardim Ângela, a produção do interior está intimamente relacionada à família, ao trabalho, as brincadeiras de infância, as dificuldades decorrentes do poder aquisitivo e ao lugar. A subjetividade do lugar de moradia é, geralmente, intermediada no amplo movimento do homem na transformação do espaço e do processo relacional do homem com o meio (Santos, 1993).

Nos dias de hoje, a memória coletiva dos interlocutores, a respeito dos primeiros anos de vida na periferia de São Paulo, não condiz com as representações de precariedade social: muito mato, sem iluminação e distribuição de água, falta de transporte e pouco ou nenhuma presença do Estado.

De acordo com as palavras de Leroy, a terra é o território de vida e de transformação social. É na e para a terra que nossos interlocutores reforçam o enraizamento social, projetando a memória coletiva do passado, do presente e as perspectivas futuras.

“É aqui do lado. Não tem como dizer que não gosto do bairro, eu gosto. Eu criei meus filhos todos aqui. Que nem falei para as meninas, eu não vou falar do lugar (Falar mal) né, criei meus filhos, criei minha família, é bom o Nakamura, eu não tenho o que falar daqui, não” (Maria, 66 anos, Jardim Ângela).

“Eu acho que a gente tem... Os antigos do bairro, eles sabem que têm muito a agradecer ao pessoal que lutou, por muita coisa que está acontecendo hoje, aqui. Tem muita coisa para mudar, tem muita coisa ainda para ir para frente. Mas hoje nós temos creche, temos as escolas, temos uma, duas, três, quatro escolas próximas. Só nessa região nós temos já temos quatro escolas, nós temos este clube da turma, que não tinha, temos a nossa sede que tem trabalhos sociais ali também, as igrejas que nós também não podemos esquecer a participação delas. E está aí o desenvolvimento. É uma região que eu acho que eles vão chegar e vai sair das

estatística que o Ângela é um lugar de alta periculosidade, que aqui as pessoas vêm e dificilmente saem (Risos). Hoje eu vejo muitos jovens estudando faculdade, coisas que a gente não via antes. Como era difícil falar com alguém que estava em uma faculdade, você chegar e falar: 'Nossa você está fazendo faculdade'. Nossa! E hoje já está mais acessível para os pobres. Então tem desenvolvimento. Eu acho que aqui, lentamente, houve e está havendo e está em constante transformação, este lugar" (Renata, 30 anos, Jardim Ângela).

A política no e do espaço (Lefebvre, 2000) é fundamental para todos os estratos sociais. Nas periferias de São Paulo, em particular, a ação subjetiva e política determinam as mudanças sócio-espaciais e a própria relação dos atores sociais, dialeticamente, entre homem e natureza social.

Na Cidade Tiradentes, o padrão básico da produção social do espaço está a cargo do Estado (Bonduki), com a construção da habitação e das necessidades.

Marcuse (2004) enumera diversos atores que produzem o espaço da cidade. Dentre eles, salienta que o capital privado também é responsável direto e indireto pelas transformações sociais das cidades contemporâneas. As periferias não se ausentam desse tipo de intervenção. O capitalismo introduz no mercado, produtos de consumo para todos os segmentos sociais, mediante os interesses em jogo.

Na sociedade contemporânea, as cidades, as periferias e os habitantes do lugar precisam pagar para adquirir os bens necessários para o seu consumo. Esse processo de compra e venda também se realiza mediante os desejos e necessidades criados pela cultura do capital e pelos anseios das classes sociais.

A compra e venda da habitação é um desses traços dos desejos, significados e significantes das classes sociais que habitam as periferias paulistanas. Nossos interlocutores, habitantes da autoconstrução, das casas e prédios da Cohab, das favelas contemporâneas e dos mutirões, procuram satisfazer e produzir o interior coletivo em torno do espaço de viver e de morar.

Até o final dos anos de 1980, o sonho da casa própria, para os estratos de baixa renda, só se realizaria com o padrão habitacional da autoconstrução nas periferias distantes e lisas do ambiente construído. A tarefa de adquirir a casa própria tornou-se mais difícil. As possibilidades só se tornam viáveis a partir das políticas de financiamento da habitação, como a política de financiamento da casa própria adotada pela Caixa Econômica Federal, dos órgãos estaduais e municipais que promovem a habitação popular. Na Cidade Tiradentes, considerado o maior núcleo habitacional de São Paulo e do Brasil, a compra e venda da

habitação produz e transmite a realização do sonho da casa própria.

“São vinte e cinco anos para pagar aqui, já tem 14 anos. A Cohab, quando surgiu, surgiu para a baixa renda e aí, depois, como que pode ser para baixa renda? Na época, eu trabalhava como motorista e não ganhava pouco de salário, mas ela estava pedindo mais. A mesma coisa que eles estão construindo esses prédios dentro da Cohab, eles estão exigindo dois mil reais. Se você fizer a conta, qualquer financiamento que você faz, você tem que ganhar três vezes o valor da prestação, então um terço de dois mil reais dá quanto? São 650 reais. Então você acha que uma pessoa, aqui na Cohab, vai pagar R\$ 650,00 de prestação? Esse prédio meu é o prédio mais próximo da saída da Cohab, e lá no fundão, é uma coisa que não tem lógica” (Adílson, 46 anos, Cidade Tiradentes).

O quadro social da habitação só pode ser bem compreendido através da participação direta da família. Nos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, as famílias negras e brancas iniciaram suas experiências frente às realidades do local: o estigma de bairro pobre, marginal e gueto, da ausência de equipamentos públicos, sociais e urbanísticos e da difícil relação entre os locais de trabalhar e morar.

A família negra que Florestan Fernandes (1965) analisou no período pós-abolição, a integrada e a desintegrada, não pode ser utilizada como categoria analítica para o momento atual. Para analisar a família negra, as características observadas por Florestan Fernandes não se sustentam frente ao cenário da sociedade do meio-técnico científico informacional. Os grupos sociais negros, em razão da industrialização e da política brasileira, foram inseridos gradativamente nos postos do proletariado industrial. Após as transformações, a família e os grupos negros assimilaram as categorias da sociedade urbano-industrial.

A família negra, das últimas décadas, só pode ser interpretada por intermédio da observação do mundo urbano-industrial e global.

Utiliza-se, para este estudo, a classificação descritiva que se encontra sobre classes sociais e estratificação, como classe baixa, classe média e classe alta. Na periferia paulistana, majoritariamente, entrevistamos homens e mulheres negros pertencentes a famílias de classe baixa ou proletariado. Pequenas gradações sociais podem ser observadas, motivadas pelo mercado de trabalho e pela escolarização. Em geral, as famílias negras que entrevistamos são, na grande maioria, naturais do proletariado. Mesmo que alguns tenham alcançado alguma mobilidade sócio-econômica e hoje estejam ocupando o quadro social das classes médias negras, é importante considerar que a origem do grupo não é a classe média.

“A nossa história é uma história simples, de operário. Meu pai começou a construir aqui, eram dois cômodos, não era aqui, era nos fundos. Depois ele resolveu construir aqui, ele construiu três cômodos, acho que nós ficamos nesses três cômodos dez anos. E quando nós começamos a ficar mais independentes, depois começamos a mudar algumas coisas; acabamentos, quartos e foi indo. Pelo tempo que nós estamos aqui, nós construímos tudo aos poucos. Chegamos aonde estamos, uma história assim muito difícil porque o serviço público, ele não acompanha o serviço das empresas, o salário é mesmo para a pessoa sobreviver. Para o meu pai foi muito difícil, só ele trabalhando, pagando o terreno, e não fazia outra coisa. Foi através de muito sacrifício, hoje talvez, parece um pouco difícil uma pessoa fazer isso” (Reni, 54 anos, Brasilândia).

“Uma das pessoas que eu até fiquei sabendo, ela é daqui da Cidade Tiradentes, talvez sua pesquisa, você não vai sair daqui tão cedo se você quiser entrevista-la, é a Deise Camargo. A mãe dela conseguiu escapar desse estigma, a mãe dela foi, se não me falha a memória, foi estilista, uma coisa assim. Mas a maioria da minha família, que eu conheço, da minha família toda, tanto materna como paterna, teve essa mesma trajetória: empregada doméstica, meu pai era pintor e pedreiro, meu avô, por parte de mãe, que chegou a trabalhar, acho que ele foi motorista. João Francisco de Camargo, eu sei que ele era funcionário público, eu não lembro qual secretaria que ele trabalhava. Inclusive, minha tia que recebe a pensão. Aí, posteriormente, começou a escapar um pouco desse estigma, por parte de pai, foram os meus tios mais velhos, o tio Walter, que trabalha na prefeitura, tio Dunga e um primo chamado Maurício. São os funcionários públicos da família que eu conheço. Os demais, ou está vivendo de bico, ou operário braçal” (Oubi, 50 anos, Cidade Tiradentes).

“A gente fazia daquele, às vezes meu irmão conseguia com colega rolimã, e fazia carrinho de rolimã. É, ficava toda desolada, porque eu brincava com ele, só, não com os meninos, não tinha muita brincadeira. Então é coisa que eu não gosto de recordar da minha infância, porque eu não tive assim, coisa que marcou. Com nove anos, minha mãe começou a trabalhar. Aí eu tive que cuidar dos meus irmãos, eu tinha que buscar água na mina, porque o poço deu pedra, não tinha água. Então dava uma distância assim, de quinhentos metros, mais ou menos, com lata d’água na cabeça. Tinha que fazer fogão de lenha para esquentar a água, para dar banho nos meus irmãos. E tivemos muita dificuldade financeira também, de faltar as coisas, sabe, o básico para se alimentar. Minha mãe saía de manhã para trabalhar e deixava a quantia exata para nós comermos e dar para os meus irmãos. E grávida, com um barrigão, trabalhava até nos dias de ter neném. E antes de

terminar a dieta de quarenta dias, ela já retomava ao trabalho porque precisava trabalhar sabe” (Zilda, 38 anos, Jardim Ângela).

As famílias negras de origem proletária, todas elas narram uma história comum: o trabalho braçal e de pouco remuneração.

As mulheres negras, as mais velhas ou suas mães e avós, todas passaram pela experiência do trabalho doméstico. Durante décadas o exercício de doméstica, cozinheira e faxineira predominaram e passaram de mãe para filha.

O homem negro, os entrevistados mais velhos, deixaram registrado que o mundo do trabalho começou cedo e pleno de exigências físicas para a realização do trabalho.

Dentre os grupos de mulheres negras, o início da vida profissional sempre foi exercido em meio às funções de doméstica, faxineira e cozinheira. Dentre as depoentes, uma interlocutora que foge à regra, uma exceção do universo de mulheres negras das periferias de São Paulo.

“Vou falar uma coisa para você: nunca uma negra comprou de mim. Não que eu não quisesse vender, ela me via vendendo. Eu era gentil quando eu ia numa casa e falava com a patroa, eu olhava para a empregada. Eu sabia que ela não podia e não ia. Mas eu nunca deixei passar batido isso, porque eu achava isso muito feio, nunca. Tô falando, eu nunca consegui uma amiga negra, meu Deus. Mas não que eu fugisse dela. Não aconteceu, entendeu” (Ercília, 80 anos, Cidade Tiradentes).

A depoente acima trabalhou durante décadas em São Paulo, exercendo a função de modista. Foi como ela afirmou, no dia da entrevista: “Sou modista, nunca fiz roupa para mulheres negras, sempre costurei para mulheres ricas e brancas”. O trabalho exercido pela depoente não foi a atividade de costureira, porque em todos os momentos, a direção, a autonomia, a organização e a independência sempre estiveram a cargo da interlocutora e ela, em poucas oportunidades, precisou vender sua força de trabalho para uma empresa de costura.

A postura de autonomia e independência também foi exercida à frente da família. Durante o casamento e após a separação do marido, a criação, cuidado, desenvolvimento e proteção da filha sempre estiveram a cargo dela. Faces desse empenho e do legado da mulher negra se encontram em sua família. A filha, após completar quarenta anos de idade, foi aprovada no vestibular da Unifesp e está cursando Gestão em Saúde Pública. As netas da

inerlocutora, a primeira concluiu o curso superior em Propaganda e Marketing, a segunda está no terceiro ano da faculdade de Jornalismo. Todas as mulheres, a interlocutora, a filha e as duas netas vivem as experiências das gerações no mesmo ambiente social na Cidade Tiradentes. Essa família negra é uma exceção frente às diversas entrevistas que realizamos com homens e mulheres negros. A depoente é de origem proletária. Porém, durante o percurso social e econômico, as condições e a estratificação social abriram “lugares” e posições sociais à frente da maioria do proletariado negro.

As famílias negras paulistanas, moradoras das regiões Leste, Norte e Sul, ocuparam as primeiras periferias dos anos de 1940, até o final do século XX. Todas conviveram e acompanharam os percursos sociais, geográficos e políticos da periferização, das ruas e estradas de barro, da falta de transporte coletivo e a dupla dificuldade do deslocamento casa e trabalho.

Alguns aspectos internos à família negra, como a questão de gênero, são particulares e de extrema importância para os estudos sobre a questão racial. Bernardo (1998; 2003), em estudos sobre gênero e raça na vida social e religiosa da cidade de São Paulo, contextualiza que a mulher negra sobressai na composição das famílias negras. Estar à frente como chefe de família tem, historicamente, repercutido em razão da independência social e econômica, do sucesso profissional, do mercado matrimonial e das experiências sociais.

O casamento inter-racial, regularmente, não é bem aceito entre as classes sociais. A priori, realiza-se entre os setores de baixa renda. Telles (2003) qualifica o encontro matrimonial e a proximidade social como relações inter-raciais horizontais, que se constituem entre as mesmas classes sociais.

“O encontro com o meu marido foi interessante. Porque a minha irmã mais nova, que era terrível. Ela marcava três, quatro encontros. E pedia para as outras irmãs afastar ela de alguns. Aí ela marcou um encontro com o meu marido e mais dois colegas do meu marido. Ela falou: ‘Ah fica aí conversando com o Bira porque eu vou ali falar com o Batata’. Aí ficamos conversando, aí ela chegou : ‘Ah vamos pro parquinho’. E eu sempre via ele ali com ela. Eu não era muito de conversar, eu era bem reservada. Então eu só observava as coisas, eu fiquei ali conversando com ele e nos convidou para ir ali no parquinho. Aí fomos no parquinho, acho que ele me achou mais interessante, mais ajuizada do que ela. Começamos a namorar desde daquele dia. Só que tem um porém, ele é branco. Ele não faleceu ainda, e meu pai era racista, bem roxo. Bem roxo, racista roxo. Ele não admitia que a filha dele casasse com homem mais claro que ele, e ele era bem pretinho, aí começou a gerar o problema” (Teresinha, 50 anos, Cidade Tiradentes).

Não existem proibições legais quanto ao casamento entre brancos e negros, mas costuma acontecer, geralmente da parte da família branca, de não aceitar o casamento. Os laços matrimoniais provocam descasos ou tratamentos inadequados para o par negro/branco. Esse comportamento não é exclusivo aos brancos. Conforme a inerlocutora, a opinião do pai foi contrária desde o primeiro encontro com o futuro genro.

A posição contrária, da parte do negro, pode aflorar por intermédio da possibilidade de inserção de uma pessoa branca na família. As primeiras reações que se manifestam internamente é o histórico cumulativo de racismo, discriminação e subordinação. Esse processo continuará permanente, pois a violência do mito da democracia está em todos os lugares da sociedade: Estado, escola, local de trabalho, meios de comunicação, espaços públicos e privados. Tomar posição contrária ao matrimônio da filha com um homem branco não se pode definir como uma posição central de natureza ideológica. O posicionamento do pai, conforme a história da depoente é em razão dos múltiplos sentimentos e contextos que se concretizaram entre brancos e negros.

A mulher negra, no contexto dos distritos pesquisados, também se encontra à frente, ocupando a posição de chefe de família. A ocupação é decorrente das rupturas sociais como a separação, a traição ou a falta de sucesso no matrimônio e na vida social.

“Eu queria estudar, eu tinha um sonho de estudar, ter minha casa, ter meu carro... para trazer meu filho em uma estrutura. Mas ele: ‘Porque você quer ser mocinha, porque você não quer ter filho, você não quer estragar o corpo, por que não sei o quê. Na verdade, não era isso, porque eu nunca fui vaidosa. Nunca fui uma mulher vaidosa. Hoje é que eu me cuido mais de arrumar cabelo, tirar sobancelha, nunca tirei sobancelha. Tirei sobancelha porque você está aí, fiz a unha. Fiz depois que eu me separei, tem dez anos que estou divorciada. E aí engravidei, parei de tomar pílula e engravidei. Tive a minha filha e hoje ela está com 13 anos. Quando ela estava com três, nos separamos por conta de traição. Ele aprontou e descobri, e não deu mais para ficar juntos. Quando eu descobri ele já tinha uma menininha de quatro meses com outra pessoa, usando aliança e tudo, e não tinha mais motivo para estarmos juntos. Então nós nos separamos a princípio, e depois de dois anos nos divorciamos. E tem dez anos que estou divorciada. Tive outros namorados,mas nada né, fiquei muito escaldada” (Zilda, 38 anos, Jardim Ângela).

“Mas ele, ele queria só curtir, a vida dele era só essa. Ele ficou neste embalo, então ele ficou só nessa, não caminhou, não avançou mais, entendeu?”

Então isso, para ele, também foi ruim, tanto que hoje dá pena. Não sei agora, porque faz muito tempo que eu não o vejo. Mas ele estava em uma situação muito precária. Por quê? Sabe ele perdeu o vínculo com os filhos. Ele não soube se relacionar com os filhos também, os filhos vieram mais para o meu lado. Eu procurei educar e proteger meus filhos e não deixar, e pelo menos ter uma visão da vida” (Ana, 49 anos, Cidade Tiradentes).

“Nossa, eu tenho, tinha, mas não faz mais parte da família, uma cunhada que ela, nitidamente, não gosta de negros, não sabe como que a família deixou que entrasse no meio. E uma das conversas dela, assim... até então, meus filhos ficavam na casa dela, do tio né, que é mulher do irmão do meu ex-marido. E aí ela, doída para engravidar, ainda não tinha filhos, e ela falou nitidamente que, enquanto o filho dela não tivesse nascido, os meus filhos poderiam ficar lá, sobrinho e tudo, mas depois que o neném dela nascesse, ela não queria esse tipo de contato, sabe? Nossa, isso me machucou muito, eu sofri demais, e com ela... é uma pessoa estudada, uma pessoa que tem faculdade, ela fez isso. E não gosta, não acha legal. Meus filhos, eles são, chegam a ser mais escuros do que eu, cabelo bom, são lindos. E as pessoas ainda são... tanto da família: ‘Nossa, mas eles são moreninhos, aí, não era para serem mais clarinhos?’. É uma forma de racismo, poxa é parente, é da família, não era para ficar comparando porque que nasceu mais escuro, porque que nasceu mais claro. A ainda bem que tem cabelo liso. Poxa, ainda bem que tem saúde, ainda bem que é inteligente, vamos né? Eu, com essa minha pele. sofri demais, nossa. E a família inteira, família inteira. Uma das coisas também que fez meu casamento acabar foi isso, o racismo” (Renata, 30 anos, Jardim Ângela).

As mulheres negras que passaram por experiências matrimoniais, desfizeram suas relações, primeiramente, pela falta de acompanhamento dos seus pares, isto é, a busca de perspectivas melhores quanto à habitação, estudo para os filhos, mercado de trabalho e ocupação profissional. O sucesso social e matrimonial entre homens e mulheres negras não acontece por acaso, por questões ideológicas e políticas, leva-se em consideração os objetivos comuns, a aproximação amorosa, afetiva e sexual.

Outra questão de relevância entre as relações raciais é o racismo que habita os espaços familiares de um casamento inter-racial. Conforme as palavras da depoente do Jardim Ângela, a ex-cunhada assinalou abertamente que após o nascimento do filho, não admitiria o encontro e as relações com as crianças negras.

O casamento entre brancos e negros causa muitos distúrbios (interna e externamente) às famílias, como a aceitação, visibilidade perante a sociedade e, posteriormente, com o

nascimento dos filhos.

Mães e pais, brancos e negros, precisam lidar cotidianamente com graves situações que são alusivas, em nossa sociedade, como por exemplo, as que se encontram nas revistas de beleza e estética, na literatura formal e popular, idealizações do padrão branco de beleza, de relações amorosas e afetivas (Moreira e Sobrinho, 1994).

Nos segmentos sociais encontram-se classificações referentes à beleza do branco. A descrição física e estética é um fato que expõe faces do racismo brasileiro. Crianças com o cabelo pixaim, que não são lisos e escorridos, não são associadas à beleza. O racismo brasileiro atua no processo de formação da identidade do indivíduo. Corpo, cabelo e estética são valores que ora proporcionam a aceitação pelo negro de sua identidade e beleza e ora têm seus valores negados pelo racismo, referendado o padrão branco nas relações raciais e sociais.

O casamento no Brasil, de base inter-racial e sócio-econômico, uniu brancos e negros do mesmo segmento econômico. O casamento inter-racial entre os segmentos médios e altos não acontece assiduamente, conforme os matrimônios entre o proletariado branco e negro.

Moreira e Sobrinho (1994), em trabalho sobre o matrimônio inter-racial, afirmam que a família branca é geralmente mais radical em não aceitar o relacionamento. As faces do racismo e da discriminação são as atitudes pela não realização do encontro afetivo e amoroso.

A mulher negra está sobre-representada no mercado de trabalho e também se encontra, conforme a classificação salarial entre gênero e raça (IBGE e SEADE, 2000), no último degrau sócio-econômico quanto aos ganhos auferidos. A mulher negra recebe rendimentos menores que homens brancos e negros e entre as mulheres brancas. No matrimônio, a mulher negra não tem tido os mesmos ganhos que os homens negros.

“Eu digo por mim, eu não tenho como analisar ao todo agora, porque a situação foi vivendo. Eu falo por mim. Quando eu digo essa questão de você se encontrar, estou no paraíso, achei os meus irmãos, tudo isso aconteceu muito. Mas em questão de você ser aceita, ter os amigos e ser aceita nas rodinhas, você dançava muito e a pretinha dançava muito, era muito bonita, mas, na hora de namorar eles, os caras preferiam as brancas, né? Até hoje, a gente fez um trabalho no dia da mulher, como foi na igreja. Teve um momento de fala e estava comentando que as coisas funcionam mais ou menos assim: na igreja, a gente costuma dizer que você espera o Senhor preparar a pessoa pra você. Então a mulher loura, ela espera o homem loiro, de olhos azuis. A mulher branca, ela espera o homem branco, aquele moreninho. E a mulher preta, à espera do Senhor, porque a loiro casa com a branca, o branco casa com a branca, o negro casa com a branca e a mulher preta fica esperando. Não é questão que eu seja contra o

relacionamento, eu não tenho nada contra, em hipótese alguma, mas a realidade é essa, a gente está ousando em falar um pouco da realidade da mulher negra, nesse sentido. Enquanto adolescente, a questão é essa. Uma ótima amiga, mas eu vou namorar com a sua amiga, que é um pouquinho mais clara. Principalmente eu, eu costumo dizer que sou o último tom, então eu sou a última a ser escolhida. Quanto mais clara, mais atenção você recebe. Mas não é culpa dos meninos, é culpa da mídia. Quer dizer, se você não trabalha, estava falando até em questão, a gente fez uma colocação assim: feche os olhos e visualize um anjo. Quantos visualizaram um anjo negro? Então, quer dizer, essa questão de preferir a loura ou a branca não é culpa de ninguém ou de uma coisa que nós vivemos na adolescência. Isto é culpa de uma cultura e de um sistema que a gente vive. Então dificultou para nós negras. Dificultou, não quer dizer que atrapalhou” (Lene, 35 anos, Cidade Tiradentes).

Nos distritos negros de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, as mulheres negras que cresceram no local descrevem que os relacionamentos com seus pares negros têm se tornando constantemente mais difíceis. A decisão por ter ou não um parceiro do mesmo segmento étnico e racial não é ideológico. Mas, em diversos momentos em que acompanhamos as conversas, os ambientes sociais, o cotidiano no espaço público e a conversa entre homens e mulheres, notaram-se a preferência por um parceiro negro, quanto ao namoro e casamento.

O racismo brasileiro, nos espaços públicos e privados, divulga e propaga o ideal de beleza entre os gêneros e grupos raciais. Entre os casamentos inter-raciais, o homem negro tem maior tendência em se casar com uma mulher do grupo branco e as negras têm enfrentado maior rejeição, estando mais propícias à solidão.

As palavras da última interlocutora confirmam nossa afirmação, referente à menor aceitação para matrimônios com homens de seu grupo étnico/racial.

A linha de cor está em todos os ambientes; definindo os lugares no mercado de trabalho, a competição dos melhores cargos, os lugares de visibilidade social e econômica, no aprendizado escolar de nível fundamental, médio e superior e também nos relacionamentos amorosos (Nogueira, 1998).

Na aceitação de homens e mulheres quanto à formalização do matrimônio, um deles sairá em vantagem social e econômica. Hasenbalg (2005) descreve que é o homem negro que, em um casamento inter-racial, terá maiores ganhos em ser aceito em um novo grupo social, podendo ascender economicamente.

“Pra mim, essa questão é um pouco complicada na questão do sentimento e da etnia, No mínimo, a idéia que vai contar aí é a questão da consciência. No mínimo, ele tem que ter mesmo o lugar, independente da pele, porque se não tiver mesmo, não dá certo. É complicado você desenvolver o sentimento se a pessoa não tem a mesma consciência que você. Por experiência mesmo, é uma coisa que não dá certo, eu já tentei isso e não rolou, não rolou. Por um tempo eu pensei ‘não, agora tem que ser negão’, e tal, mas do jeito que a coisa está difícil” (risos) (Mari, 28 anos, Cidade Tiradentes).

Nos territórios da população negra, através dos espaços sociais e da cultura hip-hop, os jovens têm maior tendência quanto à realização do namoro com a pessoa do seu grupo étnico/racial. Há maior propensão dos namoros entre jovens negros e negras. Porém, a vida amorosa, afetiva e sexual não tem como base a questão ideológica, é o que afirmou a depoente acima, quanto às experiências afetivas.

Um fenômeno social que merece ser incluído neste debate, para melhor compreensão do relacionamento inter-racial é que, nos distritos localizados nos limites de São Paulo, desde o final dos anos de 1980, os homicídios têm decaído entre população jovem e negra (Kowarick, 2002).

A população feminina é maioria no Brasil, no Estado de São Paulo, na capital paulistana e nos distritos deste trabalho. Através desse quadro, podemos relacionar com o matrimônio inter-racial, ou seja, há mais mulheres que homens em nossa sociedade e que nos últimos anos, o índice de homicídios cresceu entre a população jovem e negra. O mercado matrimonial, para a mulher negra, não se justifica por essa situação. São vários os fatores, mas deve-se levar em consideração que a violência urbana diminui o número de homens negros e dos matrimônios, tornando a família e os tipos de comunidades mais frágeis.

“Verdade, meu príncipe encantado tem que ter dez categorias, dez coisas que o cara precisa ter. Aí você vai vendo que vai ficando difícil. Aí você vai tirando um, vai tirando dois, vai tirando três, vamos ver o que a gente pode consertar aí, está difícil. É como você falou, quatro mulheres para um homem, e às vezes esse um homem não tem nada na cabeça, então não dá. E a mulher fez todo um investimento, ela trabalhou, estudou, fez faculdade, não é fácil você pagar e suar. Mesmo sendo solteira, tem responsabilidade em casa e, de repente, aparece um príncipe encantado que não entende nada o que está acontecendo, não dá, é melhor deixar pra lá. Uma das coisas que nós estávamos comentando, no dia da Mulher nós fizemos um pequeno debate, e uma das

dificuldades da mulher é esta. Vamos supor, eu não tenho preconceito, te sobra o branco, ele não é empresário eu tenho certeza. O branco da negra, ele não é empresário eu tenho certeza, ele não é bem sucedido, ele não tem quatro ou cinco diplomas, o salário dele não tem quatro dígitos, não tem quatro dígitos. Então, quer dizer, é você ter que abrir mão de muita coisa e quando você der uma sorte, quer dizer, coisa que você mesmo viu. Eu pego muito o exemplo dessa minha amiga, porque ela fala: 'Lene, eu trabalho, estou sofrendo'. Ela trabalha durante toda a semana, ela faz faculdade de sábado, ela já fez Biologia, tem o carrinho dela lá, não é 2006, é 2000. Você entendeu? Ela fala: "Se eu for arrumar um namorado, o que eu faço? Vou dar o carro na mão dele, eu vou sair de ônibus? Ou dou o meu carro para ele dirigir? Ou ele vai no lugar do passageiro? Parece simples, mas a mulher entra em conflito com tudo isso, ela entra em conflito, às vezes é melhor você não ter nada. Porque, pra você encontrar uma pessoa que fala 'Não, a gente vai batalhar e a gente vai conseguir'. Aí que está difícil, uma pessoa que vá, 'então vamos embora que a gente vai conseguir', Isso aí está impossível, muito e muito difícil" (Lene, 35 anos, Cidade Tiradentes).

O sucesso profissional da mulher negra, gradativamente proporciona o distanciamento entre os pares e, em consequência, da posição social, dos lugares públicos e privados e dos diferentes ambientes culturais (Silva, 1999).

O homem negro, de elevado nível sócio-econômico e educacional, é raro no mercado matrimonial. Os poucos que se encontram, quando não se posicionam pela questão amorosa e ideológica, tendem a embranquecer na escolha do seu par amoroso e afetivo (Moreira e Sobrinho, 1994).

A geração mais nova de homens negros dos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, relacionam-se com seus pares negros através de experiências sociais de base político ideológica, dos encontros culturais, dos movimentos sociais negros e dos ambientes do território negro.

"Você falou uma coisa tão importante, que é assim, eu discuto muito assim, eu não tenho problemas, eu falo em qualquer entrevista, a minha preferência é a mulher negra. Não tenho olhar para outra, mesmo porque a sociedade brasileira exclui a mulher negra e o homem negro. Quando se fala em padrão de beleza, nenhuma pesquisa sai o homem negro, a não ser quando está no nível internacional, Danzel Washington, Wesley Snipes, com exceção daquela que tem um perfil que está puxando o padrão branco, a mulata como um objeto mesmo. Na questão disso eu concordo. As mulheres são bastante depreciadas por serem mulheres negras, numa relação entre homens e mulheres. É uma coisa que a

gente sabe que é impulsionada pela mídia e pela falta de estrutura e mesmo porque a gente não aprendeu a gostar da gente mesmo como se deve, mesmo porque tem um olhar diferenciado. Enquanto a gente tiver um padrão branco de beleza, nós vamos achar que as loiras, as brancas são as mulheres mais bonitas do mundo. E o mesmo ocorre com as mulheres, vão achar que o Brad Pit, o Kaká, o Gustavo Nery são os homens mais bonitos, então nós estamos ferrados. Até mesmo em algumas manifestações públicas, eu vejo que as meninas negras e os rapazes também, eles têm essa questão de olhar o valor e o ideal de beleza padrão é o branco. Eu acho isto muito complicado. Enquanto a gente não perceber que nós temos as diferenças, eu acho muito louco os lábios grossos que a Luiza tem, o nariz maior, tudo da hora, sabe aquele rosto, aquela pele, tudo isso me deixa doido, eu gosto da mulher negra, pra mim é tudo” (Franilson, 34 anos, Cidade Tiradentes).

No mercado matrimonial, ambos são rejeitados, homens e mulheres negras. A mulher negra, entre os gêneros e grupos étnico/raciais, é a última a ser escolhida no mercado matrimonial.

O interlocutor da Cidade Tiradentes, formado em pedagogia e militante do movimento social negro, é o típico homem que defende o matrimônio com a pessoa do mesmo grupo étnico/racial, levando em consideração a escolha amorosa, afetiva e ideológica.

A identidade constitui-se em torno de valores históricos, políticos, étnicos, religiosos e ideológicos presentes no mesmo plano geográfico e territorial. A identidade se produz na inter-relação; gênero, raça/etnia, matrimônio, grupo cultural e religião. Enfim, de forma dialética, o ser humano troca, doa e recebe de seus semelhantes as referências de identificação social (Munanga, 2003).

Os jovens com quem conversamos nos territórios negros paulistanos articulam faces das identidades que estão constantemente em construção no cenário da cidade. A identidade-metamorfose-emancipação é trabalho em movimento, a qual está presente nos territórios negros, nas espacialidades, nas fronteiras e nos espaços públicos. A escolha de homens e mulheres negros para a realização do matrimônio é, em princípio, a experiência amorosa, os sentimentos e o aflorar dos desejos (Ciampa, 2006).

“Ah parceiro, é o seguinte, o Leroy gosta de negra, tá ligado? Do chamego, do tempero, do embolado, da meiguice, da pele e tal. Acho que toda expressão da mulher negra é maravilhosa e sensual e sedutora. E eu sempre falei que branca não desperta meu ego, não vira, tá ligado? As minas não têm sal, não têm açúcar, não têm graça, é esquisito pra caramba, e é assim. Eu cheguei até a me sentir atraído e até me apaixonei por uma pessoa branca, uma mulher branca e tal,

que era muito gente fina, e é assim caráter não tem cor e nem espiritualidade. Entendeu? Em Cristo Jesus isto não pesa tanto, mas existem gostos que é *prioritário* e acaba sendo, né? E, por incrível que pareça, essa moça que tem aparecido e trocado idéia é ... inclusive, sempre falei: 'Quero uma negra, e tal', e o pessoal: 'Você vai casar com branca'. Eu falei: 'Não roga praga que sou crente, isso não pega' (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

O depoente acima tem razão: a escolha do parceiro afetivo/amoroso não tem cor, raça, classe social, posição econômica, religião etc. O ser humano relaciona-se com seus semelhantes, a diferenciação impositiva produz a separação da diversidade cultural.

Na territorialidade negra paulistana, a base sócio-econômica é de baixa renda e são poucas as famílias negras que atingem a mobilidade sócio-econômica e educacional. Em consequência, o reduzido tamanho da classe média negra continuará nos mesmos lugares e as dificuldades serão maiores para a mulher em seus relacionamentos afetivos.

Nos espaços da classe média paulistana predomina a população branca e nos bairros de baixa renda, encontram-se maiores proporções da pobreza negra e branca.

A maior tendência no mercado matrimonial, conforme Hasenbalg (2005), Moreira e Sobrinho (1994), é o relacionamento afetivo e amoroso entre brancos e negros de baixa renda.

Nas áreas segregadas, pertencentes às classes médias e altas, dificilmente acontecerão relacionamentos inter-classes e inter-raciais. Nas territorialidades negras, o oposto tende a acontecer, o encontro entre brancos e negros.

A ausência de segregação legal, conhecida como o mito da democracia racial, fez com que ocorressem marcadores de seleção e escolha de homens e mulheres, em posições de valores materiais e não-materiais. Nesse sentido, as relações afetivas e amorosas ficam reservadas nos últimos lugares para homens e mulheres negros no mercado matrimonial.

Para que haja relações sadias entre brancos e negros, é essencial o exercício do diálogo franco dentro dos grupos sociais e negros.

Analísaram-se, a seguir, faces da violência e da vulnerabilidade social nos territórios negros.

3.3.3. “Viver em risco” na periferia paulistana

Nas duas últimas décadas do século XX na cidade de São Paulo, a violência urbana e os homicídios foram centrais no universo espacial, com maior destaque nos territórios de desigualdades.

Kowarick (2002) avalia a vulnerabilidade frente a duas perspectivas: a primeira, do ponto de vista sócio-econômico, na medida em que a cidade e a realidade urbana produzem e reproduzem espaços e territórios sem as garantias básicas de vida digna. No passado, Kowarick denominou “espoliação urbana” somatória de fixos e fluxos ausentes da realidade das periferias. No momento, a vulnerabilidade é o extremo do estado anterior, haja vista o universo de crianças, jovens e mulheres que se vêm destituídos dos direitos. A segunda, a vulnerabilidade civil, conforme o autor, refere-se ao estado das espacialidades e dos territórios desprotegidos, no sentido material e subjetivo, quanto à garantia de sobrevivência. A vulnerabilidade civil, nas últimas décadas, esteve constantemente estampada na imprensa brasileira e nos dados estatísticos, exibindo o quadro de mortes violentas e homicídios perpetrados por bandidos e pela própria polícia.

Na periferia paulistana, em lugares desprotegidos pela ação dos poderes públicos, a vulnerabilidade pode ser considerada uma das faces da produção do estigma que se introjetou nos territórios de pobreza: Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela.

A falta de cidadania no Brasil é o tema emblemático que resulta na produção de espaços vulneráveis. Há mais de 500 anos, a ausência de cidadania tem proporcionado à população pobre, mulheres, crianças, negros e indígenas, serem os principais alvos da violência e da exclusão.

Sposati (2001) configura a exclusão como sendo um quadro mais elevado que a pobreza, um estado de não-ter, pois já se trata de um processo de não-inclusão social, isto é, de separação, de negação de uma realidade história e culturalmente humana.

Para Vêras (2004), a cidadania não se generalizou no universo urbano e rural. Existem preconceitos, crimes, torturas, espancamentos, chacinas, uma enorme violência. A cidadania se manteve restrita a um grupo de interesse, distribuída em pequenas ilhas do primeiro mundo nas cidades brasileiras.

Milton Santos (1998) reforça o cenário contemporâneo, introduzindo os elementos conceituais sobre o espaço, denominando-os psicoesfera e tecnoesfera. A tecnoesfera está ligada à dimensão do capitalismo nacional e internacional, que dilacera e oprime o ambiente e todos os elementos nele contido em nome da mercantilização do espaço e da

desterritorialização. Na etapa atual, diante do grau de vulnerabilidade, exclusão e desterritorialização, fica muito difícil a produção de territórios de cidadania. Os territórios sem cidadãos é uma regra, não uma exceção. Mesmo os estratos sócio-econômicos de maior prestígio não vivem a cidadania, são meros consumidores que se resumem à vida na tecnoesfera.

Os interlocutores descreveram múltiplas situações da violência urbana, do medo e das situações em que se viram próximos aos números estatísticos.

“Mas daí começou a mudar alguma coisa, eu não sei se foi o susto, o impacto de ver aquela coisa, porque eu nunca vi alguém matar outra pessoa perto de mim e ainda os meus filhos todos pertos, estavam os três sentados perto do cara (...). Porque foi um tiroteio assim, *veio* dois rapazes atirando, um em cada moto, veio um atirando no outro e o que estava na frente encostou a moto onde o meu filho mora. Depois do almoço os vizinhos, eles ficavam todos na porta do prédio batendo papo, conversando (...). Aí *veio* esses dois rapazes, cada um numa moto, eles vieram descendo de lá do setor do Ferroviários. Ele encostou a moto, ele queria se esconder atrás de alguém ali, mas é falta de raciocínio. Na hora de ele se esconder atrás de alguém, ou outro é que iria morrer no lugar dele. Aí o cara ainda atirou nele. Quando eu entrei no apartamento do meu filho, eu escutei os tiros, acabei de fechar a porta escutei os tiros. Que eu abro a porta e saio, ainda vejo ele atirando no cara que estava no chão. Nisso, o raciocínio é tão rápido, a primeira coisa que você pensa é: ‘Os meus filhos’, porque os três estavam lá, os filhos e o neto, e eu não tinha visto o meu neto lá, e o meu neto estava andando de bicicleta com o meu filho do meio, lá. A primeira coisa que veio no pensamento: ‘Meu filho. Pronto. Mataram o meu filho’. Aí só que eu não sei, como foi que eu desci do segundo andar para o térreo do prédio até chegar no portão do prédio. Aí eu olhei, um veio e me abraçou e eu procurei o outro e eu procurando o terceiro e, na hora que eu entrei, eu tenho uma visão assim: ‘Eu sei que você está com uma calça verde clara e uma camisa azul’. Aí, daqui a pouco, se eu olhar, eu sei a cor da roupa que você estava. Eu olhei, e cadê o Charles, ele estava com uma camisa amarela, procurando, e ele já estava. O Emerson já tinha ido pegar o carro do pai, do prédio, e já estavam pegando ele para por no carro. Aí que a vizinha foi, segurou na cabeça dele, aí eu fui até lá e vi que era o senhor Fernando que tinha sido atingido por decorrência dos dois que *veio* brigando de lá de cima. E ele matou o cara, mas só que nessa, que ele atirou, meu filho falou que quando ele fez assim para ver o meu neto, o Rodrigo, o assovio da bala passou, que passou nele, atingiu o outro. A bala foi fatal, pegou na região frontal e foi fatal. Daí que eu acho que surgiu o meu problema de saúde, fiquei muito sensível a partir daí” (Teresinha, 50 anos, Cidade Tiradentes).

A violência urbana e a vulnerabilidade estão em toda a cidade, mas são os moradores das periferias os que estão mais sujeitos à descidanização (Kowarick, 2002).

Tem um outro lado da vulnerabilidade que é importante comentar. Trata-se dos jovens que são recrutados pelo tráfico de drogas e pelo mundo da violência. A questão social é primordial no cenário dos jovens que habitam e vivem as periferias. A descidanização (Kowarick, 2002) ou os territórios sem cidadãos (Santos, 1993) atingem os grupos menos protegidos, de menor poder sócio-econômico e mais vulneráveis a compor o quadro estatístico da violência e dos homicídios.

“Quero morrer, quero morrer. *Era* os inferninhos, os bailezinhos, boca de porco da quebrada, e comecei a me envolver um pouco mais com a marginalidade, com a rapa do crime do tráfico. Quase fui indiciado pelo tráfico, me vi em situação de estar passando droga e tal, fazendo um corre, tudo assim, para poder atrair a atenção dessa mulher, para que ela voltasse para mim, mesmo que fosse num sentimento de, pena de compaixão.....que eu viesse a morrer. Ela não voltou, aí eu me afundei mais na lama. E no auge do desespero, eu conheci uma menina, que negra linda. Usava trança, eu estava com dezenove anos mais ou menos, acho que ela tinha quinze anos, mas ela era linda demais. E eu idealizei essa menina, sonhei um relacionamento com ela, e com a possibilidade de me refazer, emocionalmente e sentimentalmente. E essa menina era cristã e a mãe dela não queria. E eu, para ganhar o coração da velha, desculpa a força de expressão: ‘eu vou me ferrar no meio desses crentes’ só para ganhar a confiança da veia, aí eu ganho a nega e já era de boa. Fui para a igreja, a Igreja Universal. Ah, irmão, quando eu cheguei lá, eu vi tanta coisa. O pastor pregando, as pessoas com os braços levantados para o céu e chorando, hinos de louvores e adoração e o coração estava assim tão apertado, tão irresistível. Ao mesmo tempo tão fragilizado, tão atordoado, tão abalado. Acho que, naquele culto, o Senhor Jesus teve compaixão tão grande da minha alma, da minha vida. Ele se revelou de uma maneira tão íntima, tão profunda, tão pessoal, na história da minha existência” (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela viveram histórias semelhantes quanto ao envolvimento e à perda de jovens para o mundo do crime. Nas últimas duas décadas, a territorialização e desterritorialização da periferia foi extrema, em consequência do desenraizamento social e econômico. Desenraizamento social e econômico significa, de um lado, enfraquecimento dos laços da sociabilidade primária (família, bairro, sociabilidade etc.) e, de outro, desemprego de longa duração ou trabalho irregular, informal ou ocasional (Kowarick, 2002).

Os territórios da pobreza na cidade de São Paulo foram se fragmentando em torno de múltiplas faces; segregação urbana e racial, vulnerabilidade socioeconômica e vulnerabilidade civil, exclusão social e intensa pobreza.

Do ano de 1995 até 2006, os dados gerais sobre homicídio atingiram a soma de 60.661 mortes por agressão na cidade de São Paulo (SEADE, 2007). Kowarick (2002), Telles (2003) e (PNUD, 2005) afirmam que, do total de homicídios, a grande maioria era negra e pobre, não tinha passagem pela polícia e nem antecedentes criminais.

Telles (2003) alerta que os homicídios no Brasil, conforme investigação da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo e do Movimento Nacional de Direito Humanos, relatam forte relação entre homicídio e raça. A Ouvidoria Pública revelou que 52,6% das mortes por policiais envolviam tiros nas costas; 23% das vítimas receberam cinco ou mais ferimentos à bala e 36% levaram tiros na cabeça. Proporcionalmente, os negros são vítimas desses homicídios.

Conforme dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos, em 1999, 85% dos homicídios por parte da polícia e grupos de extermínio eram negros. A classificação por cor/raça, indica que 61% eram pretos, 18% eram morenos, 6% pardos e 15% brancos.

Historicamente, nos últimos 11 anos, 60.661 mortes por agressão foram registradas na cidade de São Paulo. O Estado e setores da sociedade brasileira eximem-se das responsabilidades e do papel das garantias mínimas do direito de cidadão. Conforme os registros das últimas décadas do século XX, presenciamos os 111 presos do Carandiru, o extermínio de jovens negros nos grandes centros, que segundo as palavras de Silva (1996), a elite brasileira impõe ao contingente populacional negro uma forma diferenciada e perversa de morte.

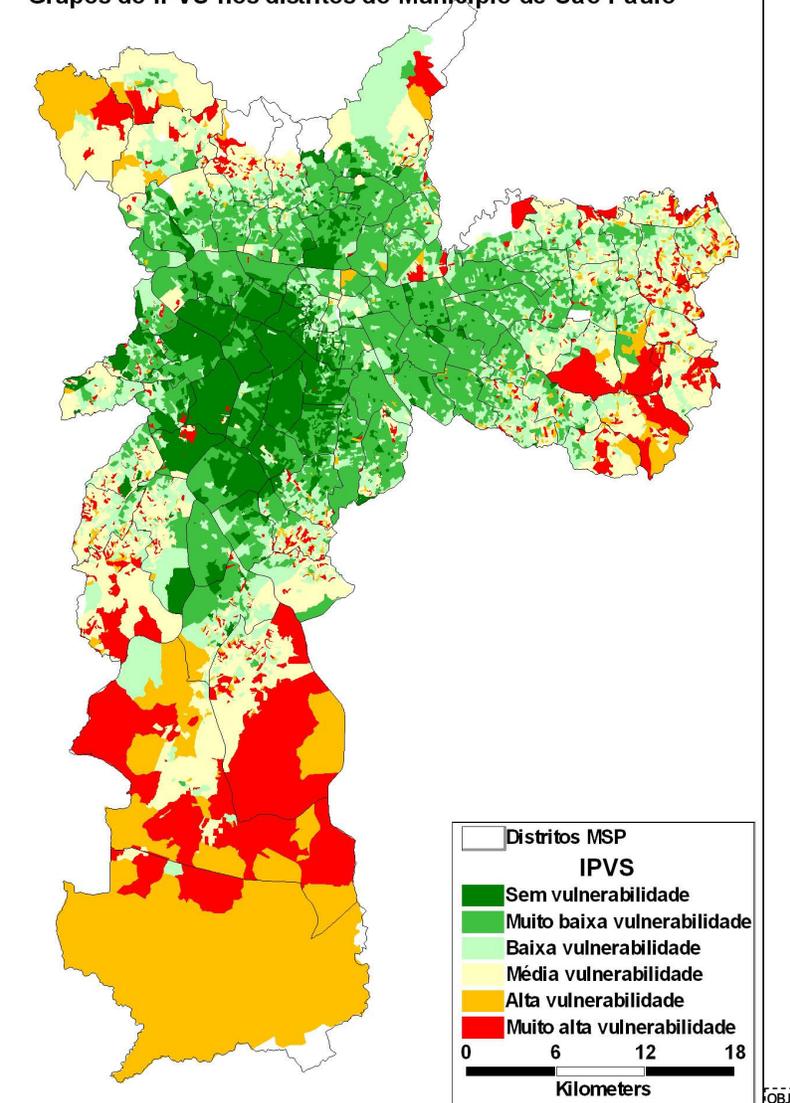
Na diáspora, a população negra vêm desenvolvendo mecanismos de superação da morte social (violência e homicídios) e reelaborando a morte cultural. Neste trabalho, os interlocutores estão voltados para o desenvolvimento de instrumentos em defesa da vida e contra a violência, da qual são as principais vítimas.

Se a vulnerabilidade está mais sujeita aos territórios de pobreza, podemos também acrescentar que há uma seleção de indivíduos negros que compõem o universo dos homicídios.

A memória coletiva dos interlocutores deste trabalho, direta e indiretamente, evidencia momentos, casos e situações da vulnerabilidade social. Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela são, parcialmente, algumas faces do retrato que se produziu nas últimas décadas na periferia paulistana.

Mapa N° 19 - Distribuição da Vulnerabilidade Social na cidade de São Paulo, 2000.

Grupos do IPVS nos distritos do Município de São Paulo



Fonte: Fundação SEADE, 2000.

O mapa N° 19 confirma algumas constatações realizadas neste trabalho. A vulnerabilidade social distribui-se proporcionalmente no território de São Paulo, a partir da região central em direção às periferias. Nos extremos das Zonas Leste, Oeste, Norte Sul, a vulnerabilidade é mais agressiva em decorrência de múltiplos fatores: elevação do desemprego, trabalho informal e precarizado, ausência de direitos adquiridos na legislação brasileira, quadro de pobreza da cidade ilegal e segregação urbana e racial.

A cartografia sobre a vulnerabilidade e homicídio juvenil pode ser visualizada através dos mapas a seguir, que contextualizam os “pedaços” da vulnerabilidade social e civil da

cidade de São Paulo.

Na configuração territorial abaixo, referente ao distrito da Brasilândia, percebemos que não há uma concentração de vulnerabilidade em um único “pedaço”, mas acontece o contrário: a dispersão em áreas mais centrais e em direção aos limites do distrito.

A territorialidade de homicídios de jovens percorre os primeiros pedaços do distrito até abranger a parte intermediária.

Ambas as cartografias estão relacionadas a outros fatores, como por exemplo, à questão da habitação. A cartografia subnormal da Brasilândia é semelhante à territorialidade da vulnerabilidade e dos homicídios. Habitação, vulnerabilidade, homicídios, pobreza, territorialidade negra, todos estes fatores estabelecem correlações; os homicídios acontecem em áreas mais pobres, em habitações subnormais ou ilegais e as principais vítimas são os pobres, jovens e negros. A vulnerabilidade local concentra-se e se repercute nas territorialidades de pobreza racial.

Na Zona Leste, a cartografia da Cidade Tiradentes, referente à vulnerabilidade, distribui-se em duas direções: Leste e Oeste. Esses núcleos, conforme a história do distrito, são as áreas mais recentes e que ainda carecem de investimentos sociais e humanos. Nos pedaços identificados, pode-se supor uma breve consideração da diversidade: fragilidade dos núcleos familiares, concentração de jovens e adolescentes, desemprego de média e longa duração e os pedaços do tráfico e do crime.

A mancha de homicídios de jovens parece uma estrela: as pontas laterais convergem para as áreas vulneráveis. Os homicídios percorrem a extremidade do distrito (a área central, que dá acesso a todas as direções) e as laterais onde se encontram os pontos de vulnerabilidade.

No extremo sul, a cartografia do Jardim Ângela sobre vulnerabilidade é parecida com a cartografia de habitação subnormal. O círculo de vulnerabilidade social, homicídios, violência e segregação metamorfoseiam-se em redes, cruzam-se como se fosse uma colcha de retalhos.

Florestan Fernandes (1989) tem certeza: raça e classe social dificilmente podem ser separadas. A questão da cidade e das periferias só pode ser interpretada com a conjugação simultânea entre classe e raça.

Proporcionalmente, a mancha de homicídios comparece no Jardim Ângela em decorrência da fronteira com o Capão Redondo e de pontos mais sujeitos à vulnerabilidade.

A região Sul, conforme o contexto geral da cidade, é o território paulistano com maior índice de homicídios. Para o período de 1995 até 2006, os dados da Fundação SEADE

configuram a territorialidade de homicídios de jovens, feições nítidas ou semelhantes às faces da vulnerabilidade.

No plano local, os dados (1995-2006) sobre homicídios na capital paulistana concentram-se nos extremos da cidade: Capão Redondo (6.900), Grajaú (2.970), Jardim Ângela (2.597), Cidade Ademar (2.284), Brasilândia (2.155), Sapopemba (1.757) Cidade Dutra (1.446), Itaim Paulista (1.359) Cidade Tiradentes (1.273), Campo Limpo (1.252), Sacomã (1.298), Jabaquara (1242), São Mateus (1097) e Lajeado (1.039).

Na complexa territorialidade de São Paulo, os distritos da Zona Sul destacam-se com maior concentração de homicídios nos últimos 11 anos. As cartografias sobre a vulnerabilidade e o homicídio de jovens afetam a realidade territorial da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela.

O plano político da cidade são as territorialidades múltiplas. Pode-se alegar que o combate à vulnerabilidade, à violência, à exclusão social e à segregação urbana e racial compreendem o território como um dos instrumentos estratégicos para a produção de valores democráticos e cidadãos.

Nos últimos 11 anos (1995-2006), o chão dos territórios foi manchado de sangue e de vítimas do Estado “penitência” (Wacquant, 1999). Os “prisioneiros e condenados” (Wacquant, 1999; 2001) da cidade são pobres e negros, vítimas do estado de extrema pobreza, da política penal, das políticas neoliberais e da desterritorialização.

O território nas últimas décadas foi estilhaçado, fragmentado, violentado e sofreu profundamente com as agressões e as perdas humanas.

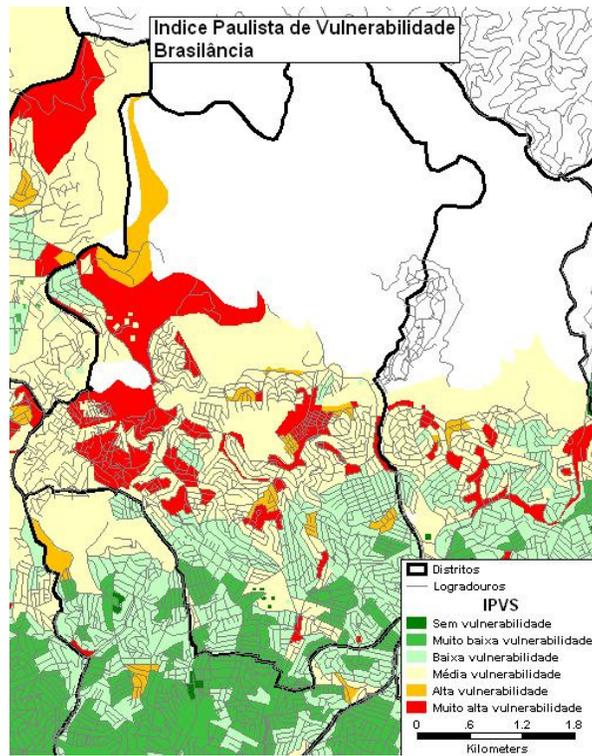
Territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade deslocaram-se pelos planos interdisciplinares da cidade, até se recomporem com a persistência histórica, social, política e cultural dos habitantes do lugar, das identidades que repousam no chão e nas inscrições presentes em seu interior.

Quais as perspectivas humanas diante dos territórios sem cidadãos, de violência, de homicídios, de fragmentação e desterritorializados?

Santos (1998) afirma que a psicoesfera pode criar os instrumentos materiais e subjetivos favoráveis à vida na cidade e na tecnoesfera, isto é, de forma recíproca. A política do espaço, da criação humana e libertadora – psicoesfera – inspira-nos a pensar as possibilidades, tendo em vista a mútua produção da natureza humana e o território como fonte natural da vida e todas as benfeitorias.

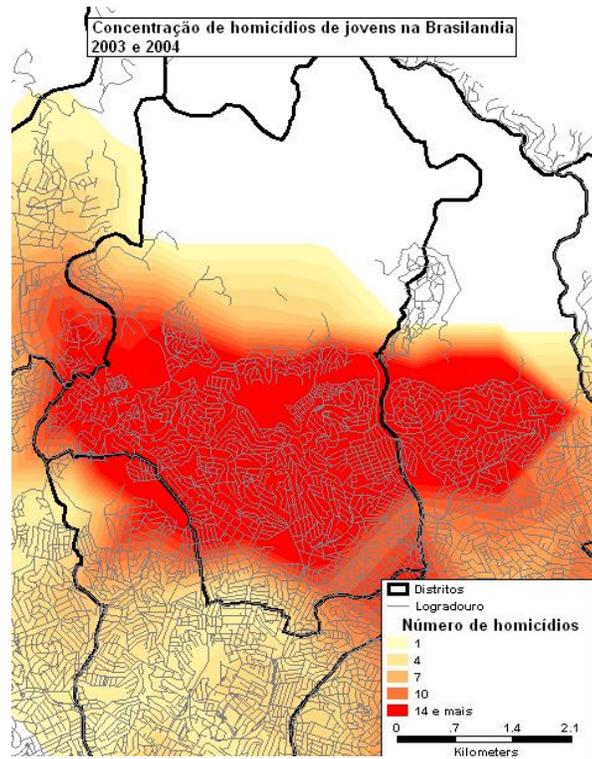
Posterior às cartografias abaixo temos o cenário dos atores sociais negros na política do território e da cidade.

Mapa Nº 20 - Distribuição do IPVS – Brasilândia.



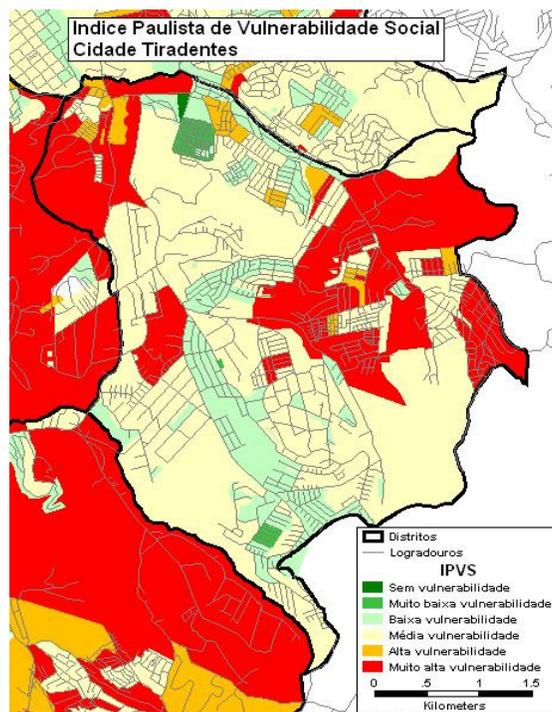
Fonte: IBGE, Fundação SEADE, 2000.

Mapa Nº 21 - Concentração de Homicídios na Brasilândia, 2003/2004



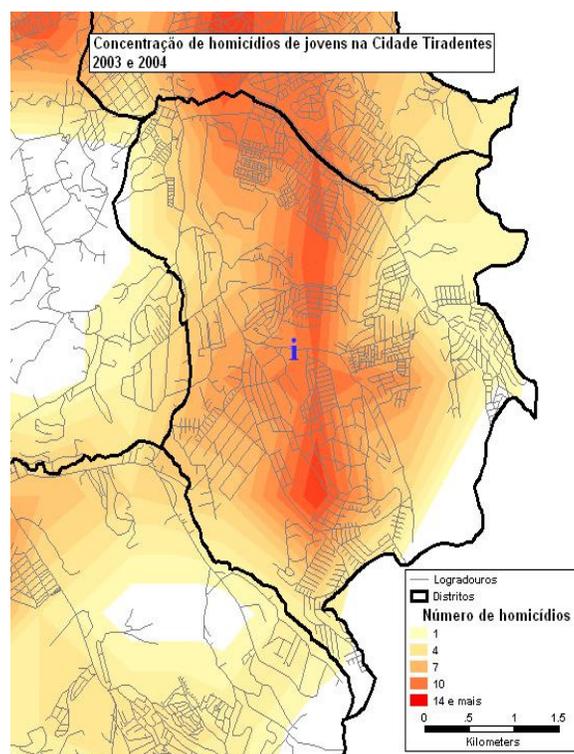
Fonte: Fundação SEADE, 2003/2004.

Mapa Nº 22 - Distribuição do IPVS - Cidade Tiradentes.



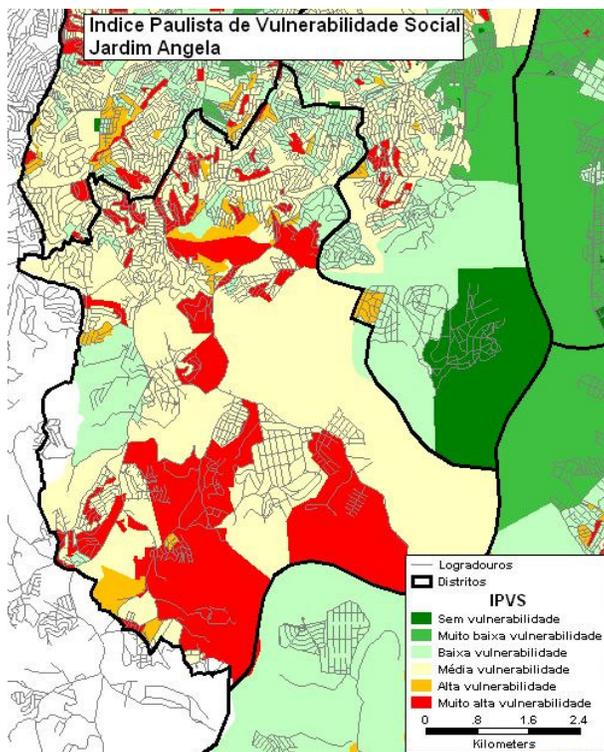
Fonte: Fundação SEADE

Mapa Nº 23 Concentração de Homicídios na Cidade Tiradentes, 2003/2004.



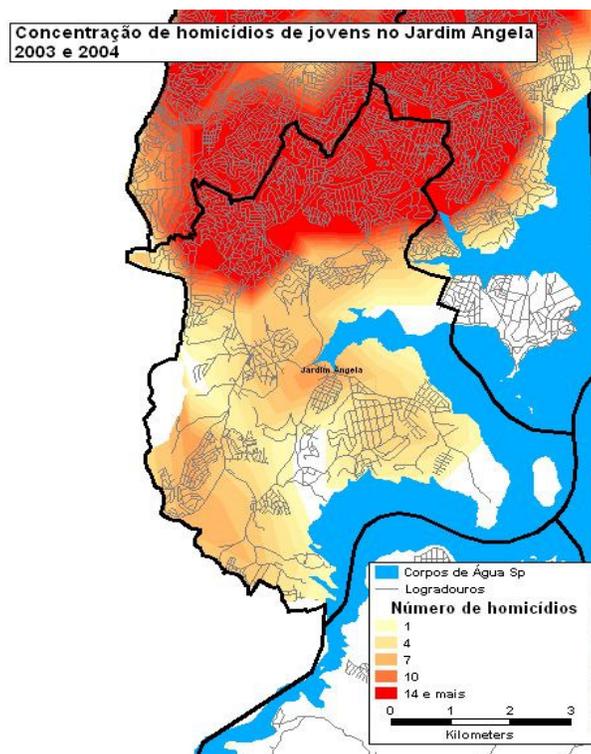
Fonte: Fundação SEADE, 2003/2004.

Mapa N° 24 - Distribuição do IPVS - Jardim Ângela.



Fonte: Fundação SEADE, 2000.

Mapa N° 25 - Concentração de Homicídios no Jardim Ângela, 2003/2004



Fonte: Fundação SEADE, 2003/2004.

3.3.4. Protagonismo negro na cidade e nos pedaços

“Eu sou negrão, negrão, eu sou negrão. Amo minha pele e dela não tenho vergonha. Submisso eu fui, e hoje eu vivo numa boa. Curto minha vida e não tenho preconceito. No meu coração não há ressentimento. Vou seguindo meu caminho com o peito aberto, saudando as pessoas que feliz me fizeram, me concedendo amizade e muita consideração, e me deixando confiante para enfrentar esse mundão. Dizendo que a vida é bela se não houver vacilação, se não fizer coisa errada nem se achar malandrão. Mas *lembretes* bem, não há malandro demais, que tenha peito de aço e com um tiro no cais. Esses são caminhos que eu sigo pra viver. Por isso que amigo tem pra dar e vender, só que deles me dedico muita consideração. Por isso que me orgulho de dizer que sou negrão, negrão, negrão, negrão. Sou negrão” (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

Do ano de 1978 aos nossos dias, o movimento social negro apreendeu conquistas e novas formas de protesto que se dimensionaram em ações práticas, cujos objetivos centrais buscam a eliminação do racismo e das desigualdades.

O protesto negro é emblemático nas relações de poder e se constitui em um dos principais pilares para forçar a derrocada das desigualdades raciais. O acesso da população negra, conforme vimos até o momento nos espaços da cidade, enquadra-se em situações constantes da luta social e racial.

O quadro contemporâneo, como a segregação e a pobreza racial, dão o caráter de homogeneidade social diante de territórios e espacialidades onde se inscrevem, estão presentes as histórias de vida, representações sociais e marcas culturais que se dispersam e são desterritorializadas pelas forças do capitalismo nacional e internacional.

Nos últimos 30 anos, a atuação dos movimentos sociais negros, ora de avanço e ora de menor intensidade, tem sido essencial para a produção de relações horizontais e verticais: o combate ao racismo, o direito à cidade e o direito às diferenças.

A partir das ocupações das primeiras áreas centrais da cidade e, em movimentos sucessivos, conforme o deslocamento territorial da população, os atores sociais reelaboram o núcleo comum em torno da política e suas particularidades, tendo como referência os fixos, fluxos e o ambiente construído quase inexistente nos territórios de vida.

Fernandes (1989) qualifica que a luta do movimento negro ocupa a centralidade do contexto brasileiro, pois é um embate de classe e de raça. O processo de transformação social mistura-se com múltiplas espacialidades: trabalho, educação, habitação, movimentos sociais,

sindicatos, mulheres e jovens. Enfim, a participação do negro na política brasileira é a peça-chave para a operação de uma sociedade multirracial e democrática.

Hoje, a periferia é um espaço primordial de produção da cultura negra e das políticas sociais que buscam um núcleo comum, não circunscritas às particularidades, mas à abrangência dos moradores das extensas periferias e, em especial, do território da cidade.

Os interlocutores, retratam a política sócio-racial em contextos do local e da cidade. As expressões dessas atuações comparecem da seguinte forma:

“Eu vim perceber isso... inclusive teve um texto que eu escrevi para um livro, chama-se *Reflexões*, que conta mais ou menos esse processo de tomada de consciência, chama-se *1955 – 1978, 23 anos de inconsciência*. Eu procurei retratar assim, em meia dúzia de páginas, 23 anos de vida. Porque chegou um momento da minha vida que eu comecei a perceber que a nossa relação racial não era tão harmônica como parecia, mas eu percebia que, se riscasse um fósforo, pegava fogo” (Oubi, 50 anos, Cidade Tiradentes).

“As pessoas costumam sempre levar para o lado social, por qualquer outra situação, mesmo porque isso me lembra bastante o colégio. Quando eu comecei a estudar, praticamente eu tinha somente três amigos, e os três amigos moravam distante. Um morava ali próximo, no IV Centenário e outro, perto da Vila Antonieta Então *era* só nos três negros na classe, e então a gente criou um vínculo social forte porque as pessoas costumavam: ‘E aí, seu macaco?’. Então, como a gente não tinha resposta para dar à altura, a gente cobria todo mundo na porrada, então a gente não tinha argumento. E isso era uma coisa tão espontânea. Sou negro com orgulho, mas não sabia dizer porque isso. A gente sabia que estava errado e tinha que combater de alguma forma. E então, como a gente não tinha o discurso, na época, e não tinha o conhecimento de nada, era ‘Não vamos aceitar isso’, e tantas vezes assinar o tal livro ‘negro’ na escola, porque o aluno é violento, é isso e aquilo. Mas quando a gente ia contar a nossa história, sempre a gente acabava sendo os garotos maus da escola. Então já tinha essa tendência, desde a pré-escola, e isso involuntariamente. Meus pais não tinham uma formação racial para estar me orientando, eles não tinham subsídios. Aqui no Brasil, nós temos problemas até de tonalidade, mesmo as pessoas mais claras que se julgam brancas”(Franilson, 34 anos, Cidade Tiradentes).

Descobrir-se negro e diferente na sociedade brasileira, para os jovens e os mais experientes, diz respeito à construção da identidade. A construção dá-se, também em situações desfavoráveis, através da manifestação do racismo (Guimarães, 2004). De outro

lado, Munanga (2005-2006) colabora através da concepção sobre identidade, que atua na elaboração de sociabilidade e dos grupos de pertencimento.

O conceito nativo sobre raça, frente às histórias de vida dos interlocutores deste trabalho, abrange, direta e indiretamente, momentos de discriminação e racismo. Guimarães (2003) trabalha com os conceitos *nativo* e *analítico* de raça, como pressuposto para contextos teóricos e do próprio discurso dos sujeitos analisados. No universo dos atores sociais que se classificam, conforme o termo *nativo*, a percepção da consciência de se identificar, sentir e perceber compreende traços, marcas e insígnias dialéticas, ou seja, forças positivas e negativas.

A ausência de segregação legal não reverteu em movimentos de revolta como as histórias norte-americanas e sul-africanas a respeito dos guetos e do apartheid. A questão racial, nessas sociedades, mantém acesa a chama das revoltas e de protestos raciais de caráter político e físico.

No Brasil, a intensidade não corresponde a situações rotineiras, mas a qualquer momento, o barril de pólvora pode explodir. A população negra participa com quase 50% na demografia brasileira; em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte, encontram-se em quadros inferiores na estrutura política e social.

A presença maciça nas favelas, nas periferias, nos territórios de desempregados e nos movimentos sociais não resulta, objetivamente, em movimentos de revolta e protesto racial de amplo alcance e mobilização.

Historicamente, a questão racial produz diversos fatores favoráveis para o surgimento de rebeliões na sociedade. Porém, a estrutura que se implantou após a abolição, como o mito da democracia racial e as conseqüências múltiplas da sociedade de classes, imobilizou a massa negra. A imobilização da população negra tornou mais difícil a ação política e objetiva dos movimentos sociais negros, pois no dia-a-dia, será preciso o diálogo e permanentes investidas através de abordagens de longo alcance.

A política brasileira constituiu dois cenários: o lado desenvolvido e subdesenvolvido (Hasenbalg, 2005). Mesmo nos territórios de desenvolvimento encontram-se “pedaços” e amplos territórios que não participam da cidade real.

Em 1978, a fundação do MNU repercutiu toda uma expressão de uma nova militância negra que vinha se firmando através da década de 1970. Os jovens negros ocupam a visibilidade em torno das heranças do protesto negro do começo do século XX e das experiências do anos de 1960.

A participação de Abdias do Nascimento é tida como fundamental, através do Teatro

Experimental do Negro e do Quilombismo enquanto projeto político e o engajamento prático e teórico com a criação do IPEAFRO na PUC SP.

“Começa em 1978, aí as coisas começam a se encaixar. Você pode observar que eu começo a falar e depois eu abaixo, eu sempre fui de falar baixo. Esse período eu lembro, inclusive está nesse texto que eu escrevi. Foi uma das vezes que eu fui procurar emprego e meus colegas ficaram esticando o ouvido para escutar o que eu e o entrevistador estávamos conversando. O entrevistador falava baixo e eu também, então nós ficamos sussurrando. Na hora de preencher a ficha, eu coloquei ‘negro’, e ele pediu para eu retificar porque não ficava bem. Eu coloquei negro inconscientemente. Ele me pediu para corrigir, colocar ‘moreno’ ou alguma coisa, porque não ficava bem colocar negro. E eu fiquei com aquilo na cabeça, eu devia ter 14 anos, entendeu?. E começa a juntar esse alerta, as perseguições na escola, os xingamentos: macaco, urubu e essas coisas todas” (Oubi, 50 anos, Cidade Tiradentes).

No auge dos anos de 1970, alguns dos interlocutores descrevem os primeiros contatos com o movimento negro em São Paulo, que se aguçam e despertam a partir das experiências de sofrimento e do racismo. Paulatinamente, o protesto racial negro, através do projeto político de desmistificação da democracia racial, elabora no universo da juventude, marcadores estéticos, culturais e políticos da identidade negra (Moura, 1994).

“O primeiro livro foi publicado em 1980, *Como se fosse pecado*, e a estréia literária pode-se dizer, foi através de Cadernos Negros, foi o número três. E nessa época aí, quando eu cheguei no Cadernos Negros, eu participava de uma comunidade católica. Conheci um dos meus mestres, que está no andar de cima, que é o José Maria, e começamos a conversar sobre a questão racial, inclusive até de alguns atritos que estavam ocorrendo na comunidade” (Oubi, 50 anos, Cidade Tiradentes).

Em 1978, um grupo de jovens escritores organizou a primeira publicação de Cadernos Negros em forma de contos, poesias e romances sobre a história e a literatura afro-brasileiras. Posteriormente, em 1980, os mesmos escritores, pela necessidade de organizar a literatura afro-brasileira, fundam o Quilombhoje. De 1978 até a atualidade, são trinta anos de Cadernos Negros colaborando com a história do movimento negro paulistano.

A inserção de um de nossos interlocutores no protesto racial realiza-se por intermédio do Grupo Quilombhoje Literatura.

Após a entrada do MNU no cenário político brasileiro, a formação de outros grupos ganha impulso, com objetivos e ideologias diversificadas: grupo de universitários negros, sindicalistas, grupos de dança e cultura afro-brasileira, grupo de mulheres negras e outras organizações.

Nas décadas de 1970 e 1980, conforme as lembranças dos interlocutores, a territorialidade negra na capital paulistana amplia-se gradativamente, em novas linguagens, principalmente de base cultural.

“Se a gente quisesse ter algum conhecimento das coisas que estavam acontecendo, a gente tinha que ir ao centro. Dos movimentos, o próprio Palmeiras. Para ir ao Palmeiras daqui é uma distância bastante longa. Mas a gente não deixava de ir, porque era uma distância longa. Eu me lembro quando o James Brown esteve aqui, a gente esteve com ele, o Marvin Gay, e estivemos em outros espaços também, tentando entender um pouco. Aliás, na época não era nem entender, era entrando mesmo nesse mundo do movimento negro assim, sem ter uma grande clareza do que era essa construção cultural. E era interessante, nós íamos pra lá, era um grupo de cinco ou seis garotos que tinha aqui. Porque nós íamos lá e acabava copiando a moda e trazendo algumas coisas” (Herculano, 50 anos, Jardim Ângela).

Os espaços da cultura negra, de acordo com Silva (1997), são os lugares do não-racismo, do encontro de identidades em construção, de manifestações religiosas, culturais e familiares. Esses espaços, na história do negro paulistano, foram fundamentais para a organização das escolas de samba, das irmandades religiosas, da Imprensa Negra e do movimento negro contemporâneo.

A memória coletiva dos anos de 1970 e 1980 faz aflorar as espacialidades negras das Ruas Direita e 24 de Maio, da Galeria, os bailes do Palmeiras, os shows com James Brown, Marvin Gay, Tim Maia, a Rua do Samba, o samba e os carnavais da Avenida São João etc.

A participação dos interlocutores nesses espaços, refere-se aos interesses políticos e culturais. Os espaços de sociabilidades raciais descritos pelos depoentes ressaltam os fluxos dos negros na região central de São Paulo. Nas palavras dos homens e mulheres, a espacialidade compreende formas de expressão e estética, como o vestuário, a dança, a música, o corpo e a beleza negra.

“Até vai dar para ir, agora eu estou de férias e vai dar para ir. Cadernos Negros, inclusive, começou um debate que teve, eu não me lembro em que data

que foi, final de 1970 e começo de 1980. Um debate que teve no sindicato dos metalúrgicos, que era sobre a questão racial: *o negro no mercado de trabalho*. Então, como isso me incomodava bastante, eu fui participar dessa discussão. Ainda era o Oswaldo de Oliveira, estava o Milton Barbosa, estava o pessoal da comunidade negra que, na época, era uma das primeiras instâncias institucionais que começou a aparecer, não deixou de ser um espaço conquistado. Depois eu achei que ele deu uma declinada para outro lado. Mas assim, também isso ajudou nessa busca e construção dessa identidade do pensamento, de perceber essa diferença que existe. E muito mais, olhando para esta questão que você fala do território, por exemplo. Eu começava a participar e eu não entendia como que as pessoas aqui aceitavam pacificamente, aceitavam ser *discriminado* aqui, aceitava ser... A própria polícia, por exemplo, a polícia pegando os negrinhos, deitando de cara pro chão com a arma. Na época usavam muita metralhadora. Eu não entendia como que as pessoas não reagiam contra isso tudo. Isso, para mim, acabava sendo uma grande contradição, indo ver os discursos lá e ver que a coisa aqui acabava mudando muito. Então, o meu território, eu acabava saindo do meu território para buscar informações, mas o meu território acabava sendo discriminado de todas as formas” (Herculano, 50 anos, Jardim Ângela).

O debate citado acima se realizou em 1984, e teve como título “I Seminário Discriminação Racial no Mercado de Trabalho”. Os resultados propostos partiam das seguintes premissas: combater o racismo através dos instrumentos de luta dos trabalhadores, contra-atacar o racismo nas empresas através do estratégico papel desempenhado pelos profissionais de recursos humanos e, por último a elaboração de políticas governamentais de combate ao racismo (Bento, 1988).

Conforme as palavras do interlocutor acima, o período retratado não compreende o entrelaçamento social entre os territórios da pobreza racial e os espaços do movimento negro.

A luta do movimento negro foi incorporando, gradativamente, temas sociais que se encontram com a questão racial.

O encontro e a produção prática da política racial, conforme Moura (1994), não teve longo alcance para relacionar-se com a massa negra da periferia. Moura fez essa avaliação no início dos anos de 1990. Nos dias de hoje, a sociabilidade racial vem se encontrando. Mesmo assim, persiste a dificuldade de um projeto político que organize o movimento negro e as territorialidades da pobreza racial.

Guimarães (2001) articula raça e política diante da perspectiva do negro no cenário brasileiro pós-abolição até o final dos anos de 1988, tendo em vista compreender as

diferentes dimensões de combate ao racismo, ora pela protesto racial, ora por intermédio da elaboração de políticas universais e particulares de longo alcance, que resultem na eliminação ou redução das desigualdades.

No universo das territorialidades, o cruzamento entre raça e política é emblemático. No entanto, a diversidade social e racial das periferias incorpora outras categorias que se relacionam e se cruzam.

A política racial constitui-se de inscrições políticas e sociais em torno da eliminação do racismo e da produção da cidadania (Guimarães, 2001). Acrescenta-se nesse debate sobre política e raça, outros fenômenos, pois os “pedaços” destacam-se através da cultura, religião e das sociabilidades múltiplas.

Nos lugares exteriores às territorialidades e espacialidades, a discriminação e o racismo transitam freqüentemente, através dos órgãos do Estado, dos meios de comunicação, dos espaços escolares etc.

“Naquele período, ser negro era ser tachado de bandido. O Célio Negrão, da Bela Vista, eu vi ele brigar ali na Rua Manoel Dutra com quatro ou cinco policiais, mas era porque era negro. Eu sofri preconceito, agora não. Eu sofri preconceito no próprio teatro. Conhece o teatro, aqui no Arthur Azevedo, na Paes de Barros, na Mooca? Fui apresentar um espetáculo lá e, quando estávamos lá, nós fomos ensaiar para conhecer o palco. Só que eu dei uma saidinha para tomar o café, quando eu voltei, fui entrar, o cara: ‘O, onde você vai’?

- ‘Vou lá no palco’.

- ‘Não, não pode entrar, não’.

O colega lá olhou assim, está demorando.

O guarda respondeu: ‘você faz parte’?

‘Sim, faço parte’” (Milton, 78 anos, Cidade Tiradentes).

“Na escola sempre tem racismo né, sempre tem. Inclusive, eu tenho uma filha, ela tem quatro anos de idade, e eu vejo que, entre ela e as amiguinhas dela, já ocorre esse tipo de racismo. Ela chega em casa e fala assim, pra mim: ‘Mãe, eu queria tanto ser bailarina, mas só que eu sou negra’. Então, quer dizer, eu falei assim, pra ela: ‘Não, filha, negra também pode ser bailarina, existem profissionais de sucesso que são negros e bailarinos’, eu expliquei aqui, pra ela. Só que, conversando com ela, quem falou aquilo foram as amiguinhas, da idade dela. Isso eu acho que vem dos pais, os pais passam para a criança, e as crianças, com quatro anos, já tem esse negócio de racismo” (Adriana, 27 anos, Cidade Tiradentes).

Conforme as palavras dos depoentes, a discriminação e o racismo assumem posturas diferentes. No caso do homem negro, a autoridade que exerce funções de vigilância e controle confunde os indivíduos, tratando-os com indiferença. Quanto à mulher, a discriminação interfere na convivência familiar ou na formação da família (Guimarães, 2004).

Conforme afirmação em momentos anteriores, o senhor Milton viveu e continua vivendo o teatro através de suas lembranças. O teatro negro, das gerações do Milton e Abdias, rompe com os marcadores que a sociedade, o Estado e o racismo institucional demarcam para caracterizar o negro, o pobre e o analfabeto.

A educação brasileira, inclusive no nível fundamental, reproduz a discriminação e o racismo durante o processo pedagógico das crianças. Todos os interlocutores, em suas histórias de vida, os mais jovens e o mais velhos, trazem experiências de racismo e discriminação do espaço escolar. Hoje, os filhos e netos de nossos interlocutores convivem com a mesma situação por eles vivida. A política racial corresponde aos múltiplos espaços de vida de homens e mulheres negros.

Diante da totalidade e das particularidades, a juventude é uma face das relações entre política e raça. Na periferia, a juventude articula os fixos e os fluxos quase ausentes ou construídos por eles mesmos para configurar estratégias de produção da cultura e do pertencimento.

Os jovens que cresceram na Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, nas últimas três décadas, visualizam, através das recentes lembranças, os bailes, as festas e os ambientes majoritariamente negros, conforme descrição abaixo:

“Tem que sair para fora, geralmente. Quando a gente sai, aqui, nós vamos lá pro lado de Pinheiros. Tem muita balada black, lá pro lado de Pinheiros. Então é pra lá que a gente vai” (Adriana, 27 anos, Cidade Tiradentes).

“Aqui, a gente começou a curtir o Hip-Hop. Na realidade, foi intermédio de pequenos grupos. Era eu, o Mks e algumas pessoas que curtiam os bailes e começou a prestar atenção. Na época, nessa tendência aí, do HIP-HOP lá fora, a gente já tinha como referência alguns vídeos e alguns documentários da imprensa escrita, e começamos a ter algum acesso. A partir daí, começamos a frequentar a São Bento, a Praça Roosevelt, Sunset. Então a gente começou a ter contato. Participei efetivamente da cultura HIP-HOP, fiz parte da primeira posse de São Paulo, era o Sindicato Negro. Aí, depois, a gente montou uma posse da primeira na periferia, que eu considero que é a Posse Aliança Negra. Então me desliguei do

Sindicato Negro e vim pra cá, juntamente com os meus companheiros, o Augusto, o Alexandre, o pessoal do Conexão, da época” (Franilson, 34 anos, Cidade Tiradentes).

O movimento dialético sobre o espaço é sucessório, porque é por intermédio do trabalho social que o homem produz e reproduz o espaço. A cidade, que se constitui com os “pedaços”, é classificada formalmente entre centro e periferia.

Na periferia o espaço é, geralmente, o lugar de reposição da força de trabalho e o centro é o local da produção. Objetivamente, as funções espaciais são categorizadas para diferenciar as classes sociais, os meios de produção e a antagônica posição entre dominantes e dominados. A interpretação sobre a cidade e o urbano não pode ser fragmentada separando as áreas ricas das áreas pobres, do espaço dormitório e do lugar de trabalho.

Na cidade, diante das fortes marcas das diferenças, tudo o que se produz em seu território é o trabalho das partes e do todo. Essas referências estão ordenadas nas configurações territoriais da cultura no corpo da cidade.

A produção cultural, para os jovens das periferias paulistanas, perfaz o movimento em torno desta dialética que é o centro e o pedaço.

“Na Cidade Tiradentes, quando eu vim pra cá, no início eu tive uma dificuldade muito grande, mas aí fui fazendo amigos, e eu falei: ‘Meu, estou em casa’. Porque em uma sala de aula tinha 70% de negros, então não tinha como fazer diferença, quer dizer, se você fosse fazer uma festa junina, tinha que ter o povo negro. Pra mim, eu estava sendo aceita e cheguei a andar onde me aceitam. E os amigos, a mesma coisa. E aqui predominou o black, na época não era black. Então, através da música, a cultura negra tomou conta da Cidade Tiradentes, porque o que a gente curtia na época era o Neon Club, era o Clube da Cidade” (Lene, 35 anos, Cidade Tiradentes).

A segregação escolar tem suas faces, conforme as palavras da depoente. A face positiva são as constantes espacialidades que se formam no território: a escola, as festas, os bailes e a sociabilidade racial horizontal, isto é, no plano racial e social.

Em relação ao gênero, as mulheres negras são as protagonistas à frente das famílias, das associações sociais e são a base econômica do núcleo familiar onde estão depositadas as referências históricas.

“Aqui no Posto eu vejo tranqüilamente: eu sou negra em um contingente

negro e o próprio negro discrimina. É muito comum eu estar aqui e alguém chegar pra mim e dizer: ‘Você pode me apresentar a diretora da unidade?’ ‘A diretora sou eu’. –E quando eu falo, cai a cara. Tem pequenas coisas a que eu sou muito atenta. Um dia estava muito frio e eu peguei um avental e vesti. Era um avental branco, de manga cumprida, fiquei o dia todo, todo mundo chegava e dizia: ‘Ah, você está de enfermeira ou de auxiliar’. Ninguém falou que eu estava de médico. Esse comentário eu não fiz pra ninguém, mas eu fiquei pensando, ninguém falou ‘por que você está de médico hoje’, porque médico... a Luzia dizia para gente assim, ‘A gente vai ter dificuldade, porque como é que nós vamos desafiar esse poder macho e branco?’. Então, aqui também, eu não tenho dificuldades, eu sei o que eu quero e sei lidar com as questões, mas não é tão tranquila, não. Tem sim, as pessoas não verbalizam. Uma vez teve um médico aqui que eu acabei mandando embora. Ele não cumpria horário, eu acabei mandando ele embora porque ele me enchia a paciência. Eu chamei ele para conversar, eu falei: ‘Olha, rapaz, eu dou nome e sobrenome, porque não dá para ficar com você aqui. Ou você se adapta ou você vai ter que trabalhar em outro lugar’. Ele olhou pra mim e falou assim: ‘A senhora está com dificuldades para nos coordenar’. Eu falei: ‘Eu não, você está enganado. Quem está com dificuldades é você, você está desrespeitando uma lei física. Você sabe que lei é essa? Você está querendo ocupar dois lugares ao mesmo tempo, você está me entendendo?’ (Judite, 60 anos, Brasilândia).

O preço de uma trajetória de sucesso também é o espaço da política (Silva, 297). Para as mulheres negras, a política da visibilidade e das diferenças abrange mais dificuldades em razão dos padrões políticos de dominação e o gênero masculino.

A respeito da identidade, o aspecto estético sobressai em todos os distritos deste trabalho.

Conforme Gomes (2006), o cabelo crespo e o corpo podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Nas territorialidades negras encontramos cabeleireiros, jovens e mulheres que fazem a cabeça, o corpo e a estética negra como uma referência importante de identificação para o grupo e o exterior que identifica e reconhece o outro.

Para Munanga (2003), a estética e a beleza negra transitam entre a identidade de resistência e a identidade projeto. Nos territórios de vida, ambas as categorias resistem, potencializam e lançam proposições de novos lugares na sociedade.

“Olha, também é de família, eu aprendi a trançar a cabelo, a minha mãe sempre fez em mim e eu aprendi com ela. Agora que eu fiz curso na área mesmo, mas muitas coisas eu já sabia. Eu estou há quatro anos nessa área, eu sempre

trabalhei, eu trabalhava fora mas, no final de semana, sempre fazia bico, fazendo uma trança aqui, outra ali. Mas para firmar mesmo, esse trabalho, foi desde o nascimento da Talita. Igual ao que você falou. Aqui na Tiradentes, a maior população é negra. Aqui a gente ganha muito com isso e a gente gosta de fazer. Estou aqui até hoje. Praticamente a gente dobra. Que nem, chega no Natal, a gente trabalha até. Teve um Natal mesmo que era cinco para meia-noite, a gente ainda estava virando a curva ali. Tinha gente até querendo ser atendida. Nesse tempo todo mundo quer ficar bonita, todo mundo quer se arrumar, então a tendência é a gente trabalhar um pouco mais. Muita trança, o pessoal valoriza bastante coisas afro e trança” (Adriana, 27 anos, Cidade Tiradentes).

“Eu nunca levei jeito para essa profissão. Eu sempre quis a questão o social mesmo, eu queria ver pessoas, falar com gente. Então eu acabava em situação difícil. Aí passei a ser cabeleireira. Fiz o curso, aí fui trabalhar com manicure e conversando, me interessei a mexer com cabelo também afro. Por quê? Foi um sofrimento que eu tive, porque a minha mãe, na minha família, tem miscigenação, uma mistura. A minha mãe tem a pele mais clara e o cabelo dela é mais liso. Ela não sabia lidar com o meu cabelo, ela ficava preocupada, queria fazer alguma coisa, mas ela não sabia. Eu costumo falar assim, ‘gente, tem uma parada da infância que eu sonhava ter uma avó preta bem gorda, que eu entrava no meio das pernas delas. E ela trança meus cabelos. Era meu sonho, e não tinha ninguém na minha família que podia fazer isso, né? Minha avó, coitada, baiana, tinha os cabelos mais crespos do que o meu, mas ela não sabia fazer trança. Aí minha mãe cortava, cortava o meu cabelo blackinho, aí ela falava ‘mas fica tão bonitinho o blackinho, ficava baixinho, redondinho’. Eu gostava, mas eu não queria ficar só com aquele penteado. Eu falava: ‘Eu quero mudar, né?’ Pegava um pente, assim, e puxava e o cabelo que ele ficava bonito, colorido, que enfeitava minha cabeça. Aí eu falei uma coisa: ‘o que eu quero aprender, na minha vida, é aprender mexer com cabelo afro, cabelo de negro, porque eu não quero que minha filha sofra o que eu sofri’. E foi o que eu aprendi mesmo, fiquei muito tempo arrumando o cabelo da minha filha, não deixava ninguém mexer no cabelo dela, porque era eu que sabia mexer” (Ana, 50 anos, Cidade Tiradentes).

A identidade é construída historicamente, em meio a uma série de mediações como o núcleo familiar, escola, grupo social, que diferem de cultura, classe social e de territorialidades.

Gomes (2006) descreve que o cabelo negro, no contexto da cultura brasileira, é visto como ruim. Isso é expressão do racismo e da desigualdade racial. O do branco pode ser visto como bom expressa um conflito. Portanto, mudar o cabelo, mudar a estética e valorizar os

traços negros, pode significar a tentativa de o negro sair do lugar de inferioridade. A estética e a beleza negra podem representar um sentimento de autonomia expresso nas formas que fogem ao padrão de beleza da sociedade, constituindo e valorizando a identidade negra.

Alguns interlocutores se sentiram muito à vontade quando tocamos no assunto da beleza e da estética negra. Conforme os informantes, a valorização da beleza negra, no processo histórico, ampliou e valorizou as relações com seus pares negros. Através dos valores estéticos da cultura afro-brasileira, as mulheres e seus pares negros, ambos passam pela reelaboração da identidade em decorrência das relações, como afetiva e amorosa.

A identidade se constitui no jogo dialético das identificações; legitimadora, resistência e projeto.

Após 1978, a política racial se expandiu por inúmeras cidades do país e os reflexos podem ser observados em escalas territoriais.

Telles (2003) constrói o cenário da política racial dos últimos sessenta anos através de políticas pontuais historicamente trabalhadas pelo movimento negro. Este sempre buscou a teoria e a práxis, com o objetivo de políticas universalistas e afirmativas para eliminar a distância que separa brancos e negros na sociedade brasileira.

O protesto negro moderno, dos anos de 1970 para os dias atuais, concentra-se sobre a política anti-racista (legislação).

Em 2003, o governo brasileiro aprovou a lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares, de nível fundamental e médio.

Por intermédio da legislação anti-racista, pressupõe-se que a educação poderá ser um lugar privilegiado para a construção de referências democráticas quanto às desigualdades.

O projeto de lei do deputado Paulo Paim, também apresentado em 2000, é muito mais ambicioso. Conhecido como Estatuto da Igualdade Racial, propõe 20% de cotas para negros nas universidades públicas, empresas de médio e grande porte, governos locais e estaduais. O projeto também prevê que, pelo menos 30% dos candidatos dos partidos, 25% dos atores de televisão ou filmes, e 40% dos modelos das campanhas publicitárias sejam negros. Que seja pago o valor de R\$ 102.000,00 como compensação, a todos os descendentes africanos no Brasil. Que a História africana seja ensinada em todas as escolas, e que seja garantida a posse legal das terras dos denominados quilombolas (Telles, 2003).

Na política local das territorialidades, a herança do protesto negro é localizada através da concepção de quilombismo, termo político e racial desenvolvido por Abdias do Nascimento.

As territorialidades negras e as entidades do movimento negro vivem e concretizam o quilombismo, na autêntica continuação da tradição de luta afro-brasileira, inaugurada em torno das experiências democráticas.

“A Cidade Tiradentes é um quilombo que a sociedade vai ter que engolir, porque eles colocaram um monte, vulgarmente falando, colocaram um monte de pretos dentro de um saco, com uma saída e uma entrada, com a esperança que a gente se matasse e isso não aconteceu assim. Por misericórdia de Deus ou por inteligência de alguns, graças aos movimentos, um aqui e outro ali, uma posse ali, alguns foram parando para pensar, parando para analisar e pensar e a coisa foi se desenvolvendo. Ao ponto que o governo tem que olhar o que você está falando. Hoje a gente tem mercado, Casas Bahia, por quê? Porque esses pretos que estão aqui, eles compram, trabalham. Somados, é uma grande porcentagem da Zona Leste. Então a sociedade vai ter que engolir. Pra que a gente vote, eles vão ter que fazer alguma coisa, a política depende da expressão de votos da Cidade Tiradentes. Ainda não temos essa consciência bem clara, vamos perceber. O dia que a gente perceber o quanto a gente pode mudar e quanto a gente pode, não vou dizer manipular, mas deixar de ser manipulado, aí a coisa vai ficar melhor ainda. Por enquanto é só um passinho, já deu para eles entenderem que matar já não vai dar mais, e também não vai dar para jogar para outro lugar, porque pra cá ninguém quer vir” (Lene, 35 anos, Cidade Tiradentes).

“Eu estudei, eu fiz até a oitava série aqui em Cidade Tiradentes, e teve um período que comecei, quando eu mudei pra cá, pra mim foi uma bênção. As pessoas até almejavam a Cidade Tiradentes, mas para mim foi uma bênção até mesmo porque eu comecei a ter contato com os negros. Aqui é um bairro negro, aqui é um quilombo, então eu comecei a me identificar muito com as pessoas que moravam aqui na época, comecei a ver coisas que não tinha vivido, eu vivia em um mundo totalmente branco. Então, o meu referencial de referência eram os padrões brancos, embora, sempre algo dentro de mim me puxava para a questão racial. Tanto que eu gostava de funk e fui saber que era música black, que era música de negro, era a tal discoteca que o pessoal falava” (Franilson, 34 anos, Cidade Tiradentes).

O quilombismo repousa sobre a existência do espaço social e do espaço vivido, ou seja, das espacialidades e das territorialidades do passado transmitidas e concretizadas no espaço presente (Nascimento, 2000; Di Méo, 2007). A ação humana influencia na relação histórica e espacial conforme as relações que são empreendidas. Por exemplo, a questão política, trabalhada a partir das identificações culturais e a defesa das referências físicas,

históricas, culturais e sociais.

Através das contribuições de Marie (2004), o quilombo pode ser a intermediação dos moradores da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela junto ao território. A terra é o elemento de produção e reprodução da cristalização histórica, onde estão vinculados os traços e as inscrições dos habitantes do local.

Nas territorialidades negras, a simbiose entre classe e raça é o cenário da luta de homens e mulheres negros que percorrem os mesmos objetivos do cenário nacional e, em particular, garantir o direito à cidade e ao ambiente construído.

No palco dos territórios da cidade, os atores sociais desenvolvem e buscam a materialização de condições reais em torno da classe e da raça. Entre os depoentes, desenhasse um campo de possibilidades para a transformação gradativa do cenário local, tendo como objetivo tornar o lugar o espaço de vida.

“Eu fiquei contente com a entrevista, eu gostaria de dizer da minha maneira de pensar o negro na Brasilândia. A comunidade tem que passar, de uma maneira participativa, os direitos e algumas coisas que a região tem direito. A Brasilândia nos últimos 20 anos, a Brasilândia nunca recebeu uma obra de grande impacto social. A única aqui foi o CEU. Fora o CEU, a Brasilândia nunca recebeu esse porte” (Luiz, 50 anos, Brasilândia).

“A Cidade Tiradentes, hoje, comparando com alguns anos atrás, é tudo diferente hoje. Teremos, em breve, um hospital, Casas Bahia, CEUs. Então, assim, hoje nós temos de tudo aqui, um bairro que eu particularmente não trocaria. Não me vejo vivendo em outro local. Aqui foi a minha infância, aqui eu tenho os meus amigos e as minhas raízes estão aqui. Pra mim, Cidade Tiradentes, e eu vi essa mudança, esses prédios aqui não existiam, era tudo mato. A gente se divertia aqui, a gente viveu essa transformação toda e esse crescimento todo da Cidade Tiradentes, a maior COHAB da América Latina. Aqui tem tudo, em vista da época que a gente veio pra cá. Eu não consigo me imaginar fora daqui, não. A gente viu crescer e somos parte desse crescimento, a gente cresceu junto com o bairro” (Lene, 34 anos, Cidade Tiradentes).

Villaça (1986) e Vêras (1991) avaliam que o ambiente construído é imprescindível para o exercício da cidadania nas cidades brasileiras. As periferias do Brasil, para melhor esclarecimento das territorialidades paulistanas, geralmente, convivem permeadas pela segregação, extrema pobreza e os aspectos diversos da violência urbana.

Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, nos dias de hoje, através da política

local e da cidade, estão mudando o cenário das décadas passadas: a ausência e o esquecimento pelos poderes públicos, a estigmatização de território marginal e a exclusão territorial.

Paulatinamente, unidades de saúde, hospitais, centros de cultura, atividades esportivas, recursos físicos e humanos, foram compondo o ambiente construído das periferias. Hoje, mesmo diante das mudanças, os protagonistas que vivem o pedaço e a cidade transcendem os objetivos particulares. O lugar de vida é a cidade, os territórios de vida que se reproduzem por intermédio do trabalho social, cultural e político.

A cartografia, a seguir, constitui uma parcela do ambiente construído da cidade de São Paulo e dos “pedaços”.

Mapa Nº 26 – Distribuição de CEU's na cidade de São Paulo, 2007.



Fonte: PMSP, SEMPLA, 2007.

Os Centros Educacionais Unificados – CEUs totalizam 26 unidades distribuídas na cidade, majoritariamente nos extremos das periferias. Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela compõem a territorialidade dos CEUs construídos nos últimos 8 anos pelo poder público municipal. Recentemente, a Cidade Tiradentes conquistou o segundo CEU, Brasilândia e Jardim Ângela, comparecem em seus territórios com uma unidade.

A política de implantação dos CEUs teve como base duas faces do cenário das periferias: de um lado, os altos índices de homicídio (principalmente entre os jovens), os

territórios de desempregados, o índice progressivo de gravidez na adolescência. De outro lado, os menores índices de alfabetização, ausência de espaços culturais como cinema, teatro e espaços para entretenimento.

Destaca-se a participação dos atores sociais em meio à segregação urbana e racial: a conquista e a resistência para a realização prática da política.

“É, causa um grande impacto e tem outra questão, é uma coisa bonita em um lugar feio. Isso vai fazer o quê? Pelo menos aquela população do entorno vai começar a se apropriar melhor daquela espaço. Porque aquela área começa a ser mais valorizada. Quando começou a construir o CEU do Vista Alegre, os meus agentes ficavam revoltados. Porque eles achavam que não era lá que devia construir, porque lá era muito feio, tinha gente pobre e tinha que construir em um lugar melhor. “Gente, senta aqui, vamos conversar: está construindo lá, é de propósito, porque a gente precisa levar coisa legal para as áreas que são pauperizadas”. Porque senão, pega a história do SESC, já pensou o SESC na Brasilândia? Não daria uma outra qualidade de vida” (Judite, 66 anos, Brasilândia).

“Oh irmão, eu busco ser tudo isso que você falou, no sentido positivo, todas essas coisas. Hoje eu prego o evangelho que, para mim, é a palavra de poder para mudar a história na vida de um homem, como mudou a minha. Desde que me tirou do lixo (...), sou uma nova criatura, mudou todo meu pensamento, meu caráter, meus paradigmas, me estabeleceu como um homem íntegro. Hoje eu tenho desenvolvido um trabalho de pregação do evangelho em clínica de recuperação, nas escolas, trabalhei em escolas, falei muito do evangelho para os alunos. Nas FEBENS, desenvolvi um trabalho junto às FEBENS de quarta, de segunda e terça-feira, levando uma palavra de esperança para quem esta no cárcere, do outro lado da muralha lá e bebendo veneno todo dia e dividindo o pão de armadura. E tenho desenvolvido esse trabalho. Tem também, o Black Gospel, que é um trabalho evangélico. Nós convidamos as pessoas para participar e ali a gente dança, a gente canta, a gente curte a cultura negra dentro da igreja. E o evangelho é pregado através do samba, através do rap, através do rock, entendeu? Através da dança. E eu sonho com uma faculdade, eu sonho em dar aula, em ser professor e sonho verdadeiramente ser um expoente aí para toda essa geração, esse é meu sonho” (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

Leroy pode ser considerado um sobrevivente do Estado de Vulnerabilidade (Kowarick, 2002) ou do Estado Penitência (Wacquant, 1999) que, diante do território,

apreende forças materiais, espirituais e culturais para se recompor. A reciprocidade entre o habitante e o território solidifica as relações e fortalece o núcleo comum: a sociabilidade sócio-racial nos principais quadros de referência.

Silva (2006) atesta que a territorialidade negra, a segregação urbana e racial, em momentos de antagonismo (crise e superação) sobressaem em razão do nível de organização sócio-político e, em particular, a sociabilidade que funciona como redes relacionais que dão consistência aos habitantes do lugar frente às fragilidades sociais do mundo contemporâneo.

Munanga (2004) e Ciampa (2005) contextualizam diferentes formas de identidade, dentre elas, a identidade projeto. Conforme as informações acima, o interlocutor transitou por situações de risco (social e civil) que comprometeram todo o processo identitário em formação. A identidade projeto transformou-se dialeticamente por intermédio de bases materiais contidas no território que serviram de instrumento de defesa e apoio para os atores sociais.

A base material e subjetiva, disponível e produzida no território é imprescindível para que novos atores sociais evoquem no cenário contraditório, relações ora dialéticas e ora excludentes. Munanga (2004) considera que esse conceito permite a construção de uma educação democrática, que se complementa a partir da projeção material e subjetiva dos atores e do território, enquanto agentes produtores de identidades.

Moura (1994) critica a distância entre o movimento negro e a grande massa de proletariado negro, que vivem constantemente separados quanto aos ideais, forças e projetos políticos. Nos territórios deste trabalho, nota-se que o movimento negro aproximou-se da pobreza racial, ainda moderada, mas que tem impulsionado resultados.

“Quanto ao movimento negro, eu não posso dizer muita coisa, porque sinceramente eu não me sinto contemplado dentro do movimento negro, né. Sei que falo e defendo o movimento negro em qualquer situação, mas eu não me sinto contemplado pelo fato de vir do hip-hop e ter uma trajetória diferente do movimento. Mas assim, o movimento negro, aqui em Cidade Tiradentes, eu considero fraco, porque a gente sabe que as pessoas têm uma identidade estética, mas a consciência ainda está longe do ideal. A pessoa tem que saber, a pessoa tem que sentir e não simplesmente por estética. Ou então mesmo pela questão da pessoa dizer : ‘Eu sou por conveniência’. Então a pessoa, além de sentir, ela tem que ter consciência de quem ela é. (...). Um tempo atrás, agora, nós fizemos um trabalho de tirar identidade das pessoas aqui da Cidade Tiradentes. Então eu trabalhei justamente fazendo o cadastro das pessoas e, quando chegava na cor, as

peessoas falavam qualquer cor, menos negro, e tal. Quando você olhava assim, ela ficava incomodada: ‘Não, eu não sou negra, não, sou mais clarinha que você’. Eu acho que isso ainda incomoda muito, e é assim. As pessoas costumam falar: ‘o negro alcançou o patamar’. Mas a parcela da base, infelizmente, ainda tem esse problema de auto-estima, de valorização em não saber o que ela é. Porque o que falta não é só a questão estética, ela tem que saber qual a origem dela, ela tem que conhecer a história dela para ter orgulho. Eu acho que isso aí é um aspecto negativo dentro do movimento e é complicado, porque a gente sabe que a miscigenação é uma faca de dois gumes. Você transita lá e aqui e isso, para nós, é complicado. É muito difícil você ter um discernimento assim, e até educar uma criança que tem pais de origem diferente. Então você vai falar o que para ela, que ela é branca, amarela, asiática, preta? Então tem todas essas dificuldades. Isso é um desafio não só para o movimento negro mas para toda a sociedade” (Franilson, 34 anos, Cidade Tiradentes).

A questão racial é um tema de porte totalmente político, de reconhecimento da identidade, da história e da construção da cidadania.

Sociabilizar o contato, o encontro e a política entre o movimento negro e a massa negra, não será um processo fácil para ambos os setores. Uma das principais dificuldades será lidar com a mínima ou inexistente mobilidade de organização da pobreza racial e a elaboração, por parte do movimento negro, de políticas de longo alcance que consigam converter o imobilismo em diálogo e organização (Fernandes, 1989).

No cenário dos pedaços e da cidade, conforme o interlocutor acima, raça e classe estão, a todo o momento, ocupando os mesmos espaços, ora de proletariado e o ora de negro.

Fernandes (1989) é convincente com esta questão inter-relacional entre raça e classe, segundo o autor:

“A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial (...). O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, de partidos operários, radicais e revolucionários”.

Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela reúnem, em suas territorialidades, o movimento negro e o negro nos movimentos sociais, os quais partilham do compromisso político em torno da classe social e da raça. Após longos percursos, deslocamentos e

encontros na cidade, os atores sociais negros terão pela frente o contínuo embate das políticas territoriais, sociais e raciais diante da segregação, do racismo e das desigualdades.

Presume-se que o pedaço e a cidade, através da sociabilidade política do movimento negro com a massa negra, elaborem políticas para a concretização prática da democracia racial.

A seguir, apontamos os últimos comentários deste trabalho, a respeito do direito à cidade e à democracia racial.

4. Negros em Movimento: o direito à cidade

O protesto negro das primeiras décadas do século XX e os posteriores demarcou territorialidades culturais, políticas e sociais importantes para a história do negro na cidade de São Paulo, que se encontra no momento atual, proporcionalmente distribuída nos pedaços.

Territorialização, desterritorialização e reterritorialização foram intensas e, em diversos momentos, realizaram-se, em razão de diversos fatores: o capitalismo nacional e internacional, o racismo e a segregação urbana e racial.

Verifica-se que os diferentes casos de segregação, estão associados ao racismo brasileiro, ao mito da democracia racial, a segregação silenciosa, a segregação invisível e a segregação perversa.

Os casos de segregação no Brasil e na cidade de São Paulo, concentram-se em áreas importantes para o desenvolvimento humano, como a escolaridade, a habitação e o mercado de trabalho.

Através dos interlocutores e das ações do movimento negro, constata-se que a luta no espaço da cidade é uma ação que compreende classe social e raça. Esses dois elementos são imprescindíveis para as políticas no local, na cidade e no universo da política nacional do movimento negro diante do quadro de pobreza racial, segregação e racismo.

A política social e racial, interpretada pelos atores da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, articulam os sentidos de raça e classe para superar as desigualdades territoriais. Através das informações dos interlocutores, constata-se que a identidade projeto (Munanga, 2004) é uma busca, uma realização constante na vida dos moradores.

Todos os interlocutores que participaram, direta e indiretamente, como o Milton, Herculano, Luiz, Cícero, Adilson, Oubi, Rômulo, Leroy, Franilzon, Ercília, Reni, Zilda, Teresinha, Renata, Ideli, Judite, Maria, Adriana, Mirza, Lene, Mari, Ana e outros, apontam a identidade projeto, de forma individual e coletiva.

Coletivamente, a concepção e as perspectivas de um território de cidadania são escritos conforme as ações que os grupos sociais e negros inscrevem no local.

A identidade, o projeto e a construção de ideais de cidadania comparecem nas interpretações dos moradores.

“E eu sonho com uma faculdade, eu sonho em dar aula, em ser professor, e sonho verdadeiramente ser um expoente aí, para toda essa geração, esse é meu sonho. Olha, irmão, eu estou entre Pedagogia e Sociologia. Essas duas, essas duas

áreas me atraem bastante, para poder dar amparo emocional, educacional, social para essa gente que está apodrecendo na sarjeta. Morrendo pelo descaso dos governantes e da sociedade em si. Sociedade da qual eu e você fazemos parte” (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes).

“Com certeza, aquilo que eu te falei, o PSF, ele vai ser o programa do século, esta é a minha avaliação. Eu só espero que o senhor Serra não desvirtue o objetivo, a forma como ele está pensado para a gente resgatar tudo isso, porque o legal do PSF é que o paciente volta. Não adianta você mandar ele embora porque ele vai voltar. Então, mesmo que exista esta coisa da população ainda não ter apreendido o papel do PSF e alguns usuários também não, a população é negra. O nosso cadastro, o nosso primeiro levantamento, o perfil epidemiológico da região da Brasilândia é de hipertenso e diabético. Então as ações precisam tem que estar voltadas para isso. Por mais que o profissional não se aproprie dessa questão da cor, não caiu a ficha. A ação dele está voltada para isso, porque é o que pega, os nossos grupos aqui, a grande maioria é negra. O PSF tem essa deficiência. Quando você fala do trabalho regionalizado e hierarquizado, você tem que se apropriar dessas questões. O nosso perfil epidemiológico é uma população negra com problemas seríssimos de hipertensão. Graças a Deus nós já revertemos alguns índices. É uma população com índice muito grande de morte por violência, jovens né?” (Judite, 66 anos, Brasilândia).

As pedras dos territórios foram trabalhadas pelos atores locais, um dos principais responsáveis pela edificação da periferia e da cidade que se metamorfoseiam, morador e território.

Nesse cenário, o território se compõe como espaço, cultura e política, possibilitando condições para diminuir as desigualdades, o racismo e as intempéries do local e da cidade.

O espaço, as espacialidades e o território, neste trabalho, transformam-se no cenário da cidade e dos pedaços, ora de injustiças e desigualdades e ora de lutas sociais e produção de identidades.

Território e cultura são essenciais para a produção de uma sociedade mais humanística (Lefebvre, 1991), pois o relacionamento, gradativamente, potencializa os lugares e os grupos sociais para as experiências práticas do direito à cidade.

“Nessa questão sobre território, eu teria duas coisas para colocar. O que normalmente oferece essa diferenciação de territórios é que cada um fique no seu território e ali construa a sua história ou não construa nada parecido. Demonstrar a importância de nós sairmos do nosso território para conhecer outros projetos e

outros territórios e ver o que acontece em outros territórios e fazer uma troca, de todas estas produções que tanto existem lá, como existe aqui, para que a gente consiga crescer e visualizar e brigar como um único processo. Talvez eu nem colocaria essa questão de projeto único. Porque quando pensa em projeto único, a mesma coisa que serve para a Zona Leste poderia servir para a Zona Sul, talvez não seja isso” (Herculano, 50 anos, Jardim Ângela).

Mediante o comentário do depoente, território e cultura ou território e política são importantes referências para se pensar a cidadania. A instrumentalização do território, via cultura e política, possibilita atribuir a todos bens e serviços indispensáveis.

As periferias paulistanas são espaços primordiais, são laboratórios de subjetividades e ações culturais que buscam a sonhada cidadania. Instrumentalizar o território e os agentes do lugar oferece potencialidade para trabalhar a diversidade, como classe, raça, gênero e lugar (Santos, 1993). Cristalizar o território de componentes culturais ou vice-versa, é um dos percursos para eliminar ou diminuir a segregação e de forma mais abrangente, produzir nas partes e no todo, territórios humanísticos (Lefebvre, 1991).

A política no/do espaço (Lefebvre, 1991) confirma-se diante das palavras do interlocutor acima, as múltiplas possibilidades de intervir e viver o território. Não há o dado absoluto, padrão e único para todo o território, mas o real que se consolida e relaciona as múltiplas culturas nos territórios.

A política racial, conforme Fernandes (1989), Kanbengele (2004) e Nascimento (2000), pode se transformar em uma ação prática através da produção dialética das identidades e do quilombismo para conjugar classe e raça. Esses instrumentos, já em exercício, podem instrumentalizar gradativamente, as territorialidades para suprimir a segregação racial e os mecanismos de subordinação sócio-econômica.

As trocas sociais entre movimento e o proletariado negro, para a elaboração de um projeto comum, estão presentes ainda de forma incipiente, mas em vias de se articular. A democracia brasileira, de acordo com as palavras de Fernandes (1989), só será de fato real quando não houver nenhuma espécie de discriminação, preconceito, estigmatização e de segregação no Brasil.

“Eu sei o que você quer dizer. Sabe o que acontece? O tempo passa tão rápido, compreende? Antigamente era mais demorado. O ano 2000 foi outro dia, teve aquele boato que o mundo ia acabar no ano 2000. Essa aí, já vamos para o ano 2006. Tem outra, você ia no cinema, teatro ou circo, você via aquelas imagens e quando terminava, você saía com aquelas imagens na cabeça, pelo menos eu,

como todo mundo. Porque? Porque você focalizou aquela imagem, cinema na cidade era cinema único. Agora você chega aqui, imagina o futebol, tem um canal que passa futebol estrangeiro. O meu neto, filho deste aqui, minha nossa, ele chega aqui: 'Vô, posso ficar vendo aí um pouquinho, aí e tal'. Aí eu deixo ele assistir, assistir futebol, futebol de lá da Espanha, Itália, é o prazer dele" (Milton, 78 anos, Cidade Tiradentes).

Conforme as palavras acima, temos duas interpretações: o tempo do Milton e o do neto. Significa, em primeiro lugar, o tempo/espaço da psicoesfera e, em segundo lugar, o contemporâneo, a tecnoesfera que desterritorializa as culturas e os espaços.

Tempo/espaço são categorias que se articulam a partir da ação social em torno do trabalho, realizações do homem no ambiente, na cultura e em todo processo de criação humana.

Os territórios negros e as políticas sócio-raciais pressupõem poder reverter o quadro da tecnoesfera. Paulatinamente, o direito à cidade, sem distinção de classe, raça e posição econômica, pode ser territorializada a partir dos instrumentos da psicoesfera.

Neste trabalho, constatou-se que o território negro é essencial na configuração da urbe paulistana, como instrumento de defesa e ataque para se opor à segregação racial.

Através do território, verificaram-se as primeiras inscrições; o desenvolvimento e o quadro atual de contradições, como enfrentamentos e conquistas.

O território são as partículas do Atlântico Negro (Gilroy, 2001), que se inscreveram nas periferias paulistanas: música, samba, rap, dança, arte, estética do corpo, política, religião e as organizações comunitárias. Nas periferias de São Paulo, encontram-se partículas da diáspora africana, como a Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela.

Silva (1980) e Hasenbalg (2005) contribuem com apontamentos a respeito do capital humano para interpretar alternativas políticas para a eliminação ou diminuição do racismo. A educação, de nível fundamental, médio e superior, pública, particular e de qualidade, possibilitará à massa negra e pobre progredir e superar as barreiras materiais e simbólicas que separam brancos e negros na sociedade brasileira.

No âmbito local e global, a política é o principal instrumento para estabelecer o direito à cidade e às diferenças. A segregação residencial, escolar e ocupacional, conforme Telles (2004), Hasenbalg (2005) e Silva (1998), pode ser suprimida por meio de políticas universais e políticas de ações afirmativas.

Políticas universais aliadas às políticas territoriais/territorializadas e ações afirmativas podem promover o retorno dos investimentos dos negros em educação e proporcionar

posições de destaque e superação no mercado de trabalho.

Do ponto de vista local e global, as territorialidades são instrumentos potenciais para a política anti-segregação e para a eliminação das desigualdades raciais.

Santos (2004) interpreta que a produção do espaço, tendo como princípio o equilíbrio das forças entre psicoesfera e tecnoesfera (1998), possibilita dar um novo rumo às formas espaciais na sociedade contemporânea.

“Nosso problema teórico e prático é o de reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais. Em outras palavras, trata-se de reestruturar a sociedade e dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista, ao mesmo tempo em que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social” (Santos, 2004).

O novo espaço, conforme afirmação de Santos aplica-se ao território e em suas diferentes configurações; cultura, política, religião, raça, classe.

Supõe-se que a eliminação da segregação racial e as diferenças sócio-raciais realize-se com a produção de um novo espaço, tendo como princípio a valorização humana e não o mercado.

Considerações Finais

A segregação racial e o território demarcam a configuração histórica e geográfica da cidade de São Paulo do século passado. Estes movimentos, geralmente antagônicos, produzem e reproduzem cenários de dominação, revolta e resistência dos grupos negros na urbe paulistana.

Constatou-se, conforme o início e desenvolvimento da cidade de São Paulo, o território e a segregação se opondo e contracenando os espaços de construção dos direitos sociais e raciais.

Neste trabalho, configuraram três períodos, os quais confirmam o movimento da territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade, que são: após abolição até 1930, de 1930 até os anos de 1970 e 1970 até o final do ano 2000.

O último período analisou-se que a segregação dos grupos negros na cidade aumentou, em decorrência do padrão de crescimento urbano em direção às periferias e a presença do Estado, com a produção de bairros dormitórios ausentes de ambiente construído. A habitação - o ambiente construído -, além da escolaridade, rendimento e o emprego, categorizam a segregação racial em que o negro se encontra, conforme os territórios mais evidentes quanto às posições sócio-econômicas e posições de prestígio. Em lugares de maior concentração de pobreza e população negra, a segregação impõe dificuldades no mercado de trabalho, menor nível de aprendizado nas escolas de ensino fundamental e médio, e alta concentração de habitações precárias ou fora da lei, enfim, a segregação dos negros na cidade produz dificuldades de âmbito social e racial, sobretudo nas periferias compartilhadas com os brancos.

Em relação ao território, as forças provenientes do quadro sócio-econômico e da herança social, passo a passo, estão reforçando a sociabilidade e a identidade negra. Estes resultados ficam mais aparentes conforme o nível de aproximação entre o movimento negro e a “massa negra”.

São Paulo expressa simultaneamente, sinais de opulência e miséria. Torna-se mais evidente o processo de centrifugação, ou seja, a expulsão dos pobres para os espaços de menor valor social (Véras, 2004). A expulsão dos pobres para as periferias reflete no pequeno quadro da classe média negra e em tendência de forte homogeneização dos negros na pobreza.

A resposta ao quadro da segregação do negro nas metrópoles brasileiras (Telles, 2003), requer que sejam atacadas as três maiores barreiras à verdadeira democracia racial: a hiperdesigualdade, as barreiras invisíveis e a cultura racista. A política para a eliminação das

desigualdades é de âmbito federal, estadual, municipal e de alcance universal. O governo brasileiro, tendo em vista eliminar a segregação e o racismo, necessita desenvolver um conjunto de ações que combinem políticas sociais universalistas de desenvolvimento para reduzir a hiperdesigualdade aliada à ação afirmativa de natureza racial (focalizada) (Telles, 2003).

Guimarães (1999) argumenta que políticas universais e de ação afirmativa devem ser ancoradas na melhoria do ensino público de primeiro e segundo graus, em políticas de universalização da assistência médica e odontológica, em políticas sanitárias e habitacionais, enfim, numa rede de instrumentos para a promoção da população pobre.

As políticas universalistas e as ações afirmativas, conjuntamente podem mudar o cenário da segregação urbana e racial e amplamente as desigualdades e o racismo.

Reitera-se que as políticas universalistas, por exemplo, o cenário das periferias da urbe paulistana, percebe-se o reforço das diferenças sociais e a segregação. Frente ao cenário de desigualdades, diversidades e territórios se fazem necessário políticas universalistas que alcance o universo da pobreza articulada à ação afirmativa que priorizem os grupos sociais que historicamente sofrem desvantagens materiais e simbólicas.

Afirmou-se que o Estado promove a segregação e beneficia os grupos de maior poder aquisitivo, quanto à compra e venda das melhores localizações na cidade. De outro lado, o Estado (Marcuse, 2004) pode elaborar respostas à segregação, em princípio a eliminação ou diminuição.

Além do Estado, as políticas de combate à segregação podem variar, como por exemplo, o poder local (Marcuse, 2004). Reunir políticas universalistas, ações afirmativas de natureza racial e a territorialidade, pode ser considerado ações efetivas para a eliminação das desigualdades raciais.

Santos (2004) contextualiza o seguinte cenário, referente às transformações do espaço mercadoria para o espaço humanístico:

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas que não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.

O espaço e o território humano, nos dizeres de Santos (2004), é o lugar comum das diversidades; classes sociais, grupos étnico-raciais, religiões, culturas, periferias e cidades.

A luta contra a segregação urbana e racial em São Paulo concentra-se nos atores sociais que vivem e trabalham no território: o Estado, movimentos sociais negros e o universo do proletariado negro e pobre.

Frente aos contextos da segregação e do racismo, a população negra busca o território para o encontro dos seus pares, o fortalecimento dos núcleos familiares, sociais e identitários, enfim, a territorialidade proporciona contracenar diferentes cenários na cidade de São Paulo.

É na complexa interrelação da família, educação e mercado de trabalho que se define o lugar que as pessoas vão ocupar na hierarquia social (Hasenbalg, 1996), por isso, neste trabalho a participação do território é imprescindível à diversidade, à igualdade e à vida na cidade.

Mediante o cenário apresentado, a sociedade necessita de uma nova consciência que seja partilhada por todos os cidadãos: do respeito à diferença e da equidade para todos.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo, *Novos Estudos*, número 43, São Paulo, 1995.
- AUGÉ, Marc. Os não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade, Campinas, Papirus, 1994.
- ANDRADE, Mário de. O Samba Rural Paulista, in: *Revista do Arquivo Municipal, PMSP, Departamento de Cultura*, 1937, vol. 41 e 42.
- AMARAL, Raul Joviano do. Os Pretos do Rosário de São Paulo – subsídios históricos, São Paulo, João Scortecci Editora, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho - Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho, São Paulo, Editora Cortez, 2006.
- _____. O Caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do Trabalho, São Paulo, Boitempo, 2005.
- _____. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho, São Paulo, Boitempo, 2005.
- ARAÚJO, Oscar Egídio de. Equistamentos Étnicos, in: *Revista do Arquivo Municipal, PMSP, LXV*, março de 1940.
- AZEVEDO, Thales. As elites de cor - um estudo de ascensão social, São Paulo, Companhia Nacional, 1955.
- BÁLIBAR, Étienne, WALLENTÉIN, Imanuel. Race, Nation, Classe - Les Identités ambigues, Paris, La Découverte, 1998.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras, in: POUTGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*, São Paulo, Editora Unesp, 1998.
- BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira, Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1998.
- BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: um retrato da estabilidade inaceitável, in: *RBCS*, vol., 15, número 42,
- BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1983.
- BELBAHRI, Abdelkader. Politiques Publiques Territorialisées et Production D'Identités Collectives, in: AUGÉ, Marc. *Chez Nous: Identités et Territoires dans les mondes Contemporains*, Paris, Editions de La Villete, 2006.
- BELTRÃO, Kaizô I, SUGAHARA, PEYNEAU, Fernanda Paes Leme e MENDONÇA, João

- Luis de Oliveira. Mercado de Trabalho Urbano: Clivagens raciais, Rio de Janeiro, IPEA, texto 987, 2003.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Racismo no Trabalho - comentários sobre algumas experiências práticas, in: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 1988.
- BERNARDO, Terezinha. Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo, EDUC e Editora da Unesp, 1998.
- _____. Negras, Mulheres e mães: Lembranças de Olga de Alaketu, São Paulo, EDUC, Pallas, São Paulo, Rio de Janeiro, 2003.
- BICHIR, Renata. Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo, São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, USP SP, 2006.
- BÓGUS, Lúcia e PASTERNAK, Suzana. Cadernos Metrópole Desigualdade e Governança, Como anda São Paulo, EDUC, 2004.
- BOLETIM DIEESE, Edição Especial “Mulher Negra: Dupla Discriminação nos mercados de Trabalho Metropolitanos, São Paulo,
- BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória - Ensaio de Psicologia Social, São Paulo, Atêlie Editorial, 2003.
- _____. Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BOWEN, William G. e BOK, Derek. O Curso do Rio – Um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- BRANT, Vinicius Caldeira. São Paulo - Trabalhar e viver, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- BRUNO, Ernani Silva. História e Tradições da Cidade de São Paulo, São Paulo, Hucitec, 1984.
- BURGUESS, Ernest. O Crescimento da Cidade: introdução a um projeto de pesquisa, in: PIERSON, Donald (org.), Estudos de Ecologia Humana, São Paulo, Livraria Martins Fontes.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo, São Paulo, Editora 34, 2000.
- CARRIL, Lourdes. Quilombo, Favela e Periferia - A longa busca da cidadania, São Paulo, Annablume, Fapesp, 2006.
- CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social: uma nova crônica do Salário, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1983.

- CASTRO, Nádía Araújo e BARRETO, Vanda Sá. Trabalho e Desigualdades Raciais - Negros e Brancos no Mercado de Trabalho em Salvador, São Paulo, Annablume, 1998.
- CASTRO, Nádía Araújo. Os 'Territórios do (Des)Emprego': clusters de intermediadores e estruturação social do mercado de trabalho, in: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.
- CASTRO, Nádía Araújo e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Desigualdades Raciais no Mercado e nos locais de Trabalho, in: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, número 24, 1993.
- CHAIA, Miguel W. Entre o Trabalho Forçado e o Trabalho Restrito, in: Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 1988.
- CIAMPA, Antonio da Costa. A Estória do Severina e a História da Severina – um ensaio de Psicologia Social, São Paulo, Editora Brasiliense, 2005.
- CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora, in: Revista do Arquivo Municipal, PMSP, Departamento de Cultura, vol. 41 e 42, 1947.
- DI MÉO, Guy. Identités et territoires: dès rapports accentués em milien urbain?, in: Metropoles 1, Varia, Paris - França, 2006.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Porto, Editora Afrontamento, 1975.
- ESTUDOS E PESQUISAS, DIEESE. A População Negra em Mercados de Trabalho Metropolitanos, Ano I, Número 3, São Pualo, novembro de 2004.
- FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. Brancos e Negros em São Paulo, São Paulo, Editora Brasiliense, 1971.
- FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, FFLCH USP, São Paulo, 1965.
- _____. 25 anos depois: O Negro na era atual, in: Circuito Fechado, SP, Hucitec, 1977.
- _____. Significado do Protesto Negro, São Paulo, Editora Cortez, 1989.
- FERRARA, Miriam Nicolau. A Imprensa Negra Paulistana (1915-1963), São Paulo, FFLCH USP, 1986.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir - história da violência nas prisões, Petrópolis - RJ, Editora Vozes, 1987.
- _____. Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala,: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, Record, Rio de Janeiro, 2001.
- GUATARRI, Felix. Caosmose – Um novo paradigma estético, São Paulo, Editora 34, 1992.
- GUATARRI, Felix e ROLNIK, Sueli. Micropolítica – Cartografias do Desejo, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1996.
- GILROY, Paul. O Atlântico Negro, São Paulo, Editora 34, 2001.
- GOMES, Joaquim Barbosa. Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade, Rio de Janeiro, Renovar, 2001.
- GOMES, Lino Lino. Sem perder a raiz - Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra, 2006.
- GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano, São Paulo, EDUSP, 1993.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Resistência e Revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento, in: Revista USP, número 68, São Paulo, 2005-2006.
- _____. Acesso de Negros às Universidades Públicas, Cadernos de Pesquisa, número 118, São Paulo, 2003.
- _____.Preconceito e Discriminação, São Paulo, Editora 34, 2004.
- _____. Classes, Raças e Democracia, São Paulo, Editora 34, 2002.
- _____. Racismo e Anti-racismo no Brasil, São Paulo, Editora 34, 1999.
- HALL, Stuart. Dia Diáspora – Identidades e Mediações Culturais, Belo Horizonte, EDUFMG, 2003.
- HALL, Peter. Cidades do Amanhã – Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX, São Paulo, Editora Perspectiva, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1990.
- _____. Les cadres sociaux de la mémoire, Paris, Albin Michel, 1994.
- _____. La Mémoire Collective Chez Musiciens, in: Revue Philosophique, Paris, 1939.
- HARVEY, David. A Justiça Social e a cidade, São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído

- nas sociedades capitalistas avançadas, in: Revista Espaço e Debates, número 2, São Paulo, Cortez, 1982.
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.
- _____. Entre o Mito e os fatos: Racismo e relações raciais no Brasil, in: Maio, Marcos Chor e SANTOS, Ventura, Raça, Ciência e Sociedade, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. Negros e Mestiços: vida, cotidiano e movimento. Entrevista de C.Hasenbalg, in: Revista Proposta, número 51, 1991.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de Vida na década de 1990, Brasília, IPEA, texto 807, 2001.
- IANNI, Octávio. Escravidão e Racismo, São Paulo, Hucitec, 1988.
- _____. Raças e Classes Sociais no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 2004.
- _____. Estado e Capitalismo, São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.
- JESUS, Maria Carolina de. Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada, São Paulo, Editora Ática, 2005.
- KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra, vol. II, Portugal, Publicações Europa-América, 2002.
- KOGA, Dirce. Medidas de Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos, São Paulo, Cortez, 2003.
- KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco - Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano, in: Novos Estudos, número 63, São Paulo, 2004.
- _____. Escritos Urbanos, 1ª. ed. São Paulo, Editora 34, 2000.
- _____. Trabalho e Vadiagem - A origem do trabalho livre no Brasil, RJ, Paz e Terra, 1988.
- _____. A Espoliação Urbana, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- _____. et alli. São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza, São Paulo, Loyola, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Editora Moraes, 1991.
- _____. Espace et Politique, Paris, Anthropos, 2000.
- _____. A Revolução Urbana, Belo Horizonte, EDIT UFMG Humanitas, 1999.

- _____. O Pensamento Marxista e a Cidade, Editora Ulissea, 1972.
- LEITE, Fábio. A Questão da Palavra em Sociedades Negros Africanas, in: Democracia e Diversidade Humana, Juana Elbein dos Santos (org.), SECNEB, Salvador, 1992.
- _____. Valores Civilizatórios em Sociedades Negros Africanos, in: Revista do Centro de Estudos Africanos, 18/19, USP, São Paulo, 1995/1996.
- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana, São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- LOWRIE, Samuel. O elemento negro na população de São Paulo, in: Revista do Arquivo Municipal, PMSP, Departamento de Cultura, XLVIII, 1938.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no Pedço – cultura popular e lazer na cidade, São Paulo, Editora Unesp, 1998.
- MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, Inspir/DIEESE,
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na Periferia do Capitalismo, São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- _____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias, in: Arantes, Oflia. (org.) A Cidade do Pensamento Único, Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
- MARIÉ, Michel. L'antropologia et sés territoires. Qu'est-ce un territoire aujourd'hui?, in: Ethnologie française, número 97, Paris 2004.
- MARCUSE, Peter. Enclaves sim, guetos não: a segregação e o estado, in: Revista Espaço e Debates, v. 24, número, 45, São Paulo, 2004.
- MARTINS, José de Souza. O Migrante Brasileiro na São Paulo Estrangeira, in: História da Cidade de São Paulo - A cidade na Primeira Metade do Século XX 1890-1954, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política, in: Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril cultura, 1978.
- MORAES, José Carlos Vince de. "As sonoridades pualistanas" (A música popular na cidade de São Paulo – final do século XIX e início do XX), Mestrado em História, PUC SP, 1989.
- MOREIRA, Diva e SOBRINHO, Adalberto Batista. Casamentos Inter-Raciais: O Homem Negro e a Rejeição da Mulher Negra, in: COSTA, Albertina de Oliveira (org.), Alternativas Escassas – Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, Editora, 34, 1994.
- MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro, São Paulo, Editora Anita, 1994.
- MOURA, Clovis. Estratégia e Imobilismo Social contra o negro no mercado de Trabalho. in:

- Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos, in: Revista USP, São Paulo, 2005-2006.
- _____. Diversidade Étnica, identidade e cidadania. Palestra proferida no Primeiro Seminário Teórico Metodológico, São Paulo, 2004.
- _____. Uma abordagem conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia, Palestra proferida no Terceiro Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB, Rio de Janeiro, 2003.
- MUNFORD, Louis. A Cidade na História, São Paulo, Martins Fontes,
- NASCIMENTO, Abdias e NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil: 1938-1997, in: Tirando a Máscara - Ensaio sobre o Racismo no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um racismo mascarado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- NETO, Eduardo Rios. Desigualdades Raciais nas condições Habitacionais da População Urbana, UFM, CEDEPLAR, Texto, 2005.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetinga, São Paulo, Edusp, 1998.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. A Presença do Negro na Cidade: Memória e Território da Casa Verde em São Paulo, Mestrado em Ciências Sociais, PUC SP, 2002.
- _____. A Produção Social do Espaço em Territórios Negros de São Paulo: o Bairro da Barra Funda., TCC, PUC SP, 1998.
- OLIVEN, Ruben George. Territoires et Identites: une relation construite, in: Augé, Marc. Chez Nous: Identites et territoires dans les mondes contemporains, Paris, Éditions de La villete, 2006.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, São Paulo, Brasiliense, 1998.
- PAIXÃO, Marcelo. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais, DP&A, 2003.
- PARK, Robert Elza. O Urbanismo como modo de vida, in: VELHO, O. G., O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- PEREIRA, João Batista Borges. Cor, Profissão e Mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- PIERSON, Donald. Brancos e Pretos na Bahia, São Paulo, 1945.
- PINTO, L.A.Costa. O Negro no Rio de Janeiro - Relações de Raça numa sociedade em

- mudança, Rio de Janeiro, ED. UFRJ, 1998.
- PNUD Brasil, Relatório de Desenvolvimento Humano, Brasília, 2005.
- POCHMANN, Márcio. A Metrópole do Trabalho, São Paulo, Brasiliense, 2001.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social, in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 5, número 10, 1992.
- _____. Memória, Esquecimento, silêncio, in: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, número 5, 1989.
- POLI, Alexandra. Peut-on penser ensemble racisme et ethnicisation?, in: WIEVIORKA, Michel. Sciences Sociales en Mutation, Paris, Éditions Sciences Humaines, 2007.
- PORCARO, Rosa M., OLIVEIRA, Lucia H.G. e ARAUJO, Teresa. O Lugar do Negro na Força de Trabalho, Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
- PORCARO, Rosa Maria e ARAÚJO, Teresa Cristina V.. Mudanças na Divisão Social do Trabalho e (Re)Produção da Desigualdade Racial, São Paulo, 1988.
- PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências, in: Revista Espaço e Debates, número 45, São Paulo, 2004.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação Residencial e segmentação social: o efeito vizinhança na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras, in: Cadernos Metrôpole, número 13, São Paulo, 2005.
- _____. Gueto, Banlieue, Favela: Ferramentas para repensar a marginalidade Urbana, in: WACQUANT, Loïc. Os Condenados da Cidade, Rio de Janeiro, Revan, 2001.
- ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei – legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo, Editora Nobel, 1997.
- _____. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro, in: Revista de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, Cadernos Cândido Mendes, número 17, setembro de 1989.
- ROLNIK, Raquel, SOMEKH, Nádia, KOWARICK, Lúcio. São Paulo: Crise e Mudança, Editora Brasiliense, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.
- ROSEMBERG, Fúlvia e PINTO, Regina Paim. Criança Pequena e Raça na PNAD, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1997.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Segregação Espacial na Escola Paulista, in: Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, org. PEGGY A. Lovell, Belo Horizonte, UFMG, 1991.
- SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem, São Paulo, EDUSP, 2004.

- SANTOS, Milton Santos. O Espaço Dividido, São Paulo, EDUSP, 2004.
- _____. Por uma economia política da cidade, São Paulo, Editora EDUC, 1994.
- _____. O Espaço do cidadão, São Paulo, Nobel, 1993.
- _____. Metamorfoses do Espaço Habitado, São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- _____. Por uma outra globalização, Rio de Janeiro, Record, 2001
- _____. Técnica, espaço e tempo – Globalização e meio-técnico-científico informacional. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.
- _____. Território e Sociedade, São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- SANTOS, José Carlos Ferreira dos. Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza (1980-1915), São Paulo, Editora Annablume, 1998.
- SANTOS, Acácio Sidnei Almeida. A Dimensão Africana da Morte resgatada nas Irmandades Negras, Candomblé e Culto de Babá Egun, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC SP, 1996.
- SASSEN, Saskia. As cidades na economia Mundial, São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia K. Montz. Questão Racial e Identidade, in: O que ler na Ciência Social Brasileira, vol. I, 1999.
- SENNET, Richard. Carne e Pedra - O corpo e a Cidade na Civilização Ocidental, Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA JR. Hédio. Direito de Igualdade Racial - Aspectos Constitucionais e Penais, São Paulo, Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- SILVA, Nelson do Valle. O Preço da Cor: Diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil, in: Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1980.
- SILVA, Maria Aparecida Pinto. Visibilidade e respeitabilidade: memória e luta dos negros nas associações culturais e recreativas de São Paulo (1930-1968), Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC SP, 1997.
- SILVA, Maria Nilza da. Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo, Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006.
- _____. A mulher negra: o preço de uma trajetória de sucesso, São Paulo, mestrado em Ciências Sociais, PUC SP, 1999.
- SILVA, José Carlos Gomes da. Os Suburbanos e a outra face da cidade – Negros em São Paulo 1900-1930, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1989.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa e o combate ao Racismo Institucional no Brasil,

- in: Cadernos e Pesquisa, número 117, São Paulo, 2002.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial, in: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. SANTOS, Salles Augusto (org.), MEC, SECAD, Brasília, 2005.
- SINGER, Paul. O uso do solo na economia capitalista, in: A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial, São Paulo, Editora Alfa-Omega, Erminia Maricato (org.), 1982.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). São Paulo: O povo em Movimento, Petrópolis, RJ, Vozes, 1983.
- SOARES, Sergei Juarez Dilon. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho - Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras, IPEA, número 769, Brasília, 2002.
- SODRÉ, Muniz. Diversidade e Diferença, Revista Científica de Informacio y Comunicacion, número 3, Sevilha, 2006.
- _____. O Terreiro e a Cidade, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
- SPOSATI, Aldaisa. Cidade em Pedacos, São Paulo, Brasiliense, 2001.
- _____. Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo, EDUC, 1996.
- TAYLOR, Charles. La Política del reconocimiento, in: El Multiculturalismo y “la política del reconocimiento”, México, Fundo de Cultura Econômica, 1993.
- TELLES, Edward. Racismo à Brasileira - Uma nova perspectiva sociológica, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 2003.
- _____. Início no Brasil e Fim nos Estados Unidos?, in: Estudos Feministas, 1996.
- _____. Industrialização e Desigualdade Racial no Emprego: o exemplo brasileiro, in: Revista de Estudos Afro-Asiáticos, Rrio de Janeiro, 1994.
- _____. Segregação Racial e Crise Urbana, in: Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise, Luiz César de Queiróz Ribeiro (org.), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- _____. Cor da pele e segregação residencial no Brasil, Revisa Estudos Afro-Asiáticos, número 24, 1993.
- TORRES, Harolda da Gama. Segregação Residencial e Políticas Públicas - São Pualo na década de 1990, in: RBCS, número 19, São Paulo, 2004.
- TORRES, Haroldo e MARQUES, Eduardo. São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais, São Paulo, Editora Senac, 2005.
- Vários autores, São Paulo - 1975 Crescimento e Pobreza, São Paulo, Edições Loyola,

- VALLADARES, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela: A do mito de Origem a Favela.com*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2005.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo Vêras. *Trocando Olhares - Uma Introdução à Construção Sociológica da Cidade*, São Paulo, EDUC, Studio Nobel, 2000.
- _____. *Desigualdade e Exclusão Social em São Paulo: um debate*, 2003
- _____. *O bairro do Brás em São Paulo - Um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Tese de doutorado, PUC SP, 1991.
- _____. *Nômades Urbanos na Cidade Contemporânea: Desigualdade e Exclusão Social em São Paulo*, in: *Sociedade, Cultura e Política: ensaios críticos*, Silva, Anana Amélia da. e CHAIA, Miguel (orgs.), São Paulo, EDUC, 2003.
- VILLAÇA, Flávio. *A Segregação Urbana e a Justiça (ou A Justiça no Injusto Espaço Urbano)*, in: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano II, número 44, 2003.
- _____. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*, São Paulo, Studio Nobel, 2001.
- _____. *O que todo Cidadão precisa saber sobre Habitação*, São Paulo, Global Editora, 1986.
- WACQUANT, Loïc. *Les deux visages du ghetto - Construire un concept sociologique*, in: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, número 5, Paris, 2005.
- _____. *Une ville noire dans la Branche*, in: *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, número 5, Paris, 2005.
- _____. *Prisões da Miséria*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- _____. *Os condenados da cidade*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2001.
- _____. *O que é um gueto?* , in: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Classe – Les identities ambiguës*, Paris, La Découverte, 1998.
- WEBER, Max. *Comunidade e Sociedade como estruturas de socialização*, in: Florestan Fernandes (org.) *Comunidade e Sociedade – leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- WEST, Cornel. *Questão de Raça*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1994.
- WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos*, São Paulo, Perspectiva, 2006.

_____. Le racismo - une introduction, La Découverte, 1998.

_____. L'Espace du Racisme, Paris, Editions du Seuil, 1991.

_____. La Différence, Paris, Balland, 2001.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida, in: VELHO, O. G., O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

ANEXOS

Distribuição da População de São Paulo, conforme distrito cor/raça, 2000.

	Brancos	Negros	Amarelos	Indígenas	Ignorados	total
Água Rasa	73862	9356	2235	61	382	85896
	86,00%	10,90%	2,60%	0,10%	0,40%	100,00%
Alto de Pinheiros	39349	3316	1402	29	358	44454
	88,50%	7,50%	3,20%	0,10%	0,80%	100,00%
Anhanguera	22592	15191	58	168	418	38427
	58,80%	39,50%	0,20%	0,40%	1,10%	100,00%
Aricanduva	70317	21111	2649	12	724	94813
	74,20%	22,30%	2,80%	0,00%	0,80%	100,00%
Artur Alvim	73550	34865	1592	128	1076	111211
	66,10%	31,40%	1,40%	0,10%	1,00%	100,00%
Barra Funda	10321	2370	178		95	12964
	79,60%	18,30%	1,40%		0,70%	100,00%
Bela Vista	49781	10801	2091	96	421	63190
	78,80%	17,10%	3,30%	0,20%	0,70%	100,00%
Belém	32956	5116	840	341	368	39621
	83,20%	12,90%	2,10%	0,90%	0,90%	100,00%
Bom Retiro	18473	5269	2278	142	437	26599
	69,40%	19,80%	8,60%	0,50%	1,60%	100,00%
Brás	18245	6128	638	29	118	25158
	72,50%	24,40%	2,50%	0,10%	0,50%	100,00%
Brasilândia	144465	98103	1109	307	3344	247328
	58,40%	39,70%	0,40%	0,10%	1,40%	100,00%
Butantã	42879	6028	3184	118	440	52649
	81,40%	11,40%	6,00%	0,20%	0,80%	100,00%
Cachoeirinha	90152	55377	1153	226	742	147650
	61,10%	37,50%	0,80%	0,20%	0,50%	100,00%
Cambuci	23786	3324	1381	41	186	28718
	82,80%	11,60%	4,80%	0,10%	0,60%	100,00%
Campo Belo	55161	7668	3443	133	242	66647
	82,80%	11,50%	5,20%	0,20%	0,40%	100,00%
Campo Grande	71238	16355	3354	84	343	91374
	78,00%	17,90%	3,70%	0,10%	0,40%	100,00%
Campo Limpo	111711	75563	2566	396	1290	191526
	58,30%	39,50%	1,30%	0,20%	0,70%	100,00%
Cangaíba	93895	41039	1031	584	893	137442
	68,30%	29,90%	0,80%	0,40%	0,60%	100,00%
Capão Redondo	127259	109681	1144	738	1971	240793
	52,80%	45,50%	0,50%	0,30%	0,80%	100,00%
Carrão	62214	10297	5010	14	641	78176
	79,60%	13,20%	6,40%	0,00%	0,80%	100,00%
Casa Verde	60071	18735	4119	114	590	83629
	71,80%	22,40%	4,90%	0,10%	0,70%	100,00%
Cidade Ademar	136423	101032	3346	341	2230	243372
	56,10%	41,50%	1,40%	0,10%	0,90%	100,00%
Cidade Dutra	115499	71760	2320	531	1279	191389
	60,30%	37,50%	1,20%	0,30%	0,70%	100,00%
Cidade Líder	77579	36654	1505	121	981	116840

	66,40%	31,40%	1,30%	0,10%	0,80%	100,00%
Cidade Tiradentes	94268	95037	219	299	834	190657
	49,40%	49,80%	0,10%	0,20%	0,40%	100,00%
Consolação	47921	4514	1318	137	632	54522
	87,90%	8,30%	2,40%	0,30%	1,20%	100,00%
Cursino	73830	19379	7863	81	936	102089
	72,30%	19,00%	7,70%	0,10%	0,90%	100,00%
Ermelino Matarazzo	67890	36783	1301	54	809	106837
	63,50%	34,40%	1,20%	0,10%	0,80%	100,00%
Freguesia do Ó	107260	35015	1259	195	1194	144923
	74,00%	24,20%	0,90%	0,10%	0,80%	100,00%
Grajaú	165946	163019	1613	484	3227	334289
	49,60%	48,80%	0,50%	0,10%	1,00%	100,00%
Guaianases	51071	46653	265	104	453	98546
	51,80%	47,30%	0,30%	0,10%	0,50%	100,00%
Moema	65469	3346	2024	56	381	71276
	91,90%	4,70%	2,80%	0,10%	0,50%	100,00%
Iguatemi	64385	36747	138	119	391	101780
	63,30%	36,10%	0,10%	0,10%	0,40%	100,00%
Ipiranga	78199	17297	2859	110	398	98863
	79,10%	17,50%	2,90%	0,10%	0,40%	100,00%
Itaim Bibi	73376	5258	2132	163	528	81457
	90,10%	6,50%	2,60%	0,20%	0,60%	100,00%
Itaim Paulista	106765	103082	1006	681	1200	212734
	50,20%	48,50%	0,50%	0,30%	0,60%	100,00%
Itaquera	121392	76150	2451	317	1203	201513
	60,20%	37,80%	1,20%	0,20%	0,60%	100,00%
Jabaquara	139266	61473	11573	341	1442	214095
	65,00%	28,70%	5,40%	0,20%	0,70%	100,00%
Jaçanã	64413	24802	809	189	1595	91808
	70,20%	27,00%	0,90%	0,20%	1,70%	100,00%
Jaguara	21565	3690	233	8	217	25713
	83,90%	14,40%	0,90%	0,00%	0,80%	100,00%
Jaguaré	29152	11197	1961	10	160	42480
	68,60%	26,40%	4,60%	0,00%	0,40%	100,00%
Jaraguá	90237	53749	314	289	1311	145900
	61,80%	36,80%	0,20%	0,20%	0,90%	100,00%
Jardim Ângela	116106	126285	731	429	2255	245806
	47,20%	51,40%	0,30%	0,20%	0,90%	100,00%
Jardim Helena	70017	66914	618	111	1447	139107
	50,30%	48,10%	0,40%	0,10%	1,00%	100,00%
Jardim Paulista	76063	4320	2530	84	669	83666
	90,90%	5,20%	3,00%	0,10%	0,80%	100,00%
Jardim São Luís	136921	98920	1158	290	1872	239161
	57,30%	41,40%	0,50%	0,10%	0,80%	100,00%
José Bonifácio	64634	40507	668	258	1015	107082
	60,40%	37,80%	0,60%	0,20%	0,90%	100,00%
Lapa	53591	4766	1464	19	345	60185
	89,00%	7,90%	2,40%	0,00%	0,60%	100,00%
Liberdade	43558	7974	9918	52	373	61875
	70,40%	12,90%	16,00%	0,10%	0,60%	100,00%
Limão	59006	21361	1218	38	422	82045
	71,90%	26,00%	1,50%	0,00%	0,50%	100,00%
Mandaqui	79002	21170	2209	166	566	103113
	76,60%	20,50%	2,10%	0,20%	0,50%	100,00%

Marsilac	4923	3382	28	30	41	8404
	58,60%	40,20%	0,30%	0,40%	0,50%	100,00%
Mooca	56902	4498	1197	72	611	63280
	89,90%	7,10%	1,90%	0,10%	1,00%	100,00%
Morumbi	28211	5087	849	163	278	34588
	81,60%	14,70%	2,50%	0,50%	0,80%	100,00%
Parelheiros	51120	49836	554	520	806	102836
	49,70%	48,50%	0,50%	0,50%	0,80%	100,00%
Pari	11988	1879	703	127	126	14823
	80,90%	12,70%	4,70%	0,90%	0,90%	100,00%
Parque do Carmo	40764	21892	1079	23	308	64066
	63,60%	34,20%	1,70%	0,00%	0,50%	100,00%
Pedreira	68507	56499	838	416	1164	127424
	53,80%	44,30%	0,70%	0,30%	0,90%	100,00%
Penha	96827	23455	2748	103	1158	124291
	77,90%	18,90%	2,20%	0,10%	0,90%	100,00%
Perdizes	92317	7122	2393	86	528	102446
	90,10%	7,00%	2,30%	0,10%	0,50%	100,00%
Perus	41803	27975	159	148	605	70690
	59,10%	39,60%	0,20%	0,20%	0,90%	100,00%
Pinheiros	55699	4539	2295	72	391	62996
	88,40%	7,20%	3,60%	0,10%	0,60%	100,00%
Pirituba	118142	40687	1413	197	1358	161797
	73,00%	25,10%	0,90%	0,10%	0,80%	100,00%
Ponte Rasa	67797	27628	2218	94	377	98114
	69,10%	28,20%	2,30%	0,10%	0,40%	100,00%
Raposo Tavares	53014	35596	1558	238	798	91204
	58,10%	39,00%	1,70%	0,30%	0,90%	100,00%
República	34472	10919	1540	301	486	47718
	72,20%	22,90%	3,20%	0,60%	1,00%	100,00%
Rio Pequeno	70173	36160	4527	242	653	111755
	62,80%	32,40%	4,10%	0,20%	0,60%	100,00%
Sacomã	166004	54994	5487	374	1424	228283
	72,70%	24,10%	2,40%	0,20%	0,60%	100,00%
Santa Cecília	58918	9984	1622	120	536	71180
	82,80%	14,00%	2,30%	0,20%	0,80%	100,00%
Santana	101313	11604	3341	232	8164	124654
	81,30%	9,30%	2,70%	0,20%	6,50%	100,00%
Santo Amaro	54082	4175	1879	35	368	60539
	89,30%	6,90%	3,10%	0,10%	0,60%	100,00%
São Lucas	109098	26672	2389	298	877	139334
	78,30%	19,10%	1,70%	0,20%	0,60%	100,00%
São Mateus	107372	43761	2520	236	962	154851
	69,30%	28,30%	1,60%	0,20%	0,60%	100,00%
São Miguel	59534	36114	1006	176	542	97372
	61,10%	37,10%	1,00%	0,20%	0,60%	100,00%
São Rafael	75930	47346	605	196	1011	125088
	60,70%	37,90%	0,50%	0,20%	0,80%	100,00%
Sapopemba	187299	90167	1191	814	2768	282239
	66,40%	31,90%	0,40%	0,30%	1,00%	100,00%
Saúde	92589	9927	14614	174	772	118076
	78,40%	8,40%	12,40%	0,10%	0,70%	100,00%
Sé	13354	5361	1216	54	129	20114
	66,40%	26,70%	6,00%	0,30%	0,60%	100,00%
Socorro	32073	4930	1683	57	355	39098

	82,00%	12,60%	4,30%	0,10%	0,90%	100,00%
Tatuapé	71247	5519	2052	70	493	79381
	89,80%	7,00%	2,60%	0,10%	0,60%	100,00%
Tremembé	109204	50275	2492	369	1463	163803
	66,70%	30,70%	1,50%	0,20%	0,90%	100,00%
Tucuruvi	82216	14110	2263	62	716	99367
	82,70%	14,20%	2,30%	0,10%	0,70%	100,00%
Vila Andrade	47939	23803	938	135	833	73648
	65,10%	32,30%	1,30%	0,20%	1,10%	100,00%
Vila Curuçá	78263	65651	1137	365	1067	146483
	53,40%	44,80%	0,80%	0,20%	0,70%	100,00%
Vila Formosa	75759	15698	1622	128	643	93850
	80,70%	16,70%	1,70%	0,10%	0,70%	100,00%
Vila Guilherme	41747	7281	526	21	409	49984
	83,50%	14,60%	1,10%	0,00%	0,80%	100,00%
Vila Jacuí	79513	59697	1340	333	1076	141959
	56,00%	42,10%	0,90%	0,20%	0,80%	100,00%
Vila Leopoldina	24320	1648	1156	9	180	27313
	89,00%	6,00%	4,20%	0,00%	0,70%	100,00%
Vila Maria	82425	29584	903	248	685	113845
	72,40%	26,00%	0,80%	0,20%	0,60%	100,00%
Vila Mariana	103318	8870	10694	205	596	123683
	83,50%	7,20%	8,60%	0,20%	0,50%	100,00%
Vila Matilde	78622	20065	3646	191	412	102936
	76,40%	19,50%	3,50%	0,20%	0,40%	100,00%
Vila Medeiros	100155	38061	1443	114	791	140564
	71,30%	27,10%	1,00%	0,10%	0,60%	100,00%
Vila Prudente	83343	15476	2522	147	615	102103
	81,60%	15,20%	2,50%	0,10%	0,60%	100,00%
Vila Sônia	62703	19550	4211	139	776	87379
	71,80%	22,40%	4,80%	0,20%	0,90%	100,00%
São Domingos	61553	19626	930	72	653	82834
	74,30%	23,70%	1,10%	0,10%	0,80%	100,00%
Lajeado	73276	81663	676	651	1507	157773
	46,40%	51,80%	0,40%	0,40%	1,00%	100,00%
total	6988909	3133313	208681	18695	85955	10435553
	67,00%	30,00%	2,00%	0,20%	0,80%	100,00%

Fonte: Censo IBGE, 2000.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO

- Nome
- Sexo
- Idade
- Local de Nascimento
- Estado Civil
- Número de filhos
- Cor (auto-declarada)

2. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- Fale sobre o seu primeiro emprego. Quando foi? Onde?
- .Quais os outros trabalhos que você executou até o atual?
- Quantas vezes você ficou desempregado? Como foi?
 - A sua renda pessoal é (in)suficiente para todas as necessidades? Por quê?
 - A renda familiar é (in)suficiente para prover todas as necessidades da família? Por quê?
 - Quantas pessoas trabalham em sua casa?
 - Há alguém desempregado?
 - Qual a sua profissão? Qual a profissão de sua esposa?
 - Você trabalha em uma empresa ou por conta própria?
 - Quantas horas você trabalha por semana?
 - Quantas horas você gasta para chegar ao seu trabalho? Como é o transporte para chegar ao trabalho-habitação?
 - Como você se sente em seu trabalho?
 - Você já foi vítima de discriminação racial em seu trabalho, ou nos anteriores?
 - Você já encontrou dificuldades para encontrar trabalho por causa da sua cor?
 - Você já perde algum trabalho por causa da sua cor? Se não, por quê?
 - Você trabalha em mais de uma empresa? Se sim, quais?
 - Em seu trabalho atual, como é a relação com as pessoas que trabalham mais próximas?
 - Como é a sua relação com seus chefes e superiores?
 - Você tem ou já teve dificuldades para estabelecer vínculos com as pessoas que trabalham com você?
 - O que você pensa sobre o sistema de cotas para as pessoas negras nas empresas?
 - Qual é o papel do trabalho no espaço da sua moradia?

3. TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

- Qual é a sua escolaridade/formação?
- Com quantos anos você parou de estudar? Por quê?
- Qual a escolaridade de seu grupo familiar (pais, irmãos e esposa/marido)?
- Como foi a sua experiência em relação à sua cor em sua vida escolar?
- Qual a cor/raça de seus amigos mais próximos na escola?
- Você acredita que a questão da cor/raça tenha influenciado em suas relações escolares?
- A escolaridade influencia o seu acesso ao mercado de trabalho? Como?
- Por que você não volta à estudar?

4. TRAJETÓRIA NO BAIRRO/HABITAÇÃO

- Como os seus pais adquiriram a casa em que você nasceu e cresceu?
- Vocês moram em casa alugada, própria, cedida, ...?
- Como vocês construíram a casa onde moram?
- Que significado e/ou importância tem a moradia para você e sua família?
- A casa da família é suficiente pra abrigar todos os membros?
- Descreva os locais que você frequenta nas proximidades de sua casa?
- Você é proprietário, inquilino ou cessionário de sua residência?
- Você possui outras propriedades? Se sim, onde?
- Desde quando você habita este bairro? Cidade Estado? Habitação?
- Anteriormente, onde você habitava?
- E do bairro atual, o que você pensa?
- Desde o seu nascimento, quantas vezes você já mudou de casa e do bairro?
- Onde você mais gostou de morar? Por quê?
- Em qual bairro você encontrou mais dificuldades? Quais dificuldades? Por quê?

- Nesse bairro, você tem amigos e colegas?
- Como é a sua relação com os vizinhos?
- Você tem vizinho negro?
- Quais são as pessoas mais próximas nesse bairro
- Você possui familiares morando nesse bairro? Quantos e que são?
- O que você pensa sobre o seu bairro?
- O que as pessoas falam sobre o seu bairro?
- Como a sua família se sente neste bairro?
- O que pensa o seu cônjuge sobre o bairro?
- O que você mais gosta e menos gosta no seu bairro?

5. TRAJETÓRIA FAMILIAR

Qual a profissão de seus pais?

Você viveu com seus pais durante toda a infância?

Com quantos anos seus pais começaram a trabalhar?

Já se aposentaram?

Fale sobre os seus pais?

Qual a origem deles, bairro, cidade, estado?

Quem é o chefe da família?

A família é formada por quantas pessoas?

Como foram os períodos da infância e da juventude?

Você se lembra de seus colegas e amigos dos períodos da infância e da juventude? Fale um pouco deles.

Qual é a cor dos seus colegas e amigos da infância e da juventude?

Você já foi discriminado quando era menor de idade (criança, adolescente, jovem) por causa da cor? Se sim, em qual situação?

A questão racial ou de cor era discutida em seus ambientes sociais (família, grupo de amigos, escola)

Como foi a vida de sua família de origem? Como é a vida de sua família?

O seu cônjuge é de cor/raça? Como que vocês se encontraram? Há quanto tempo estão casados, juntos e constituíram família?

Qual a avaliação que você faz de sua situação atual e de seus pais? Melhorou ou piorou? Por quê?

O que você pensa sobre o futuro dos seus filhos?

6. A RELAÇÃO DOS PAIS COM OS FILHOS

- Os seus filhos trabalham? O que fazem?

- Há alguém desempregado, dos filhos?

- Como os seus filhos vivem a questão da cor/raça?

- Você e sua esposa conversam com eles sobre esta questão?

- Como é a relação de seus filhos com os vizinhos?

- Onde seus filhos brincam? Onde frequentam?

- Qual é a cor dos colegas ou amigos mais próximos de seus filhos?

- Seus filhos já sofreram algum tipo de violência física, discriminação racial?

- Como vocês conversam com seus filhos sobre a violência?

- A escola em que seus filhos estudam está localizada no mesmo bairro da moradia? Como é a escola?

- Além do período escolar, os seus filhos, durante o dia, participam de alguma outra atividade sócio-cultural?

7. ITINERÁRIOS E AS TECITURAS DA VIDA AFETIVA

- Como você e seu conjugue se conheceram?

- Há quanto tempo vocês estão juntos?

- Você já teve namorados brancos ou somente negros?

- Você acredita que a cor pode influenciar a relação afetiva?

- Você já encontrou alguma dificuldade relacionada à questão racial em suas relações afetivas? Se sim, por quê?

- Qual o local de origem (bairro, cidade) de seu conjugue?

- Atualmente, qual o seu estado civil?

- Qual é a cor do seu conjugue?

- Você e seu conjugue frequentam espaços sociais negros (movimentos sociais, instituições culturais, atividades recreativas...)?

8. SAÚDE

- Você e sua família frequentam o serviço público ou particular?

- Como é o serviço de saúde no seu bairro?
- Você poderia falar sobre sua saúde?

9. CULTURAL

- Você e seu conjugue costumam passear, ir ao cinema? Quais as atividades culturais preferidas por vocês?
- O que o bairro oferece, enquanto divertimento, lazer e atividades culturais para a população local?
- O que vocês fazem para suprir essas necessidades culturais?
- Para onde os seus filhos vão, quando querem se divertir, passear, namorar, sair com os amigos?

10. QUESTÃO RACIAL

Você conhece alguma circunstância de discriminação racial? Como foi? O que você pensa?

Como você adquiriu informações sobre este assunto?

Em quais locais você mais presenciou situações de discriminação racial?

O que você pensa sobre a questão racial em seu cotidiano?

O que é preciso para eliminar as desigualdades?